



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Tecendo a sustentabilidade: redes sociais e gestão participativa no turismo de base comunitária

Andrés Burgos

Orientador: Frédéric Mertens

Dissertação de Mestrado

Brasília - DF, Fevereiro de 2014

Burgos, Andrés.

Tecendo a sustentabilidade: redes sociais e gestão participativa no turismo de base comunitária / Andrés Burgos. Brasília, 2014. 181 p.: il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.

1. Sustentabilidade. 2. Turismo de Base Comunitária. 3. Participação social. 4. Redes sociais. 5. Prainha do Canto Verde. I. Universidade de Brasília. CDS. II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e empregar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Andrés Burgos

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Tecendo a sustentabilidade: redes sociais e gestão participativa no
turismo de base comunitária

Andrés Burgos

Dissertação de mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental

Aprovado por:

Frédéric Mertens, Doutor (CDS - Universidade de Brasília)

(Orientador)

Éric Pierre Sabourin, Doutor (CDS - Universidade de Brasília)

(Examinador Interno)

Luiz Carlos Spiller Pena, Doutor (CET- Universidade de Brasília)

(Examinador Externo)

Brasília-DF, Fevereiro de 2014

AGRADECIMENTOS

Muita gente especial me apoiou durante os últimos dois anos na elaboração desta dissertação de mestrado. Agradeço a todas as pessoas que fizeram parte da minha vida nesse período de estudos e que me ajudaram, direta ou indiretamente, no desenvolvimento deste trabalho. Especiais agradecimentos:

À minha família querida, pelo carinho e apoio incondicional.

À Joana, pelo amor, paciência e companheirismo nestes anos.

Ao professor Frédéric Mertens, meu orientador, pela confiança, bom humor e incentivo constante.

À minha turma de mestrado, pela acolhida, convivência e troca.

Aos professores e professoras do CDS pelos conhecimentos compartilhados e o estímulo a prosseguir na carreira acadêmica.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo suporte financeiro no Brasil.

Aos colegas do LETS/CDS, Laboratório de Estudos de Turismo e Sustentabilidade, pelas ricas discussões e contribuições no campo do turismo.

Aos moradores da Prainha do Canto Verde pela receptividade durante o trabalho de campo.

À Renata Távora, Crislanny Soares, Mary Nayara e Camila Diógenes pela ajuda na execução da pesquisa de campo.

Aos amigos, sempre presentes, apesar da distância, em especial: Rocío, Sabela, Bau, Xabier, Diana, Fernando, Ana Clara, Boli e Melencha.

Ao Brasil e a Galícia por me fazer “brasilego”.

Finalmente, agradeço ao “mar no meio” por me ensinar a nadar nas águas da vida, e à própria vida, por ser tão generosa.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado trata das interações dos atores sociais no desenvolvimento de propostas turísticas comunitárias. O turismo de base comunitária (TBC) se apresenta como uma prática de desenvolvimento turístico capaz de apontar caminhos para a sustentabilidade, desde que enraizada na participação e protagonismo social das populações locais. A gestão participativa do TBC está relacionada ao desenvolvimento e sucesso da atividade turística, uma vez que ela pode afetar diretamente a conservação do patrimônio natural e cultural, assim como a qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes. O presente trabalho parte do reconhecimento de que as relações sociais e as formas de organização em rede são importantes em projetos comunitários baseados na colaboração, assim como da necessidade de se promover uma discussão mais ampla da gestão participativa e sustentabilidade turística, desde a perspectiva relacional. A pergunta norteadora é: “como as redes sociais influenciam a gestão participativa dos recursos relacionados com o turismo de base comunitária e, portanto, direcionam o desenvolvimento e sucesso da atividade?” O objetivo é compreender em que medida a estrutura das redes sociais de comunidades envolvidas no turismo de base comunitária condiciona a participação na gestão e sustentabilidade turística. O trabalho examina a articulação em redes de colaboração na gestão do turismo de base comunitária, com ênfase especial na equidade de participação. A dissertação também faz uma análise crítica da sustentabilidade turística e da gestão participativa através da contribuição do TBC e as redes sociais. Para tanto, o trabalho analisa o caso da rede de colaboração da iniciativa de TBC pioneira no Brasil, a Prainha do Canto Verde. A partir da revisão do arcabouço teórico e dos resultados de campo, conclui-se que a questão chave para o desenvolvimento de uma gestão do TBC ancorada na equidade participativa e condizente com os princípios da sustentabilidade é a coexistência de relações internas e externas aos diferentes grupos da comunidade envolvidos na atividade, assentadas numa estrutura de rede modular. As discussões finais da dissertação contribuem para a reflexão sobre o papel das redes sociais na promoção da participação social e colaboração turística e sobre o turismo de base comunitária como contexto ideal para o estudo das redes sociais.

Palavras-chave: sustentabilidade; turismo de base comunitária; participação social; redes sociais; Prainha do Canto Verde.

ABSTRACT

This dissertation discusses the interactions of social actors in developing proposals for community tourism. Community-based tourism (CBT) is presented as a tourism development practice that is able to point out paths to sustainability, provided that it is rooted in the participation and social leadership of local populations. Participatory management of CBT is related to the development and the success of tourism, if it can directly affect the conservation of natural and cultural heritage as well as the quality of services offered to visitors. This paper begins with the recognition that social relations and forms of organizational structures in networks are important in community projects based on collaboration, as well as the need to promote a broader discussion on participatory management and the sustainability of tourism, from the relational perspective. The guiding question is: "how social networks influence the participatory management of resources related to community-based tourism and thus compel the development and success of the activity?" The aim is to understand to what extent the structure of community social networks involved in community-based tourism determines participation in the management and the sustainability of tourism. The paper examines the articulation within collaborative networks in the management of community-based tourism, with special emphasis on equity in participation. The dissertation also makes a critical analysis of sustainability of tourism and the participatory management through the contribution of CBT and social networks. To this end, the paper analyzes the case of the collaboration network of the pioneering initiative of CBT in Brazil, the Prainha of Canto Verde in the northeastern state of Ceará. It is concluded, from the review of the theoretical framework and field results, that the key issue for the development of CBT management anchored on equity in participation and consistent with the principles of sustainability, is the coexistence of internal and external relationships with different community groups involved in the activity, benched on a modular network structure. The final discussion of this dissertation contributes to the reflection on the role of social networks in promoting social participation and collaboration and about community-based tourism as an ideal context for studies on social networks.

Keywords: sustainability; community-based tourism; social participation; social networks; *Prainha* of Canto Verde.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Modelo turístico de Leiper	p. 26.
Figura 2: Modelo turístico de Beni	p. 27.
Figura 3: Ciclo de vida do destino turístico	p. 40.
Figura 4: Exemplo de matriz de dados e sua correspondente representação gráfica	p. 85.
Figura 5: Elementos das redes sociais	p. 86.
Figura 6: Mapa de localização da comunidade da Prainha do Canto Verde	p. 104.
Figura 7: Situação do turismo no município de Beberibe (CE)	p. 104.
Figura 8: Vila/Prainha do Canto Verde	p. 105.
Figura 9: Jangadas utilizadas por pescadores artesanais	p. 105.
Figura 10: “Rua” da Prainha do Canto Verde	p. 106.
Figura 11: Casas no campo dunar	p. 106.
Figura 12: Linha do Tempo da Prainha do Canto Verde	p. 107.
Figura 13: Contexto relacional da comunidade da Prainha do Canto Verde	p. 107.
Figura 14: Comunidades que integram a Rede Cearense de Turismo Comunitário	p. 107.
Figura 15: Rede de colaboração do turismo de base comunitária da Prainha do Canto Verde ..	p. 125.
Figura 16: Apresentação gráfica do padrão de relações de colaboração no turismo na Prainha do Canto Verde (n=124) por sexo	p. 131.
Figura 17: Padrão de distribuição das relações de colaboração no turismo na comunidade de estudo entre subgrupos classificados pelo sexo	p. 131.
Figura 18: Apresentação gráfica do padrão de relações de colaboração no turismo na Prainha do Canto Verde (n=124) por idade	p. 132.
Figura 19: Padrão de distribuição das relações de colaboração no turismo na comunidade de estudo entre subgrupos classificados pela idade	p. 133.
Figura 20: Apresentação gráfica do padrão de relações de colaboração no turismo na Prainha do Canto Verde (n=124) pela origem	p. 134.
Figura 21: Padrão de distribuição das relações de colaboração no turismo na comunidade de estudo entre subgrupos classificados pela origem	p. 134.
Figura 22: Apresentação gráfica do padrão de relações de colaboração no turismo na Prainha do Canto Verde (n=124) por escolaridade	p. 135.
Figura 23: Padrão de distribuição das relações de colaboração no turismo na comunidade de estudo entre subgrupos classificados pela escolaridade	p. 136.
Figura 24: Apresentação gráfica do padrão de relações de colaboração no turismo na Prainha do Canto Verde (n=124) por envolvimento em associações locais	p. 137.

- Figura 25: Padrão de distribuição das relações de colaboração no turismo na comunidade de estudo entre subgrupos classificados pelo envolvimento em associações locais p. 137.
- Figura 26: Apresentação gráfica do padrão de relações de colaboração no turismo na Prainha do Canto Verde (n=124) por ocupação principal p. 138.
- Figura 27: Padrão de distribuição das relações de colaboração no turismo na comunidade de estudo entre subgrupos classificados pela atividade ocupacional principal p. 139.
- Figura 28: Apresentação gráfica do padrão de relações de colaboração no turismo na Prainha do Canto Verde (n=124) por ocupação desenvolvida no turismo p. 140.
- Figura 29: Padrão de distribuição das relações de colaboração no turismo na comunidade de estudo, entre subgrupos classificados pela ocupação relacionada com o turismo p. 141.
- Figura 30: Apresentação gráfica do padrão de relações de colaboração no turismo na Prainha do Canto Verde (n=124) por tempo de envolvimento no turismo p. 142.
- Figura 31: Padrão de distribuição das relações de colaboração no turismo na comunidade de estudo entre subgrupos classificados pelo tempo no turismo p. 143.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População total e entrevistada na Prainha do Canto.....	p. 119.
Tabela 2: Frequência de distribuições das principais características demográficas e socioculturais dos entrevistados na Prainha do Canto Verde, por sexo e envolvimento no TBC.....	p. 120.
Tabela 3: Resultados do afastamento na rede de colaboração de estudo para os atores mais centrais.....	p. 126.
Tabela 4: <i>Hubs</i> na rede de colaboração do TBC na Prainha do Canto Verde	p. 127.
Tabela 5: Número médio de relações de colaboração dentro e entre grupos de acordo ao sexo.....	p. 131.
Tabela 6: Número médio de relações de colaboração dentro e entre grupos de acordo com a idade.....	p. 132.
Tabela 7: Número médio de relações de colaboração dentro e entre grupos de acordo com a origem.....	p. 134.
Tabela 8: Número médio de relações de colaboração dentro e entre grupos de acordo com a escolaridade.....	p. 135.
Tabela 9: Número médio de relações de colaboração dentro e entre grupos de acordo com o envolvimento em associações locais.....	p. 137.
Tabela 10: Número médio de relações de colaboração dentro e entre grupos de acordo com a ocupação principal.....	p. 139.
Tabela 11: Número médio de relações de colaboração dentro e entre grupos de acordo com a ocupação desenvolvida no turismo.....	p. 140.
Tabela 12: Número médio de relações de colaboração dentro e entre grupos de acordo com o tempo de envolvimento no turismo.....	p. 142.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Definições do turismo de base comunitária	p. 51.
Quadro 2: Tipologias de participação comunitária	p. 62.
Quadro 3: Medidas de redes sociais e implicações para a gestão participativa do TBC	p. 91.
Quadro 4: Apresentação das medidas de caracterização inicial da rede social	p. 118.
Quadro 5: Resultados obtidos para a caracterização geral da rede de colaboração	p. 129.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1: Frequência de distribuição do número de relações de colaboração na comunidade da Prainha do Canto Verde p. 128.
- Gráfico 2: Distribuição da natureza das relações de colaboração..... p. 129.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

TBC – Turismo de Base Comunitária

ARS – Análise de Redes Sociais

WTO – Organização Mundial de Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

SISTUR – Sistema de Turismo

MTUR – Ministério do Turismo

FGV – Fundação Getúlio Vargas

WB – Banco Mundial

PIB – Produto Interno Bruto

TALC – *Tourism Areas Life Cycle*

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

WWF – *World Wildlife Fund*

TUCUM – Rede Cearense de Turismo Comunitário

ONG – Organização Não Governamental

RCU – Recurso de Uso Comum

CT – Conselho de Turismo

COOPECANTUR – Cooperativa de Turismo e Artesanato

RESEX – Reserva Extrativista

AIMPCV – Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde

ACS – Agentes Comunitários de Saúde

ID – Identificador

NMRC – Número médio de relações de colaboração

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	
LISTA DE TABELAS	
LISTA DE QUADROS	
LISTA DE GRÁFICOS	
LISTA DE ABREVIações E SIGLAS	

INTRODUÇÃO	15
-------------------------	----

CAPÍTULO 1. OS DESAFIOS DO TURISMO NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE: AS CONTRIBUIÇÕES DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	21
1.1 TURISMO COMO SISTEMA COMPLEXO	21
1.1.1 O conceito de turismo e as suas aproximações	21
1.1.2 Caracterização do sistema turístico	23
1.1.3 O fenômeno turístico: importância e evolução recente	28
1.2 TURISMO E SUSTENTABILIDADE: UMA RELAÇÃO PARADOXAL?	31
1.2.1 Impactos ligados ao turismo	31
1.2.2 Capacidade de carga e ciclo de vida do destino turístico	36
1.2.3 Sustentabilidade: breve enquadramento histórico e conceitual	42
1.2.4 O turismo no marco do desenvolvimento sustentável	46
1.3 A PROPOSTA DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO VETOR DA SUSTENTABILIDADE	50
1.3.1 Caracterização do turismo de base comunitária	50
1.3.2 A comunidade como marco organizativo do TBC	54

CAPÍTULO 2. A GESTÃO PARTICIPATIVA NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: A CONTRIBUIÇÃO DAS REDES SOCIAIS	59
2.1 PARTICIPAÇÃO SOCIAL: GARANTIA DE SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA?	59
2.1.1 As formas de participação aplicadas ao turismo de base comunitária	61
2.1.2 Os limites da participação no TBC	63
2.2 COLABORAÇÃO E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: QUAIS AS CONEXÕES?	66
2.2.1 As redes de colaboração no turismo e o envolvimento das partes interessadas	66
2.2.2 A colaboração na gestão dos recursos turísticos	70
2.3 O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E COLABORAÇÃO TURÍSTICA	74
2.3.1 A importância dos padrões relacionais na gestão do TBC	74
2.3.2 Articulação em rede	76
2.3.3 Os limites da atuação em redes sociais	79
2.3.4 Perspectiva relacional e análise de redes sociais: metodologia e prática	83

2.3.4.1	Definição e características principais	83
2.3.4.2	Elementos das redes sociais	84
2.3.4.3	Níveis de análise e coleta de dados	86
2.3.4.4	Propriedades das redes aplicadas ao TBC	88
CAPÍTULO 3. AS REDES DE COLABORAÇÃO NA GESTÃO DO TURISMO DE BASE		
COMUNITÁRIA: ESTUDO DE CASO		92
3.1	A PRÁTICA TURÍSTICA COMUNITÁRIA: PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL	92
3.1.1	A equidade de participação no turismo de base comunitária	92
3.1.2	A análise de redes sociais como ferramenta para avaliar a equidade de participação	95
3.2	PRAINHA DO CANTO VERDE: CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E ESTUDO DE CASO	97
3.2.1	Apresentação da área de estudo	97
3.2.1.1	O contexto de desenvolvimento turístico no litoral do Ceará	97
3.2.1.2	Prainha do Canto Verde: caracterização e histórico do desenvolvimento turístico	99
3.3	METODOLOGIA DE ANÁLISE DA REDE SOCIAL DA PRAINHA DO CANTO VERDE	108
3.3.1	Coleta de dados	108
3.3.2	Etapas metodológicas	110
3.4	RESULTADOS	118
3.4.1	Apresentação da população amostral de interesse na pesquisa	118
3.4.2	Estrutura da rede social de colaboração no turismo: caracterização e propriedades	124
3.4.3	Análise da equidade de participação da rede social	129
3.5	DISCUSSÕES SOBRE A REDE SOCIAL DA PRAINHA DO CANTO VERDE	144
CONCLUSÃO		156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		162
APÊNDICE		176

INTRODUÇÃO

Os ambientes naturais são atrativos turísticos cada vez mais comuns em nossa sociedade. Conseqüentemente, áreas protegidas e de relevância ambiental também vêm sendo consideradas como importantes recursos recreativos, se posicionando como destinos turísticos de moda em todo o mundo (ABETA, 2010; WTO, 2010).

O rápido crescimento do turismo nessas áreas pode causar graves impactos sobre o meio ambiente, além de alterações sociais, culturais e econômicas nas localidades receptoras. O turismo é uma atividade com potencial para provocar modificações substanciais na qualidade de vida das populações locais, assim como experiências gratificantes ou insatisfatórias nos visitantes, em função do respeito dos seus próprios limites de desenvolvimento econômico e de exploração ambiental e sociocultural. Como resultado do seu desenvolvimento, a dinâmica turística tem o perigo de comprometer os recursos naturais e culturais que se constituem como atrativos turísticos e, portanto, pode colocar em risco a sobrevivência da própria atividade.

Na esteira do crescimento do turismo no mundo, principalmente a partir da segunda metade do século XX, o conceito de desenvolvimento sustentável vem ganhando destaque nos discursos políticos, acadêmicos e na mídia, sendo incluído na pauta de discussões e dos estudos do turismo (SWARBROOKE, 2000; DIAS, 2003). O crescimento da atividade turística que não leve à conseqüente degradação ambiental e perda da qualidade de vida, tanto dos habitantes locais quanto dos turistas, depende da definição de um modelo de desenvolvimento de longo prazo que gere crescimento econômico, estabeleça uma relação harmoniosa entre visitantes e visitados e possibilite o uso racional dos recursos naturais e culturais para que estes possam ser usufruídos pelas atuais e futuras gerações. Assim, fomentar e praticar turismo, de base sustentável, requer um novo olhar sobre os problemas sociais, culturais e ambientais do destino turístico, de modo a refletir sobre os rumos que o turismo deve seguir para promover seu potencial positivo, minimizando seus efeitos negativos.

A expressão de turismo sustentável designa um ideal de desenvolvimento do turismo que não envolva impactos ambientais, sociais e culturais negativos. Nesse contexto, a construção e viabilidade de um modelo turístico sustentável pressupõe atenção às questões relacionadas à gestão participativa mediante a integração das populações locais nos processos de desenvolvimento turístico, de forma que estas deixem de ser apenas espectadoras de ditos processos e tornem-se verdadeiras protagonistas, gestoras e beneficiárias da própria atividade (HALL, 2001; IRVING, 2002).

Embora não apareça como um tema central de pesquisa na literatura do turismo, a participação social vem sendo discutida, há algum tempo, como uma necessidade e diferencial no produto turístico, representando uma ferramenta para a conservação e o desenvolvimento local e, portanto, apresentando-se como uma das possíveis soluções à problemática da sustentabilidade (MOWFORTH & MUNT, 2003). Desta forma, para que o paradigma da sustentabilidade turística possa ser traduzido em aplicações práticas que gerem benefícios sociais, econômicos e ambientais, minimizando ou evitando os possíveis efeitos negativos do turismo, são necessários mecanismos de planejamento que permitam às comunidades definir e regular o uso dos seus territórios, controlando a capacidade de carga ambiental, social e cultural, assim como monitorando e avaliando as atividades desenvolvidas.

Diante disso, o turismo de base comunitária (TBC) emerge como uma resposta de resistência às pressões mundiais do mercado turístico que, além de excluir as populações locais dos potenciais benefícios do turismo, também ameaçam sua coesão social, cultural e seu hábitat natural. Assim, em contraposição ao turismo massificado e enraizado em uma proposta de desenvolvimento socialmente mais justo e ambientalmente responsável, o TBC se consolidou na última década no Brasil como um modelo de desenvolvimento do turismo que pode apontar caminhos para a sustentabilidade (BARTHOLO, SAN SOLO & BURSZTYN, 2009).

O protagonismo social, mediante à mobilização de recursos próprios e à valorização do patrimônio comum, destaca-se como princípio norteador do turismo de base comunitária (MENDONÇA, 2004; FABRINO, 2013). A retórica do discurso oficial sobre o TBC contempla o envolvimento dos atores locais através de um processo de participação e organização social, no qual as comunidades assumem um papel ativo no planejamento e desenvolvimento da atividade, visando o bem-estar e a geração de benefícios para seus membros.

A atividade turística apresenta-se, não apenas como um fenômeno econômico, mas também como uma experiência social que precisa integrar em sua cadeia uma grande quantidade de atores para a gestão e operação dos serviços e recursos turísticos, assim como para a satisfação das necessidades dos turistas. Desde esta perspectiva, o turismo é uma atividade complexa com características que a vinculam de maneira idônea ao conceito de rede, uma vez que requer interdependência entre diversas partes interessadas (SCOTT *et al.*, 2008).

Sendo assim, a compreensão e a análise do turismo de base comunitária exige sua abordagem como sistema que envolve pessoas e relações sociais e onde a colaboração

entre os diferentes membros da comunidade surge como um elemento chave do sucesso da atividade, devido ao caráter complementar de produtos e serviços e a necessidade de estabelecer parcerias para a gestão dos recursos turísticos. A visão sistêmica do TBC e a interpretação da participação como o relacionamento existente dentro de tal sistema fazem com que as redes sociais aplicadas a essa atividade possam oferecer resultados interessantes para a análise da gestão participativa nos destinos e organizações turísticas comunitárias (SCOTT *et al.*, 2008; ERKUS-ÖZTURK & ERAYDIN, 2010).

No turismo comunitário busca-se a integração mediante a promoção da participação de todos os membros da comunidade envolvidos na atividade, visando uma gestão compartilhada. A gestão participativa é entendida aqui como processo e instrumento dinamizador resultante do engajamento de indivíduos em ações coletivas, onde diferentes atores sociais viabilizam um projeto, procurando um objetivo comum, mas mantendo as particularidades de seus lineamentos de ação e interesses pessoais.

Dentro de uma comunidade poderão existir diferentes interesses no TBC e diversidade de sujeitos sociais envolvidos, questões que determinarão a proporção e o compromisso dos atores participantes no desenvolvimento da proposta turística, assim como a força e tipologia das relações sociais estabelecidas. Em consequência, a eficácia da gestão das experiências de turismo comunitário passa pela participação dos atores em relações de colaboração que assumirão determinadas configurações de redes sociais.

A articulação em rede dos membros envolvidos no turismo de base comunitária apresenta-se como uma estratégia para potencializar as ações coletivas na busca de soluções mais coordenadas, permitindo a integração dos atores em seus contextos relacionais específicos. Os vínculos compartilhados entre os diferentes membros da comunidade articulados em rede constituem estruturas relacionais que condicionam os recursos disponíveis e mobilizados, favorecendo ou obstruindo as trocas e a ação coletiva. Assim, o padrão estrutural das relações de uma rede social pode ter impacto significativo sobre como os atores se comportam e, portanto, influir nos processos de gestão participativa (BODIN & CRONA, 2009). Deste modo, avaliar a atuação das redes sociais no TBC pode contribuir com elementos a serem considerados na compreensão do papel da gestão participativa sobre o desenvolvimento de práticas turísticas sustentáveis.

Esta dissertação parte do pressuposto de que se diferentes atores de uma comunidade visam o máximo aproveitamento do sistema turístico e dos recursos locais, embora existam interesses pessoais diversos, terão que trabalhar conjuntamente mantendo um processo de interação e colaboração para o controle e desenvolvimento da atividade, assim como para o uso sustentável dos seus atrativos turísticos. Sendo assim, tal processo

de colaboração que leve à auto-organização e coordenação das atividades turísticas dentro de uma comunidade deveria estar baseado na equidade de participação entre seus membros por meio das relações que mantém uns com os outros. Isto é, a premissa desse modelo de gestão é fomentar a colaboração entre diversos grupos e indivíduos atendendo às necessidades de cada caso, mas de forma equitativa, minimizando os desequilíbrios na rede de interdependências e trabalhando para a integração das partes.

O trabalho se articula na crítica a quatro lacunas identificadas nas pesquisas contemporâneas ligadas ao turismo:

1. escassez de estudos empíricos que, sob uma perspectiva relacional e para examinar os processos e resultados do desenvolvimento turístico, abordem a operacionalização das relações por meio da análise dos aspectos estruturais das redes sociais;
2. déficit analítico no tratamento das relações intracomunitárias como meio para revelar as dinâmicas colaborativas que acontecem entre os atores turísticos comunitários de um determinado território;
3. falha em contemplar a participação como envolvimento em relações sociais significativas para os indivíduos e a sustentabilidade como padrão do desenvolvimento resultante das relações entre diversos atores sociais;
4. existência de julgamentos subjetivos pressupondo que a participação social e a sustentabilidade são características inerentes a qualquer forma ou experiência de turismo de base comunitária.

A dissertação tem como objetivo geral compreender em que medida a estrutura das redes sociais de comunidades envolvidas no turismo de base comunitária condiciona a participação na gestão e a sustentabilidade turística. A partir da investigação das bases conceituais do turismo sustentável, o TBC, a participação e as redes sociais, a aplicabilidade prática da análise de redes sociais (ARS) para identificar os padrões de interação entre os membros das comunidades e sua influência sobre a sustentabilidade e grau de sucesso da atividade turística é verificada por meio de um estudo de caso.

Entre as várias experiências de TBC no país, a experiência selecionada neste trabalho foi a Prainha do Canto Verde – Turismo Comunitário e Sustentável (Beberibe/CE). Optou-se por este estudo de caso devido a três motivos principais: sua condição de experiência pioneira na promoção do turismo de base comunitária; o destaque na literatura do seu desenvolvimento pautado na participação social, na organização comunitária e na mobilização do capital social; e seu reconhecimento como experiência bem sucedida, modelo e referência de TBC tanto nacional, quanto internacionalmente. Além disso, outro

fator que favoreceu a escolha é o fato de que a comunidade foi recentemente transformada em uma Reserva Extrativista, tornando-se uma área protegida da administração pública federal sujeita às restrições de uso. Portanto, considerou-se que o projeto da Prainha do Canto Verde poderia oferecer um estudo de caso valioso para a análise empírica dos conceitos propostos nesta dissertação.

Como as redes sociais influenciam a gestão participativa dos recursos relacionados com o turismo de base comunitária e, portanto, direcionam o desenvolvimento e sucesso da atividade? Esta é a pergunta que guia a investigação. Igualmente, outras perguntas norteadoras que dão suporte à pesquisa são: Quais são as pessoas envolvidas no TBC na comunidade e de que forma elas colaboram? Como é a estrutura de relacionamento entre os membros da comunidade da Prainha do Canto Verde? Quais consequências essa estrutura tem para os resultados da gestão participativa do TBC? Existe equidade de participação na rede social da comunidade de Prainha do Canto Verde envolvida no TBC?

Além de identificar os membros da comunidade envolvidos na prática turística e suas características, pretende-se entender como eles estabelecem uma relação de interdependência na gestão dos serviços e recursos locais. Isso é importante desde que as relações sociais que permeiam o processo organizacional do turismo comunitário podem ser essenciais para delinear uma gestão responsável que busca a obtenção de benefícios coletivos, ao tempo que evita os problemas derivados do turismo.

Esta dissertação visa contribuir com a reflexão teórica sobre como os padrões relacionais, mediante a participação em rede, podem lançar luz à gestão participativa no TBC e à sua relação com o turismo sustentável, atendendo à complexidade que caracteriza ao sistema turístico. O intuito é apresentar uma abordagem crítica acerca da gestão participativa e a sustentabilidade turística através da contribuição das redes sociais, uma vez que estas podem revelar propriedades condizentes com esses processos.

O Capítulo 1, *Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária*, caracteriza o sistema turístico e apresenta a relação entre o turismo e a sustentabilidade. O capítulo se encerra discutindo os principais aspectos teórico-conceituais relativos ao turismo de base comunitária e sua correlação com as noções de sustentabilidade.

O Capítulo 2, *A gestão participativa no turismo de base comunitária: a contribuição das redes sociais*, tem como intuito explorar a importância da perspectiva relacional na gestão do turismo de base comunitária. O texto analisa as formas e limites da participação social como peça-chave da sustentabilidade turística e faz um resgate conceitual do processo de colaboração na gestão turística comunitária. O capítulo apresenta, ainda, a articulação em

rede e a análise de redes sociais como uma abordagem que oferece os elementos conceituais e ferramentas metodológicas necessárias para avaliar a gestão do TBC desde a perspectiva da participação.

O Capítulo 3, *As redes de colaboração na gestão do turismo de base comunitária: estudo de caso*, faz uma reflexão teórica sobre o princípio de equidade de participação como uma dimensão importante do desenvolvimento sustentável proposta pelas redes sociais e aplicada ao turismo de base comunitária. Para ilustrar os argumentos levantados, e no intuito de verificar se a análise de redes sociais de fato oferece garantias para compreender a função que a equidade de participação desempenha no planejamento do TBC, o capítulo examina a rede de colaboração da Prainha do Canto Verde. Para isso, analisa as características estruturais da rede social e avalia os padrões que emergem das relações de colaboração dentro e entre os diferentes grupos de membros da comunidade envolvidos na proposta turística.

Apesar de que a estrutura da dissertação segue a formatação tradicional, os capítulos foram escritos e organizados visando facilitar sua transformação em artigos científicos independentes. É por isso que, embora todos os capítulos dialoguem entre si, cada um aborda temas que não necessariamente estabelecem pontos de interseção evidentes com os temas dos outros capítulos.

CAPÍTULO 1. OS DESAFIOS DO TURISMO NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE: AS CONTRIBUIÇÕES DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

1.1 TURISMO COMO SISTEMA COMPLEXO

1.1.1 O conceito de turismo e as suas aproximações

O turismo é uma importante área de interesse acadêmico, governamental, industrial e público. O termo turismo forma parte do marco conceitual tanto das ciências exatas, quanto das humanas e sociais, e está presente em todos os âmbitos da sociedade. Habitualmente a relevância da atividade turística gira em torno de aspectos quantitativos como o número de pessoas que viajam, a quantidade de postos de trabalho que oferece ou o dinheiro que movimenta. No entanto, seu interesse recai também no grande impacto que exerce na vida das pessoas e nos locais em que elas vivem, assim como na forma pela qual é significativamente influenciado pelo mundo que o rodeia. Contudo, apesar do seu valor universal, ou precisamente como consequência do seu uso generalizado e indiscriminado, definir o turismo tem-se revelado uma tarefa muito complicada de se concretizar.

O fato de o turismo estar ligado a distintos campos de estudo e, praticamente, a quase todos os setores da atividade social, dificulta que sua conceituação possa ficar limitada a uma simples e absoluta definição que, de maneira abrangente e precisa, integre todas as suas características e revele todas as suas dimensões. Assim, esse caráter multidisciplinar, unido à sua relativa juventude como área de estudo, tem originado tantas definições de turismo quantos autores que tratam do assunto, cada uma delas destacando diferentes aspectos da mesma atividade. Todavia, tanto no campo acadêmico, quanto nas empresas e órgãos governamentais, pode-se identificar três tendências para a definição de turismo: a econômica, a técnica e a holística (BENI, 2003).

A aproximação econômica do turismo provavelmente tenha sido a prática teorizada mais difundida ao longo do século XX. As análises voltavam-se para o entendimento dos efeitos econômicos do turismo, tentando provar a sua importância na recuperação econômica dos países destruídos pela Segunda Guerra Mundial e como elemento importante no funcionamento da máquina capitalista. Dentro dessa ótica, o turismo é definido como uma atividade industrial de transformação de matérias-primas para a elaboração de produtos consumidos no mercado (SESSA, 1983; FUSTER, 1985). Como prática econômica, seu alcance advém da geração de emprego e renda e do seu papel como grande indutor da economia local, regional, nacional e mundial (DIAS, 2003).

Porém, as definições econômicas foram aos poucos rotuladas como quantitativas e simplistas, por reconhecer apenas as implicações comerciais ou empresariais do turismo. Essas abordagens, que surgiram no contexto do mercado, não atenderiam as demandas colocadas frente à complexidade do turismo como fenômeno sociocultural, podendo mascarar os processos que ocorrem na realidade e que não se corresponderiam com a descrição de um fenômeno linear (MOESCH, 2004).

Com o turismo se tornando um fenômeno de massa, surge a necessidade de se criar um marco conceitual que permita a elaboração de dados estatísticos padronizados a respeito do turista e do setor turístico mundial e a sua respectiva comparação. Para isso, diversas organizações nacionais e internacionais de turismo desenvolveram, desde a década de 1930, definições técnicas, para tentar quantificar o fenômeno e controlar tanto o tamanho, quanto as características dos mercados turísticos. Dentro dessa tendência, a Organização Mundial de Turismo (WTO, na sigla em inglês), o braço da Organização das Nações Unidas (ONU) para o turismo, elaborou a definição abaixo e incentivou os países a adotá-la, tornando-a “oficialmente aceita” na atualidade:

[...] o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outros. (WTO, 2001, p. 38).

Sob estes parâmetros, os representantes desta abordagem técnica centram seus estudos na demanda e na oferta turística, assim como em aspectos que são reflexo econômico do turismo nos países, tais como o fluxo de deslocamentos, a receita gerada e o número de desembarques. Isto é, por mais que os seguidores desta abordagem tentem formalizar os aspectos da atividade turística, a caracterização do turismo assenta-se na percepção de uma atividade econômica, com um interesse direcionado para o crescimento da “indústria” do turismo. Nesse sentido, os estudos técnicos observam elementos parciais do turismo, reduzindo também o fenômeno ao aspecto econômico e encobrendo suas partes socioculturais e ambientais, que são fundamentais para perceber a sua complexidade (MOESCH, 2004).

No tocante às definições holísticas, estas desprendem-se do sentido tecnicista e procuram alcançar um entendimento mais integrado dos diversos aspectos que compõem o turismo. Elas pressupõem uma visão sistêmica e abrangente das atividades, serviços e setores que proporcionam uma experiência de viagem e analisam o desenvolvimento do turismo a partir de um foco multidimensional e de interdependência de todos os seus elementos constituintes. Dentro dos representantes da aproximação holística, Mathieson & Wall (1982) vinculam o turismo ao deslocamento dos turistas, às atividades realizadas e à

atenção de suas necessidades. Já a visão de Jafari (1989) tenta acabar com o debate quanto à classificação do turismo como fenômeno, indústria ou atividade. Para este autor o turismo é interação social e cultural, mas “envolve uma estrutura industrial composta por sistemas emissores e receptores de turistas assentados numa relação de total interdependência” (JAFARI, 1989, p. 437).

Sendo um fenômeno que se relaciona com distintos campos de estudo, o turismo explica-se conforme diferentes correntes de pensamento e examina-se em contextos diversos da realidade social, exigindo o contributo de várias áreas para revelar todas as suas dimensões. As diferentes abordagens aqui apresentadas sobre a conceitualização do turismo espelham a complexidade e a amplitude do fenômeno e justificam que a multiplicidade das definições de turismo seja um fato inevitável. Por sua vez, essa complexidade do fenômeno turístico também pode ajudar a compreender porque ainda hoje muitos estudos no turismo concedem primazia à observação de aspectos parciais ou incidências isoladas.

Contudo, a dificuldade em definir o turismo de uma forma significativa, que seja amplamente aceita, não impede que se reconheçam alguns denominadores comuns nas diferentes abordagens, tais como: o deslocamento ou a viagem, a permanência fora do domicílio, a temporalidade e a existência de equipamentos e serviços para a satisfação das necessidades do turista (BENI, 2003). Seja qual for a natureza do enfoque escolhido para sua conceptualização, pode-se inferir então, desde uma ótica integradora, que “o turismo é uma prática social de natureza espacial geradora de atividades econômicas que tem deixado de ser marginal para se converter em estrutural” (VERA *et al.*, 1997, p. 401).

1.1.2 Caracterização do sistema turístico

Hoje em dia não há dúvidas sobre a importância do turismo como atividade econômica, mas também como componente da estrutura territorial de numerosos lugares e regiões, pois é responsável por mudanças sociais e culturais nos destinos (DIAS, 2003). O turismo é muito mais do que a soma de operações e elementos de caráter econômico. É o resultado da interação, na dupla perspectiva de causa ou de efeito, de inúmeros componentes ambientais, socioculturais e econômicos. Por isso, sua compreensão não pode ser reducionista, baseada em uma ou outra definição ou na análise de suas partes isoladamente. O entendimento do turismo exige partir de uma visão integradora e interdisciplinar, que atenda aos mecanismos singulares de relações que acontecem entre os seus elementos (BENI, 2003).

Em função da complexidade da sua estrutura e das inter-relações entre os distintos componentes e fatores da atividade, a abordagem sistêmica vem sendo adotada para definir e entender o turismo, auxiliando a compreensão do contexto e retratando os relacionamentos entre as partes constituintes. Sua aplicação permite, dado um determinado objetivo, encontrar caminhos ou meios para alcançá-lo com a máxima eficiência e o mínimo custo, em uma rede de interações altamente complexa (HALL, 2001).

Considerar o turismo desde os sistemas complexos é uma perspectiva que quebra com a visão dos esquemas lineares. Não significa isolar algum elemento a fim de entendê-lo, senão assumir que o turismo é uma representação de um conjunto de situações, fenômenos e processos que não podem ser estudados prescindindo de suas interações com o resto. Implica, portanto, ir além da simples consideração de variáveis como oferta e demanda, na justificativa de um setor que tem como premissa a concorrência e homogeneização de produtos e serviços (SERRANO-BARQUÍN *et al.*, 2011).

O enfoque sistêmico do turismo fundamenta-se na Teoria Geral de Sistemas, desenvolvida principalmente pelo biólogo Ludwig Von Bertalanffy (1901-1972). Inicialmente essa teoria estava relacionada aos sistemas físicos e biológicos, mas tem encontrado no turismo um excelente campo de aplicação. Esta teoria afirma que um sistema é um todo integrado cujas propriedades não podem ser reduzidas às propriedades das partes. Dessa maneira, em um sistema cada variável interage com as outras variáveis de forma tão sólida que causa e efeito não podem ser separados (BERTALANFFY, 1973). Os sistemas que se relacionam com outros sistemas são chamados sistemas abertos e neles existem intercâmbios com o meio circundante. Tais sistemas estão sujeitos a coerções internas, impostas pelo ambiente, e coerções externas, em função de limitações que lhe são inerentes, e procuram constantemente um equilíbrio dinâmico.

Sob o enfoque sistêmico, o turismo pode ser analisado como um sistema aberto que se relaciona com o meio ambiente no qual se desenvolve a atividade, formalizando uma série de trocas. Isto é, o sistema exibe contínuos e permanentes processos de intercâmbios, tais como energéticos, materiais e de informações, e sem alguns deles, o sistema não sobrevive.

Atualmente, na literatura podem ser encontrados diversos modelos aplicados ao turismo que buscam compreender, representar e sistematizar tanto os elementos que caracterizam o fenômeno turístico quanto a suas inter-relações e sua relação com o ambiente externo. Os principais modelos existentes podem ser divididos em dois grupos: modelos espaciais e modelos estruturais. Como seu próprio nome indica, os modelos espaciais estão constituídos por elementos de caráter espacial, como por exemplo origem e

destino, e concentram sua atenção na relação existente entre essas duas unidades geográficas (LEIPER, 1979; FUSTER, 1985; PALHARES, 2002; PEARCE, 2003). Já os modelos estruturais, incluem elementos relativos à oferta turística, e em alguns casos, também elementos vinculados à demanda, focalizando na inter-relação oferta-demanda (INSKEEP, 1991; MOSCARDO *et al.*, 1996; HALL, 2001; BENI, 2003).

Dentre os modelos espaciais destaca-se o de Leiper (1979), enquanto que entre os modelos estruturais merece especial atenção o de Beni (2003). O primeiro é o sistema turístico mais conhecido no exterior, enquanto que o segundo é o mais difundido no Brasil. Seguidamente cada um deles é apresentado, visando mostrar como, independentemente do modelo, a abordagem sistêmica se apresenta como uma perspectiva útil para a compreensão de realidades complexas como o fenômeno turístico, mediante o destaque das inter-relações existentes entre os diferentes elementos que o configuram.

O turismo é um fenômeno inerentemente relacionado ao conceito de espaço e ligado aos deslocamentos. Nesse sentido o modelo de Leiper (1979) tem uma base espacial (geográfica) e apresenta dois diagramas teóricos para representar o turismo (Figura 1). O primeiro está constituído pelos elementos geográficos do turismo, representados pela origem, os destinos e as rotas de trânsito. O segundo está formado pelos diferentes ambientes que englobam a atividade (físico, cultural, social, econômico, político e tecnológico).

Dentro dos elementos geográficos, a região geradora é a região de origem do turista e onde a viagem começa e termina. Nessa região formam-se as motivações, procuram-se as informações necessárias para viajar e geram-se os recursos a serem gastos pelo turista. A região ou rota de trânsito compreende a região ou as localidades pelas quais o turista viaja até atingir seu destino. Por fim, a região de destino constitui o terceiro elemento geográfico do sistema. O destino é o que origina a viagem do turista, motivando os deslocamentos na procura de alguma forma de experiência turística e onde o turista passa pelo menos um dia antes de ir a outro destino turístico ou voltar para casa. Também é o local que recebe os principais efeitos da atividade.

A indústria turística é o elemento restante desse modelo espacial e compreende todas as empresas e organizações envolvidas na oferta do produto turístico, situadas ao longo do itinerário, em qualquer dos três elementos geográficos sinalados.

Se os elementos apresentados são os componentes que dão forma e estrutura ao sistema turístico, para Leiper (1979), os turistas são os atores e a essência desse sistema. Os turistas partem de seu lugar de residência, viajam ao destino no qual permanecem durante certo tempo e logo regressam ao lugar de origem. Sendo assim, os elementos do

sistema identificam-se considerando o padrão geral dos itinerários que os turistas realizam. Isto é, são os turistas que desencadeiam os sistemas turísticos, convertendo as regiões geográficas em regiões emissoras, rotas de transito e destinos turísticos e, com isso, provocando o surgimento de serviços e infraestruturas dirigidos a satisfazer suas necessidades.

O modelo apresenta de forma simples e ampla o turismo, constituído por elementos e processos de interação reconhecidos como fundamentais para o seu bom funcionamento. Isto, unido à sua alta flexibilidade, que possibilita seu uso em qualquer escala e incorporação em estudos de diferentes modalidades de turismo, o torna um modelo bastante adequado e amplamente reconhecido (HALL, 2001).

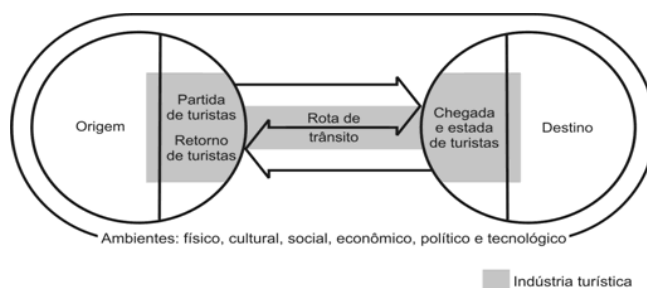


Figura 1 – Modelo turístico de Leiper
 Fonte: Leiper (1979, p. 404).

Em relação aos modelos estruturais, Beni (2003, p. 43) elaborou um complexo Sistema de Turismo (SISTUR) “visando oferecer um quadro referencial dinâmico, flexível e de fácil leitura e compreensão, de modo a integrar a complexidade que a atividade envolve e representar suas combinações”.

O autor propõe um modelo no qual os elementos estão organizados e categorizados em três conjuntos diferentes, cada um deles dividido em seus respectivos subsistemas (Figura 2). O conjunto das relações ambientais integra o subsistema ecológico, o subsistema econômico e o subsistema sociocultural. O conjunto da organização estrutural envolve tanto a superestrutura (estrutura política), quanto a infraestrutura (estrutura física). Já o conjunto de relações operacionais está formado pela oferta e a demanda, vinculadas à produção e ao consumo, dentro do âmbito do mercado. Para este sistema turístico, tais subsistemas não são independentes e autônomos, mas são componentes sensivelmente interligados e totalmente interdependentes.

O SISTUR é um sistema aberto e alimentado por informações e que realiza trocas com o meio que circunda. Nele identificam-se os múltiplos componentes do fato e do fenômeno do turismo em suas diversas inter-relações causa-efeito, e relacionam-se

subsistemas antecedentes, interferentes e controladores (BENI, 2003). O sistema situa o turismo em toda sua complexidade e multicausalidade, mostrando as combinações de forças e energias nele produzidas. Comparado a outros modelos estruturais, o SISTUR tem a vantagem de selecionar, mediante um esquema sintetizador e dinâmico e de maneira bastante adequada, os elementos que o integram, evitando lacunas e superposições (SANTOS, 2007).

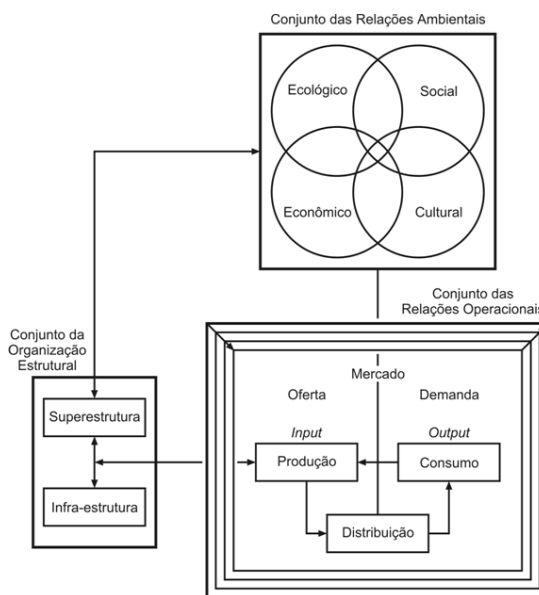


Figura 2 – Modelo turístico de Beni
Fonte: Beni (2003, p. 48).

Tanto o modelo de Leiper quanto o modelo de Beni tomam como base a Teoria Geral de Sistemas e expõem o turismo como uma estrutura constituída por diferentes elementos que conformam a totalidade e que pode ser descomposta em subpartes, ao passo que mostram a relação entre os diferentes componentes envolvidos no turismo e sua relação com o ambiente.

Com independência do modelo considerado, ver o turismo como um sistema aberto e integrado facilita os estudos multidisciplinares de aspectos particulares do fenômeno. Além disso, essa visão permite perceber a complexidade e variedade de todos os aspectos envolvidos no seu desenvolvimento assim como sua natureza dinâmica. Por sua vez, os dois modelos apresentados abordam o turismo como uma atividade integrada a dimensões importantes para se discutir os impactos do turismo e a sustentabilidade: ambientes naturais, socioculturais e econômicos. Por fim, apresentam o turismo como uma atividade de atores sociais e de conjunto bem definido de relações, serviços e instalações gerados em virtude de certos deslocamentos humanos.

Em poucas palavras, a abordagem sistêmica no turismo possibilita ressaltar a interdependência que existe entre vários elementos inter-relacionados e que deverão cooperar para cumprir objetivos comuns. Ao final, os planejamentos sistêmicos aplicados ao turismo reforçam a importância do fator relacional e a colaboração no setor turístico.

1.1.3 O fenômeno turístico: importância e evolução recente

O turismo é um fenômeno social que envolve a experiência de práticas lúdicas, de descanso, ócio e evasão, cumprindo uma condição de lazer, a qual está ligada às atividades que se realizam durante o tempo livre. Desse modo, viajar para algum lugar com a finalidade de contemplá-lo e aí permanecer por motivos que, basicamente, não estejam vinculados com o trabalho, constitui a característica principal do turismo de massa nas sociedades modernas (URRY, 2001).

Desde o século XVIII, a aristocracia europeia já empreendia viagens para ocupar o tempo disponível com lazer, traçando assim os primeiros passos para uma futura atividade econômica turística. Nos dias de hoje, as viagens turísticas têm deixado de ser uma exceção para se transformarem em parte da cotidianidade. Os avanços tecnológicos nos transportes e nas comunicações, junto à disponibilidade de maior renda e tempo livre por parte dos cidadãos, fazem com que o turismo desponte como um dos setores de maior crescimento na economia mundial (KRIPPENDORF, 2003). Segundo Beni (2003, p. 27), “o crescimento econômico e a prosperidade mundial promoveram o aumento do turismo de negócios e o crescimento constante do número de famílias que poupam para conhecer o mundo”.

Nos países ocidentais, principais mercados emissores, aspectos como a diminuição da natalidade e o progressivo envelhecimento da população, assim como a incorporação da mulher ao mercado laboral e a consideração das viagens de férias como uma necessidade, são alguns dos fatores que caracterizam a evolução da dinâmica turística (DAVIDSON, 2001). No Brasil, semelhante aos outros países emergentes, o aumento da renda média, o consumo das famílias e a emergência de uma nova classe média estão fortalecendo o turismo e seu reconhecimento como importante fator de desenvolvimento (MTUR & FGV, 2010).

Nas últimas décadas o turismo tem crescido quantitativamente, adquirindo uma importância mundial cada vez maior e se apresentando como uma das atividades mais dinâmicas do sistema econômico (WTO, 2010). Para muitos países o turismo tornou-se uma das principais fontes de receita, imprescindível para a geração de emprego e renda. Contudo, as mudanças qualitativas têm sido ainda mais importantes, até o extremo em que

a atividade turística deve ser considerada um novo componente estrutural do desenvolvimento territorial (CÓRDOBA, 2009).

A atividade turística vem ganhando importância em todo o mundo em função do seu papel relevante no desenvolvimento econômico e também social. A atual crise financeira não parece ter produzido uma inversão no aumento crescente do peso e da importância relativa que o turismo tem em nível global, uma vez que os indicadores disponíveis apontam para uma notável capacidade de resiliência da atividade turística. Conforme divulgado pela Organização Mundial de Turismo (WTO) e o Banco Mundial (WB), a atividade turística continua sendo uma importante alavanca para a economia, representando uma parte significativa dos empregos e do produto interno bruto (PIB) global. Assim, o turismo envolve 9,4% do PIB e 7,6% do emprego mundial. Além disso, o mercado de viagem representa 30% das exportações mundiais de serviços e 10,9 % das exportações mundiais totais. Como categoria de exportação, o turismo se situa ademais no 4º lugar, depois apenas dos combustíveis, produtos químicos e automóveis (UNWTO, 2012; WB, 2012).

No início do século XX o turismo se converteu na atividade econômica mais importante do mundo, registrando um crescimento espetacular. Entre os anos 1950 e 2000, o fluxo internacional de turistas passou de 25 a 682 milhões, representando uma taxa de crescimento anual perto do 5% (WTO, 2010). Já entre 2000 e 2008, as viagens internacionais cresceram 4,2% ao ano, alcançando um total de 922 milhões de turistas em 2008 (WTO, 2010). No ano 2012, apesar do contexto global de instabilidade econômica, o número de turistas no mundo superou pela primeira vez a barreira de um bilhão de pessoas. No Brasil, o crescimento experimentado nesse ano ultrapassou em 20% a média mundial (WTO, 2013).

O crescimento do turismo tem sido acompanhado por uma descentralização do fluxo turístico ao longo dos últimos sessenta anos. Assim, embora geograficamente e desde o ponto de vista da recepção o turismo seja um setor amplamente dominado pela hegemonia dos países do Norte, Europa e América do Norte entregaram parte da sua fatia de mercado para os países em desenvolvimento (WTO, 2010). Essa circunstância situa o turismo como uma atividade difusa no território, onde cada dia surgem novos destinos turísticos, e que ademais afeta transversalmente um número crescente de atividades e de estratos diversos da população (CÓRDOBA, 2009).

Para várias instituições envolvidas com o turismo (MTUR & FGV, 2010; WTO, 2010) essa desconcentração do turismo mundial pode contribuir para a redução das desigualdades e para a promoção de um ambiente favorável ao desenvolvimento mais equilibrado. Nesse sentido, poderia se pensar que essa tendência caminha separada da

tradicional interpretação dual do turismo, na qual este é considerado um fenômeno próprio de países ricos e um símbolo de prosperidade destinado a salvar as economias dos países pobres. Entretanto, analisando o impacto que o turismo gera nas diferentes economias pode observar-se que não mostra um comportamento similar. Assim, enquanto que nos países desenvolvidos o turismo tem possibilitado a abertura de novas zonas econômicas ou tem sido um elemento fundamental no cambio da estrutura econômica, nas economias emergentes e nos países em desenvolvimento o turismo, muitas vezes, se transforma em um modelo de desenvolvimento alternativo, do momento, para se poder sair de situações adversas, implicando grandes transformações e impactos negativos (DACHARY & BURNE, 2006).

Após o surgimento do turismo de massa em meados do século XX, emergiu um intenso debate sobre o turismo como fator de desenvolvimento, no qual se questiona se o turismo é um agente de desenvolvimento da sociedade receptora, ou pelo contrário, um reflexo do subdesenvolvimento. Na atualidade, a contribuição do turismo para a criação de emprego e crescimento do PIB são vistos como os principais mecanismos pelos quais a atividade contribui para o bem-estar das comunidades onde se desenvolve. No entanto, é importante notar que embora o turismo seja uma fonte de geração de empregos e de crescimento econômico, o incremento do turismo por si só não implica a superação das iniquidades dos modelos de desenvolvimento econômico, que provocam o aprofundamento das desigualdades entre as regiões ou que privilegiam uma minoria da população local. Portanto, pode-se inferir que o turismo representa uma alternativa de crescimento econômico, mas não de desenvolvimento econômico (LEMOS, 1998).

De forma geral fala-se de uma “indústria do turismo”. No entanto, deve-se notar que a atividade turística pertence ao setor terciário, e não ao secundário, caracterizado majoritariamente por uma produção industrial. Entretanto, para poder operar, o turismo, assim como a indústria, precisa de matéria-prima. No caso da indústria, a matéria-prima é obtida dos recursos naturais, e no caso do turismo, ela provém dos atrativos. Porém, enquanto que na indústria a matéria-prima deve ser extraída para ser processada e fortemente transformada, no turismo os atrativos devem permanecer intactos, ou ser minimamente modificados ao gosto dos visitantes a fim de assegurar a continuidade da atividade. Além disso, diferentemente da indústria, no turismo a matéria-prima não pode ser trasladada para ser transformada, obrigando que os equipamentos e serviços turísticos se situem ao lado do atrativo ou dentro da sua área de influência (BOULLÓN, 2005).

O turismo é uma atividade caracterizada pelo deslocamento de pessoas que, por múltiplas motivações, deixam temporariamente seu lugar de residência e visitam outros

lugares, usando uma série de equipamentos e serviços especialmente implementados para esse tipo de visitação. Mediante a atividade empresarial e diversas políticas públicas, os atrativos que são considerados um bem de uso e de domínio público convertem-se em um meio de produção a partir dos serviços que se localizam em volta para fazer possível seu uso e desfrute. Essa intervenção é fundamental para a transformação do espaço em oferta turística, ainda que não esteja condicionada necessariamente apenas à obtenção de um benefício econômico senão que também vise benefícios socioculturais e, inclusive, ambientais.

Atualmente o turismo apresenta-se como um complexo sistema de atividades encadeadas e, que está em processo constante de transformação, bem seja de demandantes, bem seja de fornecedores de serviços. É um fenômeno de interação entre o turista e o núcleo receptor e de todas as atividades decorrentes dessa interação. Nesse sentido, o turismo pode ser considerado um “bem construído”, uma vez que sua oferta tem origem em um sistema que se constrói a partir de determinadas condições físicas, sociais, políticas e econômicas, se adaptando a diversas expectativas. Essa circunstância exige que a abordagem do turismo não se limite estritamente ao econômico, sendo necessário analisá-lo, sob a ótica da sustentabilidade, como um fenômeno complexo, detentor de outras dimensões - sociais, ambientais e culturais – permeadas de relações e no qual se produzem numerosos impactos inerentes à sua própria implementação, que deverão ser tratados de modo sistêmico.

1.2 TURISMO E SUSTENTABILIDADE: UMA RELAÇÃO PARADOXAL?

1.2.1 Impactos ligados ao turismo

A experiência de muitos destinos turísticos demonstra que, se bem o turismo oferece novas possibilidades para o desenvolvimento das regiões, não se trata de uma atividade inofensiva, uma vez que, sobretudo a partir de certos níveis de visitantes e sem um planejamento adequado, pode induzir efeitos negativos. Assim, além da promoção de externalidades positivas, o turismo também pode gerar consequências sociais, econômicas e ambientais indesejáveis (BUHALIS, 2000; SWARBROOKE, 2000; KRIPPENDORF, 2003).

Leiper (1995) e Middleton & Hawkins (1998) resumiram, com base em uma perspectiva sistêmica do turismo, os seus impactos em relação às dimensões econômica, sociocultural e ambiental. A sistematização realizada por esses autores oferece um marco teórico-conceitual que permite uma oportuna interpretação das relações entre turismo e desenvolvimento e com isso, uma melhor consciência tanto das oportunidades quanto dos

riscos que envolve a atividade turística. Em seguida, apresentam-se os principais impactos por eles destacados:

- I. **Impactos econômicos:** durante décadas o turismo tem sido elogiado pelos benefícios econômicos que aporta com seu desenvolvimento. De forma geral, esses impactos provêm da relação de consumo que os turistas estabelecem com o local visitado. Entre os impactos positivos do turismo estão (LEIPER, 1995; MIDDLETON & HAWKINS, 1998):
 - geração de divisas e tributações na balança de pagamentos nacional;
 - taxas e impostos para os governos;
 - faturamento das empresas pelos serviços oferecidos aos turistas;
 - modificação significativa do mercado de trabalho e estímulo de novas atividades econômicas;
 - criação de emprego, aumento e melhora na distribuição da renda;
 - efeito multiplicador na economia, entendido como o grau em que o dinheiro gasto pelos turistas permanece na região de destino turístico para ser reciclado pela economia local em sucessivas rodadas de atividade econômica;
 - melhora da qualidade de vida dos residentes em geral, aumentando a estrutura de lazer em razão da presença do turista.

Contudo, apesar do reconhecimento dos impactos positivos, potenciais ou reais, que a atividade turística gera sobre a economia, os impactos econômicos negativos sobre os destinos, os habitantes e a comunidade de acolhida não têm sido muito discutidos (BUHALIS 2000). Entre os impactos econômicos negativos podem ser citados o efeito inflacionário que ocasiona a própria atividade e o maior poder aquisitivo dos turistas; a elevação dos preços da terra e a especulação imobiliária motivados pelo crescimento econômico na região; o custo de oportunidade de usos alternativos dos recursos turísticos; e o deslocamento de outras atividades econômicas locais tradicionais que não estão em condições de competir com o turismo. O superdimensionamento dos benefícios que o turismo pode produzir também se apresenta como um fator de risco econômico, induzindo ao poder público a priorizar seus investimentos no setor turístico, e descuidando serviços básicos para a região, tais como saúde, educação ou transporte. Por fim, a dependência quase exclusiva de muitas localidades e regiões em relação à exploração de determinadas modalidades de turismo pode tornar as economias locais vulneráveis à sazonalidade que caracteriza o fenômeno turístico.

II. **Impactos socioculturais:** a atividade turística constitui um âmbito no qual entram em contato pessoas de procedência e bagagem socioeconômica e cultural muito diferentes. Nesse contato o turismo provoca alteração nos estilos de vida, valores, identidade e costumes dos moradores das comunidades anfitriãs (LEIPER, 1995) e pode gerar tensões e animosidade entre turistas e residentes, além de cobiça, indolência, violência e crime (MIDDLETON & HAWKINS, 1998). Numerosos estudos sobre o turismo (MATHIESON & WALL, 1982; LAGE & MILONE, 2000; SWARBROOKE, 2000) abordam os impactos socioculturais negativos que o turismo tem sobre as comunidades de acolhida, uma vez que elas são consideradas o elemento mais fraco do sistema e, portanto, mais suscetível de sofrer consequências negativas durante o desenvolvimento de um destino turístico. Entre os impactos negativos mais citados destacam:

- a mercantilização, entendida como a comercialização e transformação das tradições culturais e espirituais de uma comunidade em espetáculo para turistas e que provoca no morador uma crise de significados em relação às tradições, junto com o enfraquecimento de seus vínculos com a comunidade (BURNS, 2002). Alguns autores já falam de “disneyzação” em relação ao papel do turismo com o desenvolvimento regional (CÓRDOBA, 2009);
- o efeito imitação que acontece quando os turistas tornam-se modelos para os moradores, que passam a adotar seus estilos de vida, incorporando certos comportamentos e alterando seus sistemas de valores e atitudes (BURNS, 2002);
- a criação de estereótipos que media a relação entre turistas e moradores das comunidades anfitriãs e transforma os valores e condutas morais da comunidade, podendo gerar problemas, como prostituição, proliferação do uso de drogas e alcoolismo, entre outros;
- perda de controle da comunidade, já que, em algumas situações, o turismo de empresas multinacionais pode chegar a ser considerado uma nova forma de colonialismo (LAGE & MILONE, 2000);
- transformação das estruturas de trabalho e empregos com baixo valor agregado;
- perda de hospitalidade por parte do morador quando se saturam as capacidades de carga psicológica ou social (LIU, 2003).

Enquanto os impactos econômicos do turismo têm sido tratados tradicionalmente desde o ponto de vista dos benefícios que aportam, os impactos socioculturais geralmente são analisados desde a parte negativa. No entanto, o turismo também pode aportar

benefícios positivos ao fomentar o contato entre comunidades diferentes. Entre os impactos socioculturais positivos destaca-se o reforço do sentimento de orgulho e identidade cultural que o turismo provoca na comunidade (LEIPER, 1995). Além disso, os encontros entre locais e turistas, com comportamentos e formas de convívio diferentes dos habituais, podem possibilitar também a aquisição não formal de conhecimentos e o desenvolvimento de tolerância perante a diferença (LAGE & MILONE, 2000).

Assume-se que os impactos socioculturais do turismo são consequência das relações sociais que se estabelecem em um destino turístico. Também há consenso em sinalar que a magnitude dos impactos dependerá em grande medida das diferenças socioculturais entre turistas e residentes e que podem afetar a múltiplas variáveis, que vão desde questões relacionadas com as formas de vida e sistema de valores, até níveis de segurança e conduta moral (BURNS, 2002). Em qualquer caso, com independência dos efeitos derivados da atividade turística, os impactos socioculturais são, no início, aparentemente invisíveis, mas geralmente tornam-se permanentes, oferecendo poucas oportunidades de reverter as mudanças uma vez ocorridas (SWARBROOKE, 2000).

III. Impactos em ambientes físicos: o ambiente, seja natural ou construído, tornou-se a base e a atração de muitos destinos turísticos. Se por um lado o modelo de desenvolvimento tradicional exerce uma forte pressão sobre tais ambientes, por outro lado, a procura de alternativas a esse turismo de massa, juntamente com o reclamo “natural” como gancho comercial, tem aumentado o fluxo de turistas para ambientes frágeis de grande relevância ambiental e, portanto, vulneráveis à pressão humana. A título de exemplo, segundo o Programa Ambiental das Nações Unidas, o turismo nos locais do planeta mais ameaçados ambientalmente, principalmente regiões tropicais, insulares e litorais, duplicou na década dos 90 (CHRIST *et al.*, 2003).

Entre os impactos ambientais negativos listados por Leiper (1995) e Middleton & Hawkins (1998), estão:

- congestionamento e superlotação que levam à perda de habitats de vida selvagem, causando danos aos ecossistemas;
- danificação e desgaste dos frágeis ambientes naturais e construídos devido às pressões do superdesenvolvimento e ao número excessivo de turistas;
- geração de lixo, esgoto, emissões de ruído e uso de produtos químicos e poluentes;
- problemas relacionados à erosão, ao desmatamento, aos recursos hídricos, ao ar e à energia;

- poluição arquitetônica e contaminação paisagística provocada pela infraestrutura construída, sem respeito pela integridade arquitetônica e estilos tradicionais ainda existentes;
- desvio de recursos naturais locais para empreendimentos turísticos que colocam os residentes locais em desvantagem.

Já os impactos positivos estão relacionados ao fato de que o turismo pode estimular a melhoria da qualidade do meio físico e oferecer uma justificativa a longo prazo para a proteção e a preservação dos recursos naturais e construídos. Nesse sentido, pode proporcionar uma argumentação econômica e de infraestrutura destinada à regeneração e revitalização para uso turístico do patrimônio natural e cultural deteriorado ou em desuso. Ademais, a afluência de turistas demanda melhoria da infraestrutura básica e dos serviços de saneamento e coleta de resíduos nos destinos, o que significa ganhos na qualidade do meio ambiente e na saúde dos residentes. Além disso, não se deve subestimar outros aspectos menos materiais, como a valorização do convívio com a natureza e o aumento da consciência sobre o meio ambiente (SWARBROOKE, 2000).

O turismo faz uso de uma grande variedade de recursos naturais e patrimoniais que, em muitos casos, podem ser o atrativo principal de um destino. Mesmo assim e apesar do turismo poder oferecer uma razão econômica para a proteção desses recursos e contribuir para a revalorização do ambiente físico, seja natural ou construído, ele também pode ser uma ameaça à sua sobrevivência. Isto é, parece evidente que o impacto do turismo sobre o meio ambiente é inevitável. Porém, o desafio pode ser mantê-lo dentro de limites aceitáveis que não provoque modificações ambientais irreversíveis, enquanto não prejudique nem o prazer do visitante de usufruir o lugar, nem o direito do morador a viver em um ambiente saudável.

Em resumo, é amplamente reconhecida a capacidade que o turismo tem de alterar os sítios físicos e culturais que se tornam territórios da função turística. Entretanto, como cada destino turístico é diferente dos outros, os impactos causados pelo turismo variaram, segundo os distintos tipos de destinos, dependendo, entre outros fatores: da sazonalidade turística e do planejamento inicial da atividade; da modalidade turística desenvolvida e da tipologia de turistas atraídos pelo destino; do grau de desenvolvimento da atividade; da política pública que rege o turismo; e da fragilidade do meio ambiente, economia e cultura local (SWARBROOKE, 2000, p. 69).

Considerando o turismo um sistema aberto, o desenvolvimento do sistema turístico é influenciado por diversos fatores, mantendo um processo contínuo de inter-relacionamentos

com as dimensões social, econômica e ambiental que, muitas vezes, é conflitante. Nesse sentido, a ideia de sustentabilidade no turismo está diretamente ligada aos impactos relacionados ao turismo e tratados de modo sistêmico (COSTA, 2007). Isso porque o turismo sustentável exige a proteção ambiental, mas também a viabilidade econômica de longo prazo e a justiça social.

Como campo de estudo, o turismo é um setor afeito a tensões e contradições, com significados simultaneamente criativos e destrutivos. De um lado, é considerado uma alternativa estratégica de desenvolvimento e agente dinamizador de economia, assim como um dos fatores de intensificação das redes de relações sociais no planeta. De outro lado, a atividade turística simboliza muitas vezes a apropriação inadequada de ambientes naturais e culturais, transfigurando-os em espaços de lazer e consumo, e causando não apenas impactos ambientais, senão também custos socioculturais e econômicos sobre os destinos e comunidades receptoras. Tais contradições são especialmente relevantes na hora de discutir a relação do fenômeno turístico com a sustentabilidade, ainda mais no atual contexto em que a atividade turística vem superando a imagem meramente econômica para adquirir novas dimensões e transversalidades.

1.2.2 Capacidade de carga e ciclo de vida do destino turístico

Como visto anteriormente, os impactos do turismo são muito ambivalentes, estando associados à dinâmica dos fluxos turísticos e a vulnerabilidade dos destinos, elementos que determinarão os custos e benefícios no desenvolvimento das atividades turísticas. Uma das prioridades no desenvolvimento turístico é precisamente a determinação da vulnerabilidade das atividades e empreendimentos, assim como da resiliência dos ambientes onde o turismo se implanta, sua capacidade de adaptação e suas respostas à mitigação, uma vez que essas propriedades podem tornar operacional o desenvolvimento do turismo sustentável (CHOI & SIRAKAYA, 2006).

A partir dessa perspectiva, a sustentabilidade no turismo está estreitamente relacionada a dois componentes inerentes ao fenômeno turístico. Em primeiro lugar, está ligada à capacidade de acolhida que os destinos têm para essa função, de modo que a utilização máxima de qualquer local possa gerar o mínimo de efeitos negativos nos recursos naturais, assim como de impactos adversos sobre a população residente e a cultura nativa. Em segundo lugar, a sustentabilidade está relacionada à evolução que segue o desenvolvimento dos destinos e à forma na qual as áreas turísticas podem se manter em vigor ao longo do tempo.

O incremento de fluxos turísticos é uma ameaça crescente sobre os destinos e exige um planejamento preciso e uma gestão eficaz para instaurar formas de turismo menos nocivas. Essa circunstância sugere que conhecer a afluência de visitantes e o tipo de turismo que cada local pode suportar torna-se um requisito para planejar a atividade turística visando o mínimo de impactos negativos possíveis.

Considerando a necessidade de minimizar tais impactos derivados do turismo, a noção de “capacidade de carga” entra em jogo na tentativa de fixar os limites do desdobramento turístico, tendo em conta as relações físicas e sociais resultantes. Essa capacidade depende não só da estrutura, da infraestrutura e dos equipamentos de acolhida, senão também da forma na que se gerenciem os fluxos turísticos.

Numerosos trabalhos na literatura especializada trataram de definir o conceito de capacidade de carga com maior ou menor êxito, discutindo, aliás, se é melhor fixar limites quantitativos ou qualitativos como indicadores de sustentabilidade no turismo (LIU, 2003; COCCOSSIS, 2004). Uma das definições mais amplamente aceitas é sugerida pela WTO (1981), que interpreta a capacidade de carga como o número máximo de pessoas que podem utilizar um ambiente de lazer sem causar um declínio inaceitável nem dos ambientes físico e social, nem da qualidade da experiência recreativa dos visitantes.

Essa definição distingue claramente as duas linhas de pensamento existentes sobre a natureza e o entendimento do conceito destacadas por O’Reilly (1991). Na primeira delas, o foco se coloca no meio receptor e não no turista, e a capacidade de carga é entendida como a capacidade de um destino de absorver o turismo sem causar manifestação de impactos negativos nas comunidades de acolhida. A segunda tendência centra-se no turista e na sua valoração subjetiva, considerando a capacidade de carga como um nível a partir do qual os fluxos turísticos se reduzem ao ser evidente a diminuição na satisfação da experiência adquirida pelos visitantes.

Independentemente da definição sobre capacidade de carga e de onde se coloque o foco de atenção, a maior parte dos autores que tratam do assunto entendem que não se deve considerar apenas uma única capacidade de carga, senão várias, que deveriam ser analisadas de forma combinada em função dos impactos que produz o turismo (COCCOSSIS, 2004).

Com base nesse entendimento, Williams & Gill (1994) distinguem três perspectivas na abordagem da capacidade de carga: ambiental, econômica e social. A ambiental estaria fundamentada na capacidade de carga física para prevenir a alteração do meio físico. Já a capacidade de carga econômica teria vínculos com a capacidade do destino para absorver as funções turísticas, com a maximização de rentabilidade econômica a longo prazo, sem

pressionar nem o desenvolvimento das atividades locais nem a satisfação dos turistas. Por fim, a perspectiva social estaria ligada à percepção do turismo por parte dos residentes e a sua tolerância com a presença e comportamento dos turistas.

A essas dimensões de estudo sobre a capacidade de carga turística, Watson & Kopachevsky (1996) adicionam a dimensão psicológica, como capacidade de carga estritamente experiencial e relacionada com a satisfação pessoal dos turistas sobre a experiência turística. Essa apreciação estaria condicionada por múltiplos fatores, como a atitude percebida pela comunidade local, o grau de saturação do destino e a qualidade ambiental, dentre outros.

Além das tipologias de capacidade de carga mencionadas, a dimensão administrativa, relacionada com os recursos e capacidades dos gestores de sítios turísticos, também é considerada relevante nos estudos sobre o desenvolvimento (HUNTER & GREEN, 1995).

O debate sobre a capacidade de carga acontece em torno dos turistas e também do destino turístico, uma vez que este último envolve os atrativos e a população de acolhida. Conforme Mathieson & Wall (1982), os níveis de capacidade de carga estarão, portanto, influenciados por dois grupos de fatores. Por um lado, as características dos turistas, relacionadas à sua condição socioeconômica, número e densidade, duração da estância e tipo de atividades realizadas no destino. Por outro lado, as características do local de destino e seus moradores, enquanto rasgos naturais e culturais, estrutura e organização social, econômica e política, e nível de desenvolvimento turístico.

A determinação da capacidade de carga é um fator importante para o planejamento dos destinos turísticos, uma vez que proporciona informação útil sobre os níveis de tolerância física, percepção e satisfação de usuários, tanto residentes quanto turistas, dos destinos com atividade turística. Em outras palavras, recolher essas informações pode permitir a melhor proteção dos recursos e atrativos turísticos, empreendendo ações preventivas, com a finalidade de mitigar os impactos negativos ocasionados pelo desenvolvimento turístico e aumentar a satisfação dos visitantes e da comunidade anfitriã. Contudo, dada a multiplicidade de fatores e parâmetros envolvidos (físicos, ecológicos, sociais, econômicos, psicológicos, antropológicos e culturais), não há consenso sobre os métodos de mensuração a empregar, muito menos sobre os limites de permissibilidade adequados a cada caso (LIU, 2003). Assim, a procura de “números mágicos” para um conceito que considera, simultaneamente, variáveis mensuráveis e outras puramente subjetivas é, talvez, a principal crítica ao conceito.

Mesmo que seja um elemento relevante no desenvolvimento do turismo, a capacidade de carga apresenta-se apenas como um dos vários fatores que deverão ser considerados

para determinar o limite de uso de qualquer sítio turístico e, com isso, tomar melhores decisões encaminhadas à sustentabilidade da atividade. Além de identificar os níveis de uso aceitáveis e inaceitáveis, a sustentabilidade turística exige também a avaliação da degradação dos destinos e o estabelecimento da regulação e limitação do seu crescimento, de modo a manter o fluxo turístico com o mínimo de impactos para as regiões visitadas. Desde esse ponto de vista, o conceito de turismo tem fortes vínculos não só com a capacidade de carga senão com a relação entre essa noção e a evolução dos destinos ao longo do tempo.

O estudo da evolução dos destinos turísticos baseia-se na teoria do ciclo de vida do produto proposta por Dean (1950) no âmbito da gestão do marketing. Embora essa teoria seja de recente aplicação no turismo, vários autores (MIOSSEC, 1977; STANFIEL, 1978; CHADEFAUD, 1987) abordaram já na década de 70 os destinos como produtos que passam, ao longo de sua vida, por uma série de fases ou ciclos. Dentro dessa aproximação, tais autores propuseram diversos modelos que buscam explicar tanto a evolução que segue o desenvolvimento dos destinos quanto a forma em que as áreas turísticas podem manter-se vigentes ao longo do tempo.

Ainda assim, o ciclo de vida dos destinos (Tourism Areas Life Cycle – TALC) de Butler (1980) tornou-se o modelo de referência para descrever os processos de desenvolvimento dos destinos turísticos, sendo a contribuição mais amplamente debatida e utilizada pela academia.

O ciclo de vida do destino turístico constitui um dos temas de maior relevância na construção de estratégias turísticas sustentáveis e de destinos turísticos competitivos (AGARWAL, 2002). A ideia central desse modelo teórico repousa sobre a premissa de que qualquer atividade turística possui um limite de crescimento que deve ser respeitado para que o destino turístico tenha condições de manter seus atrativos e, conseqüentemente, a durabilidade e competitividade da atividade turística. Afinal, o destino turístico que negligencia a sustentabilidade do turismo em longo prazo corre riscos de aflorar os efeitos negativos derivados da atividade turística e de que seu potencial de atração se veja comprometido em relação a outras localidades (COSTA, 2007).

Tomando como base o ciclo de vida de produtos, Butler (1980; 2009) argumenta que os destinos também podem apresentar uma curva de ciclo de vida. Assim, esse autor propõe a análise do comportamento da demanda e da capacidade de carga dos destinos turísticos por meio de um modelo que prevê uma relação entre o incremento do número de visitantes e o desenvolvimento turístico.

O ciclo de vida do destino turístico estima uma evolução temporal do desenvolvimento turístico na qual é possível distinguir até seis estágios ou fases (Figura 3): exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e pós-estagnação. Para Butler (1980) alguns destinos podem não seguir esses estágios de maneira exata, mas tais fases são uma tendência da maioria deles.

As fases que compreendem o período entre a exploração e a consolidação representam o crescimento do destino, enquanto que o estágio de estagnação representa um declínio gradual do número de turistas do mesmo (BUTLER 2009). O fim do ciclo está representado pelo estágio de pós-estagnação, que abrange um leque de cinco opções que um destino pode seguir: renovação (A), crescimento reduzido (B), estabilização (C), declínio (D) e declínio imediato (E).

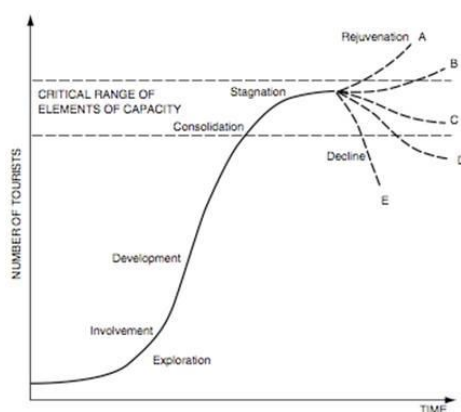


Figura 3 – Ciclo de vida do destino turístico
Fonte: Butler (1980, p. 5).

Em linhas gerais, o modelo parte do pressuposto que no início um destino se caracteriza por um número reduzido de visitantes, com perfil explorador, que se deslocam até o lugar fugindo das viagens de massa. Devido à carência de acessos e de planejamento da atividade turística, o número de turistas no destino será baixo, mas eles terão um forte contato com a comunidade local. Entretanto, a divulgação do destino provocará aumento no número de turistas e, inclusive, mudança em seu perfil, desencadeando paralelamente um incremento do número e variedade de serviços e instalações disponíveis. Essa transformação quantitativa e qualitativa poderá então saturar o destino, afetando negativamente a qualidade do ambiente físico, e causando desconforto tanto nos visitantes quanto na população local, assim como hostilidade nas relações sociais. Dessa forma, essa dinâmica pode fazer com que o destino se deprima como produto turístico, perdendo sua atratividade inicial e alcançando assim o declínio, principalmente quando os atrativos são recursos naturais ou históricos. Segundo a dinâmica do ciclo do destino turístico, os destinos

que podem se revitalizar são aqueles que renovam com frequência, de preferência antes do início do declínio, sua oferta, infraestrutura e atrativos, oferecendo novas experiências e provocando desejo de descoberta. Para que isso aconteça, o destino precisa de uma reestruturação radical que passa inevitavelmente pelo replanejamento da atração turística ou pelo melhor aproveitamento dos recursos naturais locais (AGARWAL, 1997).

O ciclo de vida do destino turístico inclui aspectos que vão desde o marketing até as relações entre turistas e residentes, a organização dos atrativos e a oferta dos serviços turísticos, representando um modelo complexo e flexível pela quantidade de variáveis que podem ser integradas e analisadas (SWARBROOKE, 2000). Nesse sentido, a proposta aborda o destino como um sistema de inter-relação entre diversas variáveis em onde cada estágio é um degrau que reflete a realidade do desenvolvimento do destino (VERA *et al.*, 1997).

A importância do ciclo de vida do destino turístico se manifesta uma vez que o modelo mostra e permite interpretar a evolução de um determinado destino. Dessa forma, pode contribuir na identificação da estratégia necessária mais coerente para reduzir os impactos causados pelo turismo sobre um destino com a finalidade de evitar o declínio do lugar e favorecer sua competitividade.

Contudo, o modelo não está salvo de críticas. Uma das mais comuns é que ele sugere a existência de um inevitável processo que sempre segue a ordem definida, o que parece limitar ou negar as possibilidades de intervenção (COOPER, 1994). Como percebido por Swarbrooke (2000) e Agarwal (1997), o ciclo de vida de um destino turístico raramente é uma curva nítida onde possa ser estabelecido facilmente o início e fim de cada fase do ciclo de forma linear, senão que tem sobreposição de estágios. Outra carência destacada do modelo está relacionada à falta de consideração da heterogeneidade do mercado e das atividades do destino, que permite que um único destino possa ter tantos ciclos de vida quantos segmentos de mercado, tipos de turistas ou de atividades (BERRY, 2006). Por fim, Rodríguez, Parra-López & Yanes-Estévez (2007) ressaltam que, embora o ciclo de vida aborde o desenvolvimento da atividade turística ao longo do tempo, não pode explicar por si só a sustentabilidade turística, sendo que o alcance desta deve partir de um ponto de vista composto, integrando diferentes critérios e modelos.

Dadas essas lacunas, o modelo apresenta-se útil apenas como marco descritivo de referência da maneira como os destinos se desenvolvem, fornecendo orientações para a tomada de decisões, pois os impactos são diferentes em cada fase do ciclo de vida do destino (BUHALIS, 2000). Isto é, o ciclo de vida do destino turístico representa uma evolução “ideal” e pode ser considerado como uma ferramenta apropriada de diagnóstico

para avaliar os desvios dos diferentes destinos em relação a um reconhecido padrão de desenvolvimento, mas não poder ser considerado por si só como uma ferramenta de decisão e indicador para alcançar a sustentabilidade turística.

Levando em conta a importância da sustentabilidade para o desenvolvimento turístico e, antes de explorar como a atividade turística se insere nesse marco, a seguir explora-se brevemente a história das abordagens desse conceito de modo a compreender seus objetivos, dimensões e interpretações.

1.2.3 Sustentabilidade: breve enquadramento histórico e conceitual

A década de 70 marcou o início da discussão em âmbito mundial sobre a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, levando a questionamento a participação do ser humano no planeta.

No ano 1972 foi publicado o relatório do Clube de Roma (Limites do Crescimento), que alertava sobre as graves consequências para a humanidade derivadas do padrão de crescimento populacional. Apesar das críticas recebidas, especialmente pela defesa do crescimento zero da população e da economia, esse relatório influenciou fortemente as discussões da I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo), realizada meses após sua publicação. A Conferência de Estocolmo incentivou a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Além disso, colocou pela primeira vez a questão ambiental na agenda política internacional e nos vários segmentos da sociedade, ao discutir as consequências do modelo de crescimento econômico vigente nas sociedades industriais.

Nesse mesmo ano, durante as discussões da Conferência de Estocolmo, surgiu a proposta de ecodesenvolvimento, que se não era sinônimo de desenvolvimento sustentável, serviu de plataforma para a sua origem e foi sendo gradualmente substituído por este último (SACHS, 2000).

Nos anos posteriores a Estocolmo 72, diversas reuniões e relatórios internacionais discutiram a relação entre meio ambiente e desenvolvimento. Entretanto, a expressão desenvolvimento sustentável só foi utilizada pela primeira vez em 1979, durante a discussão de um simpósio das Nações Unidas sobre as inter-relações entre recursos naturais, ambiente e desenvolvimento (VEIGA, 2008).

O termo desenvolvimento sustentável foi reconhecido e definido oficialmente por meio do Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum), em 1987. Assentado nos pilares do desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social, o relatório surgiu como

“tábua de salvação” da humanidade e trouxe consenso entre os partidários de limitar o crescimento econômico e aqueles que não queriam abrir mão de crescer.

Contudo, a ideia de desenvolvimento sustentável somente foi consolidada cinco anos depois, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, e incorporada em outras agendas mundiais de desenvolvimento. Em Rio-92 foram estabelecidas as diretrizes para as nações colocarem em prática o desenvolvimento sustentável através do plano de ação da Agenda 21. Dessa maneira, o desenvolvimento sustentável “passou a ser tarefa obrigatória para tornar real o tripé eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica” (BRÜSEKE, 1998, p. 35).

Na sua definição mais clássica, exposta no Relatório Nosso Futuro Comum, o desenvolvimento sustentável está pautado por uma consciência que leve a sociedade a suprir as necessidades atuais sem comprometer as gerações futuras de atender suas próprias necessidades (WCED, 1987).

Apesar do tempo transcorrido desde a sua definição e da profusa quantidade de encontros e documentos internacionais que têm ajudado a desenvolver o conceito, oferecendo pautas para sua aplicação, ainda não há consenso sobre o que significa realmente o desenvolvimento sustentável e menos ainda sobre os resultados concretos de sua aplicação.

Assim, o desenvolvimento sustentável é um conceito cheio de controvérsias e alvo de numerosas críticas. A principal está dirigida ao seu caráter ambíguo, implícito inclusive em sua própria terminologia, uma vez que combina sustentabilidade, um conceito da biologia aplicado ao equilíbrio dos ecossistemas e desenvolvimento, procedente da economia, e relacionado geralmente ao crescimento econômico (NOBRE & AMAZONAS, 2002).

A variação de definições existentes sobre o desenvolvimento sustentável é interpretada geralmente como uma fragilidade do conceito, que faria dele um clichê (LENZI, 2006), do qual todos gostam sem saber exatamente o que significa (DALY, 1996) representando muitas coisas e nada ao mesmo tempo (TEMPLE, 1992).

Abordado como um círculo vicioso no qual os âmbitos econômico, social e ecológico se reforçam, o conceito passou a ser usado indiscriminadamente, significando coisas diferentes para distintos interlocutores. Isso deu origem a seu uso como jargão e slogan, esvaziando-se em parte de conteúdo e se convertendo num conceito deliberadamente fraco e meramente retórico (LÉLÉ, 2006). Para Fonseca & Bursztyn (2009) essa ambiguidade e descontextualização do discurso permitiu que o desenvolvimento sustentável fosse alvo de caronas, no sentido de ser um conceito reproduzido por qualquer um que se beneficia das vantagens de seu uso, sem assumir qualquer custo por isso.

A ambiguidade da proposta permite varias leituras, que vão desde um significado de desenvolvimento associado à justiça social, participação política e preservação ecológica, até uma leitura conservadora afim com o conceito de crescimento econômico ao qual se adicionou apenas a variável ecológica. Nessa linha conservadora, o questionamento recai sobre como o desenvolvimento sustentável poderá solucionar os problemas socioambientais gerados pelo processo capitalista. Ante essa interrogação, diversos autores (FOLADORI, 2001; VARGAS, 2002; MONTIBELLER-FILHO, 2008) consideram que o desenvolvimento sustentável não é nada mais que um rótulo de legitimação de velhas práticas, uma proposta contraditória e incompatível numa sociedade que é movida pela produção e consumo insaciável de mercadorias. Isto é, o modelo de desenvolvimento sustentável seria uma adaptação do capitalismo às necessidades atuais que apenas assumiu um novo adjetivo de sustentável sem mudar sua estrutura interna de funcionamento devido à nova realidade ecológica.

O conceito de desenvolvimento sustentável também é rotulado de mito, impossível de ser alcançado desde a atual lógica de produção e consumo, uma vez que entende o ambiente como “meio” ou repositório de recursos a serem utilizados para a satisfação das necessidades humanas dentro de uma perspectiva desenvolvimentista do capital. Nessa perspectiva, Pretes (1997) considera que é apenas uma construção que permite manter viva a ideia de crescimento infinito própria do imaginário da civilização ocidental. Montibeller-Filho (2008) sustenta que o desenvolvimento sustentável, como processo em construção, é um mito, ainda que essencial, porque a impossibilidade de o alcançar não invalida os esforços dirigidos a atingir a melhor relação entre ser humano e natureza. Na mesma linha, Veiga (2010) mantém que o desenvolvimento sustentável se trata de uma utopia para o século XXI, embora exista a necessidade de procurar um novo paradigma científico que possa substituir os paradigmas do globalismo.

As críticas mais duras ao desenvolvimento sustentável vêm da mão da corrente do decrescimento, que refuta a proposta por considerá-la um oximoro do crescimento sustentável e advoga por uma sociedade de prosperidade sem crescimento. Nesse sentido, Latouche (2009, p. 113) entende o desenvolvimento sustentável como uma simples “tentativa sedutora de salvar o crescimento”, enquanto Daly (1991) o considera um slogan vazio e brincadeira de mau gosto.

Finalmente, outra discussão recorrente sobre fragilidade do desenvolvimento sustentável reside na concepção antropocêntrica do conceito e na indefinição do que seriam as necessidades básicas do presente e do futuro. Assim, além de não serem conhecidas as preferências das futuras gerações, a concretização das necessidades básicas estaria social

e culturalmente determinada e, seguramente, condicionada pelas práticas do presente (LENZI, 2006). Em opinião de Lélé (2006), essa ênfase do conceito nos problemas intergeracionais seria convincente apenas para os que desejam iludir a responsabilidade de tomar as decisões necessárias para as gerações presentes.

Conforme mostrado, a proposta do desenvolvimento sustentável tem um caráter genérico e conciliador que a faz muito sedutora, ao mesmo tempo que discordante por sua ambiguidade. Apesar de reconhecer que esse caráter maleável e flexível da sustentabilidade pode propiciar seu uso inapropriado, puramente retórico e propagandístico, a ambiguidade do conceito pode ter algumas virtudes. As mais reconhecidas estão relacionadas à possibilidade de introduzir a discussão sobre a proposta em foros que, de outra forma, a teriam rejeitado fortemente, assim como à permissão de sua reinterpretação e adaptação a situações e contextos diversos (KATES, PARRIS & LEISEROWITZ, 2005).

Percebe-se que a viabilidade prática do desenvolvimento sustentável está cheia de controvérsias, uma vez que seus princípios visam atender diferentes interesses e servir a múltiplos atores, cada um querendo tirar o melhor proveito do conceito sob a sua própria interpretação. Como sugerido por Nobre & Amazonas (2002) e Nascimento (2012) a noção de desenvolvimento sustentável tornou-se um campo de disputa política dominado pela polissemia, onde existem múltiplos atores, regras, interesses e discursos que lhe são exclusivos e que, ora se opõem, ora se complementam. Nessa “luta” sobre sustentabilidade, os atores sociais estariam competindo por uma posição hegemônica que permitiria aos “ganhadores” a imposição de seus interesses aos demais.

Ainda que o desenvolvimento sustentável seja questionado, o conceito e suas abordagens evidenciam a finitude dos recursos do planeta e a necessidade de novos rumos de desenvolvimento que garantam condições de vida dignas para todos os seus habitantes. O conceito surgiu em um contexto de controvérsia sobre as relações entre crescimento econômico e meio ambiente, como uma proposição conciliadora para romper com as formas de desenvolvimento até então adotadas e que poderiam colocar em risco a qualidade da vida humana e do planeta.

A controvérsia sobre o seu significado e prática é evidente, contudo, a sustentabilidade é amplamente disseminada como uma proposta que pode vir a representar o caminho para se chegar a uma nova política de desenvolvimento. Isto é, a sustentabilidade pelo menos aporta elementos e critérios de reflexão a partir dos quais se começa a trabalhar para construir sociedades ecológica e socialmente mais justas, por meio da conexão e equilíbrio entre eficiência econômica, conservação ambiental e equidade social.

1.2.4 O turismo no marco do desenvolvimento sustentável

De todas as atividades humanas, o turismo é considerado um dos mais importantes agentes de mudança social. Dado o seu alcance econômico e necessidade de uso e apropriação de ambientes naturais e culturais, o turismo é uma atividade com potencial para provocar modificações substanciais de natureza ambiental, sociocultural e econômica nos locais onde se desenvolve e, portanto, está diretamente ligado aos princípios do desenvolvimento sustentável definidos no Relatório Brundtland.

A necessidade de reorientar as consequências negativas do modelo de desenvolvimento do turismo convencional, de massa, motivou que na década de 1990 como consequência dos debates posteriores à publicação desse relatório, o turismo incorporasse o paradigma da sustentabilidade. Assim, o turismo sustentável surge como um remédio para atender as necessidades das diferentes partes envolvidas, minimizando os impactos negativos do turismo, enquanto busca otimizar os benefícios para o destino.

Na base da aparição do turismo sustentável como proposta alternativa de turismo mais respeitosa com o meio ambiente e mais responsável desde o ponto de vista social e econômico, escondem-se elementos de diferente natureza. Para Heras (2004, p. 34) existem principalmente quatro razões que motivaram a origem do turismo sustentável, a saber: expansão da conscientização ambiental e proliferação do “sustentável” para todas as áreas e atividades humanas; percepção por parte dos turistas dos impactos que o turismo causa ao meio ambiente; maior exigência de qualidade nos destinos para lidar com a forte competitividade do mercado turístico; e aumento da pressão de grupos ambientalistas que passaram a reconhecer e se preocupar com os potenciais impactos do turismo.

A definição mais disseminada do turismo sustentável entende que é o turismo que atende as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades, ao mesmo tempo em que evita ameaças econômicas, sociais e ambientais (WTO, 2004). Segundo essa definição o turismo sustentável tem como peça chave o equilíbrio de oportunidades e o uso racional dos recursos naturais, tentando manter a longo prazo a viabilidade da atividade e buscando uma relação mais produtiva e harmoniosa entre o visitante, a comunidade local e o lugar visitado.

O turismo sustentável reúne as três dimensões básicas da sustentabilidade. Isto é, reconhece a necessidade de valorizar as dimensões ambientais e socioculturais enquanto instrumento propiciador da produção de mudanças com efeitos de longo prazo. Por sua vez, considera o desejo de maximizar e distribuir os benefícios econômicos entre a comunidade receptiva, assim como a necessidade de satisfação de visitantes e comunidade anfitriã.

O desenvolvimento turístico sustentável não implica apenas a conservação dos recursos naturais e culturais do destino e a minimização de possíveis impactos negativos, senão que se trata ao mesmo tempo de um mecanismo para que o destino se converta num referencial qualitativo para os visitantes. Nesse sentido, a definição de um desenvolvimento sustentável para o turismo implica necessariamente a inclusão de princípios éticos de reciprocidade, responsabilidade, adequação e correspondência entre expectativas e realizações (SWARBROOKE, 2000; RUSCHMANN, 2002).

O interesse em encontrar formas de desenvolvimento turístico que aliviaram muitos dos problemas associados com o turismo convencional conduziu cada vez mais à convicção de que o turismo poderia ser uma atividade capaz de alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável. Contudo, embora o argumento para o turismo sustentável seja aparentemente claro e bastante razoável, o binômio turismo-sustentabilidade parece não se consolidar, padecendo de grandes limitações (MOWFORTH & MUNT, 2003).

Tal como acontece com o desenvolvimento sustentável, o turismo sustentável não é definido em termos precisos. Uma vez que é um conceito socialmente construído e que reflete os interesses e crenças de diferentes atores para atingir seus objetivos socioeconômicos e políticos, possui vários pontos de vista. Não há uma única definição, nem consenso sobre seus aspectos e critérios associados, o que deixa uma ampla margem para todo tipo de interpretações. Essa circunstância estaria transformando o turismo sustentável em um conceito maleável, incorporando muitas vezes na discussão premissas e argumentos falsos e, portanto, convertendo o debate sobre esse assunto em estéril e errado (LIU, 2003).

Para Clarke (1997) e Butler (1999), muitos dos problemas relacionados ao conceito de turismo sustentável e à ambiguidade de seu uso se devem a que frequentemente o termo é usado de maneira intercambiável, como sinônimo para formas específicas de turismo, tais como turismo alternativo, turismo verde, ecoturismo ou turismo brando, dentre outras. Em relação a isso, outro aspecto que merece destaque no debate sobre o turismo sustentável é a ideia de que algumas dessas formas específicas de turismo, especialmente o ecoturismo, são vistas como inerentemente sustentáveis, em contraposição ao turismo de massa. Surge assim uma aparente distinção entre alternativas de turismo “boas” e o turismo de massa “ruim”, que no entanto está mais baseada em julgamentos de valor e preconceitos do que em evidências empíricas (BUTLER, 1999). Ante isso, talvez seja preciso não centrar o debate nas supostas bondades de certas modalidades turísticas e sim pensar em como tornar sustentáveis, ou pelo menos mais sustentáveis, todas as formas de turismo, inclusive o turismo de massa. Como aponta Swarbrooke (2000, p. 22), polarizar o debate no turismo

apenas entre formas sustentáveis (boas) e não-sustentáveis (ruins) é demasiado simplista, porque, “na realidade, dificilmente as coisas são pretas ou brancas, mas sim com várias gradações de cinza”.

O conceito e as práticas para o desenvolvimento do turismo sustentável são geralmente interpretadas dentro de duas escolas básicas de pensamento. De um lado estão aqueles que consideram o turismo como um elemento fundamental nas políticas de desenvolvimento sustentável e fazem esforços na promoção do turismo sustentável. De outro, situam-se aqueles que enxergam o turismo como uma atividade profundamente dependente da lógica de mercado e, portanto, defendem que o turismo é incompatível com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Para estes últimos, o desenvolvimento sustentável no turismo ignora as características de produção e consumo do turismo e, por conseguinte, trata-se de um mito, uma jogada de marketing e reivindicação antiética (SHARPLEY, 2000; MOWFORTH & MUNT, 2003; LANSING & VRIES, 2006). Em outras palavras, o turismo sustentável seria apenas uma estratégia de propaganda e de venda para modelos inspirados no adjetivo verde ou na ecologia, mais que um compromisso real de mudança. Nesse sentido, não é surpreendente que a sustentabilidade, para muitas empresas e negócios turísticos, represente um slogan de campanha ou performance relacionado a modas de mercado, na crença de que isso pode contribuir na obtenção de vantagens competitivas num mercado turístico crescente e em contínua evolução.

O turismo sustentável, semelhante ao próprio conceito de desenvolvimento sustentável, deve ser considerado desde uma perspectiva integral, conformada pelas dimensões ambiental, sociocultural e econômica. Mesmo assim, uma das críticas mais recorrentes dá conta de que as preocupações refletidas na literatura sobre a relação entre turismo e sustentabilidade tendem ainda a focar no meio ambiente físico e no produto (SHARPLEY, 2000). Essa atenção especial concedida às questões ambientais do destino estaria motivada pela facilidade na identificação dos impactos ambientais do turismo, mas impediria prestar atenção em outros aspectos essenciais como a viabilidade social e econômica da atividade.

Críticas foram direcionadas também a percepção do turismo sustentável como um conceito definido sob a noção de equilíbrio, no qual todos os elementos envolvidos funcionam de maneira coordenada e têm o mesmo valor. Como sugere Landorf (2009), a ideia de equilíbrio parece ser pouco realista devido à grande quantidade e diversidade de interesses existentes no setor e a imprecisão dos termos e escala do seu alcance. Ao final, talvez a forma mais adequada para perceber o turismo sustentável não é como um quadro

rígido em busca do equilíbrio, mas sim como um paradigma adaptativo dentro do qual diferentes abordagens podem ser legitimadas de acordo com as circunstâncias específicas de cada caso.

Na discussão sobre a sustentabilidade no turismo emergem vários questionamentos, dentre eles: o que deve ser sustentável? Sustentável para quem? Sustentável por quanto tempo e em que condições? No entanto, a pergunta chave a ser respondida é se existe um turismo realmente sustentável. Ante esse questionamento, a resposta mais óbvia seria que o “verdadeiro desenvolvimento do turismo sustentável é inatingível” (SHARPLEY, 2000, p. 14). Mesmo assim, e tal como exemplifica Costa (2007, p. 65), o comum é emitir um parecer parametrizado, considerando um destino ou um empreendimento mais sustentável do que outro, uma vez que “não há um padrão, uma régua única que decida se algo é ou não sustentável”. Isto é, por mais que exista um amplo leque de indicadores e certificações para avaliar e incentivar a sustentabilidade no desenvolvimento turístico, a singularidade de cada caso e a rede complexa de inter-relações entre os diversos componentes no sistema turístico inviabiliza a existência de uma resposta universal.

O que parece claro é que turismo sustentável não pode ser visto como um estado ideal, senão como “um processo de mudança qualitativa que oriente e reorienta o desenvolvimento turístico para objetivos alcançáveis” (VIGNATI, 2008, p. 28). Logo, a noção de sustentabilidade no turismo implica um processo contínuo de aperfeiçoamento ao qual deveriam aspirar todas as iniciativas de turismo, inclusive o turismo de massa, em todos os tipos de destino. Em outras palavras, a sustentabilidade não é uma característica exclusiva daquelas manifestações turísticas supostamente “alternativas”, senão uma situação que se deveria alcançar para todas as formas de turismo independentemente da escala e do seu estado evolutivo.

Afinal, o desafio pode ser desenvolver outro modelo de turismo ambientalmente mais benigno e que melhor se ajuste a critérios sociais e econômicos de um destino, independentemente do adjetivo usado para defini-lo. Conforme Sachs (1994, p. 54) afirma, “a longa luta somente será vencida no dia em que for possível esquecer o adjetivo ‘sustentável’ ou o prefixo ‘eco’ ao se falar de desenvolvimento”.

1.3 A PROPOSTA DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO VETOR DA SUSTENTABILIDADE

1.3.1 Caracterização do turismo de base comunitária

A mercantilização dos destinos turísticos e da identidade das comunidades receptoras se traduz tanto em consequências negativas no meio ambiente como em graves alterações sociais, culturais e econômicas. Deste modo, o modelo de desenvolvimento turístico que valoriza apenas aspectos econômicos em detrimento da preservação dos valores ambientais e socioculturais pode causar graves impactos sobre o destino, afetando diretamente os recursos locais e comunidades anfitriãs.

Além disso, a rápida implantação da atividade turística, especialmente em regiões menos favorecidas sob a ótica socioeconômica, não tem ocorrido a favor das populações locais, que ficam normalmente distantes do desenvolvimento do turismo. Assim, o avanço da atividade não significa necessariamente a inserção das comunidades na dinâmica turística nem a criação de oportunidades para elas, uma vez que nem sempre o turismo traz benefícios para a população local e uma contrapartida justa (IRVING, 2000).

A exclusão das comunidades dos benefícios turísticos e o interesse na minimização dos efeitos nocivos da atividade sobre as populações locais estimularam uma nova forma de desenvolvimento do turismo que coloca a população local no centro do planejamento e promove práticas mais justas e sustentáveis. Junto a esses fatores, o crescimento da consciência crítica por parte dos turistas, unido à preocupação pelo turismo sustentável, abriu espaço para atividades turísticas de cunho social e ambiental, incentivando a necessidade de aproximação da atividade turística dos anseios da comunidade (HIWASAKI, 2006; BURSZTYN & BARTHOLO, 2012).

Nesse contexto, diante das políticas hegemônicas de produção do espaço turístico e dentro de uma nova ordem mundial de desenvolvimento em busca da sustentabilidade econômica, ambiental e sociocultural, o turismo de base comunitária (TBC) surgiu como uma alternativa e processo de resistência ao modelo de turismo convencional. Pode-se dizer que do turismo global emergiu um turismo local, em um processo de desenvolvimento desde abaixo, voltado para os interesses das comunidades que tradicionalmente têm sido tratadas como objetos e não como sujeitos do desenvolvimento turístico (RUIZ *et al.*, 2008).

O TBC incorpora o estabelecimento de novas formas de trabalho baseadas na colaboração em prol de objetivos comuns. Isto é, coloca em prática um planejamento fundamentado em um exercício consciente de corresponsabilidade, participação local e

governança compartilhada, com o objetivo de, além de dar resposta à demanda dos visitantes, conciliar o desenvolvimento local e a conservação da natureza. Trata-se, portanto, de uma prática turística nascida da percepção das próprias comunidades de que é necessário vivenciar outra lógica de atividade turística.

Dessa forma, o turismo de base comunitária emerge inicialmente nos países em desenvolvimento como um novo modelo turístico mais justo e equitativo do que os projetos turísticos tradicionais alicerçado nos princípios do desenvolvimento sustentável e associado à inclusão social (MANYARA & JONES, 2007). No Brasil, o TBC se apresenta como uma proposta crescente em todo o país, desenvolvendo-se com maior intensidade em unidades de conservação de uso sustentável e espaços rurais que, em sua maioria, albergam comunidades com poucas perspectivas econômicas (MTUR, 2010).

Apesar do crescimento significativo dessas atividades turísticas em diferentes comunidades, não existe uma única definição conceitual do TBC amplamente aceita. Por trás dessa falta de consenso pode-se esconder precisamente a heterogeneidade das experiências que se desenvolvem em comunidades de diversas configurações, fazendo com que o “turismo de base comunitária signifique coisas diferentes para pessoas diferentes” (KISS, 2004, p. 232). Contudo, na tentativa de ilustrar a diversidade de interpretações sobre o TBC, ainda que com similaridades enquanto princípios e dimensões, o Quadro 1 abaixo reúne diversas definições apresentadas por diferentes instituições, experiências e autores:

Instituição/Experiência/Autor	Definição
World Trade Organization (WTO)	“Uma interação visitante/anfitrião, cuja participação é significativa para ambos e gera benefícios econômicos e de preservação para as comunidades e o meio ambiente local”. UNCTAD/WTO (2005, p. 27)
World Wildlife Fund (WWF-Brasil)	“Turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade”. WWF (2003, p. 23)
Ministério do Turismo (Mtur-Brasil)	“O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística”. (MTur, 2008, p. 1)
Rede Cearense de Turismo Comunitário - TUCUM	“Aquele no qual, as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, está baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária”. (TUCUM, 2008, <i>apud</i> Sansolo & Bursztyn, 2009, p. 147)
Prainha do Canto Verde	“Turismo Comunitário é uma oportunidade para aperfeiçoar a organização comunitária, o desenvolvimento local e a cogestão para preservar o patrimônio natural, cultural e as formas de vida tradicionais das comunidades e do seu território”. (http://prainhadocantoverde.org)
Coriolano	“O turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo”. (Coriolano, 2009, p.282)

Irving	“Aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento”. IRVING (2009, p. 111)
---------------	---

Quadro 1 - Definições do turismo de base comunitária
 Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa do autor

Embora cada definição traga sua especificidade, o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade, por meio da organização e participação social, destaca-se como elemento comum e mais recorrente na conceituação do TBC (MTUR, 2010; FABRINO, 2013).

Para Hiwasaki (2006, p. 677), os objetivos do TBC são principalmente quatro: apropriação e empoderamento das comunidades no planejamento e gestão do turismo; conservação dos recursos naturais e/ou culturais; desenvolvimento econômico e social para a comunidade local; e qualidade da experiência do visitante. Complementando o anterior, Irving (2009, p. 112) defende o papel das comunidades locais como sujeitos ao invés de como objetos do processo de desenvolvimento turístico e apresenta uma série de premissas envolta ao TBC, que são em sua perspectiva: 1) Base endógena da iniciativa e desenvolvimento local; 2) Participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos; 3) Escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados; 4) Geração de benefícios diretos à população local; 5) Afirmação cultural e interculturalidade; 6) O “encontro” como condição essencial.

Ao contrário do turismo convencional, pautado pela lógica do mercado e que visa principalmente o lucro mediante a produção e consumo dos destinos, o TBC assenta-se nos princípios da economia solidária. Mediante a gestão turística sob controle das comunidades receptoras, o turismo comunitário enfatiza a conservação ambiental e a valorização da identidade cultural, se caracterizando por práticas democráticas de trabalho e a distribuição equitativa das riquezas geradas pela atividade. Além disso, o modelo de TBC considera o turismo como uma atividade complementar, e não como a única alternativa econômica, realizada de forma integrada às tradicionais ocupações desenvolvidas pela comunidade e que, por sua vez, pode ser também um meio para alcançar objetivos sociais e ambientais.

Frequentemente o TBC é considerado uma importante ferramenta para a luta contra a pobreza, se associando quase exclusivamente à geração de emprego e renda. Entretanto, diversos autores (IRVING, 2002; CORIOLANO & LIMA, 2003) chamam a atenção para a necessidade de vincular o TBC a uma perspectiva mais ampla do desenvolvimento que atenda as expectativas de bem-estar social das comunidades e de qualidade ambiental do local onde estas se inserem. Nesse sentido o TBC poderia ser interpretado como um

subsistema interconectado a outros subsistemas, como a educação, a saúde ou o meio ambiente, entre outros.

Da mesma forma, tampouco parece acertado reduzir o modelo de TBC a formas alternativas de turismo, nem tratá-lo como um segmento de mercado, mas sim abordá-lo como uma metodologia de trabalho e proposta de desenvolvimento para o turismo, apoiada em bases endógenas e que pode ser aplicada a diversos segmentos turísticos (FABRINO, COSTA & NASCIMENTO, 2012; MIELKE & PEGAS, 2013).

O TBC está baseado na integração de fatores culturais com elementos ambientais que se expressam por meio da interação entre a comunidade e o turista e cuja motivação está centrada nos valores, hábitos e tradições locais. Ou seja, a dimensão humana e cultural, o fator antropológico da experiência, é o rasgo e atrativo distintivo do turismo comunitário, uma vez que é este o que cativa ao turista (MALDONADO, 2009). Assim, no TBC as comunidades locais apresentam-se como a principal motivação da viagem dos turistas, bem pela oportunidade que estes têm de experimentar o modo de vida daqueles, bem pela possibilidade de desfrutar das paisagens naturais, muitas vezes moldadas pelas próprias comunidades.

A grande maioria de iniciativas de TBC se encontra em regiões próximas a destinos consolidados e depende de uma interação com esses destinos para se desenvolver, uma vez que poucas iniciativas de TBC são capazes de atrair os turistas por si mesmas (MTUR, 2010). Além disso, muitas das experiências de TBC desaparecem após o término do apoio financeiro externo que a maioria dos projetos recebe para desenvolver suas atividades, principalmente de organizações não governamentais (ONG's). Assim, para alcançar a sustentabilidade da atividade julga-se necessário superar alguns obstáculos que dificultam sua implementação. As principais dificuldades estão relacionados à complexidade inerente à própria atividade turística; o fator tempo, enquanto muitos projetos têm um tempo curto de execução; a estratégia de acesso ao mercado e comercialização; o fortalecimento da governança interna; e a qualidade dos serviços prestados (MIELKE, 2009; BURSZTYN & BARTHOLO, 2012).

Ainda que todas as modalidades turísticas devessem ser sustentáveis, o turismo de base comunitária acolhe a sustentabilidade como razão de ser e compromisso central em seu planejamento. O TBC representa a promoção de atividades turísticas enraizadas em um modelo de desenvolvimento socialmente mais justo e ambientalmente responsável. Em resumo, o TBC mantém vínculos não só com a dimensão ambiental da sustentabilidade, como também com a dimensão sociocultural, através do estímulo de trocas culturais entre

visitantes e moradores, podendo igualmente apontar caminhos frutíferos para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população receptora.

A característica fundamental e o que verdadeiramente torna singulares as experiências de turismo de base comunitária é a organização e participação social da comunidade, assim como o predomínio das relações sociais nos serviços turísticos implementados: “é a comunidade no turismo e não tanto o turismo na comunidade o determinante no TBC” (RUIZ *et al.*, 2008, p. 400). Na medida em que potencializa o grau de participação dos atores locais nas decisões sobre seu futuro e sua interação na construção de objetivos comuns, o planejamento turístico de base comunitária procura estimular, por conseguinte, um maior envolvimento popular nas decisões políticas, sociais e econômicas de uma determinada comunidade.

Por sua vez, a construção de um modelo de desenvolvimento turístico sustentável capaz de gerar benefícios econômicos e sociais, ao mesmo tempo em que minimize os impactos ambientais, exige atenção às questões relacionadas à gestão participativa (HIWASAKI, 2006; IRVING 2009). Ao final, a perspectiva da participação das populações locais no processo de planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos, representa um fator crítico para o desenvolvimento sustentável do turismo. Desta forma, o envolvimento das comunidades pode ajudar a coexistência do desenvolvimento do turismo, da qualidade ambiental dos destinos e do bem-estar comunidades.

1.3.2 A comunidade como marco organizativo do TBC

O reconhecimento do turismo de base comunitária como proposta de desenvolvimento turístico baseada na participação social da comunidade e, portanto, no envolvimento dos seus membros em relações sociais, induz à reflexão sobre a própria conceituação e interpretação da noção de comunidade.

O termo comunidade é amplamente usado em diferentes âmbitos de estudo, sendo um dos conceitos de maior importância desde o nascimento da Sociologia. Contudo sua definição é bastante controversa, uma vez que seu uso abrange diversas perspectivas, sendo empregado, em muitas ocasiões, de forma desordenada, sem rigor conceitual e apenas como uma expressão decorativa (PERUZZO, 2002). Desta forma, além de se utilizar habitualmente como sinônimo de sociedade, o conceito de comunidade aparece indistintamente para designar determinados segmentos sociais, caracterizar agrupamentos sociais limitados a certos espaços geográficos ou para denominar grupos de interesses afins.

Desde uma ótica tradicional, a comunidade emerge inicialmente em oposição ao conceito de sociedade, representando laços de sangue, vizinhança e afinidade espiritual (TÖNNIES, 1995). Sob esse entendimento, a comunidade corresponde ao caráter natural dos grupos humanos, e detém uma motivação afetiva assentada no contato direto, de pessoa a pessoa, num espaço de segurança e proteção regulado por normas tácitas. Trata-se de um modelo “puro” e idealizado, oposto ao conceito de sociedade, uma vez que este surgiria da alteração da comunidade como consequência da industrialização. Posteriormente, outros autores clássicos (WEBER, 1987; DURKHEIM, 1995), distanciaram-se desse caráter ideal de comunidade, reconhecendo que tal análise é, quando menos, paradisíaca, dado que a comunidade não está autocontida territorialmente, não é estável nem coesa. A interpretação do sentido de comunidade passa então a incorporar qualquer tipo de ligação emocional, além de laços de parentesco, vizinhança e amizade, e a assumir também a existência de situações heterogêneas, inclusive de conflito e opressão, dentro de sua configuração.

A partir dessa visão clássica, o surgimento de uma comunidade pressupõe a existência de determinadas condições básicas, destacando-se: lócus territorial específico; satisfação das relações sociais dentro dos limites da comunidade; e identidade natural e espontânea entre os interesses de seus membros (PERUZZO, 2002). Desde essa percepção, a comunidade é um agregado de pessoas que vivem juntas em uma determinada localização geográfica e que partilham não um ou outro interesse, mas sim as condições básicas de uma vida em comum. Entretanto, essas características configuram um tipo de comunidade demasiado perfeita e romântica, difícil de encontrar nas sociedades contemporâneas, já que descrevem a comunidade como um ente quase imóvel e extraordinariamente acolhedor, unido e confortável (DELANTY, 2006).

Perante esse contexto, a perspectiva mais moderna de comunidade começaria a desenvolver-se assentada em diferentes aspectos como coesão social, base territorial, conflito e colaboração, e não mais na ideia de relações puras de base familiar. A comunidade mostra-se aqui como um grupo de pessoas que estão associadas de múltiplas formas e que ostentam alguns elementos comuns. Dentre eles: o sentimento de pertencimento; o sentimento de permanência; a territorialidade; a emergência de um projeto comum; e a existência de formas próprias de comunicação (PALACIOS, 1998). Todavia, nas sociedades contemporâneas, a comunidade evoca certos conteúdos emotivos de segurança e liberdade em meio à hostilidade, assim como de nostalgia, uma vez que se exhibe como um paraíso perdido (BAUMAN, 2003).

A interpretação da comunidade desde uma ótica moderna está atrelada essencialmente a dois aspectos principais. Por um lado, o lugar físico, geográfico, que possibilita que as pessoas que vivem em um determinado espaço estabeleçam relações entre si devido à proximidade física. Por outro, o aspecto relacional, baseado nas relações sociais fundamentadas no interesse comum, e que configuradas, dentro de uma rede social, apresentam-se como elemento principal na constituição de um grupo.

Na abordagem territorial a localidade é o elemento básico para a conformação da comunidade. Sob essa visão, a comunidade tem nome e fronteiras geográficas definidas e está integrada tanto por pessoas quanto por símbolos reconhecíveis. Enquanto isso, a abordagem relacional considera que, embora condição necessária, a localidade não é suficiente para criar uma comunidade. A territorialidade pode assumir um caráter físico, mas também simbólico, porém o elemento construtivo são os vínculos sociais em torno de um interesse comum que provocam a coesão e o caráter de comunidade (MATTESSICH & MONSEY, 2004). Isto é, nessa acepção relacional de comunidade, são os vínculos existentes que configuram o resultado e, como tais, mostram sua preponderância. Desta maneira, a rede social configura-se como componente vital para o desenvolvimento da comunidade, uma vez que pode criar condições robustas e formas flexíveis de ações coletivas (GILCHRIST, 2000).

A perspectiva relacional da comunidade assume que os indivíduos não formam simples agregados, senão que é a própria percepção dos membros a que constrói o modelo estrutural em base a uma rede social. Esse passo de um modelo categórico a outro estrutural implica algumas consequências positivas (SANCHO, 2009, p. 67). Em primeiro lugar, propicia que seja possível analisar a comunidade como uma estrutura de relação em vez de como características agregadas de unidades individuais. Em segundo lugar, e fruto dessa análise, permite obter uma visão ativa da comunidade, integrando dinâmicas grupais, papéis relacionais ou a formação e mantimento de estruturas sociais. Por fim, a perspectiva relacional facilita a superação da limitação territorial.

As diferentes abordagens da comunidade deixam a descoberto que a definição desse termo requer novas identidades, incorporando uma sensação de pertença e não apenas um ente com forma física ou geográfica. Desta maneira, a comunidade pode consistir mais em desejos e crenças do que em uma estrutura institucional ou territorial. Assim, na atualidade a comunidade apresenta-se cada vez mais como um ente abstrato, organizada como uma rede conexa unida por um sentimento de pertencimento, mas não precisando restringir-se inevitavelmente a demarcações territoriais específicas, tal e como acontece com as comunidades virtuais (WELLMAN & GULIA, 1999; CASTELLS, 2000). Isso porque é

possível pertencer à distancia. Por conseguinte: “a comunidade não é um lugar ou, simplesmente, um conjunto de populações a pequena escala, senão um modo de relação, variável em extensão” (CALHOUN, 1998, p. 38).

Conforme resulta desta breve aproximação ao conceito de comunidade, este tem uma natureza variável, existindo múltiplas formas de comunidade que a miúdo se complementam, pelo que a interpretação do conceito não deveria ser estrita, mas com capacidade de adaptação e flexibilidade. Independentemente da forma e abordagem escolhida, a comunidade é um movimento complexo que se constrói desde o local de moradia ou desde outras identidades de pertencimento, em base a interesses comuns. O que define a comunidade é a sua dimensão subjetiva, uma vez que se estrutura a partir de um sentimento de pertença à determinada coletividade. Ou seja, nasce desde a construção mental dos indivíduos, que compartilhando um repertório de símbolos definem as fronteiras que os separam de outros indivíduos. Nesse contexto, e de maneira global, falar de comunidade significa falar de elementos como laços, interação, participação, confluência em torno de interesses e objetivos, identidade, sentimento de pertença e sentido coletivo de relacionamentos.

A consideração da comunidade como um ente de natureza e interpretação variável é precisamente o que provoca que o conceito de comunidade se operacionalize de múltiplas formas nos estudos de turismo, assim como que o TBC seja um contexto tão heterogêneo, albergando certo caráter difuso (RUIZ *et al.*, 2008).

Existe um amplo leque de perspectivas que podem ser usadas para interpretar a comunidade no contexto do desenvolvimento turístico. Porém, na maior parte dos estudos a comunidade é entendida segundo as duas abordagens principais antes destacadas: territorial ou relacional (AREF, GILL & AREF, 2010). Isto é, ou bem a comunidade depende de um local comum ou bem, ainda que em menor medida, refere-se a grupos que não estão geograficamente determinados, mas que partilham características ou interesses comuns.

Por um lado, a comunidade pode mostrar-se simplesmente como o cenário, o “continente” onde acontece o turismo, sem valorar aspectos relacionais e funcionais do “conteúdo”. Essa interpretação geográfica da comunidade ajudaria a entender como o desenvolvimento territorial de uma comunidade está vinculado à sua capacidade para melhorar o desenvolvimento local do turismo.

Por outro lado, a comunidade pode ser considerada como a principal atração turística em função da capacidade que seus membros têm de dar a conhecer aos visitantes suas habilidades e experiências, assim como de proporcionar uma boa condição de acolhida para os turistas. No contexto do TBC essa capacidade de compartilhar história e valores comuns

seria um diferencial desse modelo em relação a outras propostas turísticas. Ademais, o desenvolvimento dessas competências sugere estar relacionado com o sentimento de pertença e identidade da comunidade, desenvolvendo-se sobre a base de interação e colaboração entre seus membros devido à afinidade de interesses.

No TBC, a abordagem geográfica da comunidade é importante uma vez que ela é o destino turístico que concentra os atrativos que incentivam o deslocamento dos turistas desde seu lugar de origem, e onde estes desenvolvem diversas atividades de ócio. No entanto, para o propósito desta investigação, a comunidade deve ser entendida mais como um marco organizativo de relações sociais com lógica própria, delimitado pela localização geográfica e o interesse comum. Dito de outra maneira, a comunidade no TBC é um contexto social com lógicas e dinâmicas próprias de funcionamento, no qual as relações face a face definem o padrão estrutural, conformando uma rede social (RUIZ *et al.*, 2008). Desta forma, o desenvolvimento do turismo de base comunitária estará vinculado à construção de capacidades comunitárias mediante o estabelecimento de relações sociais para a ação coletiva.

Apesar de a noção de comunidade não implicar necessariamente homogeneidade, a literatura sobre TBC tende a tratá-la como um bloco homogêneo. Segundo Blackstock (2005) essa conceituação do turismo ignora que a maioria das comunidades são heterogêneas, estratificadas e com relações de poder, e que os grupos da comunidade podem agir para o auto-interesse ao invés de para o bem coletivo. Ademais, também revela que o turismo de base comunitária, especialmente em relação à uma autentica participação social dentro de um verdadeiro processo de empoderamento e governança, poderia conter certo halo de romantismo e ingenuidade (FERNÁNDEZ-ALDECUA, 2011). Isso tudo sugere que, para visualizar o TBC desde um conceito operativo de comunidade, é necessário considerar a comunidade como um âmbito mais racional que romântico, onde é evidente a existência de conflito e interesses divergentes, às vezes, contrapostos, assim como desigualdades em razão de gênero, idade e condição social (RUIZ *et al.*, 2008). Em outras palavras, falar de comunidade no TBC requer uma compreensão dos padrões e divisões estruturais internas das comunidades, para entender seu funcionamento e poder desenredar sua capacidade de ação coletiva.

CAPÍTULO 2. A GESTÃO PARTICIPATIVA NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: A CONTRIBUIÇÃO DAS REDES SOCIAIS

O presente capítulo aborda a participação social e o processo de colaboração nos destinos turísticos mediante a atuação em rede, como temas relevantes e interligados na gestão do TBC, e que compõem a base do referencial teórico utilizado posteriormente no estudo de caso. O início do capítulo é dedicado a algumas considerações sobre a participação aplicada ao TBC e sua relação com a sustentabilidade para, então, apresentar a colaboração entre as partes interessadas como elemento significativo para a interpretação do processo de desenvolvimento turístico comunitário. Finalmente, o capítulo oferece uma visão da importância da perspectiva relacional no TBC e apresenta o papel das redes sociais na promoção da participação social e colaboração turística.

2.1 PARTICIPAÇÃO SOCIAL: GARANTIA DE SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA?

A participação tornou-se uma palavra mágica, quase um fenômeno de moda e aspiração de múltiplos setores sociais e políticos, até o ponto de ter sido qualificada como “a nova ortodoxia” do desenvolvimento (COOKE & KOTHARI, 2001). A construção participativa do saber, respeitando a realidade local e fomentando o engajamento coletivo, configura-se como importante indicativo ético e imperativo para o desenvolvimento sustentável. No arcabouço teórico do turismo, a interface com a participação aparece como tema recorrente, surgindo como elemento fundamental para a criação de condições favoráveis para o desenvolvimento do turismo sustentável (HALL, 2001; CHOI & SIRAKAYA, 2006; TOSUN, 2006;). Já no turismo de base comunitária, a participação é coerente com as perspectivas de desenvolvimento perseguidas por esse modelo, uma vez que ele se fundamenta na criação de produtos e serviços turísticos protagonizados pelas comunidades receptoras, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento do setor.

Mesmo assim, a participação apresenta-se como um termo ideologicamente ambíguo, uma espécie de guarda-chuva no qual encaixam muitas práticas, uma vez que pode servir a vários propósitos. Se por um lado a participação pode ser implantada com objetivos de liberação e igualdade, dentro de um processo transformador que conduza os indivíduos ao exercício pleno de sua cidadania, por outro também pode ser fomentada para a manutenção de uma situação de controle, através de ações verticalizadas que busquem apenas valer-se da comunidade para validar atuações pré-estabelecidas por atores externos. Dito de outra

forma, a participação poder servir desde a emancipação de atores sociais até a cooptação, dependendo da forma de aplicação e da concepção de desenvolvimento no qual acontece (COOKE & KOTHARI, 2001).

Nesse sentido, mais do que a busca por uma definição inequívoca de participação e sua simples defesa como requerimento para o desenvolvimento de práticas turísticas sustentáveis, considera-se pertinente qualificar o conceito, assim como analisar as características, condições e limites dos processos participativos no âmbito do TBC, com vista a avaliar o caráter transformador dos mesmos.

A participação faz parte das necessidades humanas universais e implica uma ação coletiva com certo grau de organização, dentro de um processo social transformador que integra múltiplas escalas e dimensões. Deste modo, conforme Sorrentino (2001), é um processo dinâmico que pode variar em função da escala espacial de abordagem, desde microespaços cotidianos até o sistema planetário. Igualmente, tem a capacidade de mudar dependendo de como suas dimensões (estrutura básica para a participação, disponibilidade de informação, existência de espaços de locução, tomada de decisão e subjetividade) são trabalhadas.

Trata-se de um conceito carregado de conteúdo político enquanto forma de integração dos indivíduos, conquista e processo (SAYAGO, 2000; DEMO, 2001). Além da sua função de integração ativa e de controle sobre temas de interesse coletivo, a participação também desempenha um papel educativo na medida em que o cidadão aprende a reconhecer e valorar os interesses da coletividade e a construir espaços democráticos.

Por meio da noção de participação é possível entender os princípios que regem a integração entre os indivíduos de uma determinada sociedade. No caso do turismo de base comunitária, a noção de participação interessa enquanto permite compreender a dinâmica de relações que se estabelecem entre os membros da comunidade para desenvolver a proposta turística.

Como processo coletivo transformador, a participação visa a incorporação de setores marginalizados à vida social, por direito próprio e não apenas como convidados, conquistando a presença ativa e decisória nos processos de interesse da sociedade. Portanto, a participação pode ser interpretada como um contraponto à marginalização, entendendo esse elemento como o resultado lógico e natural do desenvolvimento da modernidade, onde há desigualdade de acesso aos benefícios para que uns possam acumular, enquanto outros são explorados (BORDENAVE, 1994). Isto indica que a participação está estreitamente ligada ao TBC, uma vez que essa proposta nasce precisamente como resposta à marginalização das comunidades frente a um assunto como

o turismo que, sendo de interesse global, tem geralmente excluído a perspectiva local. Assumindo o planejamento, implementação e monitoramento da atividade turística as comunidades passariam então a superar sua condição de sobrevivência num contexto tradicionalmente de exclusão, tornando-se protagonistas do seu próprio bem-estar.

A participação está constituída por três elementos principais: formar parte, tomar parte e ter parte (BORDENAVE, 1994). O primeiro refere-se à magnitude e intensidade da participação, no sentido de pertencimento e integração. O segundo está relacionado à aceitação de um papel no desempenho de ações determinadas. Já o terceiro alude à capacidade de fazer e decidir, tendo a habilidade de influenciar a partir da ação. Os três elementos implicam, por sua vez, formas diferentes de participação, desde a participação passiva até a participação ativa, representando a distância entre o cidadão inerte e o engajado. Nessa categorização, ter parte representa o nível mais intenso de participação.

As diferentes posições participativas adotadas pelos membros refletem-se no padrão da qualidade participativa do grupo. Tais posturas poderão estar relacionadas a diversos graus de lealdade, comprometimento perante o grupo, vínculos afetivos e interesses pessoais, dentre outros. Contudo, interessa salientar que, acima de tudo, a qualidade participativa não é dada, senão conquistada, pois “a participação é um processo de conquista e construção organizada da emancipação social” (DEMO, p.36, 2001).

2.1.1 As formas de participação aplicadas ao turismo de base comunitária

A participação compreende todas as formas e meios pelos quais os membros de um grupo, como indivíduos ou coletividade, podem influenciar os destinos do próprio grupo. Assim, na vida social ela pode assumir várias formas que estão relacionadas à complexidade e o grau de controle sobre as decisões. Na tentativa de ilustrar diferentes modelos de participação comunitária no processo de desenvolvimento turístico, Tosun (2006) compara sua própria proposta de tipologia de participação (TOSUN, 1999) com as de outros dois autores (ARNSTEIN, 1969; PRETTY, 1995), encontrando coincidências no espectro da participação e suas implicações. Por sua vez, Biggs (1989) classifica diferentes modos de participação comunitária quanto as suas características em quatro níveis, a saber: contratual, consultiva, colaborativa e colegial. O Quadro 2 resume as principais características das tipologias de participação comunitária apresentadas por esses autores. Nos modelos comparados os graus de controle dos membros da comunidade partem do menor nível, onde a comunidade apenas é um ator passivo dentro de um contexto de participação simulado, com decisões já previamente tomadas; passam pela consulta facultativa, com a comunidade ganhando poder, mas ainda dentro de um processo algo

funcional e materialmente incentivado; e terminam no grau mais elevado de participação comunitária, o controle da comunidade, autêntica participação onde o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes.

7. Automobilização 6. Interativa	8. Controle do cidadão	Graus de poder cidadã	Espontânea: de baixo para cima; ativa e direta; decisória; autêntica; autoplanejada.	Colegial: responsabilidades distribuídas por igual; decisões tomadas por consenso; ideal.
	7. Delegação de poder			Colaborativa: equidade na distribuição de poder na tomada de decisões.
	6. Parceria			
5. Funcional 4. Por incentivos materiais 3. Por consulta	5. Pacificação	Graus de formalismo cidadã	Induzida: de cima para baixo; passiva, oficial; indireta; formal, manipulada; pseudo- participação; participação na implementação e distribuição de benefícios; escolha entre alternativas propostas e retroalimentação.	Consultiva: um grupo ou ator toma as decisões essenciais, mas consultando as opiniões e necessidades do resto de membros.
	4. Consulta			
	3. Informação			
2. Passiva 1. Manipulada	2. Terapia	Não-participação	Coercitiva: de cima para baixo; passiva; indireta, oficial; apenas na implementação, mas não necessariamente na distribuição de benefícios; limitada nas alternativas ou sem eleição; paternalismo, não participação, elevados graus de formalismo e manipulação.	Contratual: um grupo ou ator social acumula o poder e lidera o projeto.
	1. Manipulação			
Tipologia da participação comunitária de Pretty (1995)	Tipologia da participação comunitária de Arnstein (1969)		Tipologia da participação comunitária de Tosun (1999)	Tipologia de participação comunitária de Biggs (1989)

Quadro 2 – Tipologias de participação comunitária
Fonte: elaboração própria a partir de Tosun (2006, p. 494) e Biggs (1989).

Diante disso, nem todas as formas de participação de uma comunidade no desenvolvimento turístico poderão contribuir para a obtenção dos benefícios esperados pelo TBC, uma vez que a participação pode assumir várias aparências, que vão desde a participação manipulada até o verdadeiro poder cidadão.

No turismo de base comunitária a participação significa mudanças de comportamento e atitudes em nível individual e coletivo na procura de objetivos comuns que beneficiem à comunidade como um todo. Ou seja, participar significa estar envolvido em relações sociais no intuito de alcançar coletivamente objetivos do grupo ou da comunidade. Isso vai além de apenas formar parte de um grupo, acudir a reuniões ou responder a consultas ou chamadas, senão que implica interação e capacidade de estabelecer trocas sociais, se envolvendo em relações sociais para resolver problemas. Desta maneira, a participação requer um projeto político da comunidade organizada e não apenas a simples contribuição da comunidade no desenvolvimento de atividades planejadas por atores externos.

Assume-se, ao menos no discurso teórico, que o TBC é um modelo turístico no qual as populações locais, através de uma estrutura organizacional, têm uma possibilidade maior de possuir um controle efetivo sobre o desenvolvimento e gestão do turismo, articulando-se e buscando o benefício comum. Esse controle por parte das comunidades sobre os processos de planejamento e gestão da atividade ofereceria diversas vantagens. Como conhecedoras da sua realidade imediata, as comunidades poderiam ajudar a identificar problemas e necessidades, avaliar alternativas, desenvolver estratégias para a proteção e/ou valorização do patrimônio natural e cultural, e buscar soluções para os problemas identificados (IRVING *et al.*, 2005). Mediante a participação comunitária, tem-se, portanto, a possibilidade maior de desenvolver e proteger os ativos da comunidade, assim como de assegurar uma distribuição mais equitativa dos benefícios turísticos, aumentando a viabilidade e longevidade dos projetos e melhorando a qualidade de vida das populações locais.

Sem dúvida, a participação social no turismo de base comunitária deve ser vista como um instrumento importante para promover a articulação entre os atores sociais, fortalecendo a coesão da comunidade, e para melhorar a qualidade das decisões, tornando mais fácil o alcance de objetivos de interesse comum. No entanto, comumente o discurso do TBC se apropria da noção de participação como uma qualidade intrínseca ao modelo e indistintamente aplicável a qualquer experiência, sem levar em consideração as características da participação desde uma verdadeira perspectiva relacional, nem valorar possíveis entraves ao processo participativo próprios de cada caso. Em outras palavras, o paradigma do TBC parte do pressuposto de que a comunidade possui interesses comuns e consensuais, desde que é composta por indivíduos altamente comprometidos, fato que asseguraria uma alta qualidade participativa. Desta forma, considera-se oportuno acrescentar alguns questionamentos que envolvem a concepção e o significado de participação no âmbito do TBC de modo a incentivar a reflexão sobre a relação entre esse conceito e a sustentabilidade turística.

2.1.2 Os limites da participação no TBC

A participação no turismo está determinada pelo conjunto de relacionamentos que existem entre as várias partes interessadas e pelo grau em que esses relacionamentos são exclusivos ou inclusivos (HALL, 2001). No turismo comunitário ela é o preparo e habilidade das comunidades para administrar serviços e recursos. Por conseguinte, será o resultado, entre outros fatores, dos arranjos dos membros da comunidade, das estruturas de poder,

dos interesses e valores que afetam o processo de tomada de decisão, e da capacidade dos indivíduos e grupos de se envolverem.

A maior parte das “suspeitas” sobre participação poderiam ser agrupadas sob o apelativo de “mito da comunidade”, uma vez que no TBC a comunidade se identifica como espaço ideal para a prática participativa (CLEAVER, 1999).

O *primeiro questionamento* está relacionado ao poder e aos processos de decisão que acontecem no interior de uma comunidade e que quebram com a ideia de harmonia e coesão. A concepção homogênea de comunidade está baseada em uma leitura simplista e romântica, desconsiderando a estratificação e as relações de poder estabelecidas (BLACKSTOCK, 2005). Conforme essa autora, é fundamental que o TBC reconheça as estruturas de poder dentro de cada comunidade, uma vez que a tomada de decisão depende diretamente de quem está no poder em nível local. Assim, o controle local da atividade turística não leva automaticamente à tomada de decisão participativa, já que essa participação depende das desigualdades estruturais inerentes à comunidade. Todavia, a autora destaca que a ação da comunidade sob o discurso de “interesse comunitário” pode refletir apenas os interesses daqueles em posição de poder, mascarando motivações econômicas desses atores, e não o bem coletivo. Isto é, as comunidades raramente falam em uma só voz e as relações de poder são capazes de alterar os resultados dos esforços ou impedir a ação participativa.

Nesta mesma linha de argumentação, Cornwall & Jewkes (1995) defendem que o que normalmente se apresenta como uma comunidade homogênea é, na verdade, um grupo de pessoas com vários eixos inter-relacionados de diferença, tais como gênero, idade, religião, etnia, riqueza e poder de implicação. Dessa forma, dentro de uma comunidade as pessoas estão associadas por meio de várias redes sobrepostas com diversas ligações em torno de interesses diferentes que condicionarão a ação participativa. Por isso, para eles, a comunidade deve ser vista como um conjunto de relações sociais dentro do qual as pessoas são agrupadas de acordo às suas características e afinidades pessoais.

Além disso, a ideia de uma comunidade unitária, como se fosse um bloco estático facilmente delimitado, desconsidera a existência de entradas e saídas de membros migrantes que podem provocar mudanças demográficas e sociais nos destinos turísticos. Por sua vez, a expectativa homogênea da comunidade ignora também a existência de fronteiras difusas ou sobreposições com outras comunidades. Esse dinamismo proporciona, se possível, maior complexidade à noção de comunidade, podendo influir nas relações sociais estabelecidas entre seus membros e, portanto, justificando o receio da comunidade como um conjunto homogêneo de indivíduos com interesses comuns.

O *segundo aspecto* a ressaltar são os limites sobre a participação social impostos desde fora da comunidade, pois sua capacidade de atuação não depende apenas de si mesma. Deste modo, além da compreensão da divisão estrutural interna das comunidades, Blackstock (2005) também alerta para a necessidade de atender à existência de barreiras externas à participação e controle local. Ou seja, há um descompasso entre a retórica da participação da comunidade e a permanente desigualdade estrutural existente, tanto em nível local quanto global. Para a autora, a posição das comunidades turísticas por vezes é estruturalmente fraca diante da rede do capital global, que dita as regras da indústria do turismo, impedindo a autonomia na tomada de decisões em nível local e, no fim, tem a capacidade de determinar o destino das comunidades. Desta forma, no contexto da atual globalização, uma comunidade, mesmo tendo iniciativa participativa, pode ver-se impedida de tomar as rédeas de seu próprio desenvolvimento turístico.

Reforçando essa postura, Tosun (2006) verificou que diversos grupos de interesse (agências de viagem, operadoras e órgãos governamentais) que atuam em um destino turístico local esperam e promovem diferentes tipos de participação comunitária para atingir seus próprios objetivos. Assim, mesmo estando envolvidos com o turismo na região e supostamente fomentando o desenvolvimento de práticas turísticas comunitárias, esses grupos de interesse são contra a participação da comunidade no planejamento turístico em um nível que implique uma autêntica participação ativa e direta na toma de decisões.

Por fim, o *terceiro questionamento* sobre a participação comunitária tem a ver com a predisposição em apresentar o TBC como uma proposta de desenvolvimento turístico que envolve a comunidade como um todo, assumindo que todos os membros estão comprometidos e têm uma atuação ativa em defesa dos interesses coletivos.

A participação constitui um elemento essencial na elaboração de estratégias exitosas para o desenvolvimento sustentável, enquanto que este fundamenta-se na negociação de mudança social mediante as contribuições de todos os membros da sociedade. No âmbito turístico, e mais concretamente no TBC, a elaboração de estratégias e experiências de desenvolvimento turístico que coadunem com a sustentabilidade exigiria, portanto, a participação de todos os atores sociais da comunidade. Entretanto, em muitas experiências o turismo de base comunitária não envolve todos os membros da comunidade e sim um grupo, por vezes pequeno, de moradores (FABRINO, 2013). Essa circunstância pode provocar o repensar o verdadeiro sentido coletivo da expressão “base comunitária”, enquanto o termo reforça essa impressão de envolvimento da comunidade como um todo, embora muitas vezes não seja condizente com as iniciativas em curso. Além disso, apesar de ser possível que todos ou a grande maioria dos membros de uma comunidade estejam

dispostos a participar, surge a dúvida se isso, por si, já assegura o controle local e a sustentabilidade da atividade. A esse respeito, Blackstock (2005) defende que o simples envolvimento de uma elevada porcentagem de membros de uma comunidade em projetos turísticos não conduz invariavelmente a uma gestão turística baseada em decisões consensuais e democráticas, sem riscos de conflito. Para essa autora, as comunidades estão constituídas por grupos ou frações com diversos interesses e graus de poder, de modo que a distribuição de poder dentro de cada comunidade pode causar desigualdade. Por sua vez, Mowforth & Munt (2003) alertam para a hipótese geral de que quanto maior a participação, maior será a sustentabilidade turística e maior também a distribuição de benefícios dentro da comunidade. Eles argumentam que isso nem sempre é o caso, uma vez que não há uma definição inequívoca de sustentabilidade e nem todos os membros de uma comunidade compartilharão as mesmas necessidades nem os mesmos anseios.

Assim, ao abordar a participação nas estratégias para o desenvolvimento sustentável não deveria se assumir que a participação mais ampla ou frequente necessariamente significa a melhor participação, porquanto isso nem sempre leva a um consenso, e até mesmo quando acontece, é provável que o consenso resulte apenas parcial e relativamente estável (MEADOWCROF, 2003). Cabe então admitir que a participação não é uma forma de ação homogênea e que não se pode falar de participação “ideal”. Ela pode adotar diferentes formas que dependem da estrutura relacional da comunidade, das relações de poder internas e externas, e das aspirações da comunidade no processo de desenvolvimento. Igualmente, a participação deve se adaptar às características locais de cada comunidade, de modo a introduzir diferentes atores nos processos estratégicos de maneiras distintas. Ainda, a participação envolve alguns custos, e se não for organizada e executada cuidadosamente, pode inclusive ser contraproducente (MEADOWCROF, 2003). Parece necessário, portanto, reconhecer a necessidade de se observar a realidade, interpretando cuidadosamente cada caso em função das circunstâncias específicas de cada contexto para fugir, justamente, da participação apenas como discurso.

2.2 COLABORAÇÃO E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: QUAIS AS CONEXÕES?

2.2.1 As redes de colaboração no turismo e o envolvimento das partes interessadas

Existe uma imagem generalizada do turismo como um sistema que interliga diversos componentes associados a três elementos fundamentais: oferta, demanda e impactos (MATHIESON & WALL, 1982). Entretanto, considerar o turismo como um sistema funcional integrado por diferentes componentes e agentes implica inevitavelmente pensar nele como

um sistema social de relações. Desta forma, a compreensão e a análise do turismo exige sua abordagem como um sistema de interação social, uma vez que o funcionamento de qualquer sistema turístico depende da gestão das relações que se produzem entre os distintos atores do mesmo.

Como fenômeno complexo e heterogêneo, o turismo precisa integrar em sua cadeia produtiva grande quantidade de atores que visam principalmente otimizar sua eficiência e benefícios em todas e cada uma das etapas de elaboração do produto turístico, assim como a experiência satisfatória do turista. Além disso, o caráter fragmentado e dinâmico do setor requer também a organização desses agentes fornecedores de serviços para atender as necessidades e expectativas que demanda o contínuo surgimento de novos segmentos turísticos, em um mercado de crescente competitividade.

Do ponto de vista da governança turística, as redes de colaboração são importantes para a construção ambientalmente sustentável do turismo (ERKUS-ÖZTURK & ERAYDIN, 2010). Abordagens multinível para o planejamento e elaboração de políticas têm sido amplamente defendidas como um meio descentralizado eficaz para envolver governos, empresas e comunidades com interesse nos processos de tomada de decisão (ARAUJO & BRAMWELL, 1999; BRAMWELL & LANE, 1999). Igualmente, essa natureza complexa e fragmentada do turismo provoca o reconhecimento da necessidade de colaboração na gestão local de destinos uma vez que as diferentes partes interessadas (*stakeholders*) têm interesse no processo de desenvolvimento turístico. Isso porque nenhum grupo ou indivíduo, de maneira individual, pode exercer o controle direto sobre dito processo nem abarcar as necessidades dos turistas (JAMAL & GETZ, 1995; AAS *et al.*, 2005).

Frequentemente, colaboração e cooperação são usadas no planejamento e gestão do turismo como sinônimos. Porém, enquanto a cooperação significa trabalhar em conjunto para algum fim, esse conceito não contém as complexas interpretações nem as condições necessárias abrangidas pela colaboração (JAMAL & GETZ, 1995). Entendida como “partilha de apreciações e/ou recursos tangíveis por duas ou mais partes interessadas para resolver um conjunto de problemas que não podem ser resolvidos individualmente” (GRAY, 1985, p. 912), a colaboração é um processo flexível e dinâmico, no qual diversos atores com interesses comuns procuram ativamente e mutuamente determinados objetivos. Assim, diferentes partes interessadas, cientes dos diversos aspectos que envolvem um assunto que afeta a todas elas, podem explorar suas diferenças e agir sobre tal assunto, mediante a divisão de papéis, e o estabelecimento de normas e estruturas de ação.

Adaptando essa definição ao contexto do planejamento do turismo de base comunitária, Jamal & Getz (1995) descrevem a colaboração como

[...] um processo de tomada conjunta de decisões entre as principais partes interessadas do âmbito do turismo de uma comunidade interorganizada com o objetivo de resolver os problemas de planejamento de dito âmbito e/ou para abordar as questões relativas ao planejamento e desenvolvimento do mesmo. (JAMAL & GETZ, 1995, p. 188, tradução nossa).

Ainda, os mesmos autores apresentam seis condições fundamentais para desenvolver uma colaboração eficaz no âmbito do TBC: (1) o reconhecimento de um alto grau de interdependência entre os atores na gestão da atividade; (2) o reconhecimento dos benefícios individuais e/ou mútuos derivados do processo; (3) o compromisso de que as decisões cheguem a ser implementadas; (4) a abrangência das partes interessadas envolvidas; (5) a existência de um mediador ou facilitador para iniciar e facilitar o processo; (6) a formulação conjunta dos objetivos desejados do turismo e a capacidade de monitorar esse horizonte.

Esses requisitos são básicos para o desenvolvimento de parcerias bem-sucedidas e podem ser aplicados a muitas comunidades imersas no TBC e que têm de administrar os serviços turísticos e proteger os recursos que sustentam o destino envolvendo múltiplos atores. Apesar de todas as condições serem importantes, a colaboração entre as partes interessadas está sujeita ao reconhecimento da sua interdependência. Isto é, à percepção de que as questões a resolver são importantes e que atingir benefícios significativos será o resultado de trabalho conjunto. Ao trabalhar coletivamente, os membros da comunidade envolvidos na gestão do TBC podem trocar informações e experiências, aprender uns com os outros, fornecer novas oportunidades e soluções, se adaptar com sucesso a ambientes em constante evolução e canalizar energias para a gestão de bens comuns. Tudo isso, no contexto do desenvolvimento sustentável e não apenas para obter uma vantagem competitiva que responda simplesmente aos interesses de mercado (GRACI, 2013). Um argumento adicional para a colaboração no turismo é que, ao envolver o aprendizado coletivo, promove decisões que gozam de um maior grau de consenso e propriedade comum (ARAUJO & BRAMWELL, 1999). Contudo, embora as decisões sejam tomadas em conjunto, em uma base consensual, as partes interessadas são autônomas, uma vez que mantêm seus poderes independentes, respeitando a tomada de decisões por regras compartilhadas dentro de uma aliança colaborativa.

Entende-se que o envolvimento de diferentes atores com interesses compartilhados poderá levar à consideração dos pontos de vista de todas as partes interessadas, e com isso ao estabelecimento de metas comuns e ao desenho de uma estrutura para a ação conjunta. Deste modo será possível aumentar a eficiência, a equidade e a harmonia entre as partes envolvidas, adequadas para alcançar os objetivos do turismo sustentável. Aqui, equidade de participação se transforma em equidade no processo relacional, apresentando-

se como uma forma mais democrática de planejar e executar as ações necessárias para o desenvolvimento turístico, contribuindo de modo mais eficiente para a sustentabilidade da atividade e dos recursos dos quais depende.

Enquanto as colaborações no turismo podem oferecer vantagens para as partes interessadas e os destinos, seu desenvolvimento dá origem também a alguns desafios. Em primeiro lugar, há que levar em consideração que o direito a estar envolvido não é igual à capacidade de se envolver, sendo necessário que os diferentes atores tenham recursos e competências suficientes para colaborar. Em segundo lugar, mesmo quando todos os atores têm a capacidade de estar envolvidos, interesses divergentes, desequilíbrios de poder e questões de legitimidade podem inibir tanto o início quanto o sucesso de uma colaboração (JAMAL & GETZ, 1995; REED, 1997).

No entanto, apesar de cada ator poder ter uma visão diferente, será importante que todos eles estabeleçam parcerias mediante relações de colaboração para que, através da articulação efetiva do espaço turístico, possam atingir metas que beneficiem à coletividade. No turismo de base comunitária a proposta turística está ancorada na prevalência dos padrões relacionais interpessoais nos serviços turísticos que se implementam. O padrão relacional está implícito na acolhida e hospitalidade dada aos visitantes por meio de relações “humanizadas” e da criação de espaços compartilhados, propícios para práticas de sociabilidade e interação entre visitantes e visitados. Porém, relações de colaboração entre os membros da comunidade, enquanto principais partes interessadas do TBC, devem ser colocadas em andamento para oferecer os serviços dirigidos aos turistas, à vez de assegurar o desenvolvimento socioeconômico da comunidade, preservar os recursos turísticos e minimizar os impactos negativos da atividade. Essas relações intracomunitárias, estabelecidas entre os membros da comunidade envolvidos no TBC, são as que poderão pautar o desenvolvimento e o grau de sucesso de qualquer proposta contida nessa modalidade turística e que constituem o foco de análise deste projeto de pesquisa.

A perspectiva de autogestão das iniciativas que caracterizam o TBC exige então permanente interlocução e negociação de compromissos intracomunitários, de modo que a população local assumira o verdadeiro controle no desenvolvimento turístico. Será mediante a incorporação de estratégias de colaboração entre os membros da comunidade que eles terão que coordenar os elementos que conformam o “pacote turístico” e dar resposta às necessidades dos turistas, tais como transporte, hospedagem, alimentação e entretenimento, dentre outras. Além disso, minimizar as ameaças potenciais do turismo sobre o local, de forma a preservar os atrativos turísticos e alcançar o benefício coletivo para

a comunidade, passará pela implementação de alianças mutuamente benéficas que sejam economicamente rentáveis e socialmente aceitáveis para a população local.

No TBC as formas de propriedade e modo de gestão dos empreendimentos desenvolvidos são variadas e incluem desde experiências comunitárias geridas por cooperativa, até aquelas assentadas na organização familiar (SANSOLO & BURSZTYN, 2009). Desde uma perspectiva relacional, e independentemente da organização interna que apresente cada comunidade, ter o controle para administrar os serviços turísticos e, conseqüentemente contar com a capacidade de atingir esses objetivos (conservar os recursos, obter ganhos justos e duradouros, e satisfazer os visitantes), parece exigir, portanto, que os membros da comunidade estejam dispostos e sejam capazes de colaborar uns com os outros de forma equilibrada.

A relevância da colaboração na gestão do TBC é grande devido às interdependências que existem e são necessárias entre os membros da comunidade na implementação de um destino de turismo comunitário. O escopo da comunidade caracteriza-se por ser um “sistema aberto” no qual diferentes membros terão que colaborar para fazer funcionar a experiência e no qual as ações de uma parte interessada impactarão sobre o resto. Desse modo, a colaboração fornece um quadro base para a resolução de questões organizacionais e operacionais no desenvolvimento do turismo em nível local e pode ser usada para avançar em visões compartilhadas, nas quais as partes interessadas reconhecem as vantagens potenciais de trabalhar juntas.

2.2.2 A colaboração na gestão dos recursos turísticos

Para as comunidades envolvidas no turismo de base comunitária, o aumento da prosperidade sem danos à qualidade de vida representa a temática central da sustentabilidade (IRVING *et al.*, 2005). Além da necessidade de administrar atividades e serviços, do ponto de vista da sustentabilidade turística, o discurso do TBC gira em torno da capacidade que a comunidade tem de gerenciar os recursos naturais e socioculturais dos destinos, a fim de preservá-los, satisfazendo as necessidades dos turistas e promovendo o bem-estar comunitário. Assim, embora este trabalho, através do estudo de caso, preste atenção especial à colaboração na gestão das atividades e serviços turísticos, é necessário não esquecer a importância que a ação coletiva na gestão dos recursos patrimoniais tem para um bom desempenho turístico.

A partir dessa perspectiva, a gestão participativa é requisito para o TBC, uma vez que a comunidade é auto-gestora do seu empreendimento visando o bem comum e trabalhando

para que o destino turístico se mantenha fora da zona de declínio que o modelo de ciclo de vida prevê (BUTLER, 1980).

O bem comum reforçaria o conceito de turismo de base comunitária, já que além de fortalecer a identidade da comunidade, supõe o envolvimento dos seus membros no planejamento e na gestão do patrimônio natural e cultural, convertido agora em atrativo turístico, como forma de preservá-lo dos impactos negativos do turismo. Assim, por meio de um processo organizacional permeado pelas relações interpessoais, as comunidades terão que delinear uma gestão responsável dos recursos naturais e socioculturais, procurando a obtenção de benefícios coletivos, ao passo que evitam os problemas derivados da sua exploração.

A este respeito, o desafio das populações locais envolvidas em práticas turísticas comunitárias consiste também em como colaborar para gerir de maneira sustentável os recursos do destino turístico, uma vez que eles possuem as características de recursos de uso comum e, portanto, podem estar sujeitos à tragédia apontada por Hardin (1968).

Um recurso de uso comum (RUC em português ou CPR em inglês) é “uma classe de recursos para a qual a exclusão é difícil e o uso envolve subtração” (BERKES *et al.*, 1989, p. 91). Isto é, o recurso que pertence a todos, para o qual é difícil ou impossível restringir o acesso a usuários potenciais, ao mesmo tempo que seu uso por parte de um indivíduo afeta adversamente à habilidade de exploração de outro indivíduo. Como exemplos para este tipo de recursos são frequentemente citados, dentre outros, os lagos e as bacias hidrográficas, as florestas, as reservas de petróleo e gás, os bancos de pesca e os espaços recreativos.

Os recursos de uso comum apresentam quatro regimes de direitos de propriedade, no âmbito dos quais os recursos podem ser geridos (FEENY *et al.*, 1990): livre acesso, propriedade privada, propriedade comunal ou comunitária e propriedade estatal. Tratam-se de regimes de apropriação ideais, uma vez que em muitos casos apresentam-se de maneira sobreposta.

Hardin (1968), em seu famoso artigo intitulado “Tragédia dos bens comuns”, argumentou que por suas características intrínsecas de acesso aberto, os recursos de uso comum seriam inerentemente susceptíveis ao sobreuso e à degradação. Para o referido autor, tais recursos apenas podem ser conservados em bom estado sob o controle estatal ou a privatização e mediante o estabelecimento de punições aqueles que desrespeitem as regras. No entendimento do autor, o aproveitamento dos recursos comuns estaria condicionado pela busca egoísta dos anseios e benefícios individuais, em detrimento de interesses coletivos, mesmo sabendo que isso teria consequências negativas no futuro.

Desta forma, seria impossível a ação coletiva para regular o uso apropriado dos recursos comuns.

Posteriormente diversos autores (BERKES *et al.*, 1989; FEENY *et al.*, 1990; OSTROM, 1990) criticaram essa visão como pessimista e socialmente desmobilizadora, defendendo a possibilidade de gestão de bens comuns por meio da organização e o estabelecimento de regulamentos coletivos, que permitiriam um uso justo, incentivando o desenvolvimento econômico à vez que minimizando o risco de sobre-exploração.

A ideia de gestão estatal pressupõe que governos têm capacidade suficiente para administrar e enfrentar a degradação dos recursos comuns de maneira eficaz. Por sua vez, a ideia de privatização assume que a racionalidade do proprietário privado implica racionalidade ecológica. Contudo, isso nem sempre acontece na realidade e, portanto, essas formas de gestão não assegurariam o uso sustentável dos recursos comuns (OSTROM, 1990). Entretanto, no sistema de gestão comunal, as comunidades percebem-se a si mesmas como donas legítimas dos recursos dos seus territórios, tendo a capacidade e o direito de elaborar normas e proteger o uso dos recursos dos quais dependem. Por conseguinte, uma comunidade organizada através de arranjos institucionais, entendidos como conjunto de regras formais e informais estabelecidas e seguidas pelos usuários para o aproveitamento dos recursos comuns, poderia evitar a sobre-exploração desses bens (OSTROM, 1990).

Geralmente nos regimes de apropriação comunitária as comunidades delimitam territórios, elaboram regras e mecanismos de implementação e monitoramento de uso dos recursos, estabelecem punições em caso de violação dos acordos, e desenham mecanismos de gestão dos conflitos. Uma vez que os recursos comuns constituem componentes necessários para sua subsistência e bem-estar, a comunidade teria maior interesse na condição de longo prazo dos mesmos e, desta forma, em manejá-los através de um processo sustentável. Além disso, como as comunidades ostentam um elevado conhecimento sobre a realidade e condições locais, elas poderiam adotar sistemas de gestão mais equitativos e efetivos que aqueles planejados de forma privada ou por governos e entidades centrais (VIEIRA, BERKES & SEIXAS, 2005).

No turismo, o conceito de recursos de uso comum pode ser aplicado genericamente às paisagens turísticas (HEALY, 1994; BRIASSOULIS, 2002). Estas incluem diversos elementos naturais, socioculturais e construídos que constituem o motivo de escolha do destino turístico por parte dos visitantes e oferecem o suporte para a realização das suas atividades de lazer. Assim, ambiente físico, expressões da cultura local e infraestruturas e instalações de acolhida conformam uma base de recursos diversificada e indispensável para

a integridade da experiência turística, sendo que muitas vezes esses elementos são usados, simultaneamente e para fins diferentes, tanto pelos turistas quanto pelas populações locais. Isto é, tais recursos são os insumos mais importantes para o turismo, coincidindo com o “produto turístico”, podendo ser ao mesmo tempo atrações de lazer para os turistas e fontes de rendimento ou meios produtivos para a comunidade (BRIASSOULIS, 2002). Isso é mais evidente nos destinos que desenvolvem o TBC, onde moradores e visitantes partilham inúmeros recursos locais durante a temporada turística.

De qualquer maneira, os elementos que compõem o produto turístico de um destino possuem as características distintivas dos recursos de uso comum: baixa possibilidade de exclusão e alta rivalidade. Como exemplo, todas as pessoas (turistas e moradores) em um destino turístico têm o direito de utilizar uma praia, mas o bem-estar de qualquer pessoa que esteja tirando qualquer proveito dela pode ser interrompido pela simples presença ou atividade realizada por outra pessoa no mesmo espaço.

Onde recursos comuns são importantes para turistas é muito provável encontrar duas ameaças específicas e graves para o desenvolvimento sustentável do turismo: o uso excessivo dos recursos e a falta de incentivo para manter ou melhorar sua qualidade (HEALY, 1994). A primeira pode causar congestionamento a curto prazo, prejudicando a qualidade da experiência. Igualmente, também pode degradar o recurso a longo prazo, diminuindo os benefícios econômicos para as comunidades, piorando as condições ambientais e provocando a caída da satisfação dos turistas, conduzindo finalmente ao declínio do destino. Já a segunda ameaça, está relacionada com a dificuldade de encorajar investimentos para melhorar a qualidade de um recurso em uma situação onde *free-riders* (caronas), não investidores, usufruiriam de muitos dos benefícios da melhoria realizada por outros. É dizer, como as pessoas que podem investir em proteger ou melhorar os recursos comuns não conseguem captar o benefício econômico pleno, realizariam menos investimentos do que a sustentabilidade exigiria, contribuindo na degradação dos recursos.

Conforme visto nesta seção, os recursos de uso comum nos destinos turísticos são vitais para o desenvolvimento do turismo desde que eles constituem os atrativos ou produto turístico. Desse modo, o desenvolvimento sustentável do turismo exige a gestão adequada de tais recursos. A este respeito, cabe enfatizar a abordagem comunitária como uma gestão efetiva dos recursos de uso comum no TBC, já que a comunidade pode exercer maior “controle social” e ter a capacidade de enfrentar os problemas que envolvem seu uso. Desta maneira, essa abordagem reforçaria a noção de colaboração entre os membros da comunidade, uma vez que tanto a satisfação final do turista no destino quanto a conservação dos recursos não podem ser resolvidas de maneira individual.

2.3 O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E COLABORAÇÃO TURÍSTICA

2.3.1 A importância dos padrões relacionais na gestão do TBC

Conforme exposto anteriormente o funcionamento de um sistema turístico depende da gestão das relações que se estabelecem entre seus distintos componentes. Isso implica que a sua compreensão requer a análise das relações sociais entre os múltiplos atores e grupos de interesse no tempo e no espaço. Dito de outra forma, pela dinâmica da gestão do turismo, as relações de colaboração tornam-se um aspecto mais que fundamental para interpretar o processo de desenvolvimento turístico.

Sob essa ótica, entender o desenvolvimento do turismo exige superar a tradicional abordagem da atividade desde a perspectiva do ator, que centra a análise no conhecimento de tais atores no território em vez de nas relações que se produzem entre eles (MERINERO & PULIDO, 2009). Isto é, demanda ultrapassar a visão mediante a qual se identificam e caracterizam os agentes envolvidos, examinando apenas suas percepções sobre a dinâmica turística, para incorporar a análise da perspectiva relacional.

No turismo de base comunitária, embora existam interesses pessoais diversos, o máximo aproveitamento do sistema turístico e dos recursos locais passa pelo trabalho conjunto entre os membros da comunidade usando as relações que eles mantêm uns com os outros. Uma vez que a participação dos membros de uma comunidade passa a ser considerada uma premissa fundamental para o desenvolvimento de qualquer experiência de TBC, surge então a metáfora da rede como elemento que permite alavancar a potencialidade de entendimento dessa participação. Isto é, assumindo que a participação implica estar envolvido em relações sociais, a metáfora das redes de colaboração proporciona um meio descritivo útil para assimilar o conceito da dinâmica social das relações que existem na organização e desenvolvimento de iniciativas de turismo comunitário.

O sucesso da colaboração no TBC estará condicionado pela existência de relações e associação entre os atores envolvidos. Tal colaboração deve considerar dois aspectos fundamentais que juntos compõem o produto turístico e se apresentam como o principal desafio da proposta: (1) a gestão coletiva das atividades turísticas; (2) a governança dos recursos comuns. Essa tarefa exige que grupos com diversas capacidades, necessidades e interesses tenham que contribuir com alguns aspectos específicos. Nesse sentido, as relações sociais e as alianças que permeiam o processo organizacional do turismo comunitário podem ser essenciais para delinear uma gestão responsável que busque a obtenção de benefícios coletivos, ao tempo que evite os problemas derivados do turismo.

Por isso, para compreender esse modelo de turismo é necessário analisar as relações de interdependência que se estabelecem entre os membros da comunidade na organização dos serviços turísticos e na gestão dos recursos locais através da criação de redes sociais. Por um lado, a colaboração associada à organização dos serviços pode implicar, entre outras coisas, a melhoria das opções de lazer prestadas e da gestão dos empreendimentos, assim como o acesso ao mercado e a consolidação do destino, fundamental para a sustentabilidade econômica das práticas de TBC. Por outro lado, as relações de colaboração na gestão responsável dos recursos locais permitiriam que o destino se mantivesse por mais tempo fora da zona de declínio do ciclo de vida, possibilitando uma experiência dos viajantes satisfatória e uma relação mais favorável ao ambiente em que estão inseridos. Em resumo, a gestão participativa mediante relações de colaboração pode favorecer que, como estratégia turística, o TBC alcance um maior potencial em prol da conservação do patrimônio natural e cultural dos destinos, bem como no desenvolvimento social das comunidades locais.

Se a colaboração é um processo de resolução de problemas que envolve partilha de apreciações ou recursos entre diversas partes interessadas, as ligações entre essas partes (relacionamentos e parcerias) criam redes sociais que podem fornecer a base para esse agrupamento (LAUBER *et al.*, 2008). Quando diferentes membros da comunidade colaboram no TBC, mediante diversos processos e acordos relacionais, a estrutura que emerge da inter-relação se traduz na existência de uma rede social. Por sua vez, diferentes tipologias de participação demandam diferentes tipos de relação e, portanto, poderão resultar em configurações de redes sociais específicas, assumindo diversos arquétipos.

Como resultado das relações entre os membros de uma rede podem-se identificar estruturas relacionais às quais deve-se atribuir a emergência de propriedades sistêmicas da rede, que ajudarão a discernir melhor tanto a organização da comunidade, quanto os seus resultados no desenvolvimento do TBC. Ter a capacidade de analisar as dinâmicas colaborativas que acontecem entre os membros de uma determinada comunidade, mediante a caracterização das relações sociais existentes, apresenta-se como um elemento chave para examinar os vínculos que se estabelecem entre as redes de atores e o desenvolvimento da prática turística comunitária. Desta forma, a análise de redes sociais é considerada nesta dissertação uma abordagem que permite avaliar as configurações relacionais entre os atores envolvidos no TBC e, por conseguinte, sua capacidade de gestão.

2.3.2 Articulação em rede

Uma rede social é nada mais do que um conjunto de nós conectados entre si por meio de relações sociais específicas (MARIN & WELLMAN, 2011). Nós, ou os membros da rede, são as unidades que estão ligadas pelas relações existentes. Estas unidades estão constituídas comumente por pessoas ou organizações, mas, em princípio, qualquer unidade capaz de se ligar a outras unidades pode ser estudada como nó. Por conseguinte, as redes sociais são conjuntos de relações sociais ou interpessoais que vinculam indivíduos ou organizações em “grupos”.

Os estudos de redes sociais pressupõem que os indivíduos ou atores não atuam de maneira isolada e com disponibilidade de toda a informação, senão que seu comportamento está profundamente condicionado pelos padrões de relações que eles conseguem desenvolver de maneira proativa (CASTELLS, 2000; GILCHRIST, 2000). A teoria de redes sociais coloca a atenção em como as propriedades estruturais das redes afetam o comportamento, para além dos atributos pessoais e do estabelecimento de normas ou regulamentos. A ênfase situa-se na análise de como os padrões estruturais nas redes oferecem oportunidades e restrições que condicionam o acesso das pessoas a recursos como informação, inovação, riqueza ou poder, dentre outros. Desde a perspectiva de redes sociais, as relações entre os atores são interpretadas como o elemento sobre o qual se constrói e organiza o comportamento social dos atores. Em outras palavras, nos estudos de redes sociais o foco está principalmente nos padrões estruturais das relações em vez de em únicos atores isolados.

As interações entre indivíduos na rede social podem ter impacto relevante no comportamento dos atores, assim como influir nas estruturas de poder identificáveis e nos processos de gestão. Entretanto, as redes sociais são à vez causa e efeito do comportamento dos indivíduos. Trata-se de sistemas sociais conectados por relações que, ao mesmo tempo em que influenciam o comportamento de indivíduos ou grupos, são influenciados por eles (MIZRUCHI, 2006). Assim, se por um lado as redes criam e limitam as oportunidades de escolha dos sujeitos sociais, por outro, estes últimos, mediante o estabelecimento, manutenção e quebra de relações, condicionam a estrutura global da rede.

A rede é um conceito essencialmente relacional que, além da dimensão quantitativa (tecido associativo), contém um elemento qualitativo baseado nas relações de confiança (BORBA & LENITE, 2006). Castells (2000) acrescenta que o fortalecimento das redes se dá pela conectividade (capacidade de facilitar a comunicação entre os atores) e pela coerência (interesses compartilhados entre os objetivos da rede e de seus membros).

As redes sociais foram identificadas também como formas de organização que possuem potencial de conectar os atores que pertencem a diversas categorias e níveis, de modo a criar estruturas flexíveis e adaptativas de governança (BODIN & CRONA, 2009). Essas estruturas, graças à sua condição de flexibilidade, todavia contribuem para facilitar a formulação de soluções adaptadas à complexidade dos problemas socioambientais por meio de processos transdisciplinares (FORGET & LEBEL, 2001).

A estrutura das redes condiciona os recursos disponíveis e mobilizados nas relações sociais, favorecendo ou obstruindo as trocas e a ação coletiva (PRETTY, 2003). Assim, o padrão estrutural das relações de uma rede social pode ter um impacto significativo sobre como os atores se comportam e, conseqüentemente, influir nos processos de gestão efetiva (LAUBER *et al.*, 2008; BODIN & CRONA, 2009). Conforme Bodin & Crona (2009), diferenças significativas nos processos de gestão e nos resultados podem ser esperadas entre redes que experimentam também diferenças estruturais em termos de, por exemplo, densidade de relações, grau de coesão, interconectividade de subgrupos e, grau de centralidade da rede. Além disso, os mesmos autores também apontam que é o conjunto de características estruturais, e não a atuação de uma única delas, o que tem efeito sobre os processos básicos de governança. Desta forma, pode-se estudar o sistema da rede social visando apenas entender como ele se comporta e como as conexões influenciam esse comportamento.

Considerando as redes sociais como base estrutural de relações sociais e espaço de transferência de recursos, a participação em redes está fortemente associada ao conceito de capital social. Assim, para um melhor entendimento da articulação em rede é necessário se aproximar a este conceito, apresentando-o sumariamente.

O capital social alude às características da organização social que permitem as ações coordenadas dentro ou entre diferentes grupos sociais e contribuem para aumentar a eficiência e o benefício mútuo (PUTNAM, 2002). O capital social pode ser definido em nível individual ou de grupo. Em nível individual, diz respeito ao poder social do indivíduo que utiliza seus contatos e os recursos mobilizados pela rede para promover seus interesses (BOURDIEU, 1985). Já em nível de grupo, o capital social pode ser visto como um recurso coletivo com potencial para aumentar a ação coletiva e o fortalecimento da colaboração (COLEMAN, 2000; PUTNAM, 2002).

O capital social possui uma natureza multidimensional. As relações entre atores que pertencem a um mesmo grupo social estão associadas ao capital social de ligação (*bonding*), enquanto que as relações entre atores de diferentes grupos estão vinculadas ao capital social de ponte (*bridging*). Ambos os tipos de capital podem fortalecer processos de

gestão. O primeiro, mediante o fomento da confiança e a redução de conflitos, favorecendo a colaboração e a troca de informações e consolidando o grupo para a ação coletiva; o segundo, por meio do acesso a novas ideias e o desenho de estratégias entre atores com experiências diversificadas, mobilizando recursos que não estão disponíveis dentro de um próprio grupo (WOOLCOCK & NARAYAN, 2000; MERTENS *et al.*, 2011).

Em uma comunidade os laços sociais que conectam os membros dentro de cada grupo fomentam a homogeneidade e a reciprocidade dos grupos presentes em função de relações socialmente estreitas que brindam apoio, geralmente baseadas em pontos de coincidência herdados ou criados como resultado de um contato pessoal frequente. Já os laços que facilitam o contato entre membros de diferentes grupos orientam a esses membros para fora, permitindo-lhes sair dos grupos primários para se relacionarem com outros atores de características diferentes, que podem aportar novos recursos, possibilitando a geração de reciprocidades mais amplas e mais oportunidades de desenvolvimento (CACCIATU, 2010).

A estrutura das redes aparece por trás do conceito de capital social como um recurso da comunidade, construído por suas redes de relações e que pode ser uma força poderosa para a promoção de projetos grupais. Desta forma, o equilíbrio entre as duas formas de capital social é interessante para os processos de governança (BODIN & CRONA, 2009; BRONDIZIO *et al.*, 2009). Por conseguinte, a relação *bonding/bridging* é importante na abordagem relacional da atividade turística comunitária, desde que ela possa oferecer luz sobre a organização em rede e a colaboração para a gestão e o sucesso da atividade.

As redes sociais apresentam-se como fatores relevantes no fomento e no fortalecimento tanto da gestão participativa quanto do turismo sustentável (HALME, 2001; SCOTT *et al.*, 2008). O interesse na participação social dos atores envolvidos através da criação de redes sociais de colaboração para o desenvolvimento do turismo está intimamente ligado à ideia de que os destinos turísticos poderiam obter ganhos mediante a troca de experiências, conhecimentos e outros recursos. Assim, a teoria de redes sociais pode proporcionar um enfoque útil para a compreensão das estruturas sociais e as inter-relações entre os atores, e por sua vez para o desenvolvimento de práticas de planejamento colaborativo coerentes com as dimensões da sustentabilidade.

Estabelecer relações por meio de redes sociais não só leva a um aumento de possibilidades de ação conjunta e gestão de conflitos, permitindo uma atuação mais coordenada que atenda os diferentes interesses (BODIN & CRONA, 2009), como também pode promover a troca de conhecimento e experiência entre pessoas ou grupos sociais que possuem objetivos compartilhados (MERTENS *et al.*, 2008). A articulação em rede entre os

atores melhora também o desenvolvimento de conhecimentos mediante o intercâmbio e a exposição a novas ideias, facilitando a realização de tarefas complexas (BRAMWELL & LANE, 1999). Ainda, os processos de gestão fomentados pelas redes sociais favorecem a ação coletiva e o capital social, podendo ser mais efetivos que os instrumentos de comando e controle operados pelas instituições formais (PRETTY, 2003). Por fim, as características das redes sociais podem influenciar a capacidade das comunidades para responder às mudanças ambientais, assim como condicionar o sucesso de gestão de recursos naturais (BODIN & CRONA, 2009).

Em termos empresariais, as vantagens das redes são particularmente importantes para a inovação assim como para construir sistemas de segurança contra a incerteza e climas de negócios desfavoráveis. Mediante redes interorganizacionais, as empresas têm maior possibilidade de aceder ao financiamento e outros recursos, reduzir assimetrias de informação, assim como possibilitar maior poder de negociação, resultando na melhora das suas capacidades competitivas e, por conseguinte, no posicionamento dos empreendimentos colaborativos no mercado (BORGATTI & FOSTER, 2003; NOVELLI *et al.*, 2006).

O termo rede social captura a ideia de que os vínculos sociais são importantes para as pessoas e para as comunidades. Diferentes grupos sociais dentro de uma comunidade podem diferir na maneira de envolvimento com as questões socioambientais da mesma, e isso acarretará consequências nos resultados dos projetos desenvolvidos (MERTENS *et al.*, 2005). Assim, nos processos colaborativos, diversas partes interessadas desempenham papéis diferentes e a estrutura da rede social poderá fornecer resultados úteis para compreender a organização social das comunidades, assim como simplificar e comunicar as relações que se estabelecem em seu interior.

2.3.3 Os limites da atuação em redes sociais

Da mesma maneira que a participação pode resolver conflitos, mas também gerá-los, não devendo ser sacralizada nem tampouco considerada uma panaceia indispensável em todas as ocasiões, nem todas as formas de organização em rede serão uma solução indiscutível para a gestão participativa do TBC. Isso dependerá da configuração estrutural adotada em cada caso. Desta forma, diversos padrões relacionais terão diversos efeitos sobre a participação social das comunidades envolvidas no TBC e sobre o estabelecimento de relações de colaboração, nem sempre com resultados positivos. Por essa razão, há necessidade de atrair a atenção sobre os preconceitos positivos da atuação em redes

sociais, apresentando, ainda que brevemente, algumas considerações em relação à diversidade de formas que as redes podem assumir.

É comum que, independentemente do campo de aplicação, as concepções de redes sociais enfatizem as bondades e as características solidárias destes modelos de organização que permitem vivenciar relações não hierárquicas. Contudo, como qualquer organização social, elas abrigam tanto relações de poder e conflito como a possibilidade de colaboração.

Desta forma, existem redes que podem atuar na contramão da solidariedade, sendo usadas em benefício próprio de atores exclusivos, como espaços de perpetuação e ampliação tanto de posições de poder quanto de pensamentos hegemônicos. Assim, algumas redes sociais podem organizar-se para democratizar atividades, mas também para potencializar dinâmicas totalitárias ou atividades ilícitas (CASTELLS, 2000). Além disso, nem todas as atuações em rede criam automaticamente relações horizontais sem subordinação de poder, nem relações sustentáveis enquanto consistência e permanência das mesmas (TÓTH, 2012).

A organização em redes depende, dentre outros fatores, da estrutura social do grupo ou comunidade, das assimetrias e relações de poder, assim como do comportamento das interações, por exemplo, conforme ao grau de reciprocidade entre atores ou à autonomia em relação a agentes externos. Em função das interações entre os atores, as redes podem assumir diversas configurações, tais como horizontais, robustas ou policêntricas, mas também podem formar estruturas hierárquicas, vulneráveis ou centralizadas, entre outras (BARABÁSI & BONABEAU 2003; ANDERSSON & OSTROM, 2008; BODIN & CRONA, 2009). Como resultado, em cada tipo de rede social o grau de controle dos participantes muda e, com isso, o nível de importância de decisões que eles podem tomar.

Redes sociais com atores centrais que concentram as relações podem comportar-se como redes hierárquicas, sendo consideradas muito mais como elementos de manipulação do que de emancipação. A existência de diferentes nós mais fortemente conectados que o resto faz com que a rede possa funcionar de maneira vertical, com nítidas relações de poder, o que implica que existam graus de controle concentrados em poucas mãos, enquanto que uma maioria de atores “participam” envolvidos apenas como espectadores. Quando a participação em rede assume essa disposição na prática turística comunitária, um grupo ou ator social detém o poder sobre o processo turístico e toma as decisões essenciais sobre o desenvolvimento e/ou a realização de atividades. Embora esses atores possam escutar a opinião e as necessidades do resto para identificar limitações e oportunidades, assim como para estabelecer prioridades, a participação destes últimos estaria condicionada

às atividades definidas pelos atores centrais para proporcionar serviços ou apoio. Este formalismo da rede pode, portanto, aumentar os riscos de desigualdades entre os membros envolvidos no TBC assim como sua dependência de fomentadores externos e, com isso, ampliar a fragilidade interna do grupo.

Ainda, o isolamento ou baixa conectividade de atores numa rede pode provocar que as decisões resultantes não sejam legitimadas pelo conjunto dos membros, uma vez que o processo é percebido como injusto e não inclusivo. Por sua vez, a baixa coesão de uma rede não proporcionará aos indivíduos ou grupos a oportunidade de expressar prioridades, defender seus interesses e valores. Essa circunstância pode diminuir sua capacidade de estabelecer consensos e de adaptar-se a mudanças iminentes ou imprevistas. Por fim, a exclusão de atores aumenta o perigo de surpresas pós-decisionais e impasses. Portanto, estas redes que não fomentam a colaboração entre as partes envolvidas não melhorariam o resultado de decisão nem facilitariam a implementação de ações exitosas (SANTOS & BASSANESI, 2010).

Independentemente da qualidade das decisões resultantes, redes hierárquicas ou centralizadas criam cenários contra os conceitos de justiça, direito e democracia, uma vez que indivíduos e/ou grupos que deveriam ter direito a intervir em determinados processos que os afetam não têm oportunidade. Assim, a democracia é função de que não existe estrutura de dominação na rede, nem preponderância permanente de um único ator ou de subgrupos claramente identificáveis.

Analisando a aplicação do conceito de rede na área das organizações e do turismo, Santos & Bassanesi (2010) defendem que pensar e atuar em rede só será possível se os atores entendem e respeitam alguns elementos, dentre eles, o horizonte histórico, a estrutura de dominação e a instabilidade do equilíbrio.

O primeiro significa que os atores precisam perceber e conhecer a evolução histórica de si mesmos e de seus parceiros. Paralelamente, precisam considerar que toda intervenção num sistema social passa a formar parte de uma história que já está em curso. Ou seja, um membro de uma comunidade que trabalha no TBC, seja ele quem for e independentemente do poder que tiver, não estará necessariamente construindo a rede no momento em que simplesmente formaliza relacionamentos para a atividade, uma vez que a rede como metáfora de sistemas relacionais já existe previamente na comunidade e, no máximo, será reconfigurada a partir da interferência dos seus nós e vínculos.

O segundo elemento a ser considerado, a estrutura de dominação, supõe que é preciso que os diferentes atores de uma rede social percebam que nenhum membro é dono ou controla o sistema. Nesse sentido, a percepção de qualquer membro da rede de que

existe uma estrutura de dominação absoluta pode ser condição suficiente para deixar de “pensar em rede” e, conseqüentemente, ficar isolado ou quebrar determinados vínculos. Levado ao terreno do TBC, a sensação de que o projeto turístico está sendo “fagocitado” por agentes externos ou por determinadas lideranças ou grupos locais com interesses particulares, pode provocar o abandono do projeto por parte de aqueles membros que se sintam manipulados, excluídos ou enganados, de maneira que tanto a organização em rede quanto sua funcionalidade pode enfraquecer. Isto porque uma rede social é sinérgica e sua força e gestão precisa considerar o conjunto de atores e suas relações e não um ator isoladamente, mesmo que esteja em uma posição estratégica superior.

Ainda, e decorrente do anterior, o terceiro componente significa que os sistemas em rede são sistemas instáveis que podem transitar entre a hiperorganização e a auto-organização. Quando hiperorganizada, a rede tende a tornar-se rígida, previsível e sem criatividade, com ações e dinâmicas redundantes. Por sua vez, quando se auto-organiza, concedendo liberdade plena aos diferentes atores, o sistema torna-se espontâneo e altamente flexível, mas com o risco de perder foco. Assim, para não perder a efetividade da organização (a eficácia da rede) de uma comunidade envolvida com o TBC, o desafio será estabelecer processos de gestão que a mantenham nesse complexo e instável equilíbrio organizativo, equacionando o controle compartilhado pelos membros da comunidade e sua (in)dependência com relação a atores externos, de modo que a rede consiga ser ao mesmo tempo organizada e flexível.

Por fim, e em relação ao capital social como conceito inerente às redes sociais, vale dizer que, embora a maioria dos autores que tratam o conceito de capital social centre-se na investigação das suas conseqüências positivas, é importante não ignorar seus aspectos e efeitos negativos, procurando oferecer uma imagem equilibrada das forças em jogo e evitando apresentar as redes sociais como pura benção.

Neste sentido, alguns autores (PORTES & LANDOLF, 1996; DURSTON, 2000; PORTES, 2000) chamam atenção para “o lado escuro” do capital social, com ênfase na dimensão comunitária. As críticas mais comuns afirmam que o capital social também leva à discriminação, à exploração, à corrupção e à dominação, por parte de sistemas autoritários, daqueles que não têm condições de se protegerem de seus efeitos negativos. Por conseguinte, elementos-chave para a construção do capital social a partir das redes sociais, tais como confiança, reciprocidade e cooperação, nem sempre contribuirão para o fortalecimento de processos democráticos. A sociabilidade terá a capacidade de, entre outros males: dissuadir a iniciativa individual; excluir e marginalizar os não membros do

grupo, ao mesmo tempo em que demanda exigências excessivas aos membros; restringir a liberdade individual; e fomentar a rivalidade e os conflitos intragrupais.

2.3.4 Perspectiva relacional e análise de redes sociais: metodologia e prática

As características das redes sociais contribuem para a capacidade das comunidades de se engajarem e orquestrarem esforços colaborativos. Em outras palavras, a estrutura das redes pode ser usada para medir a extensão da colaboração. Analisando os padrões estruturais das redes sociais das comunidades envolvidas no TBC será possível estudar a influência da estrutura social sobre o funcionamento do grupo e/ou sobre os indivíduos e, conseqüentemente, sobre o desenvolvimento turístico. Desta forma, saber quais partes interessadas colaboram na atividade, quais papéis desenvolvem os membros da comunidade e como e com quem eles interagem, pode oferecer importantes subsídios tanto para compreender quanto para implementar formas de organização coerentes com a gestão participativa do TBC.

Para entender como a análise de redes sociais pode ajudar no estudo dos sistemas de relações e nas conseqüências das mesmas e, mais especificamente, em como pode ou não promover a equidade de participação de acordo com sua estrutura, a seguir oferece-se uma síntese de seu marco analítico. Apresentam-se as características e elementos mais importantes das redes sociais e exploram-se as medidas principais, com ênfase naquelas em nível de rede completa que podem oferecer um maior entendimento do processo de equidade na gestão do TBC por parte das comunidades e que serão posteriormente utilizadas no estudo de caso.

2.3.4.1 Definição e características principais

A análise de redes sociais (ARS) é um enfoque e um conjunto de técnicas usadas para estudar o intercâmbio de recursos entre atores, tais como indivíduos, grupos ou organizações (HAYTHORNTHWAITE, 1996). Centra-se nos padrões de relação entre os atores e examina a disponibilidade e troca de recursos entre eles (WASSERMAN & FAUST, 1999; SCOTT, 2000). Sua aplicação permite descrever e estudar as redes sociais como estruturas relacionais que surgem quando diferentes atores interagem mediante diversos processos ou acordos. Em termos gerais, a ARS examina as formas em que indivíduos ou organizações se conectam, com o objetivo de determinar a estrutura geral das redes, seus grupos e a posição de indivíduos ou organizações singulares. Dessa forma pode-se aprofundar nas interações entre os atores e nas estruturas sociais que emergem dessas interações.

Não se trata apenas de uma ferramenta descritiva, senão de uma metodologia que, sustentada na teoria de redes sociais, pretende fornecer explicações da realidade social, através de fatos e características dos ambientes estruturais nos quais a rede se insere. Para isso, a ARS não só dispõe de um importante conjunto de métodos analíticos, mas de um sistema conceitual próprio, de natureza relacional, que visa gerar explicações sobre os fenômenos sociais focando nos padrões e sistemas de relações que os constituem (AGUIRRE, 2011).

Mediante a análise de redes é possível explicar em nível macro os padrões sociais, não simplesmente como um grande número de atores agindo da mesma forma porque são semelhantes, mas como um conjunto de atores que atuam uns sobre os outros, traçando caminhos com resultados particulares (MARIN & WELLMAN, 2011). Deste modo, a ARS permite analisar como os padrões de relações sociais condicionam o comportamento individual e evidenciam processos de estruturação mais amplos (KNOKE & YANG, 2008).

As relações entre os atores são chave para interpretar suas opções e preferências uma vez que as condicionam. Igualmente, as relações permitem a criação de cenários potenciais dentro dos quais se desenvolvem as estratégias dos atores. É por isso que a ARS não assume nem que ambientes, atributos ou circunstâncias afetam os atores independentemente, nem que existem conexões uniformes e grupos discretamente limitados, senão que as relações têm de ser analisadas no contexto de outras relações.

A perspectiva relacional da ARS esforça-se para obter a estrutura social de forma empírica, com base em relações observadas entre os atores, em vez de em classificações a priori, baseadas em atributos pessoais. Deste modo, a ARS não deve ser considerada um fim em si mesmo, mas um método de diagnóstico para estudar mecanismos de relação e para mostrar que o padrão estrutural das redes pode ajudar a explicar os fenômenos analisados (AGUIRRE, 2011).

2.3.4.2 Elementos das redes sociais

Em termos analíticos, uma rede social é um “conjunto finito de atores e a relação ou relações que os vinculam” (WASSERMAN & FAUST, 1999, p. 21). Os elementos centrais das redes são os atores, as relações entre eles e os limites da rede.

Os atores de uma rede estão representados por nós e podem ser indivíduos, grupos ou instituições. Normalmente se exibem mediante círculos e a soma de todos os nós representa o tamanho da rede.

Para definir uma rede social, primeiro há de se determinar a relação ou relações cujo estudo interessa. A relação é um tipo específico de interação ou conexão entre os atores e ela terá que ser identificada pelo pesquisador (SCOTT, 2000). Essas relações podem ser de

diversos tipos, tais como parentesco, amizade, afiliação, discussão e conflito, dentre outras. Neste trabalho de dissertação a relação analisada é a de colaboração.

Por sua vez, os recursos trocados nas relações também podem ser de tipologia diferente, incluídos tangíveis, como produtos, serviços ou dinheiro, ou intangíveis, como informação, apoio social ou influência (HAYTHORNTHWAITE, 1996). Que uma rede social seja analiticamente relevante exige, além de uma fundamentação teórica, que seja configurada em torno de relações regulares que efetivamente logrem influenciar no comportamento dos atores, gerando padrões específicos de conduta de acordo com as pautas próprias destas relações (AGUIRRE, 2011).

Para poder estudar as redes sociais, a ARS quantifica as relações entre os atores com o objeto de criar matrizes quadradas de medições. Nas matrizes, tanto filas quanto colunas recolhem o mesmo tipo de informação (conjunto de casos, sujeitos e observações) e em cada célula descreve-se uma relação entre os atores. A existência de relação é indicada por meio do número 1, enquanto que o número 0 revela a falta de relacionamento objeto de análise (Figura 4).

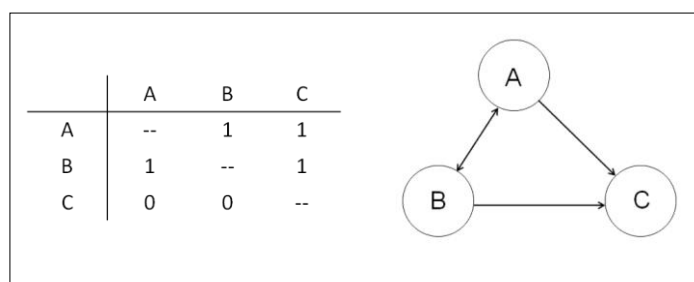


Figura 4 – Exemplo de matriz de dados e sua correspondente representação gráfica
Fonte: Elaboração própria.

A observação dos dados na matriz permite identificar os atores que estão inseridos na rede e detectar quais deles têm posições similares. A quantidade de uns em relação a quantidade de zeros proporciona uma primeira aproximação da “densidade” de preferências. Além disso, e de maneira global, comparando as células que estão acima e abaixo da diagonal é possível ver se há reciprocidade entre as opções (HANNEMAN & RIDDLE, 2005).

As relações como um todo podem ser representadas em redes gráficas, que são visualmente mais atraentes que as matrizes, permitindo uma melhor interpretação, mas sem esquecer que cada gráfico provém de uma matriz na qual se tem capturada previamente a informação da qual se dispõe (Figura 4). A representação das relações pode ser feita mediante um ou vários grafos. Os grafos estão compostos de nós que simbolizam atores e arestas que representam as relações entre eles. Dependendo do domínio da relação, as

linhas podem ter ou não uma direção. O sentido da relação é representado através de uma seta, podendo existir ou não reciprocidade nas relações e, portanto, relações unidirecionais e/ou bidirecionais (Figura 5). Quando um ator não tem nenhum tipo de vínculo, se diz que esse nó está isolado dentro de uma rede. Para além do sentido da relação, pode ser representada também a sua intensidade mediante um valor numérico, atribuindo pesos às ligações e definindo assim o grau de importância das mesmas.

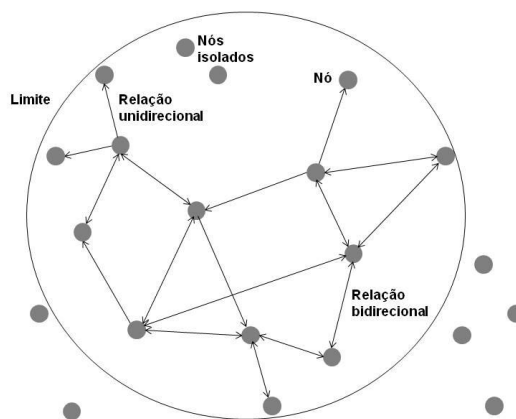


Figura 5 – Elementos das redes sociais
Fonte: Elaboração própria.

Determinar a relação a estudar habilita a fixação do conjunto finito de atores envolvidos e a definição do terceiro elemento fundamental das redes: o limite ou fronteira (Figura 5). Este elemento apresenta-se como o critério mediante o qual se decide a pertença de um ator à rede e deverá guardar uma correspondência lógica com a relação que configura essa rede, uma vez que é precisamente o tipo de relação que determinará os sujeitos que dela participam.

Geralmente os limites das populações são de dois tipos. O mais habitual é estabelecido pelos próprios atores enquanto grupos ou redes articuladas de forma natural, identificadas pelos protagonistas, tal como uma organização, família ou comunidade. Em outras ocasiões, é o próprio pesquisador que através de uma agregação imposta, estabelece o limite da população, agrupando indivíduos que, por exemplo, se encontram em uma área espacial delimitada ou que possuem um certo rasgo característico (HANNEMAN & RIDDLE, 2005).

2.3.4.3 Níveis de análise e coleta de dados

A ARS permite distintos níveis de análise em função de onde se focaliza a atenção dentro da estrutura da rede. Os mais habituais são as “redes egocêntricas” e as “redes

completas”. As primeiras fornecem uma visão da rede a partir da perspectiva de um ator. Trata-se de uma abordagem particularmente útil quando a população é grande ou suas fronteiras são difíceis de definir (MARIN & WELLMAN, 2011). O segundo nível de análise exige, idealmente, respostas de todos os membros de um determinado ambiente sobre os demais membros no mesmo ambiente. Utiliza um censo dos laços de uma população inteira de atores e fornece um quadro completo das relações dessa população.

Embora precisem de mais esforço e custos que os métodos de redes egocêntricas, os dados obtidos mediante as redes completas possibilitam medir muitos dos conceitos estruturais da análise de redes, conduzindo a descrições poderosas e, conseqüentemente, ajudando a definição da rede social adequadamente (HANNEMAN & RIDDLE, 2005). Assim, os métodos de redes completas aportam o máximo de informação sobre os vínculos de cada ator com os demais, sendo os escolhidos como estratégia metodológica neste trabalho de dissertação.

Para além da forma pura ou formato matemático das redes, a ARS se preocupa com a maneira como os padrões estruturais das relações podem lançar luz sobre tópicos mais relevantes (MARIN & WELLMAN, 2009). Freeman (2006) aponta quatro características que distinguem a ARS de outras análises estruturais: 1) sua motivação é uma instituição estrutural baseada na procura de laços que vinculam atores sociais; 2) baseia-se sistematicamente na evidencia empírica; 3) recorre a grafos e à análise morfológica dos mesmos como ferramenta heurística central e; 4) confia no uso de modelos matemáticos e computacionais para a formalização e generalização de suas proposições.

Uma vez que o foco da análise de redes sociais são as relações entre os atores e não os atributos individuais destes, a amostragem dos atores normalmente não se realiza de maneira independente, senão que os estudos de redes tentam incluir a todos os atores que se encontram dentro de um limite. Isso significa que quando um ator escolhido indica outros atores com os quais mantém a relação estudada, automaticamente tais atores passam também a formar parte da amostra e, da mesma forma, deverão ser também interpelados sobre a relação analisada. Por esse motivo os métodos de pesquisa de redes sociais não se assentam no desenho de amostras onde atores independentemente amostrados são incluídos como observações, senão que geralmente apoiam-se na identificação de uma população e na realização de um censo que engloba todos os seus membros como unidades de observação (HANNEMAN & RIDDLE, 2005).

Independentemente do nível de análise escolhido, tanto os dados pessoais que ajudam a caracterizar aos atores quanto os dados relativos às relações entre os atores que formam parte da rede geralmente são obtidos mediante a aplicação de questionários,

entrevistas e/ou da utilização de fontes secundárias. Uma vez coletados os dados sobre as relações, o programa de tratamento de dados relacionais UCINET 6 possibilita analisar tais dados, identificando as características estruturais das redes sociais (BORGATTI, EVERETT & FREEMAN, 2002). A partir dos dados relacionais o programa permite elaborar uma matriz na qual fica registrada a informação real das relações e possibilita obter uma série de medidas e indicadores sobre a estrutura da rede. Igualmente, esse software de análises de redes sociais facilita a construção do gráfico da rede de atores, mostrando as características das relações, as posições dos atores e os elos entre eles.

2.3.4.4 Propriedades das redes aplicadas ao TBC

A abordagem relacional coloca a ênfase nas conexões diretas e indiretas entre os atores visando entender dinâmicas de relações e processos por meio da análise da conectividade entre eles. Para isso, diversas propriedades auxiliam a caracterizar inicialmente a estrutura das redes em uma perspectiva global e a analisar processos de colaboração entre determinados grupos ou indivíduos em particular, ajudando a desvendar aspectos presentes nas complexas relações entre os atores. Entre estas propriedades que podem ajudar preliminarmente a avaliar o envolvimento da comunidade no desenvolvimento do TBC encontram-se medidas como tamanho da rede, conectividade da rede, densidade, distância média entre os indivíduos e centralidade dos indivíduos (WASSERMAN & FAUST, 1999).

I. Tamanho da rede

O tamanho de uma rede geralmente se obtém simplesmente contando o número de nós, mas pode também referir-se ao número de arestas. Trata-se de uma propriedade importante para a estrutura das relações sociais uma vez que os recursos e as capacidades de cada ator para construir e manter laços são limitados (HANNEMAN & RIDDLE, 2005). Além disso, todos os demais critérios de análise estrutural em uma rede social são calculados a partir desse indicador (SCOTT, 2000).

II. Conectividade da rede

Para que um par de atores dentro de uma rede mantenha uma relação particular e, portanto exista um fluxo de recursos (materiais ou imateriais) entre eles, tais atores deverão estar conectados através dessa relação diretamente ou por meio de outros. Uma rede é considerada conectada se existe um atalho entre qualquer par de nós dessa rede que possibilita que recursos tenham o potencial de serem mobilizados entre qualquer par de atores. Isto é, se qualquer ator da rede pode estabelecer uma relação com qualquer outro,

mesmo que passando por diversas ligações e atores intermediários. Caso isso não seja possível, se a rede não possui múltiplos caminhos independentes de conexão entre todos os pares de nós, a rede é desconectada.

III. Densidade

A densidade mostra o grau em que todos os membros de uma população interagem com todos os outros membros. Isto é, “descreve o nível geral de conexão entre os pontos de um grafo” (SCOTT, 2000, p. 69). É calculada como proporção de ligações totais estabelecidas pelos atores da rede em relação ao número total possível de ligações. Os atores de uma rede de alta densidade (rede densa) estão mais em contato com todos os outros atores do que em uma rede de baixa densidade (rede esparsa). Desta forma, pode-se esperar que os recursos tenham um fluxo mais livre à medida em que a rede ganha em densidade. Contudo, redes completamente saturadas, aquelas onde todos os laços possíveis estão presentes, são empiricamente raras, especialmente quando as populações envolvem bastantes indivíduos. Além disso, à medida que uma rede cresce em tamanho, é provável que a densidade diminua, emergindo subgrupos diferenciados (HANNEMAN & RIDDLE, 2005).

IV. Distância média entre os indivíduos

Outra medida das redes sociais que ajuda a entender como os atores estão imersos na rede e como isso pode influir na troca potencial de recursos entre eles consiste em avaliar a distância à qual um ator está situado respeito aos demais. A distância entre um par de atores de uma rede é determinada pelo número de vínculos no caminho mais curto possível entre eles (WASSERMAN & FAUST, 1999). Conhecer a média de todas as distâncias entre cada par de nós de uma rede é uma característica macro da rede que pode ser importante para entender diferenças entre atores enquanto limitações e oportunidades, como resultado das suas posições na rede (HANNEMAN & RIDDLE, 2005). Geralmente distâncias curtas revelam o potencial para uma mobilização eficiente e ágil dos recursos entre qualquer par de nós de uma rede, uma vez que os atores estão muito próximos a muitos outros. Ao contrário, distâncias grandes provocam, por exemplo, que uma informação possa demorar muito tempo para se difundir em uma população já que implica a necessidade de passo por um número considerável de intermediários.

V. Centralidade dos indivíduos

Entre as principais medidas estruturais das redes encontra-se a centralidade, em suas diferentes abordagens: grau (*degree*), intermediaridade (*betweenness*) e afastamento (*farness*). Trata-se de uma propriedade que permite a aproximação do poder social dos nós, uma vez que posições centrais de uma rede representam geralmente posições de poder (HANNEMAN & RIDDLE, 2005). Assim, ter uma posição central indica oportunidade de acesso e transmissão de recursos. Igualmente, ocupar essas posições implica que os atores tornem-se fonte estratégica enquanto ao controle do fluxo de recursos a partir de um local para outro na rede.

A *centralidade de grau* quantifica o número de ligações diretas associadas a um determinado indivíduo (FREEMAN, 1979; WASSERMAN & FAUST, 1999). Em outras palavras, com quantos nós encontra-se diretamente conectado um outro nó determinado. Quanto mais vínculos possui um indivíduo mais autonomia poderá ter quanto a acesso e intercâmbio de recursos. Assim, mais opções podem significar mais oportunidades e, portanto, mais vantagens e poder. Já a *centralidade de intermediaridade* mede a capacidade de um ator ser intermediário na rede, à medida em que se situa frequentemente no caminho mais curto entre outros pares de atores (FREEMAN, 1979; WASSERMAN & FAUST, 1999). Desta forma, um ator intermediário pode ter um papel importante sobre a estrutura global da rede, atuando como “ponte” na transferência de recursos, com capacidade de negociar contatos entre a rede e de controlar e articular atividades coletivas. Por fim, a *centralidade de proximidade* indica o grau em que um indivíduo está perto de todos os demais indivíduos de uma rede (direta ou indiretamente) e quanto precisa de poucos intermediários para alcançá-los (FREEMAN, 1979; WASSERMAN & FAUST, 1999). O ator que se situe mais cerca do resto que qualquer outro desfrutará de vantagens estruturais, por ter a capacidade de chegar mais facilmente a todos os atores de uma rede, que podem ser traduzidas em poder.

Todas as redes não são criadas iguais e isso pode ter implicações para a capacidade dos membros da comunidade de gerir os desafios da gestão da atividade turística. Analisar as redes das partes interessadas ajuda a desmembrar como as estruturas sociais, criadas pelo padrão de relações, melhoram ou dificultam dinâmicas e atividades onde vários atores, com diversos graus, estão envolvidos em processos de governança (BODIN & CRONA, 2009).

Desta forma, é possível examinar os impactos sobre o TBC derivados das relações sociais dos membros da comunidade, através da exploração de determinadas medidas das

redes sociais. Nesse sentido, além daquelas apresentadas acima, que caracterizam inicialmente e de maneira geral a rede, outras medidas específicas podem ser utilizadas para revelar a equidade das relações de colaboração de uma comunidade na gestão do TBC. No Quadro 3 e, fechando o capítulo, apresenta-se um leque de opções de medidas de redes sociais que quantificam características estruturais que, por sua vez, podem evidenciar propriedades importantes para a gestão participativa do TBC, ajudando a entender como os atores estão imersos na rede e como isso pode influir na troca potencial de recursos entre eles de forma equitativa.

Medida de rede	Descrição	Relevância para a gestão participativa do TBC
Coesão	Grau em que os nós estão conectados	Alta coesão: maior acessibilidade às mesmas informações e recursos. Pode trazer efeitos positivos sobre a capacitação e qualidade dos serviços turísticos. Porém, pode conduzir à homogeneização de atitudes e a menor especialização de conhecimento. Baixa coesão: fracas relações de socialização entre os membros da rede; emergência de subgrupos que podem atuar em benefício próprio, reduzindo os processos colaborativos da comunidade como um todo para o desenvolvimento da atividade turística.
Distância	Média de todas as distâncias entre cada par de nós de uma rede	Quanto menor a distância entre os membros da comunidade, mais eficiente e ágil poderá ser a colaboração na gestão dos serviços turísticos entre qualquer par de membros, devido à presença de menos intermediários.
Distribuição de conectividades entre grupos	Relações que se estabelecem entre diferentes grupos ou categorias de atores	Distribuição homogênea: descentralização das relações de poder (horizontalidade). Todas as categorias de atores ocupam posições igualmente centrais e colaboram por igual no TBC. Distribuição heterogênea: colaborações centralizadas entorno a um ou vários grupos da comunidade que controlam as interações e direcionam a gestão turística.
Número de componentes	Fragmentação, extensão de subgrupos separados	A fragmentação reduz o acesso a contatos externos, necessários para alavancar recursos, ideias, inovação e informações. Uma gestão participativa do TBC exigiria a conexão de diferentes grupos envolvidos mediante laços de colaboração.
Centro-periferia	Atores centrais são fortemente ligados entre si, enquanto atores da periferia apenas estão conectados com os centrais, mas não com outros periféricos	Atores centrais podem atuar como pontes trazendo informações, conhecimentos e inovações. Redes de colaboração turística com esta estrutura podem ser menos propensas a sofrer atitudes egoístas em comparação com redes com subgrupos distinguíveis.
Variedade de grupos de atores	Número de subconjuntos de nós definidos por um atributo comum	A heterogeneidade e a diversidade de atores envolvidos num processo colaborativo de TBC podem ampliar a base de conhecimento coletivo e aumentar a capacidade de trabalho comunitário.
Número médio de relações internas aos grupos e entre grupos	Distribuição de relações entre indivíduos do mesmo grupo social (<i>bonding</i>) e entre indivíduos de diferentes grupos sociais (<i>bridging</i>)	Os vínculos tipo <i>bonding</i> favorecem a troca de informações e, potencialmente, a promoção da ação coletiva e gestão de conflitos internos; já os laços <i>bridging</i> facilitam o acesso a novas ideias e à mobilização de recursos que não estão disponíveis dentro de um mesmo grupo. No TBC, um equilíbrio entre as relações de colaboração internas aos diferentes grupos sociais da comunidade e as relações entre membros da comunidade que pertencem a diferentes grupos pode ser importante para o processo de gestão participativa, uma vez que diferentes atores precisam trabalhar de maneira integrada para o desenvolvimento da atividade.

Quadro 3 – Medidas de redes sociais e implicações para a gestão participativa do TBC.

Fonte: elaboração própria a partir de Borgatti & Jones (1998); Woolcock & Narayan, 2000; Bodin, Crona & Ernstson (2006); Bodin & Crona (2008, 2009).

CAPÍTULO 3. AS REDES DE COLABORAÇÃO NA GESTÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: ESTUDO DE CASO

O capítulo 3 se divide em cinco momentos: a prática turística comunitária, os critérios de seleção e estudo de caso, a metodologia de análise, os resultados da rede social de colaboração de estudo e as discussões sobre a mesma.

Inicialmente, discute-se brevemente a organização e participação social no turismo de base comunitária mediante a importância da equidade de participação entre e dentro dos diversos grupos de atores envolvidos, como aspecto específico da gestão participativa no TBC e que será depois analisado no estudo de caso. Logo após, o capítulo apresenta a comunidade que foi selecionada para a pesquisa de campo deste trabalho, a Prainha do Canto Verde. Igualmente mostra-se a abordagem metodológica empregada no estudo. Em seguida, a partir da estrutura lógica do estudo, apresenta-se a caracterização e propriedades da rede social de colaboração da Prainha de Canto Verde, através das medidas realizadas, com ênfase especial na equidade de participação. Por fim, discutem-se os resultados alcançados.

3.1 A PRÁTICA TURÍSTICA COMUNITÁRIA: PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

3.1.1 A equidade de participação no turismo de base comunitária

O destino turístico comunitário apresenta-se como um sistema formado por elementos de caráter estático, na forma de recursos e atrativos turísticos, e outros de natureza dinâmica, enquanto atores e suas relações. A lógica da rede de colaboração em um destino de TBC é dada pela própria idiosincrasia do fenômeno turístico e do funcionamento dos projetos comunitários, uma vez que as múltiplas demandas dos turistas durante a estadia devem ser atendidas pelos membros da comunidade. Estes terão que proporcionar, de maneira integrada e complementar, os diversos elementos que compõem o conjunto da experiência turística, acoplando serviços como alojamento, restauração, transporte e atividades recreativas, dentre outros. Por sua vez, também deverão garantir a conservação do patrimônio natural e cultural local, enquanto recursos comuns e atrativos de interesse turístico que asseguram o fluxo de visitantes. Desse modo, a participação da população local no TBC implica o estabelecimento de relações de colaboração entre pequenos agentes turísticos nas quais cada um é importante para o sucesso da experiência turística como um todo.

A interação entre os membros da comunidade envolvidos no TBC faz com que as relações adquiram uma extraordinária complexidade, uma vez que a elaboração do produto turístico depende de um conjunto heterogêneo de atores, muitas vezes com estratégias e objetivos diferentes (MERINERO, 2011). Assim, por exemplo, o simples fato de uma comunidade apostar pelo desenvolvimento turístico como alternativa de melhora da qualidade de vida não significa que não existam divergências nos procedimentos a adotar entre seus membros.

No entanto, se o objetivo da comunidade é o máximo aproveitamento do sistema turístico e dos recursos locais, seria esperado que, embora exista uma diversidade social e de vozes entre os membros comunitários, todos trabalhassem conjuntamente usando as relações que mantêm uns com os outros. Nesse sentido, diferentes atores que apostam pela sustentabilidade turística teriam que manter um processo de interação e colaboração intracomunitário para o controle e desenvolvimento da atividade, assim como para o uso sustentável dos atrativos turísticos. Tal processo de colaboração que leve à auto-organização e à coordenação das atividades turísticas dentro de uma comunidade deveria estar baseado na equidade de participação.

Isso significa que as relações de colaboração para a prática turística não existam apenas entre os membros que compõem os distintos grupos sociais da comunidade (*bonding*), mas também que a colaboração aconteça entre aqueles indivíduos que se situam em grupos diferentes dentro da comunidade (*bridging*).

Além disso, sob a ótica da participação equitativa na gestão do TBC, tais relações intracomunitárias deveriam manter equilíbrio. Isto é, do ponto de vista da gestão participativa no TBC, de nada vale, por exemplo, que se estabeleçam densas relações de colaboração entre as pessoas que administram os serviços de hospedagem em uma comunidade se paralelamente não existem parcerias (ou estas são muito fracas) entre esses membros e outros que cuidam da alimentação e/ou que fornecem serviços recreativos. Da mesma forma, será questionável que, em uma comunidade envolvida no TBC, a integração dos elementos que compõem a experiência turística esteja baseada em relações desiguais entre homens e mulheres.

O TBC é uma forma de organização turística assentada nas práticas de colaboração e equidade no trabalho para a gestão de interesses conjuntos, que assumem a aparência de recursos, infraestruturas e atrativos turísticos (CORIOLANO, 2009; MALDONADO, 2009). A premissa desse modelo de gestão é fomentar a colaboração entre diversos grupos e indivíduos atendendo às necessidades de cada caso, mas de forma equitativa. É precisamente através da incorporação na prática das noções de inclusão, equidade de

participação e redes de colaboração que é possível aproximar-se do ideal de desenvolvimento sustentável no âmbito do turismo (DREDGE, 2006; ERKUS-ÖZTURK & ERAYDIN, 2010).

O planejamento turístico tem que incorporar uma estrutura relacional equitativa, tratando de fomentar a participação de todos os interessados, minimizando os desequilíbrios na rede de interdependências e trabalhando para a integração das partes, por meio de mecanismos que garantam a sustentabilidade do sistema (MAZÓN, 2011). Excluir a determinados grupos nos processos participativos restringe as vantagens dos esforços colaborativos, colocando em risco a integridade, a diversidade e a autenticidade de todo o sistema, assim como limitando a capacidade dos atores de mudar os possíveis desequilíbrios de poder (GILCHRIST, 2000). Da mesma forma, não ter em conta a heterogeneidade da comunidade, sem promover um desenvolvimento equitativo com a participação efetiva de homens, mulheres, e de vários grupos sociais afetados pelo projeto em questão, pode realmente aumentar as desigualdades, ampliando a diferença entre grupos com características socioculturais e econômicas diferentes, condicionando os resultados esperados (CORNWALL, 2003).

A incapacidade de conciliar adequadamente toda a gama de opiniões e interesses presentes em qualquer comunidade envolvida no turismo favorece as iniquidades nos processos participativos e, como resultado, tende a excluir muitos dos potenciais benefícios, reduzindo a eficácia das iniciativas turísticas sustentáveis (LANDORF, 2009). Os relacionamentos que acontecem dentro de uma comunidade para desenvolver o TBC podem perpetuar desequilíbrios e segregação, ao invés de promover a integração entre diferentes grupos. Consequentemente essas comunidades poderão ter mais dificuldades para representar seus interesses e reagir a conflitos e crises (RUIZ *et al.*, 2008)

A equidade de participação implica promover relações complexas da maior diversidade possível. Uma comunidade diversificada e conectada mediante uma teia de relações que atravessem a fronteira de grupos homogêneos é resistente, com capacidade de se adaptar a situações de mudança (GILCHRIST, 2000). Pelo contrário, a fragmentação em grupos e indivíduos isolados, a exclusão e as iniquidades de participação geram processos de tensão que podem afetar gravemente qualquer tentativa de sustentabilidade (VILLASANTE, 1997).

Portanto, a equidade de participação no TBC significa uma participação significativa e integral das partes interessadas, conjugando diferentes oportunidades, capacidades e necessidades num processo contínuo de complexas relações e tendo como eixo central o melhoramento das condições de vida da comunidade. Isso será possível à medida em que

diferentes grupos e indivíduos acessem a tomada de decisões nos distintos níveis do processo coletivo dentro da atividade turística.

3.1.2 A análise de redes sociais como ferramenta para avaliar a equidade de participação

A maioria dos modelos de desenvolvimento sustentável aplicados ao turismo inclui a colaboração das partes interessadas e, em particular, o empoderamento das comunidades como uma peça-chave do processo de gestão e operacionalização de serviços e produtos turísticos (LANDORF, 2009). Contudo, diversos estudos sobre o planejamento turístico comunitário apontam para uma abordagem idealista dos processos colaborativos, que são apresentados normalmente como fenômenos organizados e isentos de problemas (DREDGE, 2006). Porém, a realidade mostra que o desenvolvimento do turismo comunitário é caracterizado por interações dinâmicas entre múltiplos atores nas quais existem diferenças de poder, assim como troca de recursos e informações desiguais, que podem condicionar o nível de participação dos membros e afetar ao grau de consenso participativo (REED, 1997; BRAMWELL & LANE, 2000). Dessa maneira, a forma como as redes de colaboração no turismo se organizam e são gerenciadas pode constranger a equidade de participação e assim comprometer a boa governança para o desenvolvimento sustentável no turismo local (ARAUJO & BRAMWELL, 1999; PFORR, 2006; ERKUS-ÖZTURK & ERAYDIN, 2010).

As redes de colaboração aplicadas ao TBC contribuem com uma visão dinâmica do planejamento turístico e podem auxiliar no entendimento das complexas relações necessárias para a elaboração do produto final. Além de reconhecer os benefícios que a colaboração pode trazer para todas as partes interessadas, a abordagem de redes sociais no TBC permite explorar as deficiências dos arranjos colaborativos intracomunitários. Tais falhas se manifestam na forma de desigualdades e, conseqüentemente, oferecem um meio através do qual melhorar essas relações (DREDGE, 2006).

A análise de redes sociais tem sido desenvolvida como uma ferramenta de medição e estudo das estruturas sociais que emergem das relações entre diversos atores sociais, subjacentes aos fluxos ou transferência de recursos (WASSERMAN & FAUST, 1994). Sua abordagem estrutural possibilita examinar a conduta dos indivíduos em nível micro, os padrões de relação em nível macro, e as interações entre os dois níveis, visando entender as implicações que os padrões de relacionamento de uma rede têm para o desempenho dessa rede. Deste modo, mediante a ARS é possível examinar qual é o grau de envolvimento individual e de diferentes grupos de uma comunidade no processo

colaborativo do TBC. Igualmente, a ARS permite avaliar o significado que a estrutura relacional de uma rede de colaboração no TBC tem para criar condições favoráveis à sustentabilidade no destino turístico, através de uma gestão participativa ancorada no princípio da equidade. A equidade de participação é um aspecto fundamental da gestão turística e uma dimensão importante do desenvolvimento sustentável. Por isso, as redes sociais apresentam-se como um mecanismo útil para compreender a função que esse elemento desempenha no processo de desenvolvimento turístico (DREDGE, 2006).

Considerando a diversidade sociocultural de uma comunidade envolvida no TBC é possível avaliar a equidade de participação verificando se existe participação efetiva entre e dentro dos vários grupos sociais que a formam. Ainda assim, apesar de ser possível identificar fatores associados ao grau de envolvimento dos membros de uma comunidade em um projeto mediante a simples correlação entre a participação dos indivíduos e variáveis sociais individuais, essa abordagem não permite capturar as complexas relações existentes entre todos os atores afetados por um problema (MERTENS *et al.*, 2005). Isto é, é viável tratar os processos sociais como a soma de atributos pessoais de atores individuais nos quais cada indivíduo é considerado uma unidade independente de análise e é “agrupado” em categorias sociais com outros indivíduos que possuem perfis semelhantes de atributos. Entretanto, essa análise conduz invariavelmente à conclusão de que o comportamento social é resultado de os indivíduos terem atributos comuns, em vez de apontar a que eles estão envolvidos em relações sociais estruturadas (WELLMAN, 2000). Dessa forma, a simples correlação entre variáveis individuais dos membros de uma comunidade que trabalham no TBC não permite capturar a natureza sistêmica do processo de desenvolvimento da atividade, uma vez que esconde a informação estrutural da rede e desconsidera as interações sociais que acontecem entre seus membros.

Para atender a essa necessidade e poder incorporar a dimensão da participação equitativa no TBC é necessário desenvolver métodos que possibilitem a análise desagregada dos dados relativos aos diferentes grupos sociais envolvidos (MERTENS *et al.*, 2005). Nesse sentido, a abordagem de redes permite a análise desagregada das relações sociais entre diferentes grupos de uma comunidade, podendo ser usada para medir quem está envolvido e analisar a equidade de participação comunitária, considerando aqueles fatores sociais da diversidade local que possam condicionar a participação.

Com o objetivo de aplicar a análise de redes sociais para examinar a equidade de participação no TBC foi escolhida a comunidade da Prainha do Canto Verde (CE). Na próxima sessão apresenta-se a comunidade selecionada e os critérios que justificaram a escolha dessa área para o estudo, mostrando, em primeiro lugar, o contexto de

desenvolvimento turístico no que se insere a comunidade e do qual emergiu a proposta turística comunitária.

3.2 PRAINHA DO CANTO VERDE: CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E ESTUDO DE CASO

3.2.1 Apresentação da área de estudo

3.2.1.1 O contexto de desenvolvimento turístico no litoral do Ceará

Estudar o turismo de base comunitária na Prainha do Canto Verde exige compreender minimamente a história de ocupação do litoral do Ceará, assim como as transformações ocorridas nessa região e seus impactos socioambientais, destacando o turismo como atividade que mais cresceu nas últimas décadas. Adicionalmente, aproximar-se a essa experiência de turismo local requer o entendimento da dinâmica do turismo litorâneo cearense e a interpretação dos fatores que determinaram o surgimento da proposta de TBC nessa comunidade e em outras localidades de características semelhantes.

O turismo litorâneo cearense é um dos segmentos mais dinâmicos do turismo brasileiro (CORIOLANO, 2009). Seu atrativo principal reside nas inúmeras e belas praias espalhadas entre 21 municípios ao longo de mais de 500 km de longitude de costa atlântica. Além da beleza das paisagens, a estabilidade climática, junto às expressões que retratam a cultura cearense, conformam a oferta turística deste litoral e são os elementos que estão por trás da priorização do turismo de sol e praia nesta região (IPECE, 2012).

Historicamente a região costeira do Ceará não foi valorizada como espaço turístico até meados do século XX, época na qual se deu a expansão urbana no litoral. Antes dessa data, apenas as atividades portuárias e de pesca artesanal, além das residenciais, tinham destaque nesse espaço (CORIOLANO, 2009). Analisando as principais transformações sofridas pela zona costeira do estado do Ceará, Vasconcelos & Coriolano (2008) destacam três ondas turísticas distintas, mas subseqüentes cronologicamente, e que provocaram diferentes impactos nas comunidades receptoras.

A primeira onda, iniciada na década de 60 e consolidada na década de 80, caracteriza-se pela progressiva valorização social do litoral por parte, principalmente, dos veranistas oriundos da capital Fortaleza. Esta fase reforçou muitos enclaves como verdadeiros “paraísos litorâneos” por esses turistas, que acabaram construindo segundas residências e revalorizando o litoral para o lazer e o turismo. Por mais que esta primeira etapa trouxera algum impacto positivo na geração de empregos sazonais, também provocou importantes impactos negativos, como a alteração da realidade sociocultural local mediante

a transformação dos costumes e a perda de valores culturais, assim como perturbações paisagísticas pela construção de casas diferentes da tradição arquitetônica local.

Na década de 90 começou a segunda onda de ocupações nas comunidades litorâneas, que se consolidou no início da primeira década do século XX. Durante esse período o turismo se apropriou dos lugares considerados mais atrativos, produzindo a ocupação intensiva de equipamentos e instalações, auspiciada por projetos financiados nacional e internacionalmente. O incremento da atividade turística gerou alguns empregos diretos relacionados com os equipamentos, mas também graves alterações sociais e culturais. Assim, por exemplo, muitos pescadores mudaram de atividade, ocupando empregos sazonais como garçons, vigias ou jardineiros. Esse fato provocou o abandono progressivo da pesca por parte de algumas comunidades, impactando culturalmente em sua identidade marinha. Além disso, paralelamente ao crescimento do fluxo de turistas internacionais e nacionais que visitam as comunidades litorâneas do Ceará, começaram a surgir problemas relacionados à prostituição e as drogas como ofertas opcionais de lazer.

Já na terceira fase turística o litoral cearense passou a se consolidar como principal mercadoria imobiliária. Devido à forte identificação com o lugar, normalmente turistas brasileiros de outros estados ou estrangeiros tornaram-se moradores e empresários em diferentes enclaves litorâneos, visando a apropriação do local e a obtenção de lucro imediato, mas sem muito comprometimento com o lugar. Essa onda turística, incipiente no final da década de 90, tornou-se uma realidade nos últimos dez anos. A forte e descontrolada “turistificação” do litoral cearense começou então a mostrar claramente os impactos negativos sobre o frágil ecossistema litorâneo e sobre as comunidades locais devido à ultrapassagem da capacidade de carga física e social em muitos destinos. Dentre todos esses efeitos negativos, a especulação imobiliária é o impacto que tem gerado e, continua a gerar, mais conflitos sobre as populações locais assentadas nessa faixa do litoral e que, em sua maioria, são comunidades pesqueiras de pequeno porte que têm como principal renda a pesca artesanal (CORIOLANO & VASCONCELOS, 2012).

Todas essas circunstâncias deram início a uma intensa luta por parte das comunidades nativas em defesa de seus locais de trabalho, moradia e lazer frente ao espaço urbanizado para o turismo que as excluía. Esse processo de luta e resistência pela posse da terra para permanecer nos locais de origem frente ao avanço da especulação imobiliária prossegue na atualidade e caracteriza a maioria das comunidades do litoral cearense que optaram pelo desenvolvimento do TBC (BARTHOLO, SANSOLO & BURSZTYN, 2009). Desta forma, diversas comunidades pesqueiras que vinham recebendo grupos de turistas sem ter sido incluídas no desenvolvimento do turismo do estado de

maneira justa encontraram no turismo de base comunitária uma forma diferenciada de inclusão. Em outros casos, grupos de moradores e comunidades que ainda não eram destinos turísticos importantes, mas que tinham potencial para isso, decidiram também se organizar para a defesa de seus territórios e a obtenção de ganhos complementários, optando por estratégias turísticas alternativas que ademais minimizaram os efeitos negativos derivados da chegada de turistas. Assim, muitas comunidades cansadas de não usufruir das oportunidades e vantagens do turismo e/ou incomodadas por projetos turísticos implantados de fora para dentro, programaram outro tipo de turismo, de base local, com o objetivo de valorizar sua identidade e conquistar maior participação nos planos de desenvolvimento turístico.

O elemento que teoricamente aglutina essas iniciativas surgidas em torno de movimentos de resistência nas comunidades reside, portanto, no controle produtivo da comunidade desde o planejamento até o desenvolvimento e gestão das atividades, por meio do envolvimento participativo, descentralizado e associativo, visando garantir a melhoria das condições de vida das comunidades. É precisamente nesse contexto que a proposta da Prainha do Canto Verde se insere.

3.2.1.2 Prainha do Canto Verde: caracterização e histórico do desenvolvimento turístico

A comunidade da Prainha do Canto Verde localiza-se no litoral leste do Estado do Ceará, no menor dos seis distritos do município de Beberibe, Paripueira, a 126 km de Fortaleza e em área de elevado valor econômico, entre alguns dos principais destinos turísticos do litoral cearense (Figuras 6 e 7). Assenta-se numa porção do litoral com uma área de 11,54 há, sobre um campo dunar, ocupando em grande parte, afloramentos das antigas falésias e margeada por lagoas interdunares e planícies alagáveis (Figura 8). Segundo dados publicados com base em informações orais dos moradores (MENDONÇA, 2004; CORIOLANO, 2009; FABRINO, 2013), a vila é composta por uma população que oscila entre os 1.000 e 1.200 habitantes, que têm na pesca artesanal sua atividade principal (Figura 9).

A pesca está basicamente ligada ao sexo masculino, embora algumas mulheres pratiquem o marisqueio, e é complementada com outras atividades econômicas relacionadas principalmente ao turismo, o pequeno comércio, o artesanato e os serviços domésticos (CARVALHO & BEZERRA, 2008). Parte da população trabalha fora da comunidade em diferentes ocupações, que vão desde a construção civil até a venda em lojas e o emprego doméstico. Os subsídios de aposentadoria, Bolsa Família e seguro de

defeso de pesca da lagosta têm também um peso importante na economia familiar. Já a agricultura e pecuária são pouco praticadas devido às condições muito arenosas do solo, que dificultam seu desenvolvimento inclusive para o autoconsumo.

A vila tem um desenho simples, sem zoneamentos evidentes, e onde a maioria das casas se dispõe espalhadas entorno a “ruas” perpendiculares à estrada asfaltada de acesso à comunidade e paralelas à linha de costa (Figura 10). Todos os moradores têm a posse de suas casas, que são, em sua maioria, de alvenaria, com cobertura em telha de cerâmica, contando com fossa séptica (MENDONÇA, 2004). As casas estão expostas ao efeito do forte vento do leste, que acontece de julho a setembro e que contribui para o deslocamento das areias, provocando prejuízos e transtornos todos os anos para os moradores (Figura 11).

Na comunidade há uma escola de ensino fundamental municipal, mas não existe posto policial nem posto permanente de saúde. Essas carências constituem velhas reivindicações da população local, junto a demandas relacionadas com o abastecimento da água e o tratamento de lixo (FABRINO, 2013).

Os primeiros registros de povoamento tiveram início no século XIX, quando o casal formado por Joaquim “Cabloco” e Dona “Filismina” assentaram-se nesse lugar, em 1860, procurando terra e tendo 12 filhos (MENDONÇA, 2004; MENDES & CORIOLANO, 2006). Assim teve início uma família que foi progressivamente aumentando e formando a comunidade, até o ponto de, na atualidade, a maioria dos moradores tem parentesco, pois são descendentes desse casal fundador. No fim da década de 1970 e começo de 1980, a comunidade iniciou a disputa pelo direito à moradia e posse da terra após o primeiro episódio de grilagem e o aumento da especulação imobiliária. A partir do surgimento da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde, em 1989, a comunidade conseguiu organizar seus interesses, integrando esforços e ações em benefício da melhoria social, econômica e cultural, bem como no combate aos efeitos da pesca predatória e na conservação do meio ambiente. Assim, as famílias organizadas começaram a reagir, realizando várias ações de mobilização e denúncia, como a conhecida “S.O.S. Sobrevivência”, expedição de protesto em jangada até o Rio de Janeiro contra a pesca predatória, a especulação imobiliária, o turismo selvagem e a falta de apoio governamental (MENDONÇA, 2004). Além disso, como resultado da reflexão coletiva e visando evitar a especulação imobiliária, a comunidade criou suas próprias regras para impedir a venda de casas para pessoas de fora da comunidade e regular o direito a novas construções para os nativos. Na década de 90, o contexto de inquietude motivado pelo forte processo de especulação de terras, junto com a crescente crise de degradação ambiental do litoral, a

falta de oportunidades de emprego, e a precariedade das condições de saúde e educação, estimularam a criação de vários projetos e conselhos comunitários no intuito de fortalecer essas áreas. Foi precisamente no início dessa década que começou informalmente o turismo na comunidade, com a chegada de turistas que apoiam a luta empreendida e que se hospedam em casas de pescadores (MENDONÇA, 2004; CORIOLANO, 2009). A cronologia de alguns fatos históricos relevantes ligados ao desenvolvimento do turismo na comunidade está relacionada na Figura 12.

Esse contexto incentivou as primeiras reuniões e oficinas de turismo, que culminaram na elaboração do projeto de TBC da Prainha do Canto Verde. A missão desse projeto foi elaborada pelo Conselho de Turismo (CT) da comunidade em 1997 e visa “desenvolver o turismo ecológico de forma comunitária para melhorar a renda e o bem-estar dos moradores; preservando os nossos valores culturais e os recursos naturais da nossa região” (SCHÄRER, 2003, p. 235). Entre os objetivos da iniciativa destaca-se a vontade de desenvolver o turismo sem o controle de investidores externos para que a renda gerada pela atividade permaneça na comunidade e a atividade econômica principal da pesca não seja abandonada, assim como assegurar a moradia e a qualidade de vida para os moradores nativos.

Desde o início do projeto de desenvolvimento do TBC a articulação e a gestão do conjunto de ações relacionadas com o turismo na comunidade foram realizadas exclusivamente pelos seus membros mediante a Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde e o Conselho de Turismo, que posteriormente se transformaria em uma cooperativa social comunitária sob o nome de Cooperativa de Turismo e Artesanato (COOPECANTUR). Ainda assim, várias organizações, sobretudo não governamentais, ofereceram apoio logístico, assessoramento e ajuda na captação de recursos financeiros externos, destacando a ONG Instituto Terramar, com sede em Fortaleza, e a Associação Amigos da Prainha do Canto Verde, sediada em Zurique (MENDONÇA, 2004). A organização interna à comunidade, junto ao estabelecimento de parcerias com diversas instituições, resultaram em uma sólida estrutura político-organizacional (Figura 13). Nesse contexto relacional em volta do desenvolvimento do TBC na comunidade é necessário destacar a figura de Renné Schärer, suíço ex-representante no Brasil da companhia aérea *Swissair* e que fixou residência na Prainha em 1992. Ele foi um ator chave no incentivo, desenho e planejamento do turismo na comunidade, assim como na organização comunitária, embora a comunidade já estivesse organizada antes de sua chegada (MENDONÇA, 2004; FABRINO, 2013). Além disso, diversas estratégias afastadas do turismo de massa que, como a Prainha do Canto Verde, se propõem a realizar um turismo

comunitário foram constituindo uma articulação entre comunidades, resultando na Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM), que envolve, além da Prainha, mais 10 comunidades do litoral cearense (Figura 14).

Para garantir a posse da terra à comunidade e o uso sustentável dos recursos naturais frente ao processo de especulação imobiliária, em 2009 foi criada a Reserva Extrativista (RESEX) da Prainha do Canto Verde. O que em princípio deveria ter sido um estímulo ao desenvolvimento da comunidade, uma vez que essa unidade de conservação visa proteger o ambiente natural e regularizar tanto o recurso pesqueiro quanto os imóveis dos moradores¹, converteu-se num elemento de forte divisão e conflito (FABRINO, 2013; FORTUNATO & SILVA, 2013). Assim, as funções da RESEX são interpretadas por uma parte da população como um fator limitante de investimentos no turismo por atores externos à comunidade e, conseqüentemente, como um freio ao desenvolvimento. Devido a isso, em 2010 criou-se uma segunda associação de moradores, a Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde (AIMPCV), que defende interesses opostos à criação da RESEX, ou pelo menos contrários à sua implantação terrestre e à função de regulação fundiária, assim como apoia um modelo de turismo mais convencional.

A atividade turística da comunidade conta com uma estrutura que engloba restaurantes, pequenas pousadas, chalés, casas e quartos de aluguel. Além disso, existem alguns bares e lanchonetes. Quanto às atividades desenvolvidas oferecidas aos turistas que visitam a Prainha do Canto Verde, estas incluem essencialmente trilhas ecológicas, excursões e passeios de *buggy*, barco e catamarã (MENDONÇA, 2004; FABRINO, 2013).

O modelo de turismo da Prainha do Canto Verde é responsável por um fluxo de turistas representado, em sua grande parte, por pessoas procedentes do estado do Ceará e, principalmente, da capital Fortaleza (MENDES & CORIOLANO, 2006). Normalmente, esses turistas procuram a Prainha motivados pelas belezas naturais, a tranquilidade e o convívio com a população local. Em outros casos, turistas que viajam pelo litoral cearense chegam à comunidade por acaso e decidem ficar nessa ocasião ou voltar tempo depois. Além do turismo nacional, existe uma importante demanda por parte de turistas estrangeiros que, atraídos pelo renome da experiência, buscam a Prainha motivados basicamente por questões relacionadas ao estudo e à pesquisa (CORIOLANO, 2009).

Desde que a proposta começou, o turismo desenvolvido na Prainha do Canto Verde tornou-se a experiência de TBC brasileira de maior sucesso, reconhecida tanto nacional como internacionalmente, e referência para outras comunidades do litoral brasileiro, que

¹ O objetivo de criação das RESEX reside na proteção dos meios de vida e da cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. As populações residentes possuem contrato de concessão de direito real de uso, considerando que a área é de domínio público.

Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/categorias.html>

também apostaram pelo turismo de base local. O modelo de desenvolvimento turístico apresentado pela comunidade, baseado no relacionamento entre seus membros e na organização local, é considerado uma experiência exitosa de gestão participativa. Por essa razão, foi assunto de inúmeras produções acadêmicas que assim o corroboram (ALMEIDA, 2002; LIMA, 2002; BURSZTYN *et al.*, 2003; CORIOLANO & LIMA, 2003; MENDONÇA, 2004; GONDIM, 2005; BARTHOLO, SAN SOLO & BURSTYN, 2009; CORIOLANO, 2009). Contudo, alguns estudos recentes alertam sobre como o surgimento de conflitos na comunidade está colocando em risco esse modelo de desenvolvimento turístico, muitas vezes apresentado de maneira “romantizada” (FABRINO, 2013; FORTUNATO & SILVA, 2013).

A tradição de participação e organização social apresentada pela comunidade e elogiada na literatura, unido ao amplo reconhecimento da localidade como experiência modelo e pioneira de TBC, respaldam a escolha da Prainha de Canto Verde como comunidade de estudo neste trabalho. A este respeito, considera-se que tanto o diferencial desse projeto de turismo comunitário quanto a riqueza do seu contexto relacional, podem oferecer um fértil campo de análise da rede social de colaboração envolvida no desenvolvimento da atividade turística.

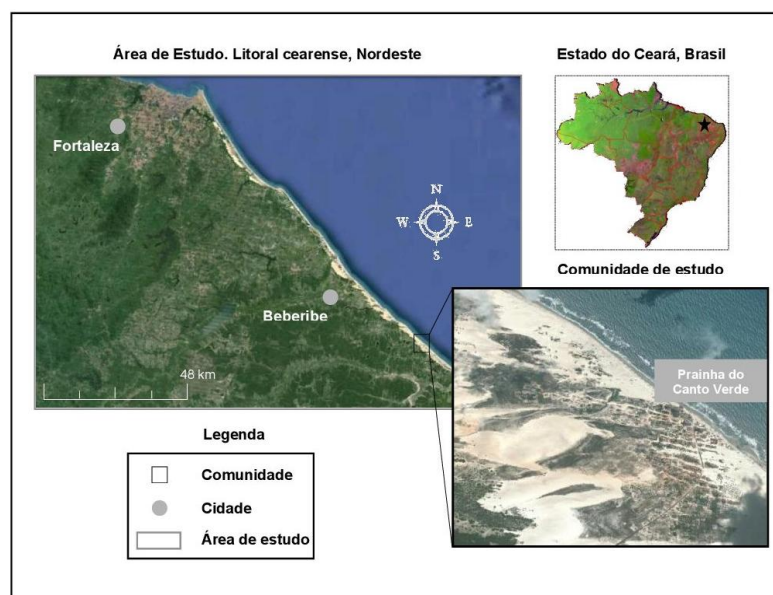


Figura 6 – Mapa de localização da comunidade da Prainha do Canto Verde, no município de Beberibe, Estado do Ceará, Região Nordeste do Brasil.

Fonte: Elaboração própria, a partir de imagens do Google Earth e Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (<http://www.cdbrasil.cnpem.embrapa.br/>)

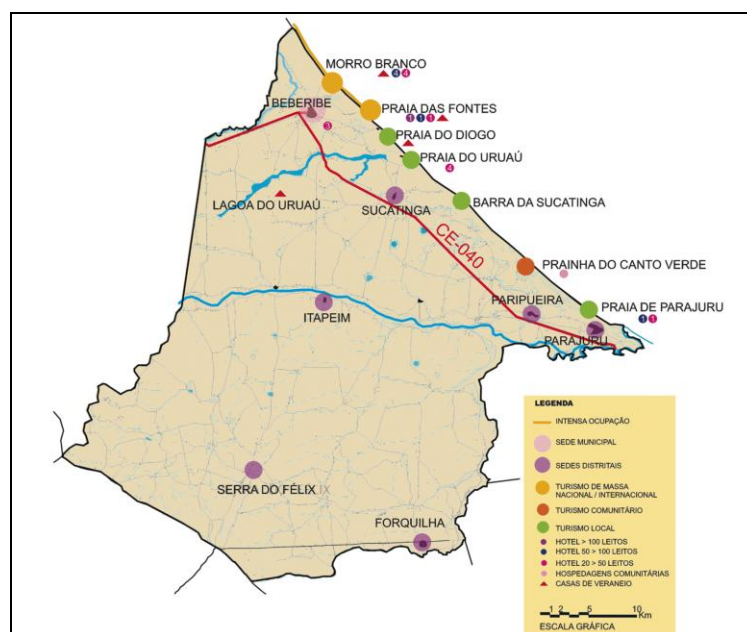


Figura 7 – Situação do turismo no município de Beberibe (CE).
Fonte: Barroso (2010)



Figura 8 – Vila/Prainha do Canto Verde.
Acervo do autor/2013



Figura 9 – Jangadas utilizadas por pescadores artesanais.
Acervo do autor/2013



Figura 10 – “Rua” da Prainha do Canto Verde.
Acervo do autor/2013



Figura 11 – Casas no campo dunar.
Acervo do autor/2013

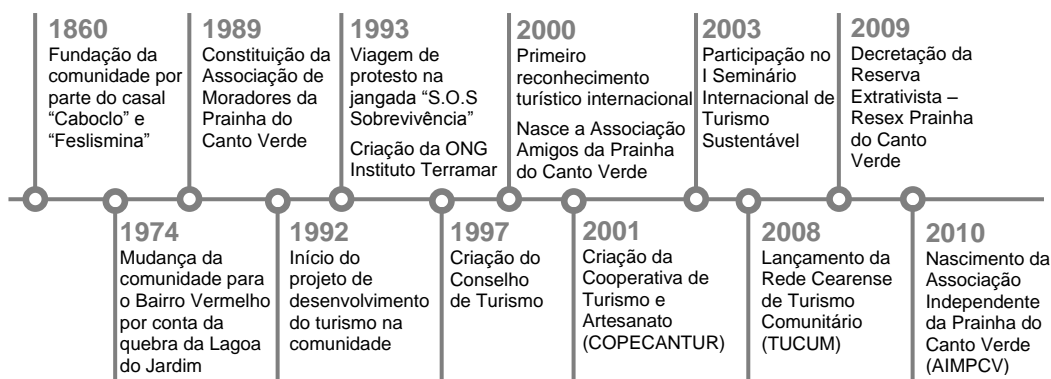


Figura 12 – Linha do Tempo da Prainha do Canto Verde com alguns fatos relevantes relacionados com o desenvolvimento do turismo na comunidade
 Fonte: Elaborado pelo autor

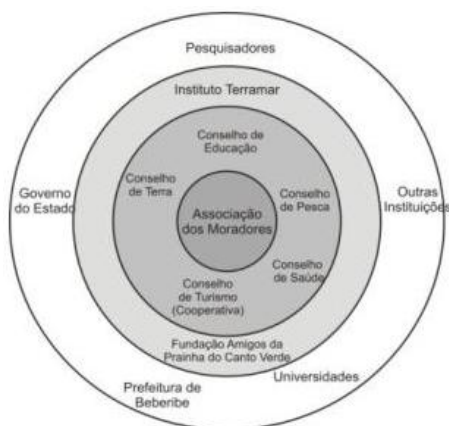


Figura 13 – Contexto relacional da comunidade da Prainha do Canto Verde.
 Fonte: Gondim (2005)



Figura 14 – Comunidades que integram a Rede Cearense de Turismo Comunitário (Tucum).
 Fonte: www.tucum.org

3.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE DA REDE SOCIAL DA PRAINHA DO CANTO VERDE

Levando em consideração a preocupação sobre como as relações sociais podem lançar luz à gestão participativa no TBC e atendendo a complexidade que caracteriza o sistema turístico, os procedimentos metodológicos adotados nesta dissertação de mestrado estão baseados em métodos mistos.

A combinação de métodos qualitativos e quantitativos torna-se efetiva nesta pesquisa mediante a aplicação da análise de redes sociais. As abordagens das redes sociais podem ser quantitativas ou qualitativas. Isso porque, a natureza relacional da ARS possibilita que a rede social possa ser estudada mediante métodos analíticos que complementem ou inclusive suplantem os matemáticos e estatísticos (WELLMAN, 1988).

O debate sobre a pertinência de análises qualitativas ou quantitativas aplicadas às redes sociais está presente no turismo de maneira semelhante a outras áreas de estudo. Se por um lado, em muitas ocasiões a principal abordagem usada no estudo das redes de destino tem natureza qualitativa e metodologias quantitativas são vistas como positivistas, ignorando o caráter mutável das relações nos dinâmicos processos turísticos, em outras ocasiões “abordagens quantitativas proporcionam informações sobre propriedades estruturais das redes como um todo, complementando o estudo das relações entre atores individuais” (SCOTT *et al.*, 2008, p. 4).

Desde uma perspectiva estrutural e assumindo as redes como parte da realidade social, aqui se considera oportuno o uso de técnicas quantitativas combinadas com técnicas qualitativas, uma vez que a ARS precisa informações sucessivas tanto de informantes qualificados quanto de amostras representativas da população em geral (VILLASANTE, 1998).

A combinação de pesquisa qualitativa e quantitativa é adequada para lidar com a complexidade de problemas das ciências sociais e de natureza interdisciplinar, proporcionando maior compreensão dos problemas de pesquisa (CRESWELL, 2010). Assim, uma abordagem mista, que integra ambas as aproximações, apresenta-se como uma estratégia metodológica abrangente com capacidade de proporcionar respostas proveitosas em qualquer estudo de redes sociais aplicado ao turismo (SCOTT *et al.*, 2008).

3.3.1 Coleta de dados

O trabalho de campo ocorreu no período de 13 de abril até 9 de maio de 2013, totalizando 27 dias de trabalho. Na coleta de dados participaram um pesquisador e duas estagiárias. Para a coleta de dados foram utilizados os seguintes recursos e instrumentos:

observação direta, diário de campo, entrevistas, pesquisa documental e aplicação de questionários.

Na *observação direta* o pesquisador, assumindo o papel de espectador, presencia em direto o fenômeno que quer estudar. Mediante a aproximação com o objeto de estudo pode coletar registros subjetivos do grupo, que constituem manifestações humanas observáveis e que permitirão tirar uma “fotografia” do processo estudado (RODRÍGUEZ-MOGUEL, 2005). Essa técnica foi utilizada ao longo de todo o tempo de trabalho de campo e implicou a percepção e interpretação das práticas quotidianas da comunidade, assim como do seu universo simbólico e relacional.

O *diário de campo*, junto com a observação, forma parte do esqueleto interpretativo dos acontecimentos presenciados e se forma a partir dos registros que o pesquisador realiza no momento de observar um fenômeno. Trata-se de um recurso de narração sistemático e reflexivo que representa “os bastidores” da pesquisa ou a descrição mais íntima da experiência pessoal do trabalho de campo (VELASCO & DÍAZ DE RADA, 1997). A esse respeito, diversas valorações, impressões e reflexões pessoais da experiência, assim como comentários realizados por vários membros da comunidade, diálogos informais e alguns esboços do local foram incluídos no diário.

Visando obter testemunhos orais para ampliar o conhecimento sobre a comunidade e sua dinâmica turística, assim como apresentar formalmente o projeto de pesquisa e buscar a aproximação para ser aceito pelo grupo, foram realizadas *entrevistas* tanto individuais como coletivas. As entrevistas, com perguntas previamente programadas sobre o desenvolvimento e o histórico do turismo na comunidade, combinadas com outras não estruturadas, foram realizadas com membros da diretoria das duas associações locais (Associação de Moradores e Associação Independente), integrantes do Conselho de Turismo (CT) e profissionais que atuam como Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

A *pesquisa documental* está baseada principalmente em fontes secundárias, através da coleta de informação em documentos de todo tipo que normalmente recolhem, dentre outros, aspectos históricos, contextuais e organizacionais relacionados com o tema de pesquisa (VALLES, 2000). Durante o trabalho de campo os pesquisadores acessaram alguns materiais disponibilizados pelas associações locais (projetos, cartilhas, dossiês, atas de reuniões e reportagens) que complementaram as informações obtidas pelos outros instrumentos de coleta de dados.

Por fim, a *aplicação de questionários* é considerada um instrumento de pesquisa muito útil, que permite obter informação sobre as variáveis objeto da pesquisa através da população com a qual se trabalha, de uma maneira rápida, sistêmica e ordenada

(RODRÍGUEZ-MOGUEL, 2005). O questionário é o método mais habitual para a obtenção de dados relacionais. Na análise de redes sociais este instrumento pode incluir perguntas sobre os vínculos, as relações e as similitudes que afetem tanto a pessoa entrevistada quanto outras sobre as quais a pessoa entrevistada tenha informação (WASSERMAN & FAUST, 1994).

Para este estudo, foram utilizados dois modelos de questionários (ver apêndice). O primeiro, geral, para todos os membros da comunidade entrevistados e focado na percepção social da comunidade sobre a prática turística e sobre o próprio processo colaborativo. O segundo, específico, apenas para aqueles membros da comunidade envolvidos com o turismo, e voltado para coletar a informação relacional sobre a colaboração no TBC, assim como dados particulares sobre a atividade turística por eles desenvolvida.

3.3.2 Etapas metodológicas

Compreender a natureza da participação no desenvolvimento do turismo comunitário envolve um exame da estrutura da rede social para descobrir os atores, seus atributos, a natureza das interações e como estas influenciam diferentes elementos de desenvolvimento turístico. Desta forma, a abordagem metodológica desta pesquisa parte do reconhecimento da importância que as relações sociais interpessoais têm para explicar a gestão participativa do TBC. Assim, essa abordagem centra-se na identificação dos atores da comunidade envolvidos no turismo e na análise das relações de colaboração que se estabelecem entre eles.

A pesquisa de campo foi organizada em duas etapas metodológicas principais: i) identificação da fronteira e dos atores; ii) caracterização dos atores e das relações.

I. Identificação da fronteira e dos atores

Após os primeiros dias de visita exploratória, reservados para o reconhecimento inicial do território, a primeira etapa metodológica foi dividida em duas fases: a identificação da fronteira ou limite da comunidade e a identificação dos atores.

Embora o estudo de caso tenha a ver com a rede completa de turismo da Prainha do Canto Verde e essa comunidade esteja administrativamente definida, a *primeira fase* consistiu na determinação da população real objeto de estudo. Para definir a fronteira da comunidade e identificar os membros da rede, estabeleceu-se uma abordagem baseada na posição e no evento (MARIN & WELLMAN, 2011). Isso significa considerar os indivíduos

que se autorreconheceram como membros da comunidade e posteriormente envolvidos no TBC.

A *segunda fase* desta etapa, concomitante à primeira, consistiu na identificação dos atores mediante a elaboração de um censo da comunidade e a utilização de um formulário (ver apêndice). Para isso, e previamente à realização do censo, foi confeccionado um mapa da comunidade aproveitando a visão satélite do *Google Earth* e testando essa imagem posteriormente *in situ*. No mapa foi atribuído um identificador (ID) correlativo a cada casa.

Em seguida, uma vez identificadas as residências com seu correspondente ID, foram realizadas visitas porta a porta a todas elas a fim de registrar, através da aplicação do formulário de censo, as pessoas que moravam em cada uma. Além do nome e apelido, outros dados coletados dos habitantes de cada casa foram o sexo, a idade e a ocupação principal. Quando possível, tais informações básicas foram extraídas preferencialmente de algum membro maior de idade que estava em casa e atendeu a chamada. Quando nenhum morador estava presente no domicílio no momento da visita, uma nova tentativa de contato foi realizada em horário e/ou dia diferente. Nos casos em que a ausência foi repetida após várias visitas, e em função do tempo disponível para a realização do censo, essa casa foi descartada do universo amostral.

Na mesma hora da visita e realização do censo, a cada morador foi designado um identificador pessoal relacionado com o ID da sua moradia. Nesse mesmo momento do censo o casal ativo ou chefe(a) maior de idade de cada família foi também identificado, uma vez que esse constituiu o recorte metodológico para viabilizar o estudo e aplicar posteriormente os questionários.

O censo realizado na Prainha do Canto Verde contabilizou um total de 780 pessoas repartidas entre 214 famílias. Conforme a informação fornecida pelas agentes de saúde no período de realização desta pesquisa de campo, o censo realizado por elas no ano 2009 contabilizou uma população de 1.053 pessoas repartidas em 285 famílias, sendo que desde esse ano até a atualidade a tendência na comunidade foi de decréscimo populacional. Por conseguinte, pode-se inferir que o censo da comunidade da Prainha realizado nesta primeira etapa metodológica foi bastante representativo da realidade.

II. Caracterização dos atores e das relações

Uma vez identificados através do censo os chefes(as) de família ou membros dos casais ativos de cada família, a estes foi aplicado o questionário de entrevista geral para a obtenção de informação das características e percepções pessoais.

Durante o tempo de estadia em campo, tentou-se conversar com todos os moradores identificados no censo e que cumpriam as características de população alvo, visitando várias vezes as casas dentro do tempo disponível, sem que o contato com todos eles fosse possível em todos os casos.

A aplicação do questionário geral aos entrevistados (413 pessoas) permitiu não apenas caracterizar os atores mediante dados pessoais, senão identificar aqueles moradores maiores de idade que afirmaram trabalhar com o turismo na Prainha do Canto Verde e que formam a população amostral de interesse para a análise da rede social no TBC.

Na segunda rodada de visitas foi realizada a entrevista exclusiva mediante a aplicação do questionário específico á aquelas pessoas identificadas com ligação ao turismo na comunidade (124 indivíduos). Por meio do segundo questionário foi possível obter informações tanto de aspectos particulares vinculados ao desenvolvimento da atividade turística quanto às relações estabelecidas.

A teoria de redes sociais tem uma perspectiva relacional dentro de uma vocação estrutural. Isto é, as unidades básicas de coleta de informação e de análise são os vínculos ou as relações entre os atores e não as propriedades destes. Ainda assim, a análise de redes sociais precisa integrar relações e atributos para explicar os fenômenos sociais. Neste trabalho os dados relacionais expressam a colaboração no TBC entre os membros da comunidade da Prainha do Canto Verde. Para a produção de informação sobre a colaboração no turismo na comunidade os entrevistados que manifestaram estar envolvidos na atividade turística responderam à seguinte questão: com quem você geralmente costuma colaborar ou trabalhar junto no turismo na comunidade? A pergunta solicitava que a pessoa citasse, livremente, nomes de outros membros da comunidade com que ela trabalhasse na atividade (ou atividades) citada previamente. Isto é, o interesse da pergunta era que a pessoa entrevistada indicasse aquelas pessoas com as quais ela forma alianças, se relaciona e/ou estabelece parcerias para desenvolver trabalhos próprios do turismo.

Cabe salientar aqui que as relações de ligação (*bonding*), estabelecidas dentro dos diferentes grupos sociais da comunidade, junto com aquelas tipo ponte (*bridging*), que se produzem entre os diferentes grupos, ajudando na ampliação horizontal da rede dentro da própria fronteira da comunidade, fundamentam o TBC e constituem o foco de análise desta dissertação. Mesmo assim, a conexão com atores verticais externos à comunidade e lideranças que facilitem o contato fora da fronteira (*linking social capital*) também é relevante para o incentivo da ação coletiva (GRANOVETTER, 1973; WOOLCOCK & NARAYAN, 2000; KRISHNA, 2001; VALENTE, 2012). Sem dúvida o interesse das relações inter- e extra-

comunitárias também deve ser reconhecido, mas estas não foram objeto de análise neste trabalho, se apresentando como insumo para futuras pesquisas que analisem também a relação entre redes sociais e o desenvolvimento de práticas comunitárias.

Além de solicitar que o entrevistado indicasse quantas mais pessoas da comunidade melhor, também se apelou para que identificasse o tipo de relação que mantinha com cada uma das pessoas citadas (amizade, família ou conhecido/a), especificando, se fosse o caso, o grau de parentesco. Por fim, de forma complementar, foi pedido aos entrevistados a definição da natureza da colaboração, detalhando a tarefa concreta em que entrevistado e citado se ajudam ou trabalham conjuntamente.

A partir das respostas individuais à pergunta “com quem você geralmente costuma colaborar ou trabalhar junto no turismo na comunidade”, obteve-se uma lista de membros da comunidade citados por cada entrevistado. Essas informações foram sistematizadas em uma matriz binária (ator-ator) com os mesmos atores entrevistados nas linhas que nas colunas.

Para aproveitar ao máximo as informações obtidas na pesquisa de campo, neste estudo se adotou a simetria máxima de relações de colaboração. Isto significa que não foi necessária a citação recíproca nas entrevistas para considerar a existência de relação de colaboração. Ou seja, se qualquer indivíduo dentre um par de indivíduos citou ao outro, considerou-se a existência de relação de colaboração.

Quanto aos dados atributivos, diferentes informações foram coletadas e utilizadas para caracterizar a população amostral e estabelecer a diversidade de grupos presentes, com o objetivo de analisar a equidade de participação da comunidade no TBC mediante o número médio de relações de colaboração internas aos grupos e entre grupos. A caracterização dos membros da rede foi realizada a partir de variáveis escolhidas desde o contexto local e a revisão da literatura, sobre os fatores demográficos e socioculturais que podem condicionar as relações de colaboração entre as pessoas da comunidade envolvidas com o turismo. Esses fatores foram traduzidos nas seguintes variáveis demográficas e socioculturais: sexo, idade, origem, escolaridade, envolvimento em associações locais, atividade ocupacional principal, ocupação relacionada com o turismo e tempo trabalhando com o turismo.

O agrupamento dos membros da comunidade que compartilham os atributos escolhidos foi realizado usando o procedimento *collapse* do software UCINET (BORGATTI, EVERETT & FREEMAN, 2002), que permite o cálculo da média do número de parceiros de colaboração dentro e entre os subgrupos. Em seguida, foi aplicado o teste de variância ANOVA para verificar se as diferenças entre números médios de relações dos grupos eram significativas. Este teste avalia a possível existência de uma diferença significativa entre o

número médio de relações de colaboração dos diferentes grupos e não a distribuição dentro e entre os grupos.

A seguir, descrevem-se e justificam-se brevemente as variáveis escolhidas e que foram utilizadas na análise da rede social da Prainha do Canto Verde.

Descrição e justificativa das variáveis utilizadas

- Sexo

Optou-se por analisar diferenças na colaboração no TBC entre sexos porque existem evidências de que homens e mulheres diferem nos comportamentos e papéis que desenvolvem na atividade turística (SWAIN, 2005; WTO & ONU, 2011). Além disso, ser homem ou mulher tem influência na participação comunitária, desde que grupos sociais impõem funções, tarefas e responsabilidades particulares conforme a identidade de gênero atribuída pela sociedade. Da mesma forma, a participação pode vir conduzida por interesses particulares de gênero (CORNWALL, 2003).

Nos projetos de turismo comunitário, a incorporação da análise diferencial de sexo implica necessariamente examinar as relações de poder existentes e que podem produzir desigualdades entre homens e mulheres, influenciando sobre os esforços de colaboração e, conseqüentemente, nos resultados das experiências (REED, 1997). Assim, promover a mudança em direção à igualdade no desenvolvimento do turismo requer o estudo das relações específicas entre homens e mulheres (SWAIN, 2005).

A participação das mulheres em projetos de TBC dista muito de significar empoderamento, sendo relegada a uma forma marginal ou subordinada (MALDONADO, 2009; FERNÁNDEZ-ALDECUA & MARTÍNEZ-BARÓN, 2010). Entretanto, se reconhece que projetos e empreendimentos turísticos comunitários que envolvem ativamente às mulheres podem ser mais eficazes e trazer mais benefícios globais (MATHIESON & WALL, 1982).

- Idade

A idade é outra forma habitual de categorizar as diferenças entre as pessoas. Seu papel tem sido amplamente reconhecido como um fator relevante na disparidade de conhecimento entre grupos geracionais, relacionado com o conhecimento ecológico tradicional e a gestão do meio ambiente (DIEGUES, 2000; VIEIRA, BERKES & SEIXAS, 2005). A idade tem influencia no entendimento dos indivíduos sobre o seu meio ambiente imediato, uma vez que, como marcador temporal de contato, influi sobre o acumulado de conhecimentos, competências, práticas e crenças. Transitando no tempo e no espaço, esse conhecimento baseado no ato de escutar e observar aos mais velhos se expressa em processos de comunicação interpessoais de geração em geração e pode contribuir de

maneira efetiva na melhora de gestão de recursos naturais, assim como nas respostas adaptativas a mudanças ambientais (BERKES, COLDING & FOLKE, 2000). No TBC a transmissão intergeracional de saberes e ofícios possibilita o processo recíproco de aprendizagens entre jovens, adultos e membros mais velhos da comunidade, incorporando realidades e análises diferentes ao processo de desenvolvimento dos projetos e contribuindo com isso na gestão eficiente dos recursos vinculados à prática turística.

No estudo de caso a população foi dividida em três subgrupos de idade arbitrariamente definidos, visando minimizar a diferença de tamanho entre eles (N).

- **Origem**

Esta variável é entendida aqui como local de nascimento. A comunidade da Prainha do Canto Verde tem um importante componente nativo e de parentesco. A maior parte da população nasceu no local ou em comunidades próximas e a maioria das famílias estão interligadas, pois os casamentos acontecem principalmente entre elas (MENDES & CORIOLANO, 2006). Ainda assim, alguns membros da comunidade envolvidos no TBC nasceram fora do município de Beberibe e inclusive do Ceará. A escolha dos intervalos desta variável responde a essa realidade encontrada em campo e que pode ser considerada um marcador de experiência. Afinal, cada membro da comunidade carrega uma cultura e experiência resultado do conhecimento histórico do local, dependendo se é ou não residente originário ou imigrante. Para verificar como a origem poderia estar associada ao estabelecimento de relações de colaboração no TBC é analisada a interação entre os membros da comunidade de acordo com o seu local de nascimento.

- **Escolaridade**

O acesso à educação é considerado elemento fundamental para o processo participativo (BORDENAVE, 1994). Nas comunidades os mais instruídos se destacam, pois a educação representa *status* social e poder (PUTNAM, 2002). No contexto do TBC assegurar o direito básico à educação se apresenta, portanto, como condição básica para garantir a participação das populações locais no desenvolvimento de projetos turísticos comunitários e, conseqüentemente, para ter maiores oportunidades de sucesso. Pelo contrário, a falta de escolarização e o analfabetismo funcional dificultam o desenvolvimento local, podendo favorecer a manipulação de determinados membros sobre outros e/ou interferindo no controle local da prática turística.

Analisando a questão do acesso ao mercado, alguns estudos (MTUR, 2010; BURSZTYN & BARTHOLO, 2012) alertam para o fato de que a baixa qualificação dos recursos humanos envolvidos no TBC representa um obstáculo para o sucesso dos empreendimentos. Diante disso, os mesmos estudos indicam a necessidade de as

comunidades se capacitarem para reconhecer as demandas dos visitantes de modo a melhorar sua experiência de visitação. Embora a educação integral dos indivíduos e das comunidades vai além da educação formal, estima-se oportuno avaliar aqui se o nível de escolaridade está associado aos padrões de colaboração no TBC na rede social da Prainha do Canto Verde.

No estudo de caso a escolaridade representa o número de anos de estudo. As categorias de análise foram realizadas segundo a estrutura formal de ensino no Brasil, mas dividindo o ensino fundamental (de duração de nove anos) nos dois ciclos, o primeiro de cinco anos e o segundo de quatro. Assim, foi possível dividir a população minimizando a diferença de tamanho entre os subgrupos e sendo capaz de separar aos indivíduos que apenas cursaram os anos iniciais do ensino fundamental (ou que não estudaram).

- Envolvimento em associações locais

Estudos desenvolvidos na Prainha do Canto Verde mostraram que a tradição de participação e de organização social é um importante fator que caracteriza a comunidade de estudo (MENDONÇA, 2004; BARTHOLO, SAN SOLO & BUSZRTYN, 2009; CORIOLANO, 2009). Essa organização foi incentivada mediante o processo de resistência e luta pela terra e condicionou o surgimento da proposta de TBC na comunidade através da busca de um modelo de desenvolvimento turístico inclusivo e sustentável. Igualmente, a tradição participativa e o movimento em defesa da terra, se traduziu no surgimento da Associação de Moradores no fim da década de 90. Entretanto, como discutido anteriormente, discrepâncias na implantação da RESEX e no modelo de turismo a desenvolver deram origem a uma nova associação na comunidade, a Associação Independente dos Moradores. Na atualidade, grupos de posições antagônicas disputam a preferência por um determinado modelo de turismo e dividem a opinião dos moradores (FABRINO, 2013; FORTUNATO & SILVA, 2013). Desta forma, esta variável pode ajudar a comprovar se o envolvimento em alguma associação local joga um papel relevante nas relações de colaboração do TBC, assim como se o aparente conflito existente está reproduzindo a lógica de “exclusão” no contexto do turismo na comunidade.

- Atividade ocupacional principal

O turismo de base comunitária é caracterizado pelo desenvolvimento de forma integrada com as demais atividades produtivas da comunidade, apresentando-se como uma alternativa de geração de trabalho e atividade econômica complementar às atividades tradicionais para os moradores locais (CORIOLANO, 2003; MALDONADO, 2009). Dentro dessa complementaridade inerente às práticas e modos de desenvolvimento do TBC, o turismo comunitário acaba por propiciar o fortalecimento de atividades tradicionais, uma vez

que estas passam a ser seus principais atrativos (LENZ, 2011). Assim, optou-se por avaliar a influência da diversidade de atividades que fazem parte dos modos de vida local da comunidade sobre os padrões de relacionamento estabelecidos para o desenvolvimento da atividade turística. Esta variável foi dividida em seis categorias visando obter um número relativamente manejável de categorias que envolvesse todas as ocupações citadas pelos moradores entrevistados.

- Ocupação relacionada com o turismo

Como sistema, a elaboração do produto turístico requer o acoplamento e relacionamento de diversas partes interessadas trabalhando de maneira coordenada. No TBC esse relacionamento, para que possa oferecer vantagens para o desenvolvimento e fortalecimento da experiência turística, está sujeito à colaboração entre os distintos membros, desde a tomada de decisões até a execução das atividades turísticas. Por isso, verificam-se as relações de colaboração para a prática do TBC em função das ocupações essencialmente turísticas desenvolvidas pelos seus membros. A variável “ocupação relacionada com o turismo” também foi dividida em seis categorias com o objetivo de englobar as diversas atividades turísticas verificadas no campo e minimizar o tamanho entre os distintos grupos.

- Tempo trabalhado com o turismo

O tempo que um membro da comunidade tem dedicado ao turismo na própria comunidade é um marcador temporal da experiência direta do indivíduo com o ambiente local estudado. Essa variável é um elemento de prática e intervenção que pode influir na maneira de gerenciar assuntos particulares vinculados ao desenvolvimento da atividade, assim como no estabelecimento de relações. Se pretende verificar se a colaboração no TBC na Prainha do Canto Verde está associada ao tempo trabalhado com o turismo.

A experiência de turismo comunitário da Prainha do Canto Verde é pioneira no Brasil e têm uma dilatada trajetória desde 1992, quando começou o projeto de TBC. É por isso que o tempo que os moradores levam envolvidos na atividade turística na comunidade se apresenta como uma variável de análise da rede social que pode trazer luz sobre as relações de colaboração estabelecidas. O critério de definição das categorias de tempo de trabalho no turismo foi o estabelecimento de intervalos do mesmo número de anos (5).

O conjunto de dados relacionais e atributivos foram posteriormente usados para avaliar os padrões de relação da rede de colaboração da Prainha do Canto Verde, com ênfase na equidade de participação, e entender em que medida a estrutura da rede social da comunidade condiciona a participação na gestão e sustentabilidade turística. Para isso,

os dados relacionais junto os dados atributivos de cada ator foram importados para o programa de tratamento de dados relacionais UCINET 6 (BORGATTI, EVERETT & FREEMAN, 2002), que possibilita identificar as características estruturais das redes sociais e realizar diversas rotinas analíticas para o conjunto global das relações estabelecidas. Por sua vez, os dados da rede foram exportados para o *software* Netdraw para visualizar a estrutura da rede de colaboração. Desta forma, a partir dos dados relacionais o programa permite obter uma série de medidas e indicadores sobre a estrutura da rede de relações, assim como construir o gráfico (sociograma) da rede de atores, mostrando as características das relações da rede, as posições dos atores e os elos entre eles.

Neste estudo de caso a caracterização inicial da rede social de colaboração no TBC se realizou principalmente mediante a utilização das seguintes medidas, apresentadas no final do Capítulo 2: a) tamanho da rede; b) conectividade; c) densidade; d) distância média entre os indivíduos; e) centralidade dos indivíduos.

Tais medidas que ajudam a caracterizar de forma geral a rede de colaboração da Prainha do Canto Verde e, conseqüentemente, auxiliam a interpretar o impacto da estrutura da rede social sobre a gestão comunitária do turismo, estão resumidas no Quadro 4 finalizando esta seção.

Medidas da rede de colaboração	Descrição das medidas de análise
Tamanho da rede	Número de pessoas entrevistadas envolvidas com o turismo
Conectividade	Número total de conexões existentes
Densidade	Proporção de conexões que existem na rede em relação ao número total das possíveis
Distância média	Número de vínculos no caminho mais curto possível entre os nós
Centralidade (afastamento)	Soma das distancias de um nó ao resto dos nós da rede

Quadro 4 – Apresentação das medidas de caracterização inicial da rede social de colaboração do TBC.

3.4 RESULTADOS

3.4.1 Apresentação da população amostral de interesse na pesquisa

A população de estudo na comunidade da Prainha do Canto Verde contemplou todos os residentes chefes(as) de família ou casais ativos com idade igual ou superior a 18 anos que aceitaram voluntariamente participar da pesquisa. Vale notar que apenas 4 moradores do total contatados não quiseram participar do estudo. A Tabela 1 mostra os números

referentes à população total recenseada, à população alvo da pesquisa (todos os chefes/as de família ou membros dos casais ativos de cada família com idade igual ou superior a 18 anos) e o percentual de entrevistados.

Tabela 1 – População total e entrevistada na comunidade do estudo de caso.

Total	População Alvo	%	Restante da População	%	População Entrevistada	%	População não Entrevistada	%
780	486	62,30	294	37,70	413	84,97	73	15,03

Foram entrevistadas um total de 413 pessoas. Isto é, 84,97% da população alvo de estudo. A entrevista geral realizada com esses moradores permitiu identificar dentro desse universo de entrevistados os membros da comunidade que trabalham com o turismo e que posteriormente participaram da segunda entrevista, constituindo a população amostral do estudo. Ou seja, a população amostral deste estudo se refere à população inicialmente entrevistada, que indicara estar envolvida com o turismo na comunidade da Prainha do Canto Verde e que totaliza 124 indivíduos, representando 30,02% dos entrevistados inicialmente. São precisamente esses 124 atores que formam a rede social de colaboração no TBC analisada neste trabalho. Durante o período de campo foi possível realizar a entrevista específica a todos esse indivíduos que reconheceram estar envolvidos no TBC e, portanto, obter todas as informações necessárias (atributivas e relacionais) para as rotinas analíticas.

Ainda assim, as entrevistas gerais realizadas a toda a população (413 indivíduos) possibilitaram, além da obtenção de dados para caracterizar à comunidade, outras informações sobre a percepção dos moradores em relação ao turismo desenvolvido na comunidade e a possível existência de conflitos internos. Nesse sentido, vale dizer que embora não seja o propósito desta dissertação avaliar a trajetória no TBC e os possíveis conflitos existentes mediante a análise das percepções da comunidade, essas informações foram, sem dúvida, relevantes para alcançar melhor entendimento da dinâmica social da Prainha do Canto Verde.

A Tabela 2 mostra as características da população envolvida no TBC (população amostral) em relação ao resto de entrevistados de acordo com os fatores sociais definidos como potencialmente influentes sobre as relações de colaboração, e que permitem agrupar os membros da comunidade em diferentes categorias. Adicionalmente, foram incluídas as variáveis de ocupação relacionadas ao turismo e ao tempo trabalhado com o turismo na comunidade e que afetam apenas a população ligada ao TBC, assim como a percepção que essa população tem da importância da atividade turística na renda familiar. Para a

comparação das possíveis divergências entre as frequências observadas e esperadas das variáveis entre os grupos foi executado o teste Chi-Quadrado. Já para determinar se existem diferenças significativas entre as médias populacionais foi usado o teste t-Student.

Tabela 2 – Frequência de distribuições (%) das principais características demográficas e socioculturais dos entrevistados na Prainha do Canto Verde, por sexo e envolvimento no TBC.

Características individuais	Mulheres			Homens		
	Todas (n=213)	Não envolvidas no TBC (n=145)	Envolvidas no TBC (n=68)	Todos (n=200)	Não envolvidos no TBC (n=144)	Envolvidos no TBC (n=56)
<i>Idade</i>						
18-35	46,4	46,2	47,0	43,5	41,7	48,2
36-49	27,7	24,1	35,3	30,0	30,5	28,6
50-	25,9	29,7	17,7	26,5	27,8	23,2
Média de anos	40,35	41,17	38,6	41,24	41,87	39,5
<i>Origem</i>						
Beberibe	82,6	84,1	79,4	82,5	84,0*	78,5
Outros municípios	15,5	15,2	16,2	13,0	13,2	12,5
Outros Estados	1,4	0,7	2,9	3,0	2,1	5,4
Outros países	0,5	0	1,5	1,5	0,7	3,6
<i>Escolaridade</i>						
0-5	51,6	57,9**	38,3	56,0	63,9***	35,7
6-9	28,2	27,6	29,4	27,5	25,7	32,1
10-12	13,6	9,0	23,5	14,0	9,7	25,1
13-	6,6	5,5	8,8	2,5	0,7	7,1
Média de anos	5,92	5,26***	7,3	5,42	4,71***	7,2
<i>Participação</i>						
<i>Associações Locais</i>						
As. Moradores	42,3	38,7	50,0	44,0	37,5*	60,7
As. Independente	22,5	24,1	19,1	24,5	25,0	23,2
Ambas	4,2	4,1	4,4	3,5	3,5	3,6
Não frequenta	31,0	33,1	26,5	28,0	34,0	12,5
<i>Ocupação principal</i>						
Artesanato	3,2 ^{†††}	0***	10,3	0	0***	0
Comércio	4,7	2,1	10,3	7,5	5,5	12,5
Dona de casa	54,5	66,2	29,4	0	0	0
Pescador(a)	7,5	6,9	8,8	63,0	66,7	53,6
Turismo	4,2	0	13,2	4,0	0	14,3
Outros	25,9	24,8	28,0	25,5	27,8	19,6
<i>Ocupação turismo</i>						
Aluguel casa/quartos			20,1 [#]			17,8
Artesanato			33,9			13,7
Cozinha/Alimentação			13,0			11,3
Gerencia pousada			12,3			11,1
Monitor(a)			2,6			13,9
Serviços			18,1			32,2
<i>Tempo no turismo</i>						
De 1 a 5			57,35			53,57
De 6 a 10			26,47			30,36
De 11 a 15			14,71			8,93
Igual ou mais de 16			1,47			7,14
Média de anos			5,8			6,6
<i>Importância do turismo na renda familiar</i>						
Primeira fonte de renda			8,9			13,3
Segunda ou terceira fonte de renda			91,1			86,7

Chi Quadrado [†]p<0,05, ^{††}p<0,01, ^{†††}p<0,001, entre homens e mulheres.

Chi Quadrado *p<0,05, **p<0,01, ***p<0,001, entre envolvidos e não envolvidos no TBC dentro dos grupos de gênero.

Chi Quadrado [#]p<0,05, ^{##}p<0,01, ^{###}p<0,001, entre homens envolvidos no TBC e mulheres envolvidas no TBC.

T Student ^{*}p<0,05, ^{**}p<0,01, ^{***}p<0,001, entre envolvidos e não envolvidos no TBC dentro dos grupos de gênero.

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa do autor

Na comunidade 68 mulheres e 56 homens reconheceram estar envolvidos com o turismo. Isso significa que o 54,8% dos membros da comunidade que trabalham no TBC são mulheres e o restante 45,2% homens. A maioria da população entrevistada tem em torno de 18 a 35 anos e a média de idade dos membros envolvidos no turismo é 38,6 para mulheres e 39,5 para homens. A Prainha do Canto Verde é formada em sua maioria por beberibenses, nascidos na própria comunidade ou em outras comunidades próximas do mesmo município. Porém, dentro do grupo dos homens que trabalham no turismo há significativamente mais pessoas de fora do Ceará do que no grupo de homens não envolvidos. A média de escolaridade em anos de estudo é semelhante para os membros da comunidade que desenvolvem o TBC (7,3 para as mulheres e 7,2 para os homens). A este respeito, vale destacar que tanto mulheres quanto homens envolvidos com o turismo apresentam significativamente maior escolaridade em relação ao resto da população que não trabalha com o turismo. A maioria de entrevistados participa em alguma das duas associações locais. A porcentagem de participação nas associações da população que atua no turismo comunitário é maior em homens (87,5%) do que em mulheres (73,5%), sendo que nos dois casos os entrevistados declararam frequentar mais a Associação de Moradores (50% de mulheres e 60,7% de homens). Além disso, os homens que trabalham no turismo têm significativamente maior envolvimento na Associação de Moradores que aqueles não vinculados com o turismo.

Estar envolvido no turismo na comunidade não significa ter o turismo como atividade principal. Ou seja, é necessário enfatizar que muitas das pessoas envolvidas com o turismo têm outra atividade como ocupação principal. Para a atividade principal foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre mulheres e homens, na comparação dos membros envolvidos e dos não envolvidos no TBC. Isso mostra que mulheres e homens da comunidade não têm distribuição igual nas tarefas principais que desenvolvem. Assim, para os membros da comunidade envolvidos no turismo a pesca é a atividade principal dos homens (53,6%), enquanto que as mulheres trabalham basicamente como donas de casa (29,4%). Outras atividades (19,6%), incluindo aqui trabalhos assalariados como professor, vigia e pedreiro, além dos aposentados e desempregados, compreendem junto com o turismo (14,3%) e o comércio (12,5%) as atividades ocupacionais principais dos homens que declararam ter vínculo com o TBC. Já as mulheres, manifestaram exercer outras atividades (28%), incluindo nesta categoria o trabalho como empregadas domésticas, costureiras e caseiras. Igualmente, as mulheres também declararam exercer como atividade principal o turismo (13,2%), o comércio (10,3%), o artesanato (10,3%) e a atividade pesqueira (8,8%), normalmente como marisqueiras.

Em relação às ocupações vinculadas ao turismo há diferenças significativas na distribuição entre homens e mulheres. O artesanato, fundamentalmente a renda e o labirinto, é a atividade turística principal das mulheres (33,9%). O aluguel de casas e quartos para hospedagem de turistas (20,1%) e os serviços (18,1%) que incluem, entre outros, trabalhos relacionados com o atendimento em restaurantes, barracas e lanchonetes, além da limpeza de infraestrutura turística, compreendem outras ocupações turísticas que reúnem a maior parte das mulheres. Além dessas ocupações turísticas, outras mulheres declararam ter vínculo com atividades de cozinha/alimentação (13%), como cozinheiras e merendeiras, além de gerenciar alguma pousada (12,3%) e atuar como monitoras realizando trilhas com os turistas (2,6%). Quanto aos homens, a maioria de entrevistados envolvidos com o turismo na Prainha do Canto Verde declarou que sua ocupação principal na oferta turística está relacionada com os serviços (32,2%), incluindo aqui a gestão e o trabalho como garçons de bares, restaurantes e pequenos comércios, assim como o traslado de turistas, entre outros. Outros homens (17,8%) declararam alugar casas e quartos aos turistas, se responsabilizando principalmente pelo seu recebimento e os trabalhos de manutenção. Deve-se notar que os quartos para turistas são aposentos da própria casa que os moradores alugam para hospedagem, favorecendo o convívio entre as famílias nativas e visitantes. Em outros casos, os moradores alugam suas casas inteiras, normalmente no Ano Novo e Carnaval, mudando-se durante esse período para casa de algum parente. Já outros homens entrevistados atuam como monitores (13,9%), realizando passeios e excursões com os turistas tanto a pé (trilhas ecológicas) quanto em embarcações náuticas (jangadas e catamarã) e *buggy*. Por fim, o artesanato (13,7%), principalmente de madeira e fibra de coco; a cozinha/alimentação (11,3%), especialmente na provisão de alimentos; e a gestão de pousada (11,1%), constituem as outras categorias de ocupação turística dos homens.

Apesar de a Prainha do Canto Verde ser uma comunidade pioneira no desenvolvimento do turismo comunitário no Brasil, com um projeto em andamento há mais de uma década, o tempo médio de anos que os entrevistados manifestaram levar trabalhando nesse projeto é de 6,6 para homens e de 5,8 no caso das mulheres.

Finalmente, e corroborando um dos princípios da proposta do TBC que se refere à complementaridade do turismo na dinâmica produtiva local, como atividade econômica complementar da comunidade, e não atividade principal, menos de 15% dos membros da comunidade envolvidos com o turismo, reconheceram essa atividade como a primeira fonte de renda familiar.

Caracterização da infraestrutura e serviços de lazer

Para concluir esta seção, antes de apresentar a estrutura geral da rede de colaboração na comunidade de estudo, é conveniente caracterizar brevemente e realizar algumas considerações sobre a infraestrutura e serviços de lazer oferecidos na Prainha do Canto Verde.

Após 16 anos de andamento do projeto de turismo comunitário, o cenário turístico da Prainha do Canto Verde tem mudado no decorrer do tempo e com ele a oferta de iniciativas e serviços de lazer oferecidos. Comparando o levantamento da infraestrutura turística realizado em 2003 por Mendonça (2004) com o efetuado em 2013 por Fabrino (2013), os dados apontam para uma redução do número de iniciativas turísticas na comunidade. No entendimento de Fabrino (2013) essa transformação reside não apenas nos conflitos estabelecidos em função da criação da RESEX, que enfraqueceram a coesão da comunidade, mas principalmente no superdimensionamento dos possíveis benefícios advindos do turismo, que não produziram o retorno esperado, provocando um freio progressivo nos investimentos.

Contudo, a realidade encontrada durante esta pesquisa de campo mostrou que mais do que uma queda no total de iniciativas turísticas oferecidas, tem havido transformação, com empreendimentos que se desvincularam do Conselho de Turismo – Associação de Moradores, o desaparecimento de alguns serviços e o surgimento de outros. Desta forma, atualmente na Prainha há empreendimentos que estão associados formalmente ao projeto de turismo comunitário, com prestadores de serviço cadastrados que atuam segundo o regime interno do Conselho, mas também outros empreendimentos que abandonaram essa forma de organização e estão tentando se estruturar em torno da Associação Independente. Igualmente, como exemplo de transformação na infraestrutura turística, se por um lado o número de barracas de praia para a venda de alimentos e bebida tem diminuído de forma clara, por outro, aumentaram substancialmente as casas e os quartos para aluguel. Além disso, conforme informação fornecida pela Associação de Moradores, o fluxo de turistas na Prainha desde o ano 1999 até 2011 têm crescido, com média de 679 turistas por ano, permanência média de 2,5 dias por pessoa e gasto médio estimado por dia e pessoa de R\$ 80.

Diante disso, é preciso refletir se essa transformação de infraestrutura turística pode ser reflexo de um ajuste imposto pelo mercado entre a oferta e a demanda turística (FABRINO, 2013), ou um reajuste da oferta, visando uma forma mais eficiente de garantir um retorno econômico às famílias. Isto é, convém questionar sobre a relação custo/benefício entre, por exemplo, manter e atender uma barraca na praia, exposta aos perigos do avanço

da linha de costa, ou dedicar os esforços a preparar a própria casa para alugar no Reveillón por R\$ 1500. Nesse sentido, as entrevistas realizadas e a observação direta no campo indicaram que cada vez mais famílias aproveitam o seguro de defeso da pesca da lagosta para fazer reformas nas casas, e assim aumentar as chances de alugar.

Atualmente na Prainha do Canto Verde existem pousadas domiciliares, em número de 5, geridas por famílias da comunidade: Sol e Mar, Refúgio da Paz, Pousada da Lú, Recanto da Maezinha e Recanto Verde. Há também opção de se hospedar em casas e quartos particulares para aluguel, em número aproximado de 15, de famílias de pescadores. Para serviço de alimentação são oferecidos 2 restaurantes que fazem parte das pousadas Sol e Mar e Recanto da Maezinha; 1 barraca: Pôr do Sol; e vários bares e lanchonetes.

Além disso, a Prainha possui 3 lojas de artesanato: Artesanato da Lú; um espaço disponibilizado na Pousada Sol e Mar; e a loja da Bodega, local de venda da Cooperativa Bodega, criada em 2004 em torno de uma Rede de Economia Popular Solidária. Quanto aos serviços de lazer ofertados, podem ser contratados serviços de guia, de passeio de *buggy*, jangada e catamarã, assim como de traslado em moto, van ou carro. Por fim, existe a possibilidade de contratar o serviço de merendeiras e cozinheiras para um grupo e/ou evento.

Ao que parece, e sem pretender aqui avaliar a evolução da infraestrutura e serviços turísticos oferecidos na Prainha, desde o início do projeto até a atualidade houve uma diminuição na prestação de serviços cooperados. Esse fato tem provocado mudanças na organização do serviço receptivo e, conseqüentemente, no modelo de desenvolvimento turístico, uma vez que os interesses dos membros da comunidade não são homogêneos. No entanto, esse cenário, longe de ser uma desvantagem, abre espaço para refletir sobre as relações sociais presentes no interior da comunidade da Prainha do Canto Verde, tal e como propõe este trabalho.

3.4.2 Estrutura da rede social de colaboração no turismo: caracterização e propriedades

A rede de colaboração do TBC na Prainha do Canto Verde conta com 124 nós, que representam o total de indivíduos entrevistados que trabalham com o turismo na comunidade. A Figura 15 mostra a rede completa de colaboração interpessoal do TBC na comunidade. O gráfico da rede foi construído de maneira a apresentar apenas os atores envolvidos e o estabelecimento das relações dirigidas entre eles, sem resaltar as características atributivas dos membros da comunidade.

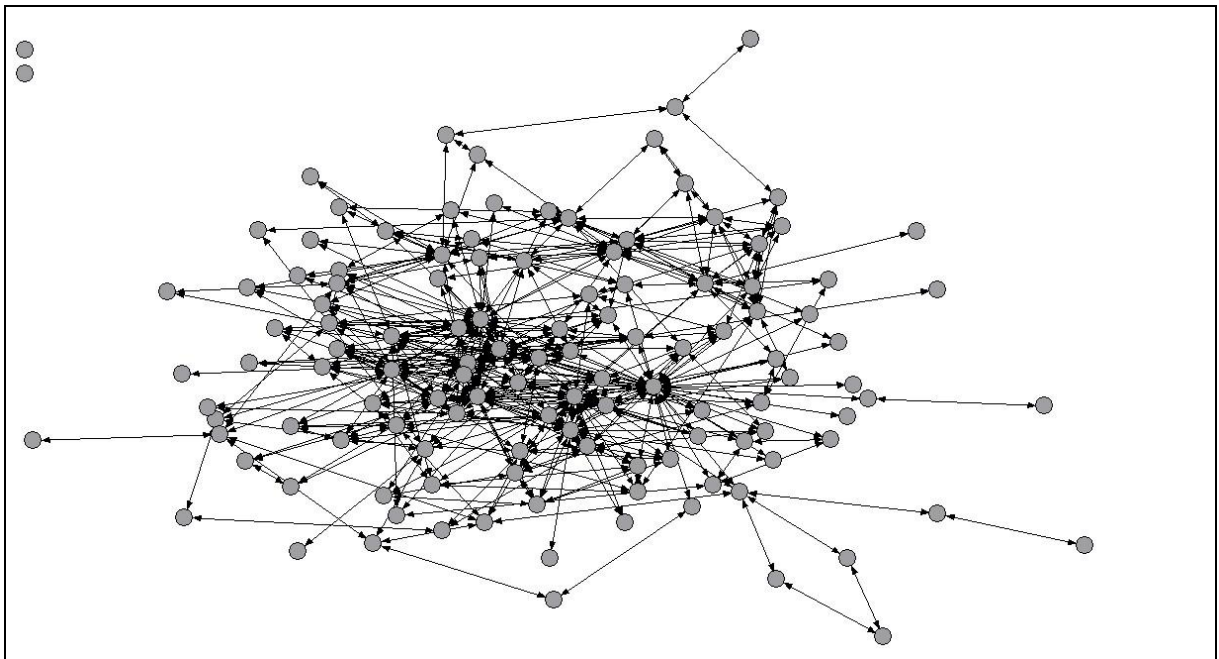


Figura 15 – Rede de colaboração do turismo de base comunitária da Prainha do Canto Verde.

A rede foi estabelecida a partir dos indivíduos que reconheceram estar envolvidos com o turismo na comunidade e suas interconexões. O sociograma mostra que apenas 2 atores do total da rede apresentam-se como nós isolados. Isso porque, embora esses atores se autorreconheceram como partes interessadas no TBC, não indicaram parceiro de colaboração algum, nem foram indicados por outros.

Contabilizando o número de relações de colaboração existentes entre todos os membros da rede é possível obter um indicador básico da conectividade. O número conexões da rede totaliza 842, sendo que 258 são relações recíprocas e 584 não recíprocas. Isto é, cerca de 30% de todas as relações estabelecidas entre cada par de nós, são bidirecionais. Além disso, o número médio de conexões estabelecidas pelos membros da rede é 6,79.

Igualmente, a proporção de ligações existentes na rede em relação ao número total de relações possíveis oferece a medida de densidade, totalizando 0,0552. Isso significa que na rede de estudo estão presentes apenas 5,52% do total de laços possíveis. Nesse sentido, a medida que os vínculos de uma rede aumentam, a rede ganha em densidade, até o nível mais alto onde as redes estão completamente saturadas (100% de laços possíveis).

A distância média entre os indivíduos da rede de colaboração, que interliga as 124 pessoas, é 2,9, o que significa que, em média, um recurso (informação, experiência, dentre outros) pode circular entre qualquer par de membros da rede com somente dois atores

intermediários. Este resultado indica também o potencial para uma eficiente colaboração entre os membros da rede.

Outro indicador que ajuda a caracterizar inicialmente as redes sociais é o grau de centralidade dos indivíduos. Entre as diferentes abordagens que se podem utilizar para medir a centralidade, aqui foi escolhida a centralidade de proximidade ou afastamento (*farness*). A medida indica o grau em que um indivíduo está perto de todos os demais membros de uma rede e mediante seu uso é possível identificar aos atores mais centrais, que serão aqueles com menor soma de distâncias ao resto dos nós da rede. O afastamento foi calculado baseando-se na matriz de dados simetrizada pelos máximos, considerando que na rede existe uma relação de colaboração desde que uma das duas pessoas cita a outra. A Tabela 3 traz os números da soma de distâncias ao resto dos nós da rede dos atores mais centrais e a média de afastamento da comunidade estudada.

Tabela 3 – Resultados do afastamento na rede de colaboração de estudo para os atores mais centrais.

ID	Sexo	Ocupação no TBC	Soma de distancias (<i>Farness</i>)
P12702	F	Gerente de pousada	459
P01303	M	Monitor	483
P12701	M	Gerente de pousada	490
P09904	F	Artesanato	492
P18601	M	Monitor	498
<i>Média de afastamento de todos os nós</i>			<i>574,16</i>

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa do autor

Quanto menor afastamento de um indivíduo, maior capacidade terá de alcançar aos outros e ser mais acessível por outros. Na rede de colaboração de estudo uma mulher que atua como gerente de pousada tem a maior centralidade de proximidade.

Complementando a informação de centralidade fornecida pelo afastamento, e uma vez que a rede de estudo é dirigida, ou seja, os laços têm direção ou sentido, é possível quantificar o número de ligações diretas associadas aos membros da rede (centralidade de grau) e apresentá-lo em termos das conexões que um nó recebe (*indegree*) e/ou das conexões que determinado nó realiza (*outdegree*). A Tabela 4 mostra os atores com maior grau de entrada de citações, ordenados de maior a menor, e que se apresentam como nós altamente conectados (*hubs*) na rede de estudo.

Tabela 4 – *Hubs* na rede de colaboração do TBC na Prainha do Canto Verde.

ID	Sexo	Ocupação no TBC	Número de indicações (<i>InDegree</i>)
P12702	F	Gerente de pousada	34
P01303	M	Monitor(a)	28
P12701	M	Gerente de pousada	26
P18601	M	Monitor(a)	22
P03305	M	Monitor(a)	21
P09904	F	Artesanato	17
P01401	M	Serviços	16
<i>Média de indicações na rede</i>			4,43
<i>Desvio padrão (Std Dev)</i>			4,42

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa do autor

O número de citações recebidas pelos membros da rede mais indicados supera claramente a média de indicações na rede. Contudo, o desvio padrão é muito semelhante da média, apontando que existe alta dispersão das relações. Os indivíduos com menor afastamento na rede são também os atores que foram mais citados por outros como parceiros de colaboração e, portanto, aqueles membros da comunidade que ocupam posições mais centrais na rede de colaboração. Novamente, a mesma mulher envolvida no TBC mediante a atividade de gerência de pousada destaca por ser o membro da comunidade que mais relações concentra.

A análise de redes sociais é uma ferramenta que também permite avaliar outra propriedade importante da rede, relacionada à dispersão das relações, e que pode ser apresentada como a frequência de distribuição das relações de colaboração (Gráfico 1). Mediante o cômputo de todas as conexões que os membros da Prainha do Canto Verde estabelecem é possível representar a distribuição do número de relações de colaboração e avaliar sua distribuição em torno da média de conexões. O número médio de conexões estabelecidas na rede social de estudo (6,79) indica o nível médio de participação no processo de colaboração.

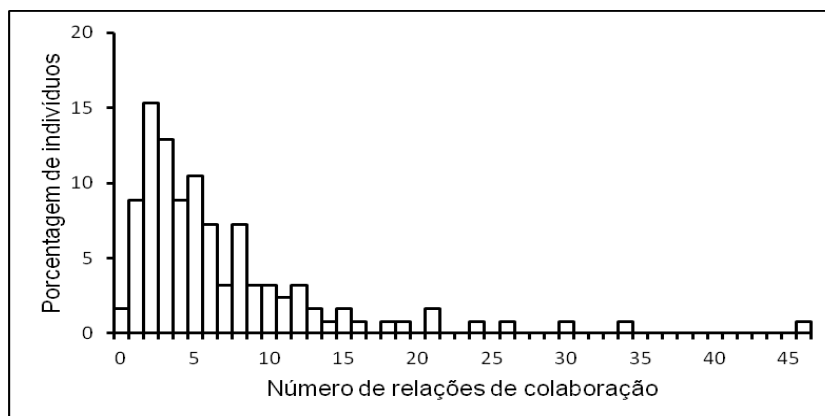


Gráfico 1 – Frequência de distribuição do número de relações de colaboração na comunidade da Prainha do Canto Verde.

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa do autor

A rede de colaboração da Prainha do Canto Verde, aplicada à matriz simetrizada pelos máximos, exhibe distribuição heterogênea do número de relações de colaboração no TBC, o que revela que a maioria dos indivíduos têm um pequeno número de relações (58% dos indivíduos têm de 0 a 5 relações de colaboração), enquanto alguns poucos indivíduos têm muitas relações de colaboração, podendo ser considerados lideranças ou atores centrais na comunidade. Desta forma, esta distribuição das relações na rede de estudo indica que a maioria de membros da rede não tem um número de conexões próximos do valor médio, fortalecendo a ideia de que se trata de uma rede com alta dispersão das relações.

As entrevistas com os membros da comunidade envolvidos no TBC permitiram identificar não apenas as relações e os parceiros de colaboração de cada membro, mas também o tipo de relação que cada um mantém com os interlocutores indicados. Isso possibilita caracterizar a natureza das relações de colaboração que acontecem na rede de estudo. Nesse sentido, das 842 relações de colaboração existentes na rede, 526 foram definidas como vínculos de amizade, 307 como parentesco e 9 como relações estabelecidas com conhecidos/as. O gráfico 2, a seguir, mostra a distribuição da natureza da colaboração indicada pelos membros da comunidade nas entrevistas pessoais. O eixo horizontal indica a natureza das relações e o eixo vertical a porcentagem de relações.

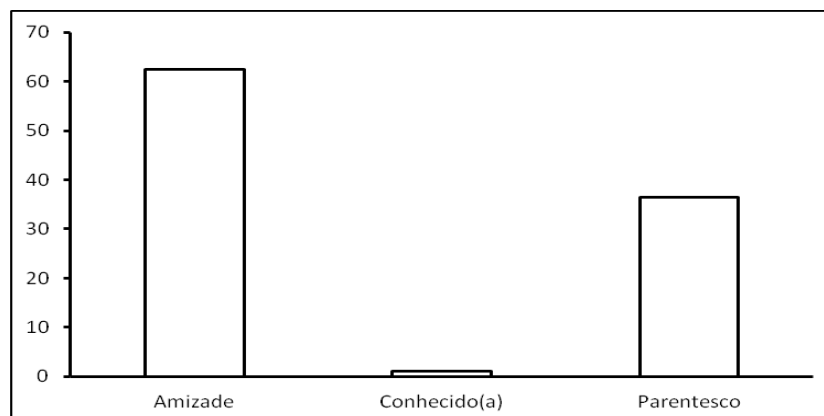


Gráfico 2 – Distribuição da natureza das relações de colaboração.
 Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa do autor

Pode ser percebida a heterogeneidade entre a distribuição da natureza das relações de colaboração, com a maioria das relações sendo identificadas como amizade (62,47%) e parentesco (36,47%). O gráfico 2 também revela que na rede de colaboração existe um número pouco expressivo de relações entre pessoas conhecidas (1,02%).

Por fim, e antes de apresentar os resultados da análise da equidade de participação da rede da Prainha do Canto Verde, o Quadro 5 resume os resultados dos valores das medidas que foram escolhidas para a caracterização inicial da estrutura da rede social do estudo de caso.

Medidas	Valor das medidas
Tamanho da rede	124
Conectividade	842
Número médio de conexão	6,79
Densidade das relações	5,52%
Distância media	2,9
Centralidade (média de afastamento)	574,16
Média de indicações (<i>InDegree</i>)	4,43

Quadro 5 – Resultados obtidos para a caracterização geral da rede de colaboração.

3.4.3 Análise da equidade de participação da rede social

Ao concluir o Capítulo 2 (Quadro 3), foram apresentadas brevemente diversas medidas das redes que podem ajudar a avaliar a equidade de participação nas redes sociais envolvidas no TBC. Dentre elas, o número médio de relações de colaboração internas aos grupos (*bonding*) e entre grupos (*bridging*) é a medida escolhida para analisar a equidade de participação no turismo comunitário neste estudo de caso.

A seguir, após ter apresentado a estrutura geral da rede de colaboração de estudo, mostram-se os resultados das análises das relações de colaboração no TBC dentro e entre os subgrupos da comunidade segundo as variáveis escolhidas, descritas e justificadas na seção de metodologia (item 3.3.2): sexo, idade, origem, escolaridade, envolvimento em associações locais, atividade ocupacional principal, ocupação relacionada com o turismo e tempo trabalhado com o turismo.

As primeiras figuras para cada variável (Figuras 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28 e 30) mostram a representação da rede de colaboração no turismo na comunidade de estudo de acordo com as variáveis de análise. Os círculos representam os indivíduos da comunidade e as categorias dentro de cada variável foram diferenciadas mediante a atribuição de distintas cores. As tabelas 5 a 12 trazem os resultados da distribuição das relações de colaboração dentro e entre subgrupos segundo as variáveis demográficas e socioculturais que podem condicionar as relações de colaboração. Para cada categoria apresenta-se o número médio de relações de colaboração (NMRC) calculado para os subgrupos, internamente e entre eles. Para cada tabela associa-se uma figura (Figuras 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29 e 31) que representa a distribuição das relações de colaboração interpessoais no TBC descritas nas tabelas. Nessas figuras, os subgrupos formados para as distintas categorias dentro de cada variável são representados por círculos cujo número indica o N de cada subgrupo e cuja área é proporcional ao número de indivíduos indicados nos respectivos subgrupos. O NMRC dentro de cada subgrupo é indicado mediante uma seta reflexiva, enquanto que o NMRC entre subgrupos é indicado por uma seta dirigida. A largura das setas representa o número médio de relações entre cada subgrupo. Igualmente, a largura das setas foi elaborada a partir do número médio de relações e, adicionalmente, seu tamanho foi ajustado tomando como base a variação entre a mais fina e a mais larga, padronizando as dimensões para cada variável. Assim, os gráficos podem ser lidos comparando-se cada variável.

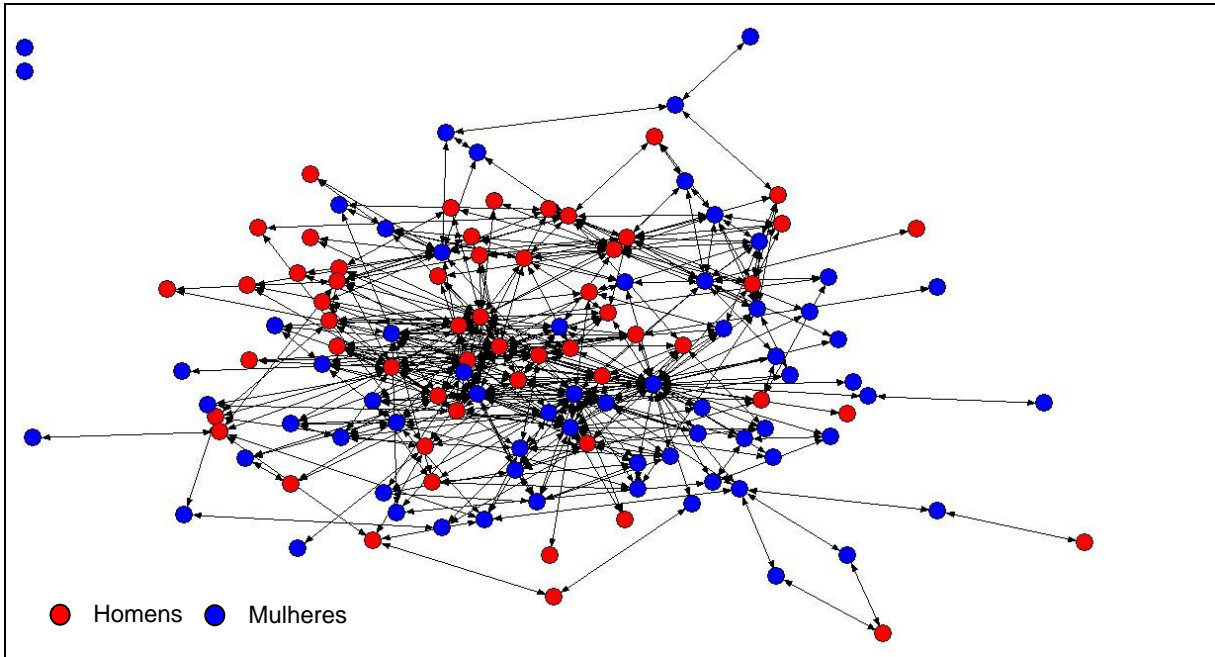


Figura 16 - Apresentação gráfica do padrão de relações de colaboração no turismo na Prainha do Canto Verde (n = 124) por sexo.

Fonte: Elaborado a partir de dados relacionais coletados

Tabela 5 – Número médio de relações de colaboração dentro e entre grupos de acordo ao sexo.

	Homens	Mulheres	N Total	Nº Médio Relações	p
Homens	4,50	2,96	68	7,46	0,33
Mulheres	2,44	3,79	56	6,23	

Fonte: pesquisa do autor

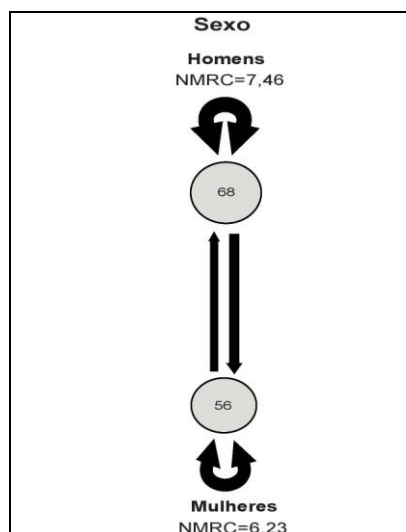


Figura 17 – Padrão de distribuição das relações de colaboração no turismo na comunidade de estudo entre subgrupos classificados pelo sexo.

Fonte: Elaborado a partir de dados relacionais coletados

Nos grupos formados segundo o sexo, o envolvimento na colaboração interpessoal no turismo de base comunitária é intenso tanto dentro do grupo dos homens quanto no das mulheres. Ainda assim, os homens têm maior número médio de relações de colaboração que as mulheres. Ou seja, em geral, os homens da comunidade estabelecem mais parcerias para a colaboração no TBC do que as mulheres.

O número médio de relações indica ademais que tanto homens quanto mulheres estão mais envolvidos em relações de colaboração com pessoas do mesmo sexo. Também se observa que a colaboração ocorre de maneira quase equivalente no sentido dos homens para as mulheres e vice-versa.

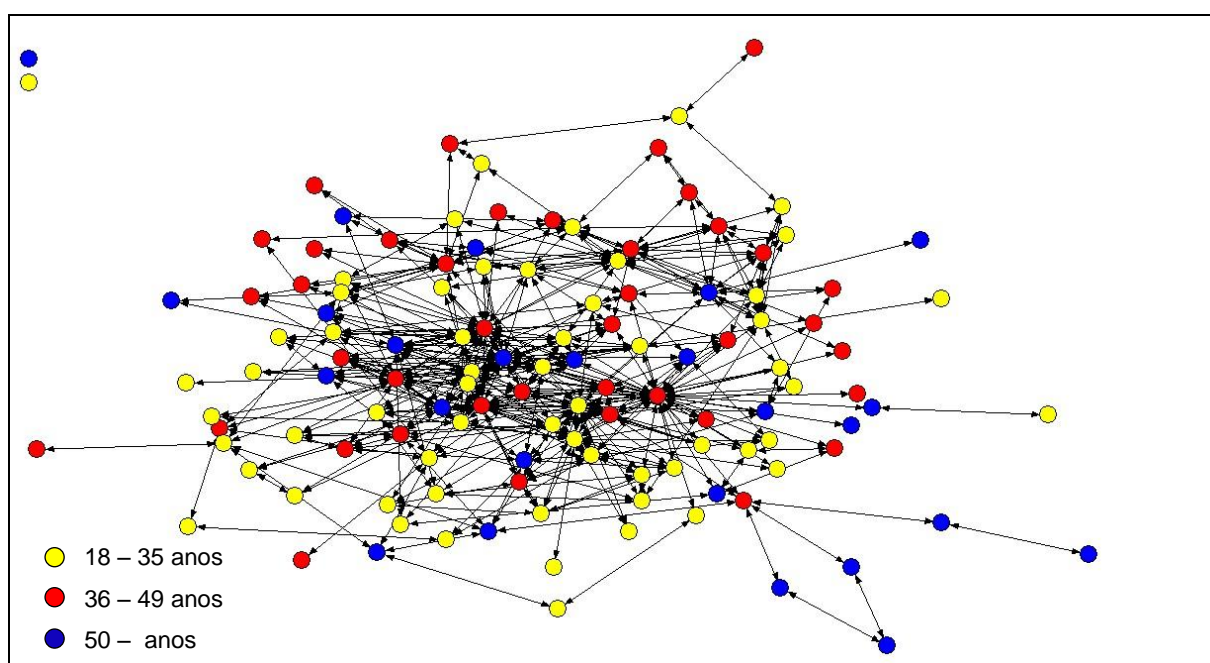


Figura 18 - Apresentação gráfica do padrão de relações de colaboração no turismo na Prainha do Canto Verde (n = 124) por idade.

Fonte: Elaborado a partir de dados relacionais coletados

Tabela 6 – Número médio de relações de colaboração dentro e entre grupos de acordo com a idade.

	18-35	36-49	50-	N Total	Nº Médio Relações	p
18-35	3,25	2,14	1,03	59	6,42	0,53
36-49	3,14	3,15	1,50	40	7,80	
50-	2,44	2,40	1,20	25	6,04	

Fonte: pesquisa do autor

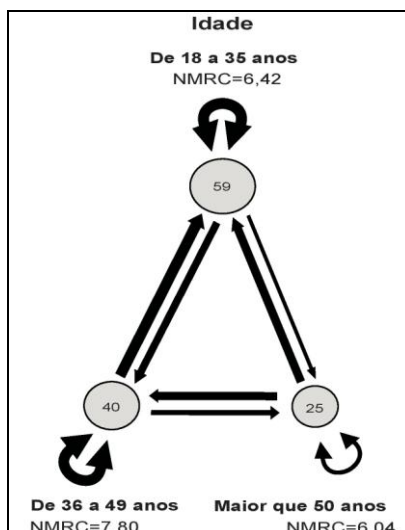


Figura 19 – Padrão de distribuição das relações de colaboração no turismo na comunidade de estudo entre subgrupos classificados pela idade.
 Fonte: Elaborado a partir de dados relacionais coletados

A faixa etária dos membros da comunidade que participaram no estudo é de 18 a 72 anos. O grupo de idade intermediária (entre 36 e 49 anos) é o mais envolvido na colaboração no TBC. Ainda, as pessoas mais jovens da comunidade formam o grupo que têm colaboração mais intensa entre os membros da mesma faixa etária. Ao contrário, o grupo etário mais velho é o que estabelece menor número de relações de colaboração entre si e também o grupo que recebe menos relações de colaboração desde os outros dois grupos. Mesmo assim, em geral, não existem grandes discrepâncias na colaboração entre os subgrupos formados a partir das faixas etárias definidas e todos os subgrupos estão conectados, com relações de colaboração intra e intergeracional.

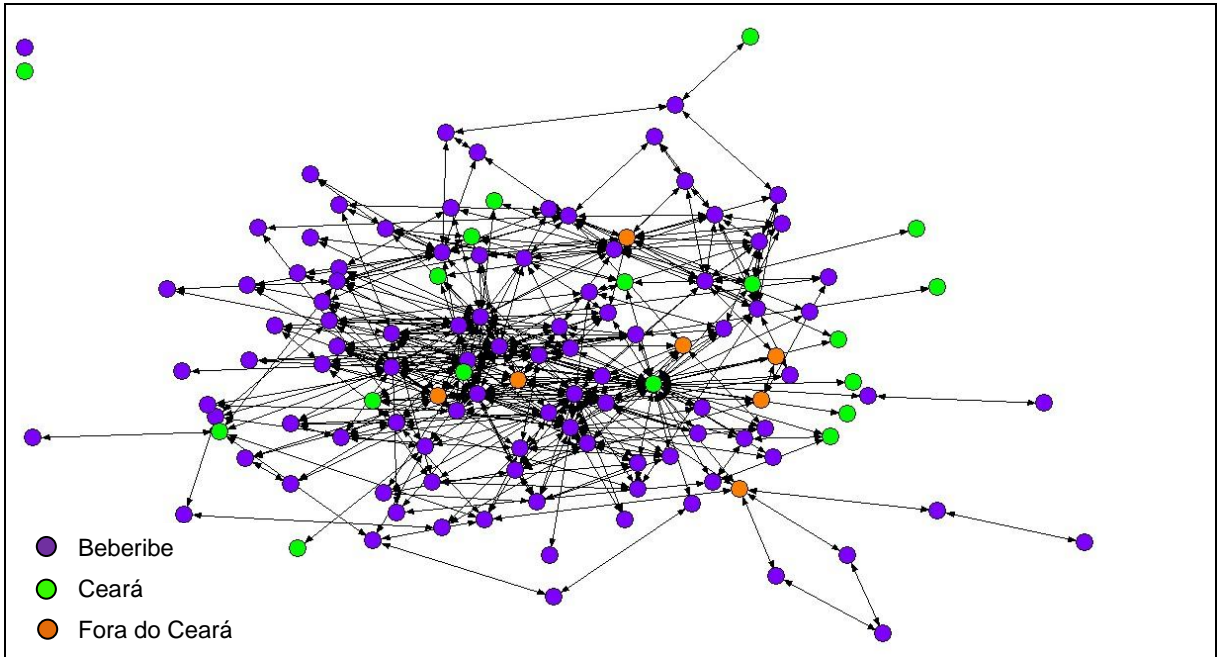


Figura 20 - Apresentação gráfica do padrão de relações de colaboração no turismo na Prainha do Canto Verde (n = 124) pela origem.

Fonte: Elaborado a partir de dados relacionais coletados

Tabela 7 – Número médio de relações de colaboração dentro e entre grupos de acordo com a origem.

	Beberibe	Ceará	Fora do Ceará	N Total	Nº Médio Relações	p
Beberibe	5,52	0,79	0,53	99	6,83	0,61
Ceará	4,33	1,00	0,44	18	5,78	
Fora do Ceará	7,43	1,14	0,29	7	8,86	

Fonte: pesquisa do autor

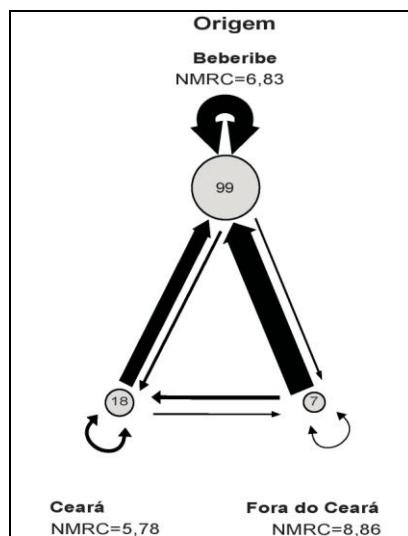


Figura 21 – Padrão de distribuição das relações de colaboração no turismo na comunidade de estudo entre subgrupos classificados pela origem.

Fonte: Elaborado a partir de dados relacionais coletados

A comunidade tem forte componente nativo com a maior parte da população (79,8%) nascida na própria Prainha do Canto Verde ou em outras vilas da redondeza pertencentes ao município de Beberibe. A distribuição das relações de colaboração entre subgrupos, segundo a origem do entrevistado, indica que os habitantes originários de Beberibe colaboram mais com parceiros nativos do que com aqueles nascidos em outros municípios do Ceará e com o grupo que integra aos entrevistados nascidos fora do Ceará. Os habitantes envolvidos no TBC que nasceram fora do Ceará (em outro estado brasileiro e/ou no estrangeiro) são escassos (5,8%) e estabelecem poucas parcerias entre eles. Contudo, apesar de representar uma porcentagem mínima do total, esse subgrupo de entrevistados é o que tem maior número médio de parceiros de colaboração dentre as três categorias, sendo que a maioria das relações acontecem com os beberibenses. Aliás, os habitantes originários do município de Beberibe são o grupo que mais indicações de colaboração recebem dos outros dois grupos.

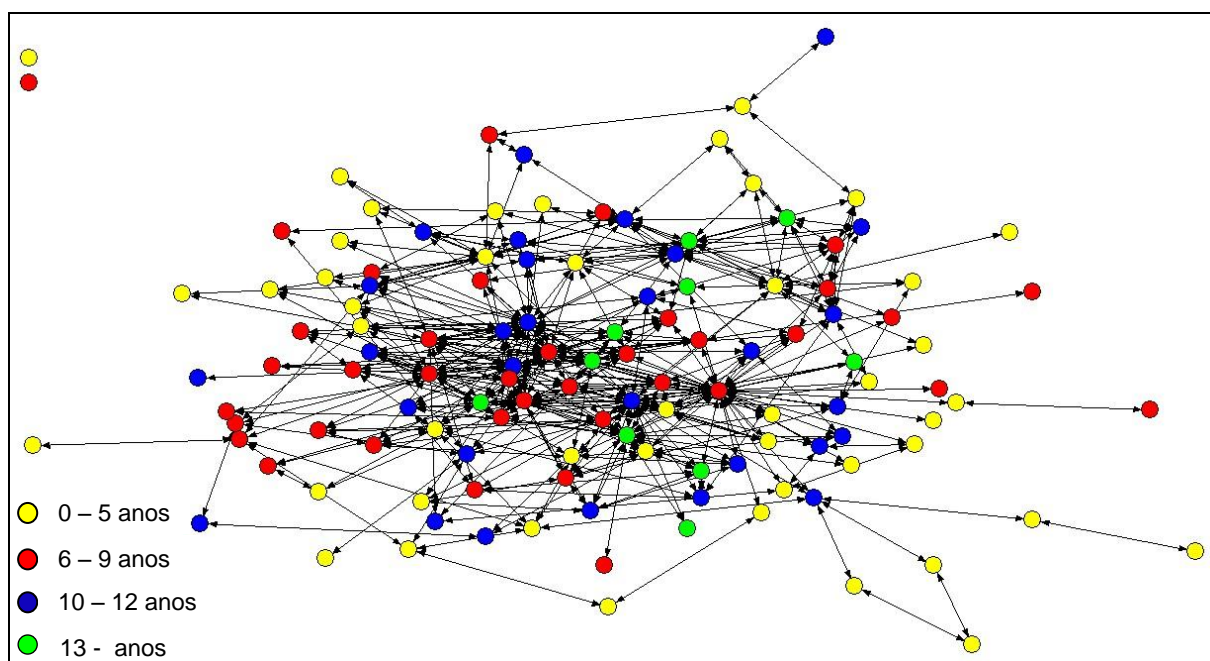


Figura 22 - Apresentação gráfica do padrão de relações de colaboração no turismo na Prainha do Canto Verde (n = 124) por escolaridade.

Fonte: Elaborado a partir de dados relacionais coletados

Tabela 8 – Número médio de relações de colaboração dentro e entre grupos de acordo com a escolaridade.

	0-5	6-9	10-12	13-	N Total	Nº Médio Relações	p
0-5	1,00	1,39	1,24	0,37	46	4,00	
6-9	1,68	3,53	2,00	1,11	38	8,32	0,005
10-12	1,90	2,53	2,40	1,17	30	8,00	
13-	1,70	4,20	3,50	0,80	10	10,2	

Fonte: pesquisa do autor

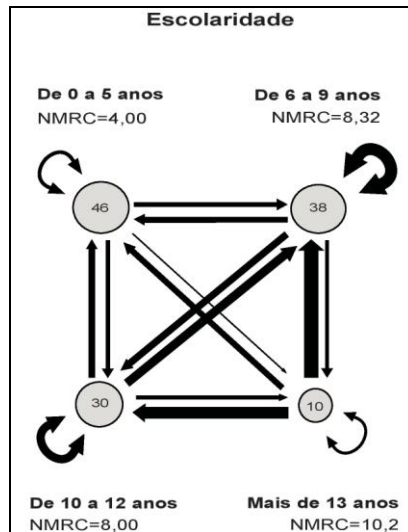


Figura 23 – Padrão de distribuição das relações de colaboração no turismo na comunidade de estudo entre subgrupos classificados pela escolaridade.
 Fonte: Elaborado a partir de dados relacionais coletados

A análise dos padrões de distribuição de relações de colaboração entre os diferentes subgrupos em função da escolaridade revela que esse padrão é marcadamente diferente entre as categorias de análise, apresentando valores de associação significativos (ANOVA, $p < 0,01$). Em média, os indivíduos com maior nível de educação formal colaboram com 10,2 vizinhos na gestão do TBC. Em contraste, os membros da comunidade com menor escolarização têm uma média de apenas 4 parceiros de colaboração. Entretanto, a maior parte das relações de colaboração que envolvem as pessoas com o nível mais alto de educação não acontece com os membros do seu próprio grupo, senão com os grupos imediatamente contíguos. Entre os dois subgrupos com membros de grau de escolarização intermédio (de 6 a 9 e de 10 a 12 anos) as relações de colaboração são muito mais uniformemente distribuídas. Vale dizer que os padrões relacionais revelam colaboração muito fraca entre o subgrupo que tem menor escolarização e aquele que tem a maior. De qualquer maneira, parece que existe uma tendência crescente das relações de colaboração vinculada à escolaridade, uma vez que o número médio de relações aumenta à medida que também se incrementam os anos de educação formal.

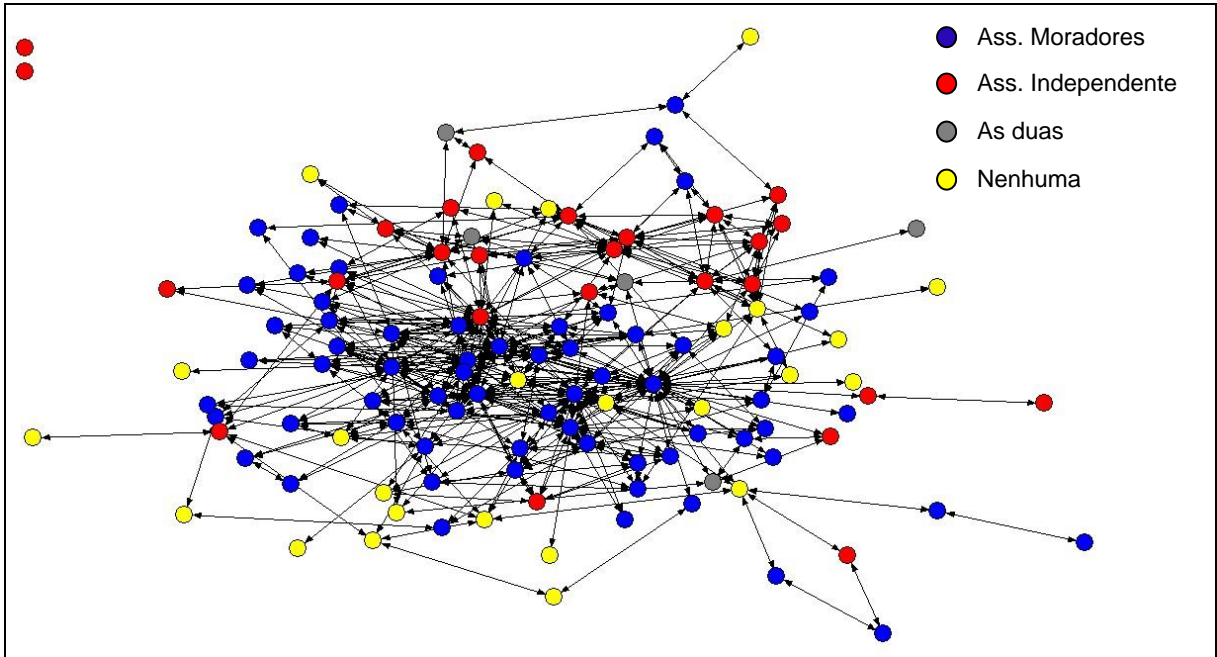


Figura 24 - Apresentação gráfica do padrão de relações de colaboração no turismo na Prainha do Canto Verde (n = 124) por envolvimento em associações locais.
 Fonte: Elaborado a partir de dados relacionais coletados

Tabela 9 – Número médio de relações de colaboração dentro e entre grupos de acordo com o envolvimento em associações locais.

	Ass. Moradores	Ass. Independente	As duas	Nenhuma	N Total	Nº Médio Relações	p
Ass. Moradores	5,94	0,97	0,07	0,83	68	7,81	0,066
Ass. Independente	2,53	3,61	0,38	0,96	26	7,48	
As duas	1,00	2,00	0,40	0,20	5	3,60	
Nenhuma	2,28	1,00	0,04	0,56	25	3,88	

Fonte: pesquisa do autor

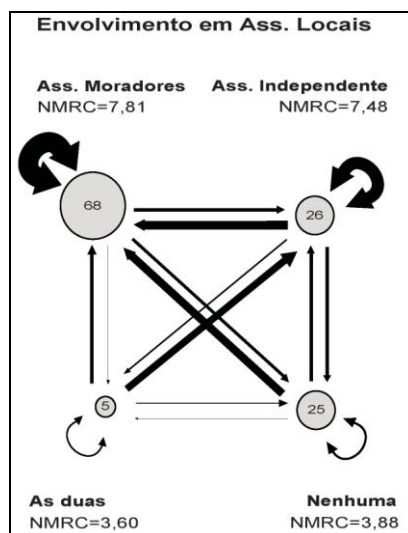


Figura 25 – Padrão de distribuição das relações de colaboração no turismo na comunidade de estudo entre subgrupos classificados pelo envolvimento em associações locais.
 Fonte: Elaborado a partir de dados relacionais coletados

Na comunidade existem duas associações locais de moradores. A maioria dos moradores entrevistados (54,8%) manifestou estar envolvida na Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde. Já 20,9% dos membros da comunidade entrevistados informaram que participam na Associação Independente de Moradores da Prainha do Canto Verde. Apenas 4,2% participam nas duas associações, enquanto que 20,1% declararam não estar envolvidos com nenhuma. Os resultados apresentados na Figura 25 mostram que a colaboração no turismo entre os membros da comunidade está associada com sua filiação às associações locais. As pessoas que estão envolvidas em qualquer das duas associações locais têm, em média, número maior de parceiros de colaboração do que aquelas que não participam em nenhuma ou o fazem nas duas ao mesmo tempo. Além disso, a espessura das setas reflexivas para ambos os grupos das associações indica que as relações de colaboração acontecem mais frequentemente dentro de seu próprio grupo do que com pessoas sem filiação ou com filiação dupla. Também se observa que a colaboração no turismo não ocorre de maneira equivalente no sentido do grupo da Associação de Moradores para o grupo da Associação Independente e vice-versa. Assim, as pessoas envolvidas com a Associação Independente mantêm mais vínculos colaborativos com a outra associação local do que à inversa. Mas, independentemente disso, existem menos colaborações entre os membros de cada uma das duas associações do que entre os membros da mesma.

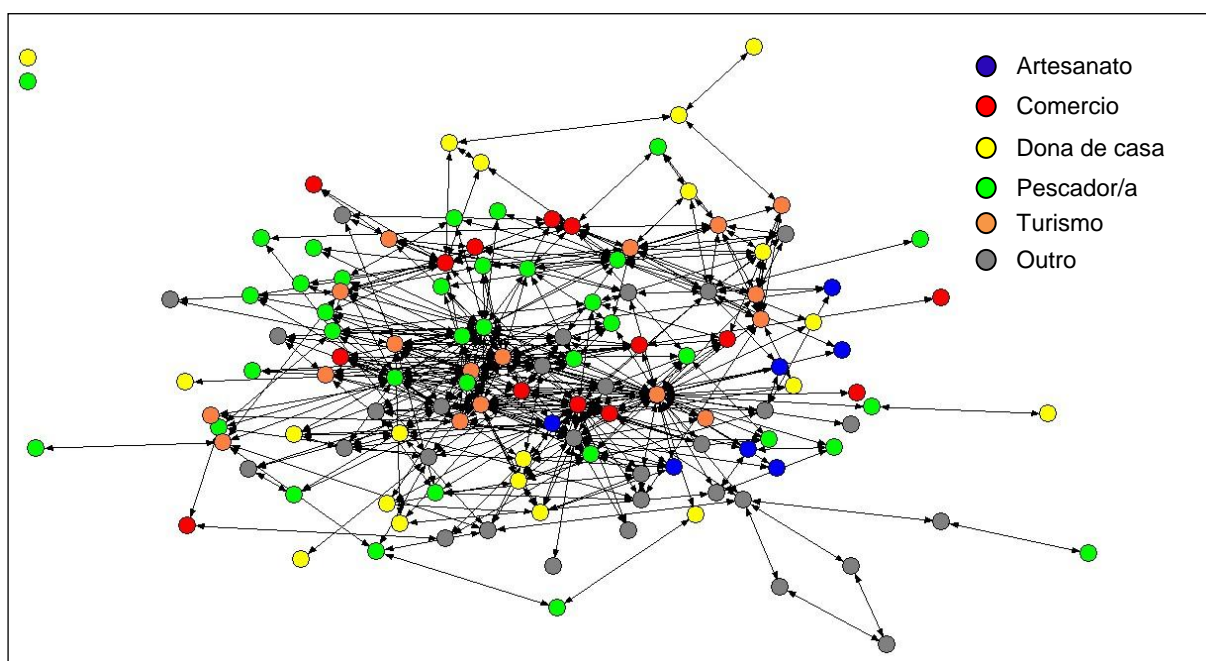


Figura 26 - Apresentação gráfica do padrão de relações de colaboração no turismo na Prainha do Canto Verde ($n = 124$) por ocupação principal.

Fonte: Elaborado a partir de dados relacionais coletados

Tabela 10 – Número médio de relações de colaboração dentro e entre grupos de acordo com a ocupação principal.

	Artesanato	Comercio	Dona de casa	Pescador/a	Turismo	Outro	N Total	Nº Médio Relações	p
Artesanato	0,00	0,42	0,85	0,42	1,42	1,71	7	4,82	0,0006
Comércio	0,21	1,14	0,64	1,85	2,35	1,85	14	8,04	
Dona de casa	0,30	0,45	0,70	0,70	0,95	0,80	20	3,90	
Pescador/a	0,08	0,72	0,38	2,16	1,61	0,97	36	5,92	
Turismo	0,58	1,94	1,11	3,41	3,29	3,00	17	13,3	
Outro	0,40	0,86	0,53	1,16	1,70	1,20	30	5,85	

Fonte: pesquisa do autor

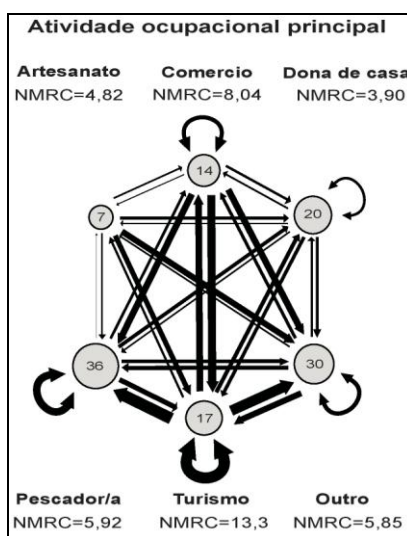


Figura 27 – Padrão de distribuição das relações de colaboração no turismo na comunidade de estudo entre subgrupos classificados pela atividade ocupacional principal.

Fonte: Elaborado a partir de dados relacionais coletados

A colaboração no TBC se espalha dentro e entre todos os subgrupos de análise de acordo com a atividade ocupacional principal, mas não uniformemente. Todos os subgrupos em função da atividade principal estão conectados, mas a análise revela que o padrão de colaboração é marcadamente diferente entre eles (ANOVA, $p < 0,001$). Quem tem como ocupação principal o turismo, em geral, colabora intensamente na gestão da atividade turística com membros do mesmo grupo, mas também com pessoas de atividades ocupacionais diversificadas. Contudo, os resultados sugerem que outros grupos ocupacionais também apresentam envolvimento ativo na colaboração turística. Nesse sentido, destaca o envolvimento dos grupos “comercio” e “pescador/a”. Vale resaltar que o grupo de artesanato é o único que não apresenta padrão de colaboração interna. Esse grupo, majoritariamente integrado por mulheres, junto ao de dona de casa, forma o conjunto de pessoas envolvidas no turismo com relações de colaboração menos intensas, isto é, com menor número médio de parceiros dentro e entre subgrupos.

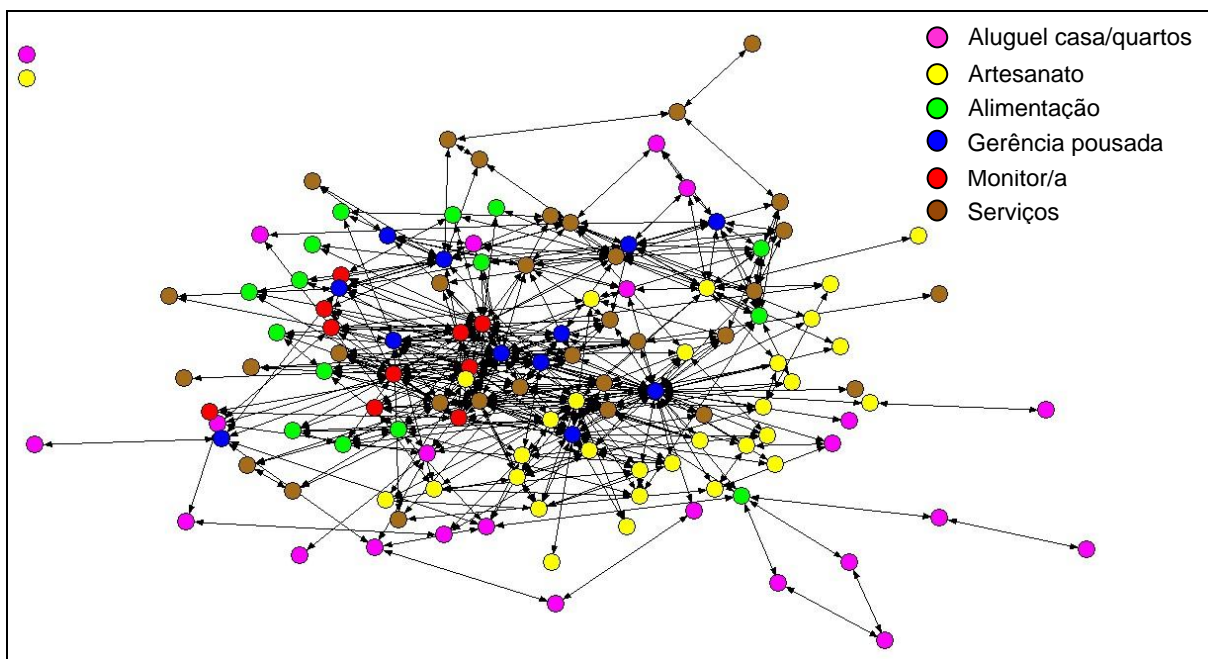


Figura 28 - Apresentação gráfica do padrão de relações de colaboração no turismo na Praia do Canto Verde ($n = 124$) por ocupação desenvolvida no turismo.
 Fonte: Elaborado a partir de dados relacionais coletados

Tabela 11 – Número médio de relações de colaboração dentro e entre grupos de acordo com a ocupação desenvolvida no turismo.

	Aluguel	Artesanato	Alimentação	Gêrencia pousada	Monitor/a	Serviços	N Total	Nº Médio Relações	p
Aluguel	1,17	0,38	0,21	0,71	0,08	0,21	24	2,75	0,0001
Artesanato	0,29	3,03	0,35	1,48	0,29	0,39	31	5,84	
Alimentação	0,33	0,73	0,80	1,33	0,93	0,80	15	4,93	
Gerência pousada	1,21	3,29	1,43	3,29	2,21	5,00	14	16,43	
Monitor/a	0,20	0,90	1,40	3,10	4,40	2,10	10	12,10	
Serviços	0,17	0,40	0,40	2,33	0,70	1,67	30	5,67	

Fonte: pesquisa do autor

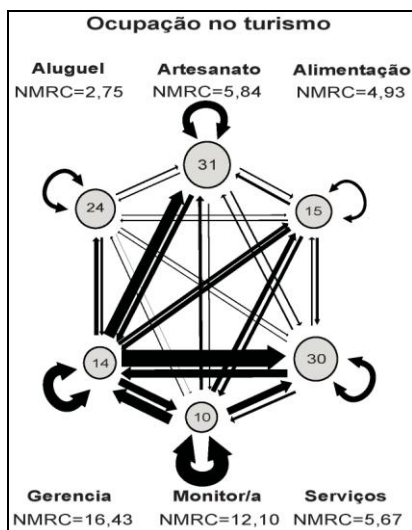


Figura 29 – Padrão de distribuição das relações de colaboração no turismo na comunidade de estudo entre subgrupos classificados pela ocupação relacionada com o turismo.
 Fonte: Elaborado a partir de dados relacionais coletados

Além da atividade ocupacional principal, todos os membros entrevistados, enquanto partes interessadas no TBC, desenvolvem alguma atividade relacionada com o turismo na comunidade. Os resultados para esta variável mostram que a intensidade de envolvimento nas relações de colaboração, assim como a estrutura do padrão de distribuição da colaboração, difere marcadamente entre os grupos com distintas ocupações ligadas ao turismo (ANOVA, $p < 0,001$). Uma primeira olhada aos dados e figuras correspondentes a essa categoria sugere dois níveis de análise. O primeiro, do grupo formado pelas pessoas com responsabilidade na gestão das pousadas e que se apresenta como grupo central, com maior número médio de parceiros de colaboração e que colabora mais intensamente com todos os demais grupos formados a partir das ocupações turísticas. O segundo nível de análise corresponde à colaboração existente entre os membros dentro de cada um dos grupos. Em geral, todos os membros de cada grupo colaboram intensamente com pessoas pertencentes ao mesmo grupo, embora, no caso da gerência, a colaboração externa com alguns grupos (serviços e artesanato) é maior ou igual que a interna. Tal qual indica a espessura das setas reflexivas, o grupo de monitores/as é o que tem mais relações internas. Monitor/a também constitui um grupo com elevado número médio de relações de colaboração, sendo o segundo grupo melhor conectado, atrás do grupo da gerência, seguido distantemente pelos grupos de artesanato e serviços. Do lado oposto, mesmo sendo um grupo numeroso e que está experimentando um evidente crescimento na comunidade, as pessoas que manifestaram oferecer casas ou quartos de aluguel para hospedagem têm um padrão fraco de relações na rede de colaboração. Entretanto, de modo geral, o padrão relacional encontrado para as ocupações ligadas ao turismo sugere que,

embora existam diferenças na intensidade e no fluxo da colaboração entre e dentro dos grupos analisados, todos colaboram com todos.

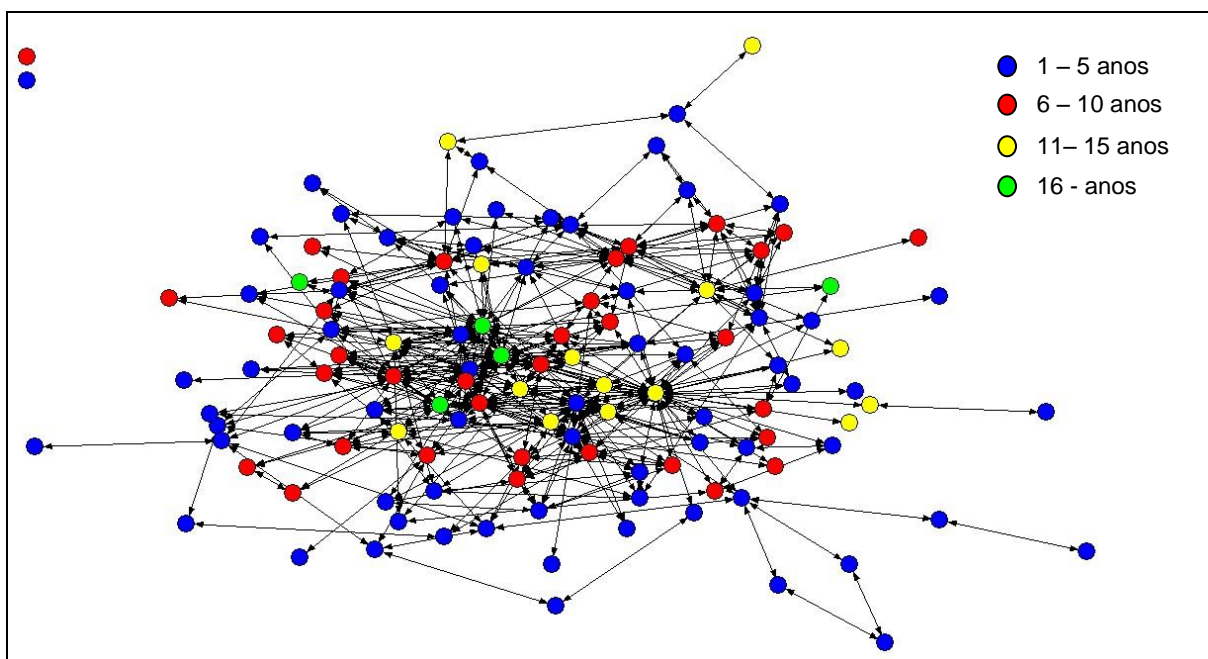


Figura 30 - Apresentação gráfica do padrão de relações de colaboração no turismo na Prainha do Canto Verde ($n = 124$) por tempo de envolvimento no turismo.

Fonte: Elaborado a partir de dados relacionais coletados

Tabela 12 – Número médio de relações de colaboração dentro e entre grupos de acordo com o tempo de envolvimento no turismo.

	1-5	6-10	11-15	16-	N Total	Nº Médio Relações	p
1-5	2,40	1,43	0,76	0,33	69	4,92	
6-10	2,82	2,51	1,37	0,94	35	7,64	0,0001
11-15	3,53	3,20	2,00	1,26	15	9,99	
16-	4,60	6,60	3,80	1,60	5	16,6	

Fonte: pesquisa do autor

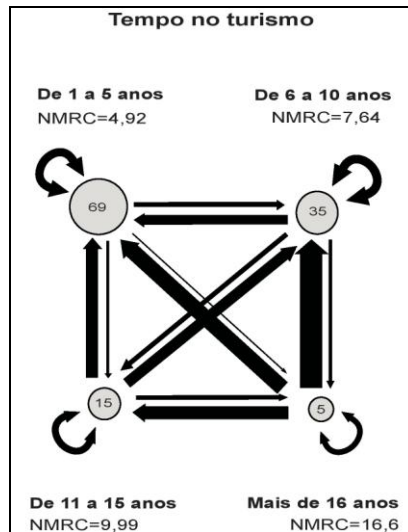


Figura 31 – Padrão de distribuição das relações de colaboração no turismo na comunidade de estudo entre subgrupos classificados pelo tempo no turismo.

Fonte: Elaborado a partir de dados relacionais coletados

Por fim, na comunidade existem diferenças no padrão de relações interpessoais em função do tempo que os moradores levam envolvidos na atividade turística. O número de pessoas dentro de cada grupo decresce à medida que aumenta o número de anos de envolvimento no turismo. Ou seja, a maioria dos moradores vinculados ao turismo (55,6%) leva pouco tempo nessa atividade (de 1 a 5 anos), enquanto uma pequena porcentagem do total (4%) identificou-se como “velhos” atores turísticos, envolvidos na atividade desde o arranque do projeto (mais de 16 anos). Em geral, o número médio de parceiros de colaboração difere significativamente entre os grupos classificados segundo o tempo vinculado com o turismo na comunidade (ANOVA, $p < 0,001$). Os resultados da análise de subgrupos sugerem que o número médio de relações de colaboração aumenta à medida que cresce também o número de anos envolvidos com o turismo na comunidade. Isto é, quanto mais tempo de envolvimento no turismo comunitário, mais relações de colaboração. Assim, as pessoas “mais antigas”, mesmo sendo poucas, são as que têm maior número médio de parceiros (16,6). Ao contrário, o grupo dos “recém-chegados” é o que apresenta colaboração menos intensa (4,92). Além disso, percebe-se que os padrões de distribuição das relações são bastante homogêneos dentro de cada um dos diferentes grupos. Por fim, e em relação a isso, vale ressaltar que todos os grupos mantêm intensidade de relações mais elevada com o resto dos grupos que os antecedem quanto ao tempo de envolvimento do que consigo mesmos. Assim, essa característica sugere um fluxo de relações de colaboração baseado na senioridade e preferencial para aquelas pessoas menos experientes na prática turística.

3.5 DISCUSSÕES SOBRE A REDE SOCIAL DA PRAINHA DO CANTO VERDE

As formas de organização em rede são importantes para o funcionamento de um destino turístico comunitário, onde diferentes partes interessadas têm que trabalhar em parceria para a gestão dos recursos e o planejamento de serviços oferecidos como produto turístico aos visitantes. Nesse sentido, o padrão estrutural das relações de colaboração da rede social da Prainha do Canto Verde pode ter um impacto significativo em como os atores se comportam e, conseqüentemente, no desenvolvimento da atividade. Assim, a caracterização inicial da rede de estudo e a posterior análise da equidade de participação dos diferentes grupos que a formam, podem ajudar a compreender como essa rede está associada à gestão participativa dos recursos relacionados com o TBC e, portanto, pode direcionar o desenvolvimento e sucesso da atividade.

Caracterização inicial

Nossos resultados indicam que o tamanho da rede de envolvimento no TBC corresponde a 24,6% da população adulta da comunidade. Igualmente, mostram que 42,5% do total de famílias contabilizadas no censo têm algum membro trabalhando no turismo. Esses dados fornecem indicações sobre o compromisso real da comunidade com a proposta turística e são condizentes com outros estudos que apontam à necessidade de desmitificar a ideia de coletividade no TBC, uma vez que o turismo comunitário envolve, em geral, apenas uma parcela dos membros da comunidade (FABRINO, 2013).

Vários estudos sobre o turismo comunitário na Prainha do Canto Verde concluíram que a comunidade tem forte tradição de participação e organização social (MENDONÇA, 2004; BARTHOLO, SAN SOLO & BURSZTYN, 2009). Reforçando essa ideia, a rede de estudo apresenta-se como uma rede bem conectada, com poucos membros isolados (2) e uma elevada porcentagem de relações recíprocas (30%). A elevada proporção de membros conectados mediante relações de colaboração (98,3%) e o relativamente alto número médio de conexões (6,79) definem a capacidade que a rede de TBC tem para aumentar o fluxo de informações e conhecimentos entre seus membros. Além disso, essas propriedades determinam o potencial que a rede possui para o controle social da atividade e a ação conjunta na gestão dos serviços e recursos turísticos, especialmente quando, como visto, a rede envolve relações com diversas categorias de atores. Em geral, considera-se que quanto maior o número de relações por nó, maior o capital social (BORGATTI *et al.*, 2008). Portanto, isso pode promover maior fortalecimento da colaboração em nível de uma comunidade. Igualmente, a densidade da rede também pode favorecer a aprendizagem e fortalecer a experiência sobre a prática turística através da exposição a novas ideias e o

acesso a mais informações. A rede de colaboração de estudo está longe da saturação de relações, uma vez que conta com apenas 5,52% do total de laços possíveis. No entanto, vale dizer que, densidades muito altas podem levar a homogeneização e redundância de conhecimentos, reduzindo a eficácia da ação coletiva e a capacidade de adaptação a condições de mudança (BODIN, CRONA & ERNSTSON, 2006).

As relações de colaboração não são distribuídas igualmente entre os diferentes membros da rede e algumas medidas ajudam a interpretar como tal padrão estrutural pode influenciar processos importantes para o TBC. Por um lado, a distância média entre os indivíduos da rede (2,9) apresenta-se como uma distância curta, permitindo que diferentes recursos possam circular e ser trocados entre qualquer par de membros envolvidos no TBC com um pequeno número de intermediários. Isso sugere que a rede de colaboração da Prainha do Canto Verde é bastante compacta e, portanto, oferece poucas limitações para uma colaboração eficiente entre seus membros. Com distâncias maiores, informações associadas aos processos colaborativos poderiam, por exemplo, demorar muito em difundir-se, perdendo em qualidade, confiabilidade e efetividade. Por outro lado, a centralidade dos indivíduos possibilita capturar também a complexidade inerente às relações sociais e mostrar o desempenho da colaboração na rede de estudo. Mediante o afastamento (*farness*) foi possível identificar os atores mais centrais, que têm a capacidade de chegar mais facilmente a todos os demais membros da rede. Atores centrais na rede de colaboração do TBC podem ser capazes de exercer influência direta sobre outros e estão mais bem situados para o acesso à informação. Desta forma, a maneira em que os membros da comunidade que ocupam essas posições favoráveis utilizam seu poder terá um impacto positivo ou negativo sobre os resultados da gestão. Um alto grau de centralidade pode ser uma vantagem em momentos iniciais de um processo e em tempos de mudança, pois permite assegurar coordenação rápida e eficaz entre as diversas partes interessadas. Contudo, à medida que os processos ganham em complexidade, estes requerem decisões menos centralizadas e o acoplamento de diversos atores para dar conta da gestão (BODIN & CRONA, 2009). Nesse sentido, pode-se considerar que o desenvolvimento do turismo comunitário na Prainha é um processo maduro e suficientemente complexo para não precisar da existência de atores concentrando as relações, mas também se apresenta como um processo não consolidado, que atravessa um período de mudança e definição de horizontes. De qualquer maneira, embora existam atores centrais na rede de estudo, eles são poucos e possuem uns valores de afastamento que não diferem muito da média de toda a rede, o que revela uma importância relativa do seu poder.

Ainda, observamos que a rede de estudo tem uma alta dispersão das relações entre seus membros. A estrutura da rede social estudada apresenta uma distribuição de relações heterogênea, com poucos nós altamente conectados (*hubs*) e muitos nós com poucas conexões. A dispersão das relações está correlacionada com a robustez da rede, uma vez que a hierarquia de relações permite tolerar falhas acidentais sem que a rede perca sua conexão e, portanto, seu funcionamento. Porém, essa estrutura é extremamente vulnerável a ataques seletivos sobre *hubs* que poderiam desencadear a fragmentação da rede. Diante disso, a distribuição heterogênea das relações na rede de colaboração de estudo parece ser essencial para manter a conectividade total da rede, mas sem perder de vista os riscos derivados da desaparecimento ou alteração dos membros mais conectados. Este último ponto é importante, pois, a partir da identificação dos membros da rede de estudo mais conectados (principalmente gerentes de pousada) é possível inferir, por exemplo, que se as pousadas fecharem e/ou esses gerentes que ocupam posições centrais na rede abandonarem a comunidade, isso poderia desencadear uma fragmentação das relações ou o colapso da atividade turística uma vez que boa parte da rede seria afetada. Igualmente, apesar de uma relativa redistribuição de poder na rede, a existência de indivíduos “hiperconectados” que detêm maior poder de influência e capacidade de direção das ações a realizar, pode originar tensões e conflitos decorrentes desse privilégio entre o resto de membros da comunidade.

Outro ponto a ser considerado na caracterização inicial da rede de estudo é a natureza das relações estabelecidas. Sendo a Prainha do Canto Verde uma comunidade tradicional de pescadores, com a maioria da população nativa, e devido à importância dada à unidade familiar e às relações entre os membros familiares para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais, seria de se esperar que as relações de parentesco tivessem um papel fundamental na organização e gestão do turismo comunitário. No entanto, e como fator de surpresa neste trabalho, os resultados do estudo mostram que para o desenvolvimento do turismo a comunidade privilegia as relações de amizade, sem que na rede exista sobreposição entre as relações de colaboração e parentesco. Este padrão pode indicar um mecanismo de superação de redundância de informações que acontece em grupos pequenos, como a família. Assim, quando membros envolvidos na prática turística estabelecem parcerias com outras partes interessadas da comunidade externas ao âmbito familiar, poderiam garantir com isso a diversidade de informações, ampliando as possibilidades potenciais de ação coletiva.

Por fim, analisando a relação do turismo com as outras atividades econômicas da comunidade constatou-se que, embora para alguns membros o turismo já seja a principal

atividade econômica (caso de várias pessoas que atuam como gerentes de pousada), para a comunidade como um todo o turismo não representa a primeira fonte de renda. Essa circunstância poderia apoiar os princípios discutidos na literatura e que consideram o TBC como uma atividade complementar que se integra à dinâmica produtiva local sem substituir as atividades econômicas tradicionais. No entanto, nossos dados evidenciam dois aspectos que merecem considerações com respeito a este componente. Em primeiro lugar, a pesca, apesar de continuar sendo a ocupação principal da Prainha do Canto Verde, não é mais a principal atividade econômica propriamente dita da comunidade. Nesse sentido, os subsídios de aposentadoria, Bolsa Família e seguro de defeso da pesca da lagosta têm cada vez mais peso na economia local, se apresentando verdadeiramente como a primeira fonte de renda para a maioria das famílias. Por um lado, isso poderia gerar o questionamento da condição da Prainha como uma comunidade pesqueira tradicional ou, pelo menos, da importância econômica da pesca artesanal na comunidade. Mas, por outro lado, é possível se perguntar se a integração da pesca junto a outras ocupações (principalmente o turismo) e o seguro de defeso poderia exatamente apontar o caminho da sustentabilidade para essa atividade, evitando a sobrepesca. Em segundo lugar, e relacionado com o acima exposto, o trabalho de campo apresentou uma realidade em que muitos membros da comunidade se afastam gradualmente da pesca, por ser esta uma atividade em retrocesso que não garante o mínimo de recursos econômicos para subsistência, voltando-se para o turismo e inclusive aproveitando os subsídios como apoio monetário para desenvolver essa nova atividade. Desta forma, similarmente a Fabrino (2013), acredita-se que o grau de importância do turismo para os membros da comunidade não é dado a partir de um princípio pré-estabelecido (o TBC é uma atividade complementar que não substitui as atividades tradicionais) ou desde uma “condição necessária” do turismo sustentável (atrair poucos turistas para manter o destino fora da zona de declínio). Mais do que isso, acredita-se que a definição do papel do turismo para a comunidade surge principalmente como consequência de uma escolha racional dos seus membros, que apostam pelo turismo, deixando de lado as demais possibilidades (como a pesca) ou integrando o turismo a outras atividades, a partir do momento que o retorno financeiro do turismo se mostrar atrativo.

Padrões de colaboração interpessoal e equidade de participação

O conhecimento dos padrões de colaboração no TBC mediante a análise das parcerias internas e externas aos grupos, caracterizados a partir das variáveis demográficas e socioculturais escolhidas, auxilia na compreensão da equidade de participação para a

gestão do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde. O uso de diversas variáveis de caracterização da população amostral que podem ou não revelar padrões diferenciados de colaboração entre os grupos sociais, apresenta-se então como uma estratégia que permite explorar as diversas dimensões da equidade. A partir das entrevistas qualitativas e durante a análise da rede social de colaboração nossos resultados constataram a existência de diversidade de comportamentos entre os membros da comunidade em relação aos seus padrões grupais de interação. Esses resultados são discutidos ao longo desta seção para cada uma das categorias de análise.

O **sexo** apresenta-se como uma variável que não atua como condicionante das relações de colaboração desenvolvidas na Prainha do Canto Verde para a prática turística. Os resultados mostram que ser mulher ou homem não limita ou acentua o estabelecimento das parcerias requeridas pela prática turística. O equilíbrio no número médio de relações de colaboração internas e externas aos subgrupos em função do sexo também está presente na quantidade de homens (68) e mulheres (56) envolvidos na rede de colaboração. A promoção da equidade de gênero é considerada requisito fundamental para o desenvolvimento de propostas de turismo ancoradas na sustentabilidade e uma deficiência da oferta de turismo comunitário (KRIPPENDORF, 2003; MALDONADO, 2009). Nesse sentido, os resultados deste estudo mostram um grau de controle e acesso equitativo das mulheres na atividade turística comunitária que pode, entre outras coisas, favorecer sua capacitação e independência financeira. Contudo, vale ressaltar que frequentemente a presença feminina no TBC pode reforçar seu papel tradicional em ocupações próprias da esfera doméstica, tais como atividades de limpeza ou cozinha. No estudo de caso, homens e mulheres compartilham responsabilidades similares no desenvolvimento das atividades turísticas, inclusive com forte participação das mulheres na gerência dos diversos empreendimentos. Porém, embora reconhecendo uma colaboração equilibrada de homens e mulheres na atividade turística, os resultados mostram também que tanto homens quanto mulheres colaboram mais com pessoas do mesmo sexo. Indivíduos equivalentes quanto ao gênero têm mais possibilidades de comportamentos comuns, frequência de contatos ou relações (LOZARES & VERD, 2011). Isso é importante uma vez que o gênero pode indicar caminhos diferenciados do ponto de vista da difusão do conhecimento e informação (SAINT-CHARLES *et al.*, 2012). Desta forma, se por um lado a similaridade tem a capacidade de facilitar a transmissão de conhecimento tácito dentro de cada grupo, assim como simplificar a coordenação e evitar potenciais conflitos relacionados com a gestão do turismo; por outro, pode ser propensa a efeitos e resultados redundantes ou predeterminados, impedindo o aproveitamento dos benefícios advindos da diversidade.

A **idade** é uma característica que influi no conhecimento local e na gestão dos recursos e serviços turísticos. Na análise relacional baseada nos subgrupos de idade, a colaboração acontece entre e dentro de todas as categorias estabelecidas, com equilíbrio intra e intergeracional. Esse resultado reforça a ideia da intergeracionalidade como conceito inerente aos sistemas socioecológicos complexos e fator importante aos grupos que gerenciam o meio ambiente e seus recursos, possibilitando o fluxo de conhecimentos e práticas necessárias para a conservação do patrimônio natural e cultural (VIEIRA, BERKES & SEIXAS, 2005). Desta forma, a estrutura relacional da rede social de colaboração por idade incentiva a pensar que habilidade e experiência, dentre outros recursos, estão sendo intercambiados entre os diferentes subgrupos e, portanto, que a proposta turística tem, por enquanto, assegurada sua continuidade geracional.

O que é interessante notar é que a maior atividade no desempenho de tarefas próprias do turismo situa-se na faixa etária de meia-idade (entre 36 e 49 anos). Essas pessoas são, em média, as mais envolvidas no TBC, uma vez que têm o turismo como ocupação principal ou desenvolvem outra atividade “facilmente” compatível com o turismo. Nesse sentido, vale lembrar que o turismo é uma atividade complementar na comunidade e que as pessoas mais jovens (menores de 36 anos) geralmente estão mais envolvidas nas tarefas próprias da pesca ou, em alguns casos, estudando, tendo pouco tempo para cuidar do turismo. Já o grupo dos membros mais velhos da comunidade (maiores que 50 anos), menos envolvidos no TBC, engloba à população idosa e aposentada, geralmente com menor atividade.

A **origem** é, segundo os resultados obtidos, um fator que não está associado às relações de colaboração entre os atores envolvidos no TBC na Prainha do Canto Verde. Ainda assim, o fato de um indivíduo ter nascido na própria comunidade ou em comunidades próximas pode conferir a ele os conhecimentos e as condições necessárias para se enfrentar de melhor forma a determinados desafios e efeitos derivados da atividade turística, devido ao conhecimento ambiental e cultural acumulado. As fortes raízes nativas da comunidade contribuem para a existência de intensos vínculos de amizade e parentesco, assentados na confiança, o que justificaria o elevado número médio de relações entre os beberibenses. Também, pode-se argumentar que a boa articulação dos membros não nativos com os nativos representa uma oportunidade para a incorporação de novas referências de atuação na atividade turística comunitária que podem neutralizar a redundância das relações presentes em grupos homogêneos, assim como constituir uma mostra da abertura ante o “novo ou diferente”. Igualmente, a combinação de colaborações entre nativos e não nativos facilita a troca de conhecimentos locais e de novas informações. Isso pode evidenciar uma vantagem comparativa para a construção de estratégias de

adaptação ou mitigação ante os impactos negativos do desenvolvimento turístico. Por fim, vale ressaltar que os não nativos também podem facilitar o contato direto com turistas potenciais, assim como com diferentes agentes turísticos, parceiros ou simpatizantes da experiência de diversas partes do Brasil e do mundo, contribuindo assim com a comercialização e a promoção da iniciativa. Nesse sentido, convém lembrar como exemplo o suíço Renné Schärer, que teve, e ainda continua tendo, um importante papel na articulação externa do turismo comunitário da Prainha do Canto Verde devido a seus contatos com diversas associações e entidades, tanto nacionais quanto internacionais, que têm objetivos afins à proposta do TBC. Esse e outros membros não nativos, poderiam atuar como conectores, favorecendo o contato fora da fronteira da comunidade.

A **escolaridade** se mostrou como um fator determinante para a distribuição das relações de colaboração na gestão do turismo comunitário. A partir da análise do número médio de relações dentro e entre subgrupos em função do número de anos de estudo, constatamos que existe uma associação entre o estabelecimento de parcerias de colaboração e a escolaridade, de modo que, em geral, o número médio de relações cresce entre os indivíduos à medida que estes contam com maior nível educativo. Isto é, parece que a escolaridade age como fator condicionante das relações de colaboração entre as diversas categorias agrupadas por anos de estudo formal. Assim, o subgrupo de maior nível educativo é o que tem maior número médio de relações de colaboração. No outro extremo, o subgrupo de menor nível educativo é também o que conta com menor número médio de parceiros. Ainda, os dados mostram que esses subgrupos situados nos extremos são, dentre todos, precisamente os que menor interconexão experimentam. A educação formal constitui uma ferramenta decisiva para o desenvolvimento das pessoas e instrumenta a melhor compreensão da realidade e a identificação de possíveis soluções dos problemas comunitários. Igualmente, a aprendizagem na escola induz a uma forma de ser, pensar e agir nas relações sociais no mundo do trabalho e na vida pública mediante a aprendizagem de conhecimentos e o desenvolvimento de destrezas e habilidades. Esses componentes estão diretamente relacionados com a qualificação e com a capacitação profissional dos membros das comunidades envolvidos no TBC que pode favorecer sua incorporação ao mercado de trabalho e a melhora dos serviços oferecidos. Estudos sobre o “estado da arte” do TBC no Brasil mostraram que a qualificação profissional apresenta-se como um dos indutores, ao tempo que o maior desafio, da prática turística comunitária tanto para melhorar a qualidade da oferta de produtos e serviços quanto para promover o turismo como fator de inclusão social (BURSZTYN & BARTHOLO, 2012). Contudo, não se deve esquecer que a educação formal nem sempre está associada ao desenvolvimento comunitário ou pelo

menos não como única forma de conhecimento. O modelo educacional formal tem impacto no conhecimento e percepções locais desde que, muitas vezes, negligencia o conhecimento local não científico ou especialista, se sobrepondo a este último (RUDDLE, 2000). Assim, no contexto do TBC a educação formal pode ter papel importante na diversificação do conhecimento das comunidades para enfrentar os desafios advindos do desenvolvimento turístico, desde que esteja associada à manutenção do conhecimento tradicional relacionado aos modos de vida locais.

Quanto à **adesão às associações locais** que aglutinam os moradores envolvidos no turismo comunitário, os resultados mostram como os membros que manifestaram participar em alguma das duas associações são também os indivíduos que conseguem maior número médio de relações de colaboração. Isto é, estar envolvido em qualquer das duas associações (Associação de Moradores ou Associação Independente) parece predispor, ainda que não significativamente, para o estabelecimento de mais parcerias, especialmente dentro do próprio grupo. Entretanto, desde que as redes sociais são à vez causa e efeito do comportamento dos indivíduos, também se pode pensar que é precisamente o fato de colaborar no turismo o que estimula aos membros da comunidade a se afiliar a uma ou outra associação. Além disso, a existência de bem menos relações de colaboração entre os membros que participam em associações diferentes do que entre os membros envolvidos na mesma associação demonstra certa desunião no estabelecimento de alianças para o TBC. Esse fato apresenta-se como base de um possível conflito na comunidade. Estudos recentes (FABRINO, 2013; FORTUNATO & SILVA, 2013) já alertaram sobre a existência de posições antagônicas na comunidade em relação ao rumo que o turismo deveria seguir no futuro e que estariam dividindo aos moradores. Nesse sentido, tanto as entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo quanto a análise dos padrões relacionais contribuem para reafirmação da existência de tensão entre as posturas defendidas por cada uma das duas associações. Argumentamos que esse conflito, mais evidente após a criação da RESEX da Prainha do Canto Verde, é emergente e se apresenta como uma ameaça potencial e fator de erosão da coesão comunitária e, portanto, da proposta de TBC.

A rede de colaboração interpessoal entre os membros da comunidade agrupados por **atividade ocupacional principal** mostrou que essa variável é uma característica que marca significativamente o grau de envolvimento. Como seria de se esperar, as pessoas que têm como atividade principal o turismo são também as que, em média, estão envolvidas em maior número de relações de colaboração. Trata-se dos membros da comunidade mais interessados no turismo, enquanto atores mais dependentes dessa atividade, uma vez que ela constitui sua principal fonte de renda. Por isso, esses atores devem dedicar tempo e

esforço ao estabelecimento das parcerias necessárias para a elaboração do produto turístico, tanto dentro do seu próprio grupo quanto com aqueles atores turísticos complementários, que não tendo o turismo como ocupação principal, desenvolvem também alguma atividade da cadeia turística. O resto dos grupos mantém uma diversidade e intensidade de relações de colaboração no TBC que pode se associar ao peso que essa atividade tem na economia familiar e à disponibilidade de tempo para dedicar-lhe. Ainda assim, nossos resultados consolidam a ideia da necessidade de articulação entre diversos atores locais, com as mesmas ou complementares habilidades e competências, para o desenvolvimento da prática turística comunitária.

No TBC a integração de múltiplas ações de diferente natureza, desenvolvidas por diversos agentes, é essencial para a configuração da proposta turística. No estudo de caso, as relações de colaboração têm lugar entre e dentro de todas as categorias de **ocupação turística** presentes, embora com diferenças significativas. Assim, a maior parte das relações entre os atores turísticos acontecem no grupo das pessoas envolvidas na gerência das pousadas. Isso significa que os membros da comunidade que realizam funções de gerência nesses empreendimentos atuam como “dinamizadores” da atividade turística, estando em contato com diferentes provedores de serviços para poder elaborar um pacote turístico que satisfaça a necessidade dos visitantes. Esse fato evidencia certa dependência da colaboração turística criada em torno das pousadas, assim como a fragilidade da rede em caso de abandono da atividade por estes membros. Contudo, o fluxo heterogêneo de interação entre os diferentes atores turísticos comunitários pode indicar os benefícios que a atuação em uma rede colaborativa, como agentes complementares e não competidores, traz para todas as partes interessadas. As relações de colaboração diversificadas no desenvolvimento turístico não só permitem a troca de produtos e serviços entre as partes, senão também de conhecimentos e pautas de comportamento envolta de questões chave para o desenvolvimento da atividade. Igualmente, podem oferecer vantagens para a resolução conjunta de problemas comuns, assim como para a diminuição dos custos de transação e riscos de conflitos entre as partes, contribuindo também para o planejamento de atividades mais inovadoras e menos expostas a imprevistos (ERKUS-ÖZTURK & ERAYDIN, 2010).

Além da ocupação desenvolvida no turismo, da atividade ocupacional principal e da escolaridade, nosso estudo mostrou que também o **tempo de envolvimento no turismo** está associado ao número médio de relações de colaboração. O tempo de envolvimento na atividade turística define a experiência direta dos indivíduos e os dados demonstram que a população de estudo tem, em média, mais relações de colaboração à medida que ganha

mais experiência no desenvolvimento da atividade. Nossos resultados também apontam para uma colaboração daqueles que têm mais anos na atividade turística, orientada para as pessoas menos experientes. Essa circunstância sugere que as relações entre os grupos são bastante horizontais, solidárias com aqueles indivíduos que se estão iniciando no turismo, fato que pode ser positivo tanto para minimizar as falhas derivadas da inexperiência, quanto para enfrentar novos desafios.

A interpretação dos padrões de colaboração de acordo com as diferentes variáveis utilizadas ajuda a compreender o processo global de colaboração no TBC na comunidade de estudo. Desta forma, a multiplicidade de perspectivas associada ao processo de colaboração no turismo comunitário permite melhor entendimento da atividade turística, em suas diversas dimensões, como um sistema relacional complexo.

O padrão de colaboração interpessoal para a gestão dos recursos e serviços turísticos na comunidade de estudo está associado principalmente às relações de colaboração estabelecidas em função da escolaridade, da atividade ocupacional principal, da ocupação relacionada com o TBC e do tempo de envolvimento na atividade turística. Mas, conforme visto acima o padrão das conexões segundo cada variável é muito heterogêneo. Essa distribuição heterogênea das relações pode ser saudável para o funcionamento do TBC uma vez que a colaboração não está sujeita a determinados grupos.

Na Prainha do Canto Verde a colaboração turística acontece tanto interna como externamente aos grupos analisados. Desta forma, a maior intensidade de colaboração não está sempre associada às relações entre membros da comunidade que compartilham as mesmas características pessoais. Em cada um dos subgrupos que integram a comunidade existem relações que variam em intensidade em função da variável de análise e, em todos os casos, os subgrupos estão conectados também com diversa força. Um padrão diferenciado de relações de colaboração mais intenso a favor das relações internas ao grupo é bastante expressivo apenas quando analisadas as relações tomando como variável o sexo ou o envolvimento nas associações locais. Nesses casos, tanto homens como mulheres, enquanto integrantes de cada uma das duas associações, têm mais parceiros do seu próprio grupo do que do oposto, mas ainda assim as diferenças entre as relações estabelecidas dentro e entre os grupos não são significativas.

A partilha de poder e participação entre e dentro de todos os grupos analisados em função das categorias escolhidas indica que a abordagem colaborativa da rede social da Prainha atende à equidade como um dos pilares sociais que exige a sustentabilidade. Isso significa maior interação e distribuição de poder na tomada de decisões entre os membros

da comunidade. O resultado dessa equidade de participação é uma rede horizontal tipo modular, com relação equilibrada entre os vínculos intensivos “de união” dentro dos próprios grupos (*bonding*) e os laços extensivos que “constroem pontes” (*bridging*) entre grupos diferentes da comunidade.

A interação exclusiva entre membros socialmente equivalentes da rede contribui para a eficiência da atividade, na medida em que a similaridade facilita a transmissão de conhecimento tácito, simplifica a coordenação e evita potenciais conflitos. No entanto, quando as relações de colaboração acontecem apenas, ou com muita mais força, entre indivíduos dentro dos mesmos grupos do que entre indivíduos de grupos diferentes, impede-se que os diversos grupos se aproveitem dos benefícios da diversidade e aumenta a probabilidade de efeitos redundantes ou predeterminados, diminuindo, por exemplo, a capacidade de distribuição e extensão de informações com coletivos externos. Por outro lado, embora a variedade de contatos diversificados possa provocar a produção de solapamentos e conflitos entre os membros, os vínculos externos entre diferentes grupos aumentam o potencial de benefício mútuo mediante a complementaridade e a variedade de funções e contatos, fomentando o encontro de novas formas de informação e inovação.

Assim, essa estrutura modular caracterizada por elevados graus de poder compartilhado contribui à ampliação horizontal para a integração dos diversos elementos da atividade e da gestão turística, favorecendo a adaptação da rede com relação à robustez e às múltiplas tarefas que demanda a prática turística comunitária. Desta forma, por exemplo, se cada artesão estabelece parcerias com mais de uma pousada, se uma desaparecer, as pessoas que realizam essa atividade podem continuar trabalhando com outras, tendo mais opções de garantir a continuidade da ocupação e conseqüentemente a própria renda. O mesmo pode acontecer com as pousadas que dispõem de diversas opções de fornecimento de peixe ou serviços, assim como com qualquer membro ou grupo da comunidade que possua contatos diversificados.

Em resumo, a partir dos resultados e evidências apresentadas nos padrões de relação de colaboração no TBC dentro e entre os diferentes grupos de membros da comunidade, foi verificado que, em geral, a colaboração turística envolve a todas as categorias de análise, sendo bastante abrangente. Não há um monopólio de ação ou grupos que centralizem a colaboração, existindo equidade de participação entre todas as categorias. Porém, acredita-se que na comunidade existem algumas ameaças que podem prejudicar a coesão comunitária e enfraquecer a colaboração na rede, a saber: a centralidade dos atores que gerenciam as pousadas, o que pode criar certa dependência na estrutura relacional da rede; as discrepâncias entre as duas associações, mais evidentes após a criação da Resex,

capazes de provocar, eventualmente, a fragmentação da rede em dois grupos; e a limitação da participação das pessoas com menor nível de educação, o que pode provocar a exclusão da gestão turística de uma boa parte dos moradores.

CONCLUSÃO

A atividade turística vem ganhando importância em todo o mundo principalmente em função do seu papel no desenvolvimento econômico. Entretanto, trata-se de um fenômeno complexo que vai além da simples prática de mercado. Desta maneira, embora se reconheça a importância econômica da atividade, sua aproximação desde a perspectiva da sustentabilidade exige superar apenas as implicações comerciais ou empresariais para incorporar as dimensões ambiental e sociocultural, assim como suas inter-relações.

O enfoque sistêmico auxilia no entendimento do turismo como fenômeno complexo a partir do relacionamento entre as partes constituintes, possibilitando destacar a interdependência entre os diferentes elementos que deverão colaborar para cumprir objetivos comuns. Além disso, essa abordagem está diretamente vinculada à ideia de sustentabilidade no turismo, permitindo salientar os numerosos impactos decorrentes da sua própria implementação e tratá-los de forma integral.

O turismo sustentável surge como um remédio para atender as necessidades das diferentes partes envolvidas na atividade, minimizando os impactos negativos, enquanto busca otimizar os benefícios para o destino. Porém, como desdobramento do desenvolvimento sustentável, acredita-se que a utilização banalizada e indiscriminada da sustentabilidade no turismo, assim como sua adoção sem refletir sobre o que verdadeiramente significa e a quem beneficia, enfraquece a discussão do turismo como fator de desenvolvimento. Igualmente, vincular a sustentabilidade apenas a modalidades alternativas de turismo simplifica a realidade, reduzindo as possibilidades de compreendê-lo e ocultando os problemas que envolve sua prática, correndo também o risco de perpetuar um discurso vazio. Deste modo, considera-se que a sustentabilidade não pode ser vista como um estado ideal ou atributo intrínseco a determinada modalidade turística, mas sim um padrão de desenvolvimento que deveria ser alcançado para todas as iniciativas de turismo, em todos os tipos de destino, independentemente da escala e do seu estado evolutivo.

Mais do que se perguntar se um destino ou proposta turística é sustentável, entende-se que talvez seja melhor indagar sobre as ações que podem levar a resultados compatíveis com o que se espera da sustentabilidade na construção de um destino ou experiência turística. A este respeito, a inclusão e a participação das comunidades locais no desenvolvimento do turismo ganha cada vez mais força como parte integral da sustentabilidade turística. Defende-se que mediante a participação comunitária no turismo aumenta-se a probabilidade de respeito aos estilos de vida e valores locais, além da criação

de melhores oportunidades para que as comunidades obtenham mais benefícios das atividades turísticas que ocorrem em suas localidades. Igualmente, considera-se que a abordagem participativa pode aumentar a capacidade de carga e o ciclo de vida de um destino turístico reduzindo os impactos negativos da atividade e melhorando simultaneamente seus efeitos positivos.

O turismo de base comunitária acolhe a participação social como compromisso central do planejamento e gestão da atividade. Ainda que o universo do TBC seja heterogêneo, o elemento fundamental que caracteriza todas as propostas que se desenvolvem sob essa denominação é a preponderância dos padrões relacionais interpessoais na gestão dos recursos e serviços turísticos. Não obstante, acredita-se que frequentemente o discurso do TBC se apropria da noção de participação como uma qualidade intrínseca ao modelo e indistintamente aplicável a qualquer experiência, sem levar em consideração as características da participação desde uma verdadeira perspectiva relacional, nem valorar possíveis entraves ao processo participativo próprios de cada caso.

A implementação de práticas turísticas comunitárias requer formas organizacionais que sempre envolvem interação entre numerosos atores individuais, através dos quais existe um complexo fluxo de recursos necessário para configurar o pacote turístico oferecido aos visitantes. Relações de colaboração entre os membros da comunidade, enquanto principais partes interessadas do TBC, devem ser colocadas em andamento para oferecer os serviços dirigidos aos turistas, a fim de assegurar o desenvolvimento socioeconômico da comunidade, preservar os recursos turísticos e minimizar os impactos negativos da atividade. Portanto, a interdependência e a colaboração entre os membros da comunidade envolvidos no TBC, mais que um resultado natural, representa um imperativo para a criação e a gestão do produto turístico.

Os membros da comunidade que trabalham no TBC têm o poder de gerar um efeito sobre a atividade turística, ou seja, a capacidade de intervir e influenciar no seu desenvolvimento mediante seu poder de atuação e através das relações de colaboração que estabelecem. Por isso, conhecer como se distribuem as relações de colaboração dentro da comunidade torna-se essencial para compreender a organização e os resultados da iniciativa turística comunitária.

Quando diferentes membros da comunidade colaboram no TBC, mediante diversos processos e acordos relacionais, a estrutura que emerge da inter-relação se traduz na existência de uma rede social. Diante disso, o TBC fornece um contexto ideal para o estudo de redes sociais, uma vez que o conceito de rede representa formas de interação social entre múltiplos atores, e a análise de redes sociais possibilita o estudo da estrutura do

complexo conjunto de relações entre os membros da comunidade que ligam várias partes do sistema turístico.

Diversos interesses e graus de participação dos membros envolvidos no TBC podem condicionar a articulação comunitária para o desenvolvimento dos projetos turísticos. Igualmente, diferentes tipologias de participação demandam diferentes tipos de relação e, portanto, podem resultar em configurações de redes sociais específicas, assumindo diversos arquétipos. Embora em graus diferentes em função dos casos, espera-se que modelos de participação associados ao turismo de base comunitária assumam estruturas solidárias e colaborativas baseadas na equidade de participação entre seus membros, devido ao forte compromisso social que fundamenta o TBC. Pelo contrário, o denominado turismo de massa será mais predisposto para a criação de espaços hierárquicos de desenvolvimento turístico, uma vez que, como “indústria do turismo”, atua no mercado de forma a potencializar as dinâmicas da economia capitalista.

Desta forma, cada padrão estrutural de uma rede corresponde à extensão de poder dos participantes em determinar o resultado final na ação do grupo ou comunidade sobre o desenvolvimento do turismo. Por conseguinte, a análise da estrutura relacional da rede de colaboração de comunidades envolvidas no TBC ajuda a identificar se a gestão participativa representa um condicionante retórico ou real do desenvolvimento do turismo comunitário e, conseqüentemente, do ideário de sustentabilidade que diferencia esta prática daquelas próprias do turismo convencional. Acredita-se, portanto, que a presente dissertação ofereceu contribuições para o campo conceitual e instrumental do turismo comunitário mediante a aplicação da análise de redes sociais para examinar os processos e resultados do desenvolvimento turístico.

Esta dissertação avaliou em que medida a estrutura das redes sociais de comunidades envolvidas no turismo de base comunitária condiciona a participação na gestão e sustentabilidade turística. Para isso, analisou-se a rede social de colaboração da Prainha do Canto Verde como comunidade pioneira na promoção do TBC na busca de alternativas que possam contribuir efetivamente para a gestão participativa e para a sustentabilidade do turismo num cenário caracterizado pela exclusão social.

Por meio da análise de redes sociais, foi possível identificar os membros da comunidade envolvidos com o turismo e avaliar o padrão de colaboração que eles desenvolvem dentro da comunidade para a prática turística. Em primeiro lugar, verificou-se que o TBC na comunidade de estudo envolve apenas uma parcela do total de população adulta. Contudo, um número considerável de famílias tem algum membro trabalhando no turismo. Igualmente, a rede de colaboração apresenta-se como uma rede bem conectada e

compacta, com uma ampla porcentagem de membros estabelecendo parcerias e distâncias curtas entre eles, se mostrando como uma rede com alto potencial para o controle social do turismo comunitário.

Em segundo lugar, a análise da rede social de colaboração revelou que a comunidade não apresenta hierarquias claras de poder entre seus membros, de modo que a responsabilidade para o desenvolvimento do turismo se distribui de forma bastante igualitária entre as partes interessadas. No entanto, a rede mostra certa hierarquia funcional devido a atuação de alguns atores centrais, principalmente gerentes de pousadas. Além disso, a partir das análises deste estudo, a distribuição heterogênea das relações entre as categorias de atores presentes sugere que a rede de colaboração da Prainha não é tanto uma rede coesa, com presença de fortes relações de colaboração dentro de cada grupo, mas sim uma rede equilibrada quanto às relações internas e externas aos diferentes grupos envolvidos no desenvolvimento da atividade. Mais do que a transição da homogeneidade e da internalidade (própria das relações de colaboração que conectam aos membros dentro de cada grupo) para a heterogeneidade e a externalidade (típica dos laços que facilitam o contato entre membros de diferentes grupos), a dissertação verificou que a questão chave para o desenvolvimento de uma gestão do TBC ancorada na equidade participativa é a coexistência das relações internas e externas.

Uma distribuição equilibrada de relações de colaboração intra e intergrupais (relação *bonding/bridging*) é importante para ampliar os esforços colaborativos da rede e seus resultados desde que a colaboração não esteja reduzida ao seio de um subgrupo específico, mas estendida para toda a comunidade. Ainda, em nível local, a interação equilibrada entre os diferentes componentes (atores) do sistema turístico comunitário proporciona um mecanismo eficiente para superar um dos principais desafios dos destinos turísticos: a fragmentação, caracterizada por agentes de pequeno tamanho que trabalham de forma independente. Contudo, as rotinas analíticas realizadas mostraram que a centralidade dos membros que atuam como gerentes de pousadas, o fraco envolvimento na rede dos atores com menor nível educativo e a divisão da comunidade em dois blocos por causa da criação da Resex constituem potenciais ameaças que podem enfraquecer a colaboração e o desenvolvimento da iniciativa turística comunitária, merecendo uma atenção especial. Igualmente deve-se notar que a complementaridade entre o turismo e a pesca na comunidade poderia revelar caminhos frutíferos para a sustentabilidade das duas atividades, de modo a alcançar uma situação de equilíbrio capaz de evitar o declínio inaceitável de ambas.

Em terceiro lugar, o estudo sugere que à medida que há uma distribuição de relações mais equilibrada entre as partes interessadas, as redes operam em uma base mais equitativa no planejamento e implementação do projeto e atividades turísticas, com delegação de poder e interações multidimensionais. Portanto, as relações assentam-se em uma estrutura modular com alto grau de flexibilidade. Diante disso, o desafio é saber que balanço ou equilíbrio entre as relações de colaboração e em que condições oferece mais e melhores benefícios para o desenvolvimento do turismo em função dos objetivos perseguidos pela atividade.

A partir das evidências empíricas levantadas conclui-se que a equidade de participação mostrada na rede de colaboração de estudo é bastante condizente com os fundamentos do TBC, que têm na inclusão e na organização comunitária um de seus aspectos constituintes e inclusive diferenciadores de outras práticas do turismo. Igualmente, esse resultado reforça a ideia do TBC como uma forma de promover o turismo mais sustentável, sempre e quando ancorado em modelos equitativos de gestão participativa. Isso porque o envolvimento em relações de colaboração para a prática turística comunitária, através de uma estrutura relacional equitativa que integre e promova relações complexas entre a diversidade de partes interessadas, favorece o aumento das oportunidades para o desenvolvimento sustentável nos destinos em que ocorre a atividade turística.

Por fim, ao longo da realização desta dissertação foi verificado que o sucesso da prática do TBC depende do grau de apropriação do projeto por parte da comunidade, assim como das desigualdades de poder existentes e que podem dificultar a participação de várias partes interessadas. A participação social no TBC não implica que todos ou a maioria dos membros de uma comunidade trabalhem ou colaborem ativamente dentro da estrutura organizativa e operativa do TBC, tampouco que o façam com o mesmo grau de envolvimento social na toma de decisões. As comunidades estão constituídas por grupos com diversos interesses e graus de poder, de modo que uma ampla participação no desenvolvimento do TBC não tem porque significar um controle baseado em decisões consensuais e tampouco implicar menores riscos de conflito ou maior eficiência da prática turística. A este respeito, a avaliação da gestão participativa no TBC requer considerar, além da porcentagem de atores envolvidos, outras variáveis, tais como o nível de participação dos membros e o padrão estrutural da rede social envolvida no desenvolvimento da atividade.

Para concluir, acredita-se que, apesar de enraizado em um modelo de desenvolvimento socialmente mais justo e ambientalmente responsável, o TBC não deveria ser tratado como uma panaceia para o desenvolvimento das comunidades nem para a

busca de tão sonhada sustentabilidade, e sim como uma oportunidade de desenvolvimento para uma comunidade organizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AAS, C. *et al.* Stakeholder collaboration and heritage management. **Annals of Tourism Research**, v. 32, n. 1, p. 28-48, 2005.

ABETA. Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. **Manual de boas práticas de acessibilidade em ecoturismo e turismo de aventura**. Belo Horizonte: ABETA, 2010.

AGARWAL, S. Restructuring seaside tourism: the resort lifecycle. **Annals of Tourism Research**, v. 29, n. 1, p. 25-55, 2002.

_____. The resort cycle and seaside tourism: An assessment of its applicability and validity. **Tourism Management**, v. 18, n. 2, p. 65-73, 1997.

AGUIRRE, J. L. **Introducción al análisis de redes sociales**. Buenos Aires: Centro Interdisciplinario para el Estudio de Políticas Públicas, 2011.

ALMEIDA, H. L. P. S. de. **Indicadores de Qualidade de Vida, instrumento para o monitoramento participativo da qualidade de vida de comunidades costeiras tradicionais: O caso Prainha do Canto Verde, Beberibe/CE**. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

ANDERSSON, K.; OSTROM, E. Analyzing decentralized resource regimes from a polycentric perspective. **Policy Science**. v. 41, p. 71-73, 2008.

ANGUERA, M. T. **Metodología de la observación en las Ciencias Humanas**. Madrid: Cátedra, 1989.

ARAUJO, L. M.; BRAMWELL, B. Stakeholder Assessment and Collaborative Tourism Planning: The Case of Brazil's Costa Dourada Project. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 7, n. 3-4, p. 356-378, 1999.

AREF, F.; GILL, S. S.; AREF, F. Tourism Development in Local Communities: As a Community Development Approach. **Journal of American Science**, v. 6, n. 2, p. 155-161, 2010.

ARTESI, L. I. Turismo, desarrollo local y redes. **Aportes y transferencias**, vol. 6, n. 2, p. 71-92, 2002.

BARABÁSI, A. L.; BONABEAU, E. Scale-free Networks. **Scientific American**, v. 50, p. 50-59, 2003.

BARROSO, J. **Perspectivas para o meio ambiente urbano: GEO Beberibe**. Fortaleza: Cearah Periféria, 2010.

BARTHOLO, R. S.; SAN SOLO, D. G.; BUSZRTYN, I. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC, 2003.

BERGER, E. **Economics of Tourism**. Salzburg, Austria: Institute of Tourism and Hotel Management, 2000.

BERKES, F. *et al.* The benefits of the commons. **Nature**, v; 340, p. 91-93, 1989.

BERKES, J.; COLDING, J.; FOLKE, C. Rediscovery of traditional ecological knowledge as adaptive management. **Ecological Applications**, n. 10, p. 1251-1262, 2000.

BERRY, T. The predictive potential of the TALC model. In: BUTLER, R. (Ed.). **The tourism area life cycle model: Applications and modifications**. Clevedon: Channelview Publications, 2006, p. 254-280.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

BIGGS, S. D. **Resource-poor farmer participation in research: A synthesis of experiences from nine national agricultural research systems**. OFCOR Comparative Study Paper 3. Hague: INSAR, 1989.

BLACKSTOCK, K. A critical look at community based tourism. **Community Development Journal**, v. 40, n.1, p. 39-49, 2005.

BODIN, O.; CRONA, B. I. Management of Natural Resources at the Community Level: Exploring the Role of Social Capital and Leadership in a Rural Fishing Community. **World Development**, v. 36, n. 12, p. 2763-2779, 2008.

_____. The role of social networks in natural resource governance. What relational patterns make a difference? **Global Environmental Change**, v. 19, p. 366-374, 2009.

BODIN, O.; CRONA, B. I.; ERNSTSON, H. Social Networks in Natural Resource Management: What Is There to Learn from a Structural Perspective? **Ecology and Society**, 11(2): r2, 2006.

BORBA, J.; LENITE, L. Sociedade civil ou capital social?: um balanço teórico. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Orgs.). **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2006, p. 103-125.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação?** São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORGATTI, S. P.; EVERETT, M. G.; FREEMAN, L. C. **UCInet 6 for Windows: software for social network analysis**. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002.

BORGATTI, S. P.; FOSTER, P. C. The network paradigm in organizational research: A review and typology. **Journal of Management**, v. 29, p. 991-1013, 2003.

BORGATTI, S. P.; JONES, C. Network Measures of Social Capital. **Connections**, v. 21, n. 2, p. 1-36, 1998.

BOULLÓN, R. **Planificación del espacio turístico**. Trillas, México, 2005.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (Org.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood Press, 1985, p. 241-258.

BRAMWELL, B.; LANE, B. Collaboration and Partnerships for Sustainable Tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 7, p. 179-181, 1999.

_____. **Tourism Collaboration and Partnerships: Politics, Practices and Sustainability.** Clevedon: Channel View Publications, 2000.

BRIASSOULIS, H. Sustainable tourism and the question of commons. **Annals of Tourism Research**, v. 29, n. 4, p. 1065-1085, 2002.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez, 1998, p. 29-37.

BUHALIS, D. Marketing the Competitive Destination of the future. **Tourism Management**, v. 21, p. 97-116, 2000.

BURNS, P. M. **Turismo e antropologia: uma introdução.** São Paulo: Chronos, 2002.

BURSZTYN, I. *et al.* **Benchmarking: Prainha do Canto Verde. Caderno Virtual de Turismo**, v. 3, n. 3, p. 18-32, 2003.

BURSZTYN, I.; BARTHOLLO, R. O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas. **Sustentabilidade em Debate**, v. 3, n. 1, p. 97-116, 2012.

BUTLER, R. The concept of a tourist area life cycle of evolution: implications for the management of resources. **Canadian Geographer**, v. 24, n. 1, p. 5-12, 1980.

_____. Sustainable tourism: A state-of-the-art review. **Tourism Geographies**, v. 1, n. 1, p. 7-25, 1999.

_____. Issues in applying carrying capacity concepts: examples from United Kingdom. In: COCCOSSIS, H; MEXA, A. (Eds.). **The challenge of tourism capacity assessment.** Burlington, VT: Ashgate, 2004, p. 135-150.

_____. Tourism in the Future: Cycles, Waves or Wheels? **Futures**, v. 41, p. 346-352, 2009.

CACCIATTU, M. La aplicación de la teoría del Capital Social a los estudios turísticos. **Revista Faces**, n. 34-35, p.111-127, 2010.

CALHOUN, C. Community without Propinquity Revisited: Communications Technology and the Transformation of the Urban Public Sphere. **Sociological Inquiry**, v. 68, n. 3, p. 373-397, 1998.

CAMARGO, A. L. **Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e Desafios.** Campinas, SP: Papyrus, 2003.

CARVALHO, R. M.; BEZERRA, L. N. Aspectos socioeconômicos da pesca na Comunidade da Prainha do Canto Verde - Beberibe – Ce. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHADEFAUD, M. **Aux origines du tourisme dans les pays de l'Adour. Du mythe a l'espace: un essai de géographie historique.** Francia: Université de Pau, 1987.

CHOI, H.; SIRAKAYA, E. Sustainability indicators for managing community tourism. **Tourism management**, n. 27, p. 1274-1289, 2006.

CHRIST, C. *et al.* **Tourism and Biodiversity: Mapping Tourism's Global Footprint**. Washington: Conservation International y United Nations Environment Programme, 2003.

CLARKE, J. A. Framework of Approaches to Sustainable Tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 5, n. 3, p. 224-233, 1997.

CLEAVER, F. Paradoxes of participation: questioning participatory approaches to development. **Journal of International Development**, v. 11, p. 597-612, 1999.

COCCOSSIS, H. Sustainable tourism and carrying capacity: a new context. In: COCCOSSIS, H.; MEXA, A. (Eds.). **The challenge of tourism carrying capacity assessment**. Burlington, VT: Ashgate, 2004, p. 37-53.

COLEMAN, J. **Foundations of social theory**. Cambridge: Belknap Press of Cambridge University Press, 2000.

COOKE, B. & KOTHARI, U. **Participation, The New Tirany**. London: Zed Books, 2001.

COOPER, C. The Destination Life Cycle: an Update. In: SEATON, A. V. *et al.* (Eds.). **Tourism: the State of the Art**. Brisbane: Wiley, 1994, p. 340-346.

CÓRDOBA, J. Turismo, desarrollo y disneyzación: una cuestión de recursos o de ingenio? **Investigaciones Geográficas**, n. 70, p. 33-54, 2009.

CORIOLOANO, L. N. **Arranjos produtivos Locais do Turismo Comunitário: atores e cenários em mudanças**. Fortaleza: UECE, 2009.

_____. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 277-288.

CORIOLOANO, L. N.; LIMA, L. C. **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

CORIOLOANO, L. N.; VASCONCELOS, F. P. **Turismo, território e conflitos imobiliários**. Fortaleza: EDUECE, 2012.

CORNWALL, A. Whose Voices? Whose Choices? Reflections on Gender and Participation Development. **World Development**, v. 31, n. 8, p. 1325-1342, 2003.

CORNWALL, A.; JEWKES, R. What is participatory research? **Social Science & Medicine**, v. 41, n. 12, p. 1667-1676, 1995.

COSTA, H. A. **Mosaico da sustentabilidade em destinos turísticos: cooperação e conflito de micro e pequenas empresas no roteiro integrado Jericoacoara - Delta do Parnaíba - Lençóis Maranhenses**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DACHARY, A. C.; BURNE, S. M. El estudio del turismo: un paradigma en formación? **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 15, p. 179-192, 2006.

DALY, H. **Steady-state economics**. Washington, DC: Island Press, 1991.

_____. **Beyond growth: The economics of sustainable development**. Boston: Beacon Press, 1996.

DAVIDSON, R. **Viajes y turismo en Europa**. Madrid: Síntesis, 2001.

DEAN, J. Pricing policies for new products. **Harvard Business Review**, v. 28, n. 6, p. 45-53, 1950.

DELANTY, G. **Community: comunidad, educación ambiental y ciudadanía**. Barcelona: GRAÓ, 2006.

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Cortez, 2001.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Altas, 2003.

DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

DREDGE, D. Networks, Conflict and Collaborative Communities. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 14, n. 6, p. 562-581, 2006.

DURKHEIM, E. Uma resenha de Ferdinand Tönnies, *Gemeinschaft und Gesellschaft: abhandlung des communismus als empirischer kulturformen*. In: MIRANDA, O. (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EdUSP, 1995. p. 113-118.

DURSTON, J. **Que es el capital social comunitario?** Revista de la CEPAL, n. 38, 2000. Disponível em:< <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/5/4885/lcl1400.pdf> >. Acesso em: 10/11/2013.

ERKUS-ÖZTURK, H.; ERAYDIN, A. Environmental governance for sustainable tourism development: Collaborative networks and organization building in the Antalya tourism region. **Tourism management**, v. 31, p. 113-124, 2010.

FABRINO, N. H. **Turismo de Base Comunitária: Dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

FABRINO, N. H.; COSTA, H. A.; NASCIMENTO, E. P. Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 5, n. 3, p. 546-559, 2012.

FEENY, D. *et al.* The Tragedy of the Commons: Twenty-Two Years Later. **Human Ecology**, v. 18, n. 1, p. 1-19, 1990.

FERNÁNDEZ-ALDECUA, M. J. Turismo comunitario o empresas de base comunitaria turísticas: estamos hablando de lo mismo? **El Periplo Sustentable**, n. 20, p. 31-74.

FERNÁNDEZ-ALDECUA, M. J.; MARTÍNEZ-BARÓN, L. A. Participación de las mujeres en las empresas turísticas privadas y comunitarias de Bahías de Huatuculto,

México: Hacia un cambio en el rol de género? **Cuadernos de Turismo**, n. 26, p. 129-151, 2010.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

FONSECA, I. F.; BURSZTYN, M. **A Banalização da Sustentabilidade**: reflexões sobre governança ambiental em escala local. *Sociedade e Estado*, v. 24, n. 1, p. 17-46, 2009.

FORGET, G.; LEBEL, J. An ecosystem approach to human health. **International Journal of Occupational and Environmental Health**, v. 7, p. 1-36, 2001.

FORTUNATO, R. A.; SILVA, L. S. Os conflitos em torno do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde (CE). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 6, n. 1, p. 123-138, 2013.

FOSTER, D. M.; MURPHY, P. Resort cycle revisited: The retirement connection. **Annals of Tourism Research**, v. 18, n. 4, p. 553-567, 1991.

FREEMAN, L. Centrality in Social Networks. Conceptual Clarification. **Social Networks**, v. 1, p. 215-239, 1979.

_____. **The Development of Social Network Analysis**. Vancouver: Empirical Pres, 2006.

FUSTER, F. **Introducción a la teoría y técnica del turismo**. Madrid: Alianza, 1985.

GILCHRIST, A. The well-connected community: networking to the 'edge of chaos'. **Community Development Journal**, v. 35, n. 3, p. 264-275, 2000.

GONDIM, R. V. Mobilizing Social Capital for the Local Development of a Community of Fishermen in Northeastern Brazil: a Narrative Photographic Ethnography. In: 8TH INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR THIRD SECTOR RESEARCH, 2008. Barcelona. **Anais...** Barcelona: ISTR, 2005.

GRACI, S. Collaboration and Partnership Development for Sustainable Tourism. **Tourism Geographies**, v. 15, n. 1, p. 25-42, 2013.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

GRAY, B. Conditions facilitating interorganizational collaboration. **Human Relations**, v. 38, p. 911-936, 1985.

HALL, M. C. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

HALME, M. Learning for sustainable development in tourism networks. **Business strategy and the Environment**, v. 10, p. 100-114, 2001.

HANNEMAN, R. A.; RIDDLE, M. **Introduction to social network methods**. Riverside, CA: University of California, 2005. Disponível em: <<http://faculty.ucr.edu/~hanneman/nettext/>>. Acesso em: 17/10/2013.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. **Science**, v. 162, p. 1243-1248, 1968.

HAYTHORNTHWAITE, C. Social Network Analysis: An Approach and Technique for the Study of Information Exchange. **Library and Information Science Research**, v. 18, p. 323-342, 1996.

HEALY, R. G. The "Common Pool" Problem in Tourism Landscapes. **Annals of Tourism Research**, v. 21, n. 3, p. 596-611, 1994.

HERAS, M. P. **Manual de turismo sostenible**: cómo conseguir un turismo social, económico y ambientalmente responsable. Madrid: Mundi-Prensa, 2004.

HIWASAKI, L. Community-based tourism: A pathway to sustainability for Japan's protected areas. **Society and Natural Resources**, v. 19, p. 133-143, 2006.

HUNTER, C.; GREEN, H. **Tourism and the Environment**. New York: Routledge, 1995.

INSKEEP, E. **Tourism Planning**: An integrated and sustainable development approach. New York: Van Nostrand Reinhold, 1991.

IPECE. **Perfil Básico Municipal**. Governo do Estado do Ceará, 2012. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/perfil-basico-municipal-2012. Acesso em 07/11/2013>. Acesso em: 07/11/2013.

IRVING, M. A. Ecoturismo em áreas protegidas: um desafio no contexto brasileiro. **Boletim de Turismo e Administração Hoteleira**, v. 9, n. 2, 2000.

_____. Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. (Orgs.). **Turismo, o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002, p. 35-45.

_____. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária**: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 108-119.

IRVING, M. A. *et al.* Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 4, p. 1-7, 2005.

JAFARI, J. Structure of Tourism. In: WITT, S.; MOITINHO, L. (Eds.). **Tourism Marketing and Management Handbook**. UK: Prentice Hall International, 1989, p. 437-442.

_____. El turismo como disciplina científica. **Política y sociedad**, v. 42, n. 1, p. 39-56, 2005.

JAMAL, T. M.; GETZ, D. Collaboration theory and community tourism planning. **Annals of Tourism Research**, v. 22, n. 1, p. 186-204, 1995.

KATES, R. W.; PARRIS, T. M.; LEISEROWITZ, A. A. What is sustainable development? **Science and Policy for Sustainable Development**, v. 47, n. 3, p. 8-21, 2005.

KISS, A. Is community-based ecotourism a good use for biodiversity conservation funds? **Trends in Ecology and Evolution**, v. 19, n. 4, p. 232-237, 2004.

KNOKE, D.; YANG, S. **Social Network Analysis**. Califórnia: SAGE, 2008.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: por uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2003.

KRISHNA, A. Moving from the Stock of Social Capital to the Flow of Benefits: The Role of Agency. **World Development**, v. 29, p. 925-943, 2001.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Turismo**: teoria e prática. Editora Atlas: São Paulo, 2000.

LANDORF, C. **Economia do turismo**. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. Managing for sustainable tourism a review of six cultural world heritage sites. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 17, n. 1, p. 53-70, 2009.

LANSING, P.; VRIES, P. Sustainable Tourism: Ethical Alternative or Marketing Ploy?. **Journal of Business Ethics**, v. 72, p. 77-85, 2006.

LATOUCHE, S. **Pequeño tratado del decrecimiento sereno**. Madrid: Más madera, 2009.

LAUBER, T. B. *et al.* Social Networks and Community-Based Natural Resource Management. **Environmental Management**, v. 42, p. 677-687, 2008.

LEIPER, N. The Framework of Tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 6, n. 4, p. 390-407, 1979.

_____. Environmental impacts and ecosystems for tourism. **Tourism Management**, p. 160-189, 1995.

LÉLÉ, S. Thinking about ecological sustainability. **Seminar**, v. 564, p. 48-52, 2006.

LEMOS, L. A. Os sete mitos do turismo: a busca de alguns conceitos fundamentais. In: GASTAL, S. (Org.). **Turismo**: 9 propostas para um saber fazer. Edição dos autores, 1998, p. 65-78.

LENZ, T. C. Z. Arranjo socioproductivo de base comunitária e turismo comunitário: delineando aproximações. In: SAMPAIO, C. A. C.; HENRIQUEZ, C.; MANSUR, C. (Orgs.). **Turismo comunitário, solidário e sustentável**: da crítica às ideias e das ideias à prática. Blumenau: Edifurb, 2011. p. 39-46.

LENZI, C. L. **Sociologia Ambiental**: risco e sustentabilidade na modernidade. Bauru: EDUSC, 2006.

LIMA, M. C. **Comunidades Pesqueiras Marítimas no Ceará**: território, costumes e conflitos. 2002. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

LIU, Z. Sustainable tourism development: a critique. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 11, n. 6, p. 459-475, 2003.

LOZARES, C.; VERD, J. M. De la homofilia a la cohesión social y viceversa. **REDES**, v. 20, n. 2, p. 29-50, 2011.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.).

Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 25 - 44.

MANYARA, G.; JONES, E. Community-based tourism enterprises development in Kenya: An exploration of their potential as avenues of poverty reduction. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 15, n. 6, p. 628-644, 2007.

MARIN, A.; WELLMAN, B. Social network analysis: an introduction. In: CARRINGTON, P. J.; SCOTT, J. (Eds.). **The Sage Handbook of Social Network Analysis**. London: SAGE, 2011, p. 11-25.

MATHIESON, A.; WALL, G. **Tourism: Economic, Physical and Social Impacts**. Harlow: Longman, 1982.

MATTESSICH, P.; MONSEY, M. **Community Building: What Makes It Work**. Lexington: Wilder Foundation, 2004.

MAZÓN, A. I. M. Análisis relacional de sistemas turísticos: un marco de trabajo alternativo en el proceso de planificación turística. **Tourism & Management Studies**, n. 8, p. 55-64, 2011.

MEADOWCROFT J. Participación y estrategias para el desarrollo sostenible. **Revista Instituciones y Desarrollo**, n. 14-15, p. 123-138, 2003.

MENDES, E. G.; CORIOLANO, L. N. O turismo comunitário na Prainha do Canto Verde – Beberibe – CE. **Revista Estudos Turísticos**, n. 20, 2006. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=11160>>. Acesso em: 21/11/2013.

MENDONÇA, T. C. M. **Turismo e participação comunitária:** ‘Prainha do Canto Verde, a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não secou?’. 2004. Dissertação (EICOS - Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MERINERO, R. Desarrollo local y Análisis de Redes Sociales: el valor de las relaciones como factor de desarrollo socioeconómico. **REDES – Revista hispana para el análisis de redes sociales**, v. 18, n. 11, p. 277-304, 2011.

MERINERO, R.; PULIDO, J. I. Desarrollo turístico y dinámica relacional. Metodología de análisis para la gestión activa de destinos turísticos. **Cuadernos de Turismo**, n. 23, p. 173-193, 2009.

MERTENS, F. *et al.* Emergence and Robustness of a Community Discussion Network on Mercury Contamination and Health in the Brazilian Amazon. **Health Education & Behavior**, v. 35, n. 4, p. 509-521, 2008.

MERTENS, M. *et al.* Network Approach for Analyzing and Promoting Equity in Participatory Ecohealth Research. **EcoHealth**, v. 2, p. 113–126, 2005.

_____. *et al.* Redes sociais, capital social e governança ambiental no Território Portal da Amazônia. **Acta Amazônica**, v. 41, n. 4, p. 361-371, 2011.

_____. *et al.* Network Approach for Analyzing and Promoting Equity in Participatory Ecohealth Research. **EcoHealth**, v. 2, p. 113–126, 2005.

MIDDLETON, V.; HAWKINS, R. **Sustainable tourism: a marketing perspective**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1998.

MIELKE, E. J. C. **Desenvolvimento Turístico de Base Comunitária**. Campinas: Alínea, 2009.

MIELKE, E. J. C.; PEGAS, F. V. Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. **Turismo em Análise**, v. 24, n. 1, p. 170-189, 2013.

MIOSSEC, J. M. Un Modéle de L'Espace Touristique. **L'Espace Géographique**, v. 6, n. 1, p. 41-48, 1977.

MIZRUCHI, M. S. Análises de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, p. 72-86, 2006

MOESCH, M. **A epistemologia social do turismo**. 2004. Tese (Doutorado em Turismo) – Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: UFSC, 2008.

MOSCARDO, G. *et al.* Understanding vacation destination choice through travel motivation and activities. **Journal of Vacation Marketing**, v. 2, n. 2, p. 109-122, 1996.

MOWFORTH, M.; MUNT, I. **Tourism and sustainability**. London: Routledge, 2003.

MTUR. **Chamada Pública MTUR n. 001/2008: Apoio às iniciativas de turismo de base comunitária**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

_____. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: Desafio para a formulação de política pública**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

MTUR; FGV. **Turismo no Brasil 2011-2014**. Brasília, Distrito Federal, 2010.

NASCIMENTO, E. P. Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. (Orgs.). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 415-433.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: Ed. Ibama, 2002.

NOVELLI, M. *et al.* Networks, Clusters and Innovation in Tourism: a UK Experience. **Tourism Management**, n. 27, vol. 6, p. 1141-1152, 2006.

O'REILLY, A. M. Tourism carrying capacity. In: MEDLIK, S. (Ed.). **Managing Tourism**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1991, p. 301-306.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PALACIOS, M. **Cotidiano e Sociabilidade no Cyberespaço: Apontamentos para Discussão**. Disponível em: <http://www.comunidadesvirtuais.pro.br/hipertexto/biblioteca/palacios.pdf>. Acesso em: 19/09/2013.

- PALHARES, G. **Transportes turísticos**. São Paulo: Aleph, 2002.
- PEARCE, D. **Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens**. São Paulo: Aleph, 2003.
- PERUZZO, C. M. K. Comunidades em tempos de redes. In: PERUZZO, C. M. K.; COGO, D.; KAPLÚN, G. (Org.). **Comunicación y movimientos populares: cuales redes?** Porto Alegre: UNISINOS, 2002, p. 275-298.
- PFORR, C. Tourism policy in the making: An Australian network study. **Annals of Tourism Research**, v. 33, n. 1, p. 87-108, 2006.
- PORTES, A. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 33, p. 133-158, 2000.
- PORTES, A.; LANDOLT, P. The downside of social capital. **American Prospect**, v. 26, p. 18-22, 1996.
- PRETES, M. Development and Infinity. **World Development**, v. 25, n. 9, p. 1421-1430, 1997.
- PRETTY, J. Social capital and the collective management of resources. **Science**, n. 302, p. 1912-1914, 2003.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- REED, M. G. Power relations and community-based tourism planning. **Annals of Tourism Research**, v. 24, n. 3, p. 566-591, 1997.
- RODRÍGUEZ, J. R.; PARRA-LÓPEZ, E.; YANES-ESTÉVEZ, V. The sustainability of islands destinations: Tourism area life cycle and teleological perspectives. The case of Tenerife. **Tourism management**, v. 28, p. 53-65, 2008.
- RODRÍGUEZ-MOGUEL, E. A. **Metodología de la investigación**. México: Universidad Juárez Autónoma de Tabasco, 2005.
- RUDDLE, K. Systems of knowledge: dialogue, relationships and process. **Environment, Development and Sustainability**, n. 2, p. 277-304, 2000.
- RUIZ, E. *et al.* Turismo comunitario en Ecuador. Comprendiendo el community-based tourism desde la comunidad. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 6, n. 3, p. 399-418, 2008.
- RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento Sustentável**. Campinas: Papyrus, 2002.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- _____. **A Terceira Margem: em busca do ecodesenvolvimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 29-56.
- SAINT-CHARLES, J. *et al.* Diffusion of environmental health information: the role of sex- and gender-differentiated pathways. In: JOHNSON, J. (Cord.). **What a Difference Sex**

and Gender Make: A Gender, Sex and Health Research Casebook. CIHR Institute of Gender and Health. 2012, p. 69-76.

SANCHO, J. Por una reconstrucción del concepto de comunidad que sea de utilidad para el trabajo social. In: ARISTU, J. H. (Cord.). **Trabajo social comunitario en la sociedad individualizada.** Nau Llibres: Valencia, 2009, p. 55-92.

SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 142-161.

SANTOS, C. H. S.; BASSANESI, M. M. R. Redes: uma metáfora para o turismo. In: _____. (Orgs.). **Turismo e redes: um novo caminho para a organização no início do século XX.** Caixas do Sul: EDUCS, 2010, p. 13-27.

SANTOS, G. E. Modelos teóricos aplicados al turismo. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 16, p. 96-110, 2007.

SAYAGO, D. **A invenção burocrática da participação:** discursos e práticas no Ceará. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília.

SCHÄRER, R. Turismo sustentável: um estudo de caso sobre a experiência da comunidade da Prainha do Canto Verde no litoral do Ceará. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 1, n. 2, p. 231-242, 2003.

SCOTT, J. **Social Network Analysis.** A Handbook. London, UK: Sage Publications, 2000.

SCOTT, N. *et al.* **Network Analysis and Tourism: From Theory to Practice.** Clevedon: Channel View Publications, 2008.

SERRANO-BARQUÍN, R. *et al.* La complejidad, expresión de nuestro tiempo: el turismo desde los sistemas complejos. **Revista de Cultura y Turismo**, n. 1, 2011.

SESSA, A. **Turismo e política de desenvolvimento.** Porto Alegre. UNIONTUR, 1983.

SHARPLEY, R. Tourism and sustainable development: exploring the theoretical divide. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 8, n. 1, p.1-19. 2000.

SORRENTINO, M. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade.** São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

STANSFIELD, C. (1978). Atlantic City and the Resort Cycle: Background to the Legalization of Gambling. **Annals of Tourism Research**, v. 5, n. 2, p. 238-251, 1978.

SWAIN, M. B. Las dimensiones del género en la investigación sobre turismo: Temas globales, perspectivas locales. **Política y sociedad**, v. 42, n. 1, p. 25-37, 2005.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável:** conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000.

TEMPLE, S. Old issue, new urgency? **Wisconsin Environmental Dimension**, v.1, n. 1, p.1-28, 1992.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade. In: MIRANDA, O. (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EdUSP, 1995. p. 231-352.

TOSUN, C. Expected nature of community participation in tourism development. **Tourism Management**, v. 27, p. 493-504, 2006.

TÓTH, M. **Desafios da participação social no contexto do Desenvolvimento Sustentável**: as contribuições da Educomunicação e da atuação em redes sociais. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

UNCTAD/WTO. **Módulo de Treinamento para o Sucesso do Turismo Baseado na Comunidade**: TBC no Âmbito do PRPE – Programa de Redução da pobreza através da Exportação. Genebra: Internacional Trade Center, 2005.

UNWTO. **UNWTO Tourism Highlights**. Madrid: UNWTO, 2012.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VALENTE, T. W. Network interventions. **Science**, v. 337, n. 49, p. 49-53, 2012.

VALLES, M. S. **Técnicas cualitativas de investigación social**: Reflexión metodológica y práctica profesional. Madrid: Síntesis, 2000.

VARGAS, P. R. O insustentável discurso da sustentabilidade. In: BECKER, D. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável**: necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 211-241.

VASCONCELOS, F. P.; CORIOLANO, L. N. Impactos Sócio-Ambientais no Litoral: Um Foco no Turismo e na Gestão Integrada da Zona Costeira no Estado do Ceará/Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 8, n. 2, p. 259-275, 2008.

VEIGA, J. E. Prefácio. In: MATTAROZZI, V.; TRUNKL, C. (Orgs.). **Sustentabilidade no Setor Financeiro**: gerando valor e novos negócios. São Paulo: Senac, 2008, p. 1-5.

_____. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VELASCO, H.; DÍAZ DE RADA, A. **La lógica de la Investigación Etnográfica**. Madrid: Trotta, 1997.

VERA, J. F. *et al.* **Análisis territorial del turismo**. Barcelona: Ariel, 1997.

VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

VIGNATI, F. **Gestão de destinos turísticos**: como atrair pessoas para pólos, cidades e países. Rio de Janeiro: Senac, 2008.

VILLASANTE, T. R. Redes y sócio-praxis. In: SEMINARIO SOCIAL NETWORK ANALYSIS: CONSOLIDACIÓN DE UN PARADIGMA INTERDISCIPLINAR. Madrid. **Anais...** Madrid: UCM, 1998.

_____. **Participación e integración social:** Manual de ciudadanía global. Disponível em: < <http://www.fongdcam.org/manuales/ciudadaniaglobal/index.htm>>. Acesso em: 29/11/2013.

WANHILL, S. Small and medium tourism enterprises. **Annals of Tourism Research**, vol. 27, n. 1, p.132-147, 2000.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social Network Analysis:** Methods and Applications. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WATSON, G. L.; KOPACHEVSKY, J. P. Tourism carrying capacity: a critical look at the discursive dimension. **Progress in Tourism and Hospitality Research**, v. 2, n. 2, p. 169-179, 1996.

WB. **Global economic prospects 2012:** Uncertainties and vulnerabilities. Washington: World Bank, 2012.

WCED. **Our common future.** Nova York: Oxford University Press, 1987.

WEBER, M. **Conceitos básicos de Sociologia.** São Paulo: Editora Moraes, 1987.

WELLMAN, B. Structural analysis: From method and metaphor to theory and substance. In: WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. (Eds.). **Social Structures:** A Network Approach. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 19-61.

_____. El análisis estructural: del método y la metáfora a la teoría y la sustancia. **Política y sociedad**, v. 33, p. 11-40, 2000.

WELLMAN, B.; GULIA, M. Net surfers don't ride alone: virtual communities as communities. In: WELLMAN, B. (Ed.). **Networks in the Global Village.** Boulder: Westview Press, 1999, p. 331-336.

WILLIAMS, P. W.; GILL, A. Tourism carrying capacity management issues. In: THEOBALD, W. (Ed.). **Global tourism. The next decade.** Oxford: Butterworth-Heinemann, 1994, p. 174-187.

WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. Social capital: implications for development theory, research and policy. **World Bank Research Observer**, vol. 15, n. 2, p. 225-249, 2000.

WTO. **Saturation of Tourism Destinations:** Repor of the Secretary General. Madrid: WTO, 1981.

_____. **Introdução ao turismo.** São Paulo: Roca, 2001.

_____. **Indicators of sustainable development for tourism destinations.** Madrid: WTO, 2004.

_____. **World Tourism Barometer.** Madrid: WTO, 2009.

_____. **World Tourism Barometer.** Madrid: WTO, 2010.

_____. **World Tourism Barometer.** Madrid: WTO, 2013.

WTO; ONU. **Global Report on Women in Tourism 2010-2012.** Madrid: OWT, 2011.

WWF. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária:** ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.

APÊNDICE – Questionários e formulários aplicados em campo

Questionário A - Geral

(Perguntas para todos os casais ativos e/ou chefes(as) de família entrevistados, a realizar durante e depois do censo)

Entrevistador:

Local:

Data:

Pessoa entrevistada - Dados pessoais

1. Nome:

2. ID:

3. Idade:

4. Sexo (F/M):

5. Município nascimento:

Estado nascimento:

6. Grau de instrução:

Número de anos_____

Até que serie_____

7. Está estudando atualmente: () sim () não

8. Religião: 1.

2.

3.

9. Há quanto tempo você mora na Prainha do Canto Verde?

Número de anos _____

Desde o ano_____

10. Você participa de alguma cooperativa, conselho ou associação local? () sim () não

() Associação de Moradores da Prainha

() Associação Independente dos Moradores da Prainha

() Conselho de Turismo Comunitário

Conselho Deliberativo da Resex

Outra(s). Qual(is)?

11. Qual é seu trabalho, atividade principal?

12. Trabalha com o turismo na comunidade? sim não

13. Você acha que a sua vida e a da sua família tem melhorado com o turismo?
 sim não indiferente

Por que? Benefícios/prejuízos que a atividade turística traz para você e sua família

14. Você acha que a comunidade tem melhorado com o turismo?
 sim não indiferente

Por que? Benefícios/prejuízos que a atividade turística traz para a comunidade

15. Você e sua família pretendem ficar na comunidade? sim não

16. Como acha que ocorre a colaboração em relação ao turismo na comunidade?

17. Em sua opinião, existe algum problema ou conflito que esteja dividindo aos membros da comunidade? sim não

Qual(is)?

18. Você está a favor ou em contra de que a Resex envolva também a parte terrestre/continental? a favor em contra

Por quê?

19. Em sua opinião, existia mais colaboração e organização na comunidade antes de ser criada a Resex? sim não

Por quê?

20. Em sua opinião, no trabalho no mar há colaboração? (*Pergunta unicamente formulada a entrevistados envolvidos diretamente com a pesca e/ou marisqueo*). () sim () não

Por quê?

Questionário B - ESPECÍFICO: sobre o turismo de base comunitária e as relações de colaboração

(Perguntas exclusivas para casais/chefes de família entrevistados que têm ligação com o turismo, a realizar em uma segunda visita, após o censo e a aplicação do questionário geral)

Entrevistador:

Local:

Data:

Pessoa entrevistada - Dados pessoais

1. Nome:

2. ID:

19. Qual(is) atividade(s) você desenvolve relacionada com o turismo?

20. Há quanto tempo você trabalha com o turismo na comunidade?

_____ número de anos

Desde o ano _____

21. Com quanto diria que o turismo contribui à renda familiar?

() com um quarto do total

() com três quartos

() com dois quartos (com a metade da renda)

() com quatro quartos (total da renda)

22. Com quem você geralmente costuma colaborar ou trabalhar junto no turismo na comunidade? Quem te ajuda? Com quem você trabalha nessa(s) atividade(s) citada(s)?

- Que tipo relação mantém com cada uma dessas pessoas com as quais trabalha no turismo?: amizade, família (definir o grau de parentesco: irmã(ao), tio(a); filho(a); pai/mãe, etc.) ou conhecido(a).

- Qual é a natureza dessa colaboração? Em que se ajudam ou trabalham junto?

ID	NOME	RELAÇÃO	NATUREZA DA COLABORAÇÃO

23. Você mantém contatos ou relações com outras comunidades e/ou organizações que trabalhem com o turismo de base comunitária? () sim () não

Quais?

Formulário para censo

ENTREVISTADOR:

DATA:

ID CASA:

ID INDIVÍDUO	NOME	APELLIDO	SEXO (F/M)	IDADE	OCUPAÇÃO PRINCIPAL

